

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

**INSTITUTO DE ECONOMIA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA  
INTERNACIONAL – PEPI/IE/UFRJ**

**TESE DE DOUTORAMENTO**

**A QUEM INTERESSAR POSSA! A  
GEOPOLÍTICA AMBIENTAL E OS  
IMPACTOS SOBRE O PRÉ-SAL BRASILEIRO**

**MARCELO DE MOURA CARNEIRO CAMPELLO**

**ORIENTADOR ACADÊMICO: PROFESSOR DOUTOR RAPHAEL PADULA**

**UFRJ**

**Rio de Janeiro, RJ, Brasil**

**2018**

Marcelo de Moura Carneiro Campello

**A QUEM INTERESSAR POSSA! A GEOPOLÍTICA AMBIENTAL E  
OS IMPACTOS SOBRE O PRÉ-SAL BRASILEIRO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutor em Economia Política Internacional.

ORIENTADOR ACADÊMICO: PROFESSOR DOUTOR RAPHAEL PADULA

UFRJ

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

2018

**FOLHA DE APROVAÇÃO**  
Marcelo de Moura Carneiro Campello

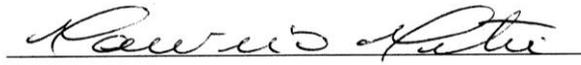
**A QUEM INTERESSAR POSSA! A GEOPOLÍTICA AMBIENTAL E OS  
IMPACTOS SOBRE O PRÉ-SAL BRASILEIRO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutor em Economia Política Internacional.

Aprovada em 23 de março de 2018.



Professor Doutor Raphael Padula (UFRJ) – Orientador



Professor Doutor Maurício Mé dici Metri (PEPI/UFRJ)



Professor Doutor Carlos Eduardo da Rosa Martins (PEPI/UFRJ)



Professor Doutor Darci Antonio da Luz Costa (ESG)



Professor Doutor Fernando Roberto de Freitas Almeida (PPGEST/UFF)

## FICHA CATALOGRÁFICA

C186 Campello, Marcelo de Moura Carneiro.

A quem interessar possa! A Geopolítica ambiental e os impactos sobre o pré-sal brasileiro / Marcelo de Moura Carneiro Campello. – 2018.

245 p. ; 31 cm.

Orientador: Raphael Padula.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2018.

Bibliografia: f. 225-245.

1. Geopolítica ambiental. 2. Pré-sal. 3. Sistema interestatal capitalista. I. Padula, Raphael, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário: Lucas Augusto Alves Figueiredo  
CRB 7– 6851 Biblioteca Eugênio Gudín/CCJE/UFRJ

## RESUMO

As disputas em torno da questão ambiental funcionam como um elemento estrutural e indissociável da natureza expansiva, egoísta e competitiva do Sistema Interestatal Capitalista. Diferentes agendas que permeiam a questão ambiental vêm se tornando relevantes temas geopolíticos definidores de variadas estratégias de dominação, coerção, imposição e discussão que fogem, necessariamente, de uma matriz clássica estadocêntrica. Novas temáticas e novos atores estão inseridos na geopolítica ambiental, sejam para questionar os crescentes impactos antrópicos ao planeta ou para, através de interesses particulares e vinculados, muitas vezes, aos grandes atores político-econômicos globais, legitimar modelos impositivos de desenvolvimento em países periféricos e semiperiféricos. Um tipo de *ambientalismo hegemônico* vem buscando “imobilizar” e se apropriar dos recursos naturais do Brasil, como o petróleo, e pressionar o Estado na tomada de decisão (ou na falta dela) sobre o seu próprio território. Através de um prisma das competições interestatais e da atuação de novos atores sistêmicos, a presente Tese analisou especificamente as recentes transformações sobre o pré-sal brasileiro. Com um debate intelectual que defende a projeção autônoma do país no Sistema Internacional e a apropriação de seus recursos naturais sob uma perspectiva que concilie responsabilidade ambiental, desenvolvimento socioeconômico e segurança nacional. E, ainda, pela necessidade de um projeto soberano de defesa para o Atlântico Sul, enorme área estratégica do território brasileiro e notadamente cobiçada por grandes Estados-economias nacionais com o advento das descobertas de gigantes reservas de recursos energéticos na camada do pré-sal, especialmente o petróleo, a presente pesquisa buscou refletir criticamente sobre a multiplicidade de atores envolvidos na geopolítica do pré-sal brasileiro e os variados interesses geoestratégicos interestatais-empresariais sobre a questão.

Palavras-chave: Geopolítica ambiental; Sistema Interestatal Capitalista; Pré-sal brasileiro.

## ABSTRACT

Disputes surrounding the environmental issue function as a structural element and inseparable from the expansive, selfish and competitive nature of the Capitalist Interstate System. Different agendas that permeate the environmental issue have become relevant geopolitical themes defining various strategies of domination, coercion, imposition and discussion that necessarily escape a Statecentric matrix. New themes and new actors are inserted in environmental geopolitics, either to question the increasing human impacts on the planet or, through private interests and often linked to the great global political-economic actors, to legitimize tax models of development in peripheral countries and semiperipheral. A type of *hegemonic environmentalism* has been seeking to "immobilize" and appropriate Brazil's natural resources, such as oil, and to pressure the state in its decision-making (or lack thereof) over its own territory. Through a prism of interstate competitions and new actors in the International System, this thesis specifically analyzed the recent transformations on Brazilian pre-salt. With a theoretical debate that defends the autonomous projection of the country in the International System and the appropriation of its natural resources from a perspective that reconciles environmental responsibility, socioeconomic development and national security. And, because of the need for a sovereign defense project for the South Atlantic, a huge strategic area of Brazilian territory and notably coveted by large national economies with the advent of giant reserves of energy resources in the pre-salt layer, especially oil, the present research sought to reflect critically on the multiplicity of actors involved in the geopolitics of the Brazilian pre-salt and the varied geostrategic inter-state-business interests on the issue.

Keywords: Environmental geopolitics; Capitalist Interstate System; Brazilian pre-salt.

## DEDICATÓRIA

*Ao meu filho João Pedro, meu melhor amigo e razão da minha batalha diária.*

*Que um dia você possa entender alguns momentos de ausência, tristeza e tensão.*

*Era tudo por você!*

## AGRADECIMENTOS

*Quem disse que seria fácil? UFA!*

*Realizar um doutoramento sem licença profissional para estudos foi uma tarefa dura!*

*Muita dura!*

*Mas a palavra que define o que estou sentindo nesse momento é GRATIDÃO!*

*Gratidão por estar vivenciando um momento mágico de realização pessoal e profissional.*

*Por mais que certas dúvidas possam pairar em momentos de tristeza e sofrimento, agradeço imensamente a Deus por iluminar meus caminhos! Sempre blindado e protegido pelo Criador!*

*Novamente agradeço à minha mestra da vida Bertha K. Becker (que descanse em paz!) por ter compartilhado sua sabedoria e ter aberto caminhos de pesquisa, reflexões e de engajamento profissional.*

*Muita gratidão ao professor-orientador Raphael Padula. Professor extremamente crítico e, ao mesmo tempo, amigo! Obrigado por ter compartilhado o seu conhecimento!*

*Agradeço aos colegas professores do Colégio de Aplicação da UFRJ pelo irrestrito apoio e aos demais professores do PEPI/UFRJ por me mostrarem uma linha de pesquisa extremamente reflexiva e questionadora da atual conjuntura político-econômica global.*

*Agradeço também aos meus alunos que sempre me apoiaram e me incentivaram para a manutenção de um trabalho docente voltado para a formação de um cidadão crítico e atuante.*

*Agradeço à minha família, em especial ao meu filho, minha mãe e minhas irmãs, por terem paciência e me ajudarem, sempre, com amor.*

*Por fim, agradecimento especial para a minha esposa Rita. Eu profundamente te amo!*

## EPÍGRAFE

*"Nunca deixe que lhe digam que não vale a pena  
Acreditar no sonho que se tem  
Ou que seus planos nunca vão dar certo  
Ou que você nunca vai ser alguém  
Tem gente que machuca os outros  
Tem gente que não sabe amar  
Mas eu sei que um dia a gente aprende  
Se você quiser alguém em quem confiar  
Confie em si mesmo  
Quem acredita sempre alcança!"*

*Flavio Venturini e Renato Russo, **Mais uma vez**, 1986.*

## **LISTAS**

### **LISTA DAS PRINCIPAIS SIGLAS UTILIZADAS**

**Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – ADESG**  
**British Petroleum – BP**  
**Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE**  
**Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL**  
**Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável – Rio+20**  
**Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – Rio-92**  
**Conferências das Partes Sobre o Clima – COPs**  
**Conselho de Segurança das Nações Unidas – CSONU**  
**Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar – CNUDM**  
**Convenções Sobre a Diversidade Biológica – CDB**  
**Escola Superior de Guerra – ESG**  
**Estratégia Nacional de Defesa - END**  
**Estudos de Segurança Internacional – ESI**  
**Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS**  
**Objetivos do Milênio – ODM**  
**Organismos multilaterais internacionais – OMIs**  
**Organizações não governamentais – ONGs**  
**Organização das Nações Unidas – ONU**  
**Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN**  
**Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira – LEPLAC**  
**Política Nacional de Defesa – PND**  
**Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD**  
**Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA**  
**Programa Homem e Biosfera – MaB**  
**Reduced Emissions for Deforestation and Degradation – REDD**  
**União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS**  
**Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul – ZOPACAS**

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1: Pegada ecológica mundial de 2008.....</b>	<b>91</b>
<b>Figura 2: Realização das COPs da UNFCCC.....</b>	<b>114</b>
<b>Figura 3: Linha do tempo sobre as conquistas e principais marcos da questão ecológico-climática.....</b>	<b>116</b>
<b>Figura 4: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....</b>	<b>121</b>
<b>Figura 5: Os cinco P's da Agenda 2030.....</b>	<b>121</b>
<b>Figura 6: Funcionamento do Mercado de Crédito de Carbono.....</b>	<b>132</b>
<b>Figura 7: O comércio de carbono.....</b>	<b>133</b>
<b>Figura 8: Emissões globais de carbono para a Atmosfera.....</b>	<b>140</b>
<b>Figuras 9, 10 e 11: Localização do Pré-Sal no Brasil.....</b>	<b>154</b>
<b>Figuras 12, 13 e 14: Marco regulatório em vigor até 2016 e ilustração do novo marco regulatório do Pré-Sal.....</b>	<b>159</b>
<b>Figura 15: Vencedores do leilão do Pré-Sal de 2013.....</b>	<b>172</b>
<b>Figura 16: Vencedores dos leilões do pré-sal de 2017 com a participação da British Petroleum e das empresas estadunidenses.....</b>	<b>174</b>
<b>Figuras 17 e 18: Consumo total mundial e da OCDE por combustível.....</b>	<b>180</b>
<b>Figura 19: Perspectivas para o fornecimento mundial total de energia primária em 2040.....</b>	<b>181</b>
<b>Figura 20: Comparação entre a matriz energética brasileira com a média mundial e dos países da OCDE quanto ao uso de energias renováveis.....</b>	<b>182</b>
<b>Figura 21: Participação das energias renováveis na matriz elétrica brasileira em 2016 e comparação com a média mundial e com os países da OCDE.....</b>	<b>182</b>
<b>Figura 22: Emissões de CO2 per capita.....</b>	<b>183</b>
<b>Figura 23: Emissões de CO2 na produção de energia elétrica.....</b>	<b>183</b>
<b>Figuras 24 e 25: Frotas navais dos EUA pelo mundo e a Quarta Frota Naval no Atlântico Sul.....</b>	<b>196</b>
<b>Figura 26: Poder do Reino Unido sobre o Atlântico Sul.....</b>	<b>198</b>
<b>Figuras 27 e 28: Amazônia Azul.....</b>	<b>204</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1: Objetivos gerais das Convenções UNFCCC, CBD e UNCOD.....</b>	<b>112</b>
<b>Tabela 2: Local e data de realização das COPs da CBD.....</b>	<b>113</b>
<b>Tabela 3: Compromissos assumidos e COMUNS a todas as Partes.....</b>	<b>115</b>
<b>Tabela 4: Compromissos DIFERENCIADOS dos países desenvolvidos.....</b>	<b>115</b>
<b>Tabela 5: Alguns dos resultados obtidos pelos ODMs.....</b>	<b>120</b>
<b>Tabela 6: Votação para o <i>impeachment</i> na Câmara dos Deputados em 17 de abril de 2016.....</b>	<b>164</b>
<b>Tabela 7: Votação para o <i>impeachment</i> no Senado Federal em 31 de agosto de 2016.....</b>	<b>164</b>
<b>Tabela 8: Aprovação do PLS 131 no Senado em 24 de fevereiro de 2016.....</b>	<b>165</b>
<b>Tabela 9: Aprovação do PL 4.567/2016 na Câmara dos Deputados em 05 de outubro de 2016.....</b>	<b>165</b>
<b>Tabela 10: Conceitos de Mar Territorial, Plataforma Continental e Amazônia Azul.....</b>	<b>201</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 1 – GEOPOLÍTICA CLÁSSICA, NOVAS GEOPOLÍTICAS E A QUESTÃO AMBIENTAL NA ATUAL CONJUNTURA DO SISTEMA INTERESTATAL CAPITALISTA.....</b>	<b>23</b>
I.1 – A geopolítica do Poder Global: Formação, consolidação e expansão do Sistema Interestatal Capitalista.....	24
I.2 – Revisitando os clássicos e discutindo novas temáticas e atores: Geopolítica, um campo interdisciplinar.....	41
I.3 – A apropriação do “ambientalismo” como paradigma geopolítico.....	60
<b>CAPÍTULO 2 – OS ELEMENTOS DA GEOPOLÍTICA AMBIENTAL NA ATUAL CONJUNTURA DO SISTEMA INTERESTATAL CAPITALISTA.....</b>	<b>84</b>
II.1 – Da consciência ecológica aos efeitos do <i>ambientalismo hegemônico</i> aos países periféricos.....	85
II.2 – Das conquistas ecológicas aos significados geopolíticos das Conferências das Nações Unidas.....	99
II.3 – Modelos impositivos de desenvolvimento como expressões da geopolítica do poder e da riqueza.....	127
II.4 – Novos atores e a atuação na questão ambiental: Uma análise sobre as organizações não governamentais.....	145

<b>CAPÍTULO 3 – ATORES, INTERESSES E A GEOPOLÍTICA DO PRÉ-SAL BRASILEIRO.....</b>	<b>152</b>
III.1 – Diferentes concepções sobre as reservas do Pré-Sal brasileiro: Comparando os marcos regulatórios de 2010 e 2016.....	153
III.2 – A questão ambiental e a apropriação do Pré-Sal brasileiro.....	177
III.3 – A apropriação do Pré-Sal e a necessidade de um projeto nacional para o Atlântico Sul: Questões estratégicas para o século XXI.....	191
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS – O BRASIL E A BUSCA DE SEU DESTINO: DESENVOLVIMENTO, SOBERANIA E A APROPRIAÇÃO GEOESTRATÉGICA DE SEUS RECURSOS.....</b>	<b>212</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>225</b>

## INTRODUÇÃO

Uma interpretação crítica da atual conjuntura do Sistema Interestatal Capitalista nos faz concluir que o contexto no qual aparece a questão ambiental não obedece exclusivamente a uma constatação de base ecológica, mas sim imbuída de caráter político e econômico (CAMPELLO, 2013a). A preocupação ambientalista, sobretudo de países centrais e de corporações transnacionais poderosas, não surge somente em razão de um sentimento legítimo devido aos impactos antrópicos ao crescente esgotamento dos recursos naturais, à possível escassez de água potável ainda na primeira metade desse século, à degradação de terras agricultáveis e à ameaça das mudanças climáticas que levou à ciência a reconhecer o *Antropoceno*<sup>1</sup> como uma nova era geológica. Não obstante, também é repleta de interesses geopolíticos.

Diferentes agendas que atravessam a questão ambiental vêm se tornando relevantes temas definidores de variadas estratégias de dominação, coerção, imposição e discussão que ultrapassam a matriz clássica estadocêntrica. Novas temáticas e novos atores estão inseridos na geopolítica ambiental, sejam para questionar os crescentes impactos antrópicos ao planeta ou para, através de interesses particulares e, muitas vezes, vinculados aos grandes atores político-econômicos globais, consolidar o controle e/ou a apropriação de espaços geoestratégicos de países periféricos e semiperiféricos através de diferentes meios, militares ou não.

As disputas em torno da questão ambiental vêm funcionando como elementos estruturais indissociáveis da natureza expansiva, egoísta e competitiva do Sistema Interestatal Capitalista. A biodiversidade e os recursos naturais, especialmente os energéticos, vêm assumindo uma nova configuração geoestratégica no mundo contemporâneo, inclusive contribuindo para a proliferação de conturbações políticas de variadas escalas de pressão em conflitos interestatais e também intraestatais.

Um tipo específico de ambientalismo, o que denominaremos de *ambientalismo hegemônico*<sup>2</sup>, vem contribuindo para a “imobilização” e a apropriação dos recursos

---

<sup>1</sup> “A influência da humanidade no Planeta Terra nos últimos séculos tornou-se tão significativa a ponto de constituir-se numa nova época geológica”, Paul Crutzen, ganhador do Prêmio Nobel de Química de 1995.

<sup>2</sup> Brevemente, o *ambientalismo hegemônico*, como um elemento inerente ao próprio Sistema Interestatal Capitalista, é uma estratégia de poder utilizada por Estados e outros atores transnacionais. Trata-se de um discurso de forte pressão multiescalar e multidimensional que se torna dominante pelo consentimento por se apresentar como de caráter universal. A aceitação acrítica pelos países periféricos e semiperiféricos do debate ambiental hegemônico como um projeto cosmopolita pode encobrir tentativas doutrinadoras de redução e limitação de suas soberanias nacionais.

naturais do país, como o petróleo, e pressionando o Estado brasileiro na tomada de decisão (ou na falta dela) sobre o seu próprio território. Assim, através de um prisma das competições interestatais e da atuação de novos atores no Sistema Internacional, a presente Tese pretende analisar especificamente formas contemporâneas de dominação e os variados interesses vinculados às recentes transformações do marco regulatório do pré-sal brasileiro, sobretudo após a sanção presidencial do Projeto de Lei 13.365/2016<sup>3</sup>.

Como vislumbrado pela geógrafa Bertha Becker ainda no início da década de 1990, este trabalho assume como visão teórico-conceitual o debate de que a ecologia e a questão ambiental são reconhecidas como novos paradigmas da geopolítica mundial (BECKER, 1992). Através de mecanismos de poder e pressões políticas variadas, tais questões vêm sendo utilizadas como ferramentas coercitivas e de pressão aos países periféricos e semiperiféricos, como o Brasil, sem, ao mesmo tempo, serem lançadas propostas de transformação da raiz de acumulação de capital predatória de recursos naturais e de concentração da riqueza, de poderio militar e de conhecimento técnico-científico que, se direcionados a um verdadeiro interesse cosmopolita, poderiam amenizar e até mesmo eliminar uma parte considerável dos conflitos socioambientais e geopolíticos do mundo contemporâneo.

Considera-se, também, que há uma tentativa geoestratégica dos países centrais e de suas corporações, o que o professor de Economia Política Internacional José Luís Fiori (2007a) já apontara como a “fusão” dos Estados nacionais com suas respectivas economias-nacionais, de legitimar padrões de desenvolvimento hierarquizantes que ultrapassam o caráter ecológico e buscar estratégias geopolíticas de subordinação sobre os países periféricos e semiperiféricos.

O discurso ambiental, para a presente Tese, pode ser compreendido como mais um dos instrumentos geoestratégicos e geopolíticos de *Guerra Híbrida*<sup>4</sup> colocado como um interesse universal-cosmopolita a serviço dos interesses de grupos poderosos

---

<sup>3</sup> A Lei 4.567/2016, inicialmente proposto no Senado Federal como Projeto de Lei Substitutivo 131, foi transformado na Lei Ordinária 13.365/2016. A Lei 13.365/2016, que revoga a obrigatoriedade da participação da Petrobras na exploração do petróleo da camada pré-sal, foi sancionada sem vetos pela Presidência da República e publicada no Diário Oficial da União no dia 30 de novembro de 2016. Veremos com profundidade esta discussão no Capítulo 3.

<sup>4</sup> O conceito de *Guerra Híbrida* envolve novas táticas de manutenção e acumulação de poder das Grandes Potências através de ações estratégicas “não-convencionais”. Para o alcance dos objetivos, os promotores da *Guerra Híbrida* podem se valer do entrelaçamento de conflitos tradicionais com elementos de ciberguerra e/ou de outros métodos *softs* de influência, como manipulação da opinião pública, diplomacia estatal e de organismos internacionais, *lobbies* estatais-empresariais e intervenção eleitoral externa.

específicos sem precisar utilizar a coerção, como argumentado pelo teórico britânico das Relações Internacionais Edward Hallett Carr<sup>5</sup> (1981).

A partir dos pressupostos acima, a **hipótese central** da pesquisa pretende comprovar que o discurso e a agenda ambiental também podem funcionar como instrumentos de poder das Grandes Potências, sobretudo na dimensão ideológica. Tais instrumentos podem ser manifestados sobre o Brasil através de projetos de alcance global e da atuação de organismos multilaterais internacionais (OMIs), corporações empresariais, organizações não governamentais (ONGs), além dos discursos de poderosos Estados e de outros atores multissetoriais, locais e transnacionais, tendo como efeito a redução da capacidade decisória autônoma do Estado sobre seu próprio território, como nos campos de petróleo do pré-sal.

A **hipótese secundária** da presente pesquisa buscará confirmar que a atuação e os interesses de variados atores geopolíticos sobre o pré-sal brasileiro, com eventuais pressões sobre o entorno estratégico do Atlântico Sul, podem ser enquadrados como formas contemporâneas de dominação político-ideológica e econômico-financeira em uma ordem mundial caracterizada pela emergência de novos polos de poder regionais e por uma corrida interestatal pelo controle de áreas estratégicas repletas de interesses geopolíticos.

Para comprovar as hipóteses da Tese e objetivando responder às inquietações da pesquisa, utilizar-se-ão processos de investigação e conceitos de correntes teóricas em Economia Política Internacional, Relações Internacionais e do campo da Geopolítica que, muitas vezes, dialogam e/ou se complementam.

A contribuição da **Teoria do Sistema-Mundo**, que teve forte aproximação com a **Teoria da Dependência**, trará autores e conceitos capazes de nos auxiliar na resposta e na problematização de determinados questionamentos, como as hierarquizantes relações Norte-Sul e os variados elementos econômico-ideológicos que mantêm os processos de dependência e subordinação entre os diferentes países do Sistema Mundial.

Importante ressaltar que os conceitos de *universalismo europeu*, do sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein (2007), *longa duração*, do historiador francês

---

<sup>5</sup> A célebre obra de Edward H. Carr, **Vinte anos de crise: 1919-1939, uma introdução ao estudo das relações internacionais**, foi originalmente lançada em 1939.

Fernand Braudel (1987) e *centro-periferia*<sup>6</sup>, dos teóricos da **Teoria da Dependência**, estarão imersos na maior parte das inquietações da pesquisa.

Apesar dos enormes subsídios acima, se faz necessário trazer contribuições de outras correntes teóricas, sobretudo para discutirmos as questões estruturantes do expansivo universo de acumulação de poder e de riqueza do Sistema Interestatal Capitalista. A **Teoria do Poder Global**, de Fiori (*Op. Cit.*), possui forte diálogo com os estudos de Wallerstein (1974), com os *ciclos hegemônicos* do economista político italiano Giovanni Arrighi (1996) e com a *economia-mundo*, de Braudel (*Op. Cit.*). Possui, ainda, aproximações intelectuais com os estudos da **Teoria Realista**, especialmente com o conceito de *estabilidade hegemônica*<sup>7</sup>. A **Teoria do Poder Global** será importante na compreensão das questões que envolvem os processos de poder e de hegemonia, os movimentos sistêmicos do capitalismo e a anárquica competição interestatal.

A **Teoria da dependência** e a **Teoria do Sistema-Mundo**, que possuem inspiração marxista, apresentam determinados pontos cegos para responder às questões levantadas nas hipóteses. Embora tragam contribuições importantes, as questões interestatais e os conflitos geopolíticos são reduzidos a um ângulo econômico, sendo o Estado permanentemente colocado como um mero instrumento da classe dominante que atua exclusivamente em prol do interesse econômico da alta burguesia.

Dessa maneira, do campo das Relações Internacionais e da Economia Política Internacional, diversos pensadores liberais, realistas e neorrealistas travarão um debate que responderão e complementarão alguns argumentos. Da **Teoria Realista**, a presente pesquisa também observa o Estado como o ator principal do Sistema Internacional que pode operar servindo ao interesse nacional, ao balanço de poder formado por uma coalizão de forças e pelo consentimento interno. O Estado pode atuar, ainda, pela segurança nacional, por questões militares e estratégicas e, ainda, pelo desejo de

---

<sup>6</sup> O conceito de *centro-periferia* foi originalmente proposto pelo economista argentino Raúl Prebisch ainda na década de 1940. O conceito foi desenvolvido ao longo dos anos para explicar teoricamente o subdesenvolvimento da América Latina no contexto mundial e para desfazer a falácia que a gradual expansão do capitalismo levaria a periferia ao nível socioeconômico e de poder técnico dos centros. Prebisch, no prefácio da obra do professor uruguaio de Teoria Econômica Octavio Rodríguez, **Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL**, de 1981, disse que “devido à natureza centrípeta do capitalismo, a dinâmica dos centros só impulsiona o desenvolvimento periférico quando interessa economicamente aos grupos dominantes dos centros” (PREBISCH, 1981 *Apud* RODRÍGUEZ, 1981).

<sup>7</sup> Charles Kindleberger, que foi um historiador estadunidense, e Robert Gilpin, que é um teórico estadunidense do campo da Economia Política Internacional, criaram, no início da década de 1970, o que ficou conhecida como a **Teoria da Estabilidade Hegemônica**. Em resumo, a Teoria indica que a estabilidade mundial deve ser conduzida e liderada por uma potência hegemônica a partir da imposição de normas internacionais a serem seguidas pelos demais atores sistêmicos.

sobreviver dentro de um Sistema Internacional anárquico caracterizado por um processo expansivo de acumulação de poder.

Os liberais apresentam um debate que, no prisma desta Tese, possuem lacunas epistemológicas por desconsiderarem os interesses concretos materiais dos Estados, sobretudo em relação ao tema dos recursos naturais. As incongruências da leitura construtivista e liberal-transnacional dos conceitos de *Regimes Internacionais* e de *Governança Global*<sup>8</sup> observados na **Teoria Liberal** serão importantes para a discussão de aspectos contemporâneos relevantes da questão ambiental global e da estratégia de poder das Grandes Potências.

Por fim, assim como a **Teoria Realista**, a **Teoria Marxista-Gramsciana**<sup>9</sup> observa o discurso e o poder sobre as ideias como variáveis importantes para a compreensão dos processos de hegemonia, de supremacia e de poder, mas não os deslocando do interesse e da realidade material, isto é, da apropriação e do controle de espaços geográficos. Sobre o conceito de *hegemonia mundial*, é importante indicar que a presente pesquisa entende que há um forte entrelaçamento entre o poder ideológico e político-militar das Grandes Potências com o arcabouço institucional de atores transnacionais e normas supranacionais que legitimam seus respectivos processos de acumulação e manutenção de poder.

O campo da Geopolítica, sobretudo das **Novas Geopolíticas**, será importante porque também não despreza o discurso, os interesses sobre a base material e as múltiplas identidades, escalas e atores. Tal campo associa os conflitos intraestatais com questões interestatais a partir das conexões de atores internos e externos numa complexa engenharia sistêmica de poder.

Em relação à bibliografia, a vasta obra de Bertha Becker referente à Geografia Política e à Geopolítica do Brasil será importante para o arcabouço teórico da pesquisa. Os livros da autora abordam como a questão ambiental se tornou um paradigma geopolítico no mundo contemporâneo, o que pode trazer importantes repercussões para o Brasil.

Os importantes textos do geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves discutem o processo de “globalização da natureza” e a “natureza da globalização”. O autor coloca que as estratégias de poder e a mercantilização dos elementos da natureza fazem parte de um “jogo” denominado de “geopolítica da biodiversidade”.

---

<sup>8</sup> Os conceitos de *Regimes Internacionais* e *Governança Global* serão discutidos no capítulo 1.

<sup>9</sup> Teoria com forte inspiração nas reflexões do filósofo italiano Antonio Gramsci.

A geógrafa Therezinha de Castro, o cientista social Antônio Carlos Diegues e o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães problematizam a atuação das grandes ONGs transnacionais no Brasil e seus interesses subjacentes que, muitas vezes, ultrapassam o caráter ecológico, sobretudo nos impactos perceptíveis sobre a ação estatal.

Os geógrafos Milton Santos e Josué de Castro, brasileiros, e John Agnew, estadunidense, apontam elementos importantes acerca do processo de globalização e das contradições sociopolíticas dos diferentes interesses de uma emergente sociedade internacional.

Os estudos do cientista político estadunidense Michael Klare e do geógrafo britânico Philippe Le Billon serão importantes para posicionar a questão dos conflitos por recursos naturais como uma relevante questão interestatal contemporânea.

A obra dos teóricos das Relações Internacionais Barry Buzan, britânico, e Lene Hansen, dinamarquesa, aponta o contexto do surgimento dos novos temas nos Estudos de Segurança Internacional no mundo pós-Guerra Fria, dentre eles, a segurança ambiental, fortemente abordada pelo economista político irlandês Simon Dalby.

A literatura do geógrafo francês Paul Claval, especialmente **Espaço e Poder**, de 1979, nos fornece pistas para o reconhecimento das novas faces da geopolítica contemporânea. O autor reconhece a emergência de uma geopolítica não estadocêntrica, com a participação de novos atores e temáticas, que pressiona o Estado e as grandes OMI's na tomada de decisão.

O cerne da literatura que a pesquisa se propõe a analisar se voltará para uma revisão bibliográfica em periódicos, artigos e livros na área de Economia Política Internacional, Relações Internacionais, Geografia Política e Ambiental, Geopolítica, Ecologia Política e Ciências que abarcam a temática geopolítica ambiental, desenvolvimento econômico, política externa e meio ambiente a partir de percepções críticas, multissetoriais e multiescalares.

A análise de documentos relativos às principais Conferências e Convenções da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a tríade Homem, Desenvolvimento e Meio Ambiente e o mapeamento da atuação de ONGs transnacionais no país formam alguns dos passos para a comprovação da pesquisa. A discussão acerca dos diversos elementos/interesses interestatais envolvidos na questão da geopolítica ambiental e suas repercussões sobre o Brasil dependerá de um intenso mergulho em arquivos (de Conferências e Convenções) e na problematização nos discursos de estadistas, organizações internacionais, corporações transnacionais e atores intraestatais.

Por fim, para atingir metodologicamente os objetivos propostos, far-se-á uma análise sobre uma série de discursos e movimentos de poder de atores envolvidos/interessados nas mudanças no marco regulatório do pré-sal brasileiro, especialmente pelas recentes transformações propiciadas pela sanção presidencial da Lei 13.365/2016, que corrobora com a hipótese de que o *ambientalismo hegemônico* gera complexos efeitos sobre a soberania e o uso autônomo e estratégico dos recursos naturais por parte dos países mais vulneráveis do Sistema Interestatal Capitalista.

É preciso advertir que no decorrer do texto, embora as questões geopolíticas e geoeconômicas estejam aparentemente mais explícitas na mudança do marco regulatório do pré-sal, o *ambientalismo hegemônico* vem sendo um dos principais “panos de fundo” para a ruptura de percepção social-estatal sobre o petróleo e o Atlântico Sul, além de ser um dos promotores da marginalização da importância estratégica da Petrobras para o desenvolvimento nacional.

Em relação à **estrutura da Tese**, seguem abaixo os principais objetivos dos capítulos que compõem a pesquisa:

- O capítulo 1 se propõe a discutir a Geopolítica enquanto ciência e instrumento estratégico de poder de Estados e, atualmente, de novos atores e organizações. Investigar-se-á novos autores e novas temáticas, procurando dialogar com o pensamento dos teóricos das Relações Internacionais, da Economia Política Internacional e do campo da Geopolítica clássica e contemporânea. Abordaremos, também, o histórico de formação, consolidação e expansão do Sistema Interestatal Capitalista sob a luz da Teoria do Poder Global, relacionando-a com o contexto de surgimento e com a afirmação da questão ambiental como um paradigma geopolítico.
- O capítulo 2 analisará alguns importantes elementos da geopolítica ambiental, como as Conferências das Nações Unidas e as discussões sobre o desenvolvimento sustentável e a economia verde. Salientar-se-á como as discussões engendradas nos grandes fóruns globais e também pelas propostas “universais” de desenvolvimento possuem múltiplas conexões com os elementos da geopolítica do poder e da riqueza. Uma parte deste capítulo discutirá os avanços e as contradições contidas nos projetos REDD (Reduced Emissions for Deforestation and Degradation) e no Mercado de Crédito de Carbono, além de problematizar o lugar ocupado por determinadas ONGs transnacionais que atuam no país nessa conjuntura anárquica e competitiva do Sistema Interestatal Capitalista.

- O capítulo 3 abordará os elementos da geopolítica ambiental associados às recentes mudanças no marco regulatório do pré-sal. Através de uma perspectiva das competições interestatais e da atuação de novos atores no Sistema Internacional, mostrar-se-á como o *ambientalismo hegemônico* de caráter neoliberal vem contribuindo para reforçar a tríade “imobilização”, desapropriação e desestatização dos recursos naturais brasileiros a partir de complexos interesses geopolíticos que pressionam o Estado na tomada de decisão (ou na falta dela) sobre o seu próprio território, inclusive dando margem para a atuação de poderosos Estados-economias nacionais no Atlântico Sul. Nesse capítulo, analisar-se-ão os discursos de atores envolvidos e as recentes mudanças institucionais relativas à questão do pré-sal, além dos movimentos estratégicos de poder interestatais-empresariais sobre o Atlântico Sul.
- As Considerações Finais pretendem fazer uma reflexão sobre como a construção de um verdadeiro projeto nacional minimamente consensual, duradouro e apartidário pelo Estado brasileiro poderia minimizar, por um lado, fortes interesses globais sobre o território nacional e significar, por outro lado, uma real oportunidade de inserção geopolítica do país no Sistema Internacional sob uma perspectiva autônoma a partir de uma utilização soberana e socialmente responsável de seu patrimônio territorial como estratégia de defesa e desenvolvimento nacional.

# CAPÍTULO 1 – GEOPOLÍTICA CLÁSSICA, NOVAS GEOPOLÍTICAS E A QUESTÃO AMBIENTAL NA ATUAL CONJUNTURA DO SISTEMA INTERESTATAL

## INTRODUÇÃO

Frente a uma realidade que envolve a expansão da questão ambiental permeando a geopolítica global é que se colocam as seguintes indagações: i) caberia o campo da Economia Política Internacional ficar alheio a esta discussão? ii) como as transformações teóricas e conceituais no campo da Geopolítica nos levaram a reconhecer novas formas, práticas e temáticas de poder? iii) Como a questão ambiental se caracteriza como um novo paradigma geopolítico no Sistema Interestatal Capitalista?

O Capítulo divide-se em três seções. A primeira seção expõe a gênese de construção e a expansão do Sistema Interestatal Capitalista sob o ponto de vista da Teoria do Poder Global, além de pontuar importantes conceitos e algumas de suas questões históricas. A seção pretende trazer um debate entre teóricos da Economia Política Internacional e das Relações Internacionais, além das principais discussões sobre o Sistema Interestatal Capitalista – eixo catalisador da nossa agenda de pesquisa e que é fortemente permeado e influenciado por novas geopolíticas – dentre elas, a da questão ambiental.

Por sua reconhecida característica interdisciplinar na contemporaneidade e por ser um campo do conhecimento verdadeiramente a serviço da reflexão e da criticidade, a segunda seção pretende fazer um *insight* sobre as transformações no campo da Geopolítica, buscando explicar as motivações e os aspectos relacionados à emergência de novos atores, colocando as intensas rupturas e transformações programáticas e as novas abordagens conceituais e de espacialidade do poder.

A última seção, ao fazer um resgate histórico e uma interpretação crítica da questão ambiental, esclarece como a biodiversidade e os recursos naturais, hoje, se constituem como temas de grande relevância nas discussões engendradas na nova geopolítica do Sistema Interestatal Capitalista.

## I.1 – A GEOPOLÍTICA DO PODER GLOBAL: FORMAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DO SISTEMA INTERESTATAL CAPITALISTA

A formação e consolidação do sistema político e econômico mundial – o que seguindo uma perspectiva teórico-conceitual heterodoxa no campo da Economia Política Internacional denominamos como Sistema Interestatal Capitalista – é uma construção eurocêntrica que tem sua origem associada, segundo Fiori (2007a), aos acontecimentos políticos e às transformações socioeconômicas do *Longo Século XIII* (1250-1453). Este período singular e verdadeiramente revolucionário da história se caracterizou pelo início da fusão entre a **esfera do poder** – simbolizado pela autoridade central do soberano sobre um território delimitado a partir de uma imposição de fronteiras, jurisdição própria e tributação que, por sua vez, influenciou na formação dos primeiros Estados nacionais – com a **esfera da riqueza** – marcada pela emergência da burguesia. Além da primazia da unificação territorial através de uma base física juridicamente consolidada – representada pelo Estado nacional – nesse contexto surge outra novidade histórica: a transição do modo de produção feudal para o sistema capitalista.

Nesse sentido, vale a pena colocar duas importantes teorias sobre o surgimento do capitalismo. A representada pela análise do filósofo e sociólogo alemão Karl Marx e também por Fernand Braudel, que privilegia a questão econômica frente às demais, e a de Fiori (*Op. Cit.*), que observa o casamento indissociável entre o poder e a riqueza como fundamentos para a construção e explicação da Teoria do Poder Global.

Segundo Braudel (1987), o capitalismo tem suas raízes na Europa no fim do século XV em razão da formação de um mercado mundial – a economia-mundo – e da inauguração da divisão internacional do trabalho. Para efeito de precisão do conceito, Braudel (*Op. Cit.*) defende que o capitalismo é o antimercado, pois nele se desenrolam as trocas desiguais e a acumulação dos grandes lucros monopolistas em detrimento da livre-concorrência. O autor chama este período de transição para o capitalismo e início do Sistema-Mundo de o *Longo Século XVI* (1453-1688).

Fiori (2005, p. 65), ao falar da origem e expansão do poder e da economia globais, cita Braudel<sup>10</sup>. Vejamos:

---

<sup>10</sup> Braudel, F. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987, p. 85.

Para Braudel, a economia nacional é um espaço político que foi transformado pelo Estado, em virtude das necessidades e inovações da vida material, num espaço econômico coerente, unificado, cujas atividades passaram a se desenvolver em conjunto numa mesma direção (BRAUDEL, *Op. Cit.*, p. 85, *Apud FIORI, Op. Cit.*, p. 65).

A obra de Wallerstein (1974) e de outros teóricos do Sistema-Mundo se apoiam fortemente em Marx ao considerarem a proeminência dos fatores econômicos sobre os políticos na história do Moderno Sistema Mundial; e também em Braudel e na Escola de *Annales*, ao resgatarem os acontecimentos políticos e às transformações socioeconômicas europeias a partir do *Longo Século XVI* numa visão historiográfica de longa duração que leva em conta as intensas transformações e a formação de novas estruturas históricas através de uma visão multissecular do tempo.

O principal foco de análise dessa corrente é a economia capitalista mundializada – a economia-mundo – que também se originou no contexto do *Longo Século XVI*. Ao contrário da Teoria do Poder Global, de Fiori (2007a), que enxerga o Sistema Internacional como uma “máquina de acumulação de poder e riqueza” e que tem como seu motor a competição e a guerra entre seus Estados-economias nacionais, Wallerstein (*Op. Cit.*) observa o Sistema-Mundo em seu conjunto, colocando o capitalismo como o motor das disputas no espaço mundial, isto é, na economia-mundo – “ampla zona geográfica unificada e organizada por um processo de divisão social do trabalho que implica em uma significativa troca de bens essenciais”, assim como um fluxo constante de capitais onde as unidades de poder (Estados nacionais) atuam de forma a garantir a preponderância dos interesses das corporações e dos monopólios que os representam (SENE, 2015, p. 23-24).

Fiori (*Op. Cit.*) crê que o capitalismo surge da fusão singular entre a **geometria do poder** com a **geometria da riqueza**. Arrighi (1996) e Wallerstein (*Op. Cit.*), dois discípulos de Braudel e da Escola de *Annales*, acreditam que a evolução da maior complexidade das relações econômicas e financeiras foi o que levou o feudalismo para a economia de trocas e para a transição para o capitalismo. Braudel e seus discípulos creem que o Sistema Mundial é o ponto de partida e pré-existe ao capitalismo, onde um processo evolutivo e a necessidade de trocas e comércio levaram os povos a este sistema de relações políticas e socioeconômicas. Para Fiori (2005), o sistema capitalista, na verdade, se apresenta como mais um produto da afirmação europeia no momento de construção e expansão dos Estados nacionais, sendo incompleta e insuficiente a explicação que se vale apenas pelo mercado e pelo poder do capital.

A discordância de Fiori (2007a) com Braudel (1996) e Marx (1988) se dá pela percepção que a força expansiva que acelerou o crescimento dos mercados e produziu as primeiras formas de acumulação capitalista não pode ter vindo do jogo das trocas, ou do próprio mercado, nem veio, nesse primeiro momento, do assalariamento da força de trabalho. Enquanto Marx observa a globalização do capital como obra do capital em geral, isto é, da própria expansão dos capitalistas, Fiori (*Op. Cit.*) coloca que a construção e a solidificação do capitalismo e, de maneira ampla, a própria expansão do capital, foram elementos impulsionados pelo mundo do poder e da conquista, isto é, pela acumulação de poder “natural” dos Estados como máquinas de guerra, citando os casos das grandes Repúblicas Mercantis italianas de Gênova e de Veneza.

Sob a lógica das Grandes Potências, foi a teoria do imperialismo que inseriu o Estado na história. Nesse prisma teórico de viés marxista, o Estado seria o braço diplomático da burguesia para a internacionalização do capital e para a proteção/expansão militar dos interesses econômicos das classes mais poderosas.

Arrighi (*Op. Cit.*) elucida que transição realmente importante não foi a do feudalismo para o capitalismo, mas a do poder capitalista disperso para um poder concentrado. Em outras palavras, “a fusão singular do Estado com o capital” (ARRIGHI, *Op. Cit.*, p. 35), fundamento crucial e característica dominante das Grandes Potências ao longo da história e dos diferentes ciclos hegemônicos.

Arrighi (*Op. Cit.*), que utiliza os *Ciclos Seculares* de Braudel e o conceito de *Hegemonia* gramsciano, analisa as ascensões e declínios das nações hegemônicas, afirmando que a hegemonia seria a capacidade de um Estado de exercer funções de liderança e organização sobre o Sistema Mundial no qual as nações que ascendem como hegemônicas valem-se do caos sistêmico e atuam de forma a responder a necessária demanda por ordem e cooperação interestatal.

A hegemonia, para o autor italiano, lida diretamente com elementos de consentimento e coerção. Embora com grande imersão no marxismo, Arrighi (*Op. Cit.*) observa que a dominação hegemônica ultrapassa as questões econômicas, envolvendo uma liderança intelectual e moral que motiva e induz outros estados a uma coalizão sob a liderança do *Hegemon*.

O *Longo Século XIII*, de Fiori (*Op. Cit.*), e o *Longo Século XVI*, de Braudel (*Op. Cit.*), não fazem referência a um tempo gregoriano, isto é, preciso. Tratam-se, na visão dos autores, do início da afirmação dos Estados nacionais, do surgimento do capitalismo e do expansionismo global da Europa. A Europa, região até então atrasada em aspectos

econômicos, políticos e institucionais, torna-se uma força expansiva capaz de subjugar os povos de todos os continentes em pouco mais de três séculos.

Transformações políticas, econômico-produtivas, sociais e culturais que tiveram início na passagem da Baixa Idade Média para a Idade Moderna foram alguns dos determinantes para o sucesso na etapa da construção do Sistema Interestatal Capitalista e da hegemonia do *Universalismo Europeu* em escala global.

Vale ressaltar que o *Universalismo Europeu* – conceito de Wallerstein (2007) para expressar a visão dominante e a construção de uma história mundial eurocêntrica – foi reflexo de um expansionismo iniciado ainda no século XV (referente às grandes navegações) que, em nome da fé cristã, impõe seus domínios sobre outros continentes com a instauração, por exemplo, do colonialismo na América, sob o lema da “civilização” dos povos “não civilizados”, do “progresso” moral e do desenvolvimento econômico, e, posteriormente, do imperialismo (neocolonialismo), principalmente na África e Ásia nos séculos XIX e XX sob a luz do *darwinismo social*.

A construção do Sistema Interestatal Capitalista teve custos elevados para a maior parte da população mundial. A consolidação do sistema recaiu sobre povos e territórios que tiveram suas soberanias violadas em proveito da hegemonia do *Universalismo Europeu* representado pelo grupo seletivo das Grandes Potências coloniais. Além da violência sobre os homens, a natureza sempre foi uma fronteira econômica e de expansão da dominação a ser apropriada pelo capital na lógica de expansão dos interesses dos Estados-economias nacionais na busca incessante pelo lucro e pela afirmação do poder sobre outros povos e Estados.

Assim, através de uma aliança entre a geometria do poder com a geometria da riqueza e de uma característica inicial já expansionista e anárquica, Fiori (2007a) esclarece a construção do Sistema Interestatal Capitalista.

O verdadeiro ponto de partida do “Sistema Mundial moderno” é os “Estados-economias nacionais” que foram “inventados” pelos europeus e que se transformaram em “máquinas de acumulação de poder e riqueza”, dotadas de uma “compulsão expansiva” maior do que a dos primeiros poderes e capitais que se formaram na Europa durante o “longo século XIII”. Os “Estados-economias nacionais” foram o produto final da acumulação de poder e riqueza que ocorreu antes da chegada do século XVI. Mas, depois disso, a “pressão competitiva”, a “conquista” e a “acumulação de poder” seguiram sendo “necessidades imperativas” desse novo sistema (FIORI, *Op. Cit.*, p. 27).

Nesse período da história europeia, há um lento processo de mutação, cujo resultado será uma ruptura qualitativa na história política, econômica, social e cultural

do continente. Um processo de concentração de poder e de expansão das unidades de poder, altamente segregadas no continente europeu em razão de uma intensa fragmentação territorial e disputas fronteiriças, sobretudo pelo fim do Império Romano, favoreceu uma capacidade notável de conquista territorial e de acumulação de riqueza. Braudel (1987) afirma que nesse período histórico se inicia a  **fusão entre o Estado e as economias nacionais**  e o vitorioso expansionismo europeu. Neste sentido, Fiori (2007a, p. 24) ressalta que a originalidade da Europa – continente no qual emergem as principais potências mundiais responsáveis pela expansão e consolidação do Sistema Interestatal Capitalista – foi a forma em que “a necessidade da conquista” induziu e depois se associou com a “necessidade do lucro”. Os processos de conquista e expansão territorial externa e de subjugação e obediência interna ocorrem simultaneamente sob o comando de uma autoridade central nos primeiros Estados europeus.

Vejamos a análise de Fiori (2005) sobre o início da relação entre o “Príncipe” e o “Banqueiro”.

A relação entre o Poder e o Dinheiro, ou entre príncipes e banqueiros, é muito antiga e remonta às cidades do Norte da Itália, onde nasce o sistema bancário moderno, ligado ao comércio de longa distância e à administração das dívidas do Vaticano (FIORI, *Op. Cit.*, p. 66).

Com sua situação interna solidificada já no século XIII, Portugal tornou-se o pioneiro Estado centralizado na Europa. Devido a sua limitação de recursos naturais e com o mar Mediterrâneo dominado pelos muçulmanos, o ineditismo luso nas navegações para outros continentes representou um passo decisivo para a expansão marítima europeia nos séculos seguintes. Em um curto espaço de tempo, o expansionismo europeu rapidamente se modifica de um ato heroico de sobrevivência interna para modificar o rumo da história global.

A partir da segunda metade do século XVI, a posição periférica e atrasada da Europa em relação ao Oriente se transforma com o domínio sobre as principais rotas comerciais, mercados, especiarias e metais preciosos, fundamentos do intervencionismo estatal mercantilista, mas também com a expansão e imposição da cultura e de valores eurocêntricos sobre os povos “não civilizados” (WALLERSTEIN, 2007). Nascia, portanto, uma história de opressão e de domínio eurocêntrico em escala planetária.

Além da precoce e pioneira hegemonia portuguesa, outras potências coloniais se sucederam na liderança hierárquica do Sistema Interestatal Capitalista ao longo dos

séculos seguintes, como as hegemonias da coroa espanhola, da França, da Holanda, do Império Britânico e do poder atual estadunidense.

Sobre os diferentes períodos de hegemonias históricas, Fiori (2005) coloca que a natureza competitiva é um importante aspecto estrutural presente na base do Sistema Interestatal Capitalista:

[...] a hegemonia mundial foi e sempre será uma posição de poder disputada e transitória, e nunca será o resultado de um consenso ou de uma eleição democrática. A posição hegemônica, portanto é uma conquista, uma vitória do Estado mais poderoso num determinado momento, e nesse sentido é ao mesmo tempo um “ponto” na curva ascendente desse Estado rumo ao império mundial (FIORI, *Op. Cit.*, p. 69-70).

Fiori (2007a, p. 22) afirma que, depois do século XVI, foram sempre os Estados-economias nacionais que lideraram a expansão capitalista e sempre foram os Estados expansivos ganhadores que lideraram a acumulação de capital em escala mundial.

Para Wallerstein (1974), as variadas assimetrias políticas e socioeconômicas interestatais existem em razão da própria natureza do Sistema Mundial. Com isso e numa visão com um viés economicista, esse sistema é dividido entre centro, periferia e semiperiferia devido a uma divisão internacional do trabalho<sup>11</sup> comandada pelas Grandes Potências e pelas corporações transnacionais que as representam.

Desta forma, a economia-mundo é desde o princípio concentradora em zonas de acumulação (BRAUDEL, 1987) e hegemonias, e o Sistema Interestatal Capitalista é expansionista interna e externamente. Vejamos a análise de Fiori (2005) sobre a expansão histórica do Sistema.

---

<sup>11</sup> Dada às características essenciais concentradoras do capitalismo, inevitavelmente o sistema é hierarquizado em escala global segundo o desenvolvimento e o poder geoeconômico dos países. Tal hierarquização se dá entre países periféricos, semiperiféricos e centrais. Estes termos têm origem nas diversas correntes da *Teoria da Dependência*, sobretudo com os pioneiros estudos de Prebisch e em Wallerstein (1974) que, anos mais, acrescentou a expressão semiperiférico (SOUZA, 2003; RODRÍGUEZ, 2009). Os países periféricos, pouco industrializados, possuem o PIB e sua pauta de exportações muito dependentes do setor primário. Possuem, também, problemas sociais graves (enorme pobreza absoluta e mesmo fome endêmica, desigualdades etc.) (SOUZA, *Op. Cit.*; RODRÍGUEZ, *Op. Cit.*). Já os países centrais são industrializados e geoeconomicamente e geopoliticamente dominantes em escala global, apesar das diferenças entre eles (por exemplo, a distância de potencial militar que separa os EUA dos países europeus ou do Japão). Embora não estejam livres de diversos problemas (como racismo, xenofobia e, mesmo, pobreza e desemprego), historicamente, as sociedades desses países conseguiram superar, em geral, os problemas materiais mais graves, como a pobreza absoluta (SOUZA, *Op. Cit.*; RODRÍGUEZ, *Op. Cit.*). Os países semiperiféricos são aqueles que mesclam algumas características dos países centrais, como o forte nível de industrialização (embora, via de regra, não sejam indústrias de tecnologia de ponta), com muitas características dos países periféricos, a começar pelos problemas sociais. Os países semiperiféricos são, normalmente, ou “países subdesenvolvidos industrializados”, como o Brasil, ou, também, países europeus que não chegaram, nunca, a se afirmar como países centrais, mesmo tendo sido, em alguns casos, potências coloniais, como Portugal (SOUZA, *Op. Cit.*; RODRÍGUEZ, *Op. Cit.*).

[...] sistema político e econômico mundial foi uma criação do poder: do poder expansivo e conquistador de alguns Estados-economias nacionais europeus que durante o século XVII se transformaram no pequeno grupo das Grandes Potências. Até o século XIX o Sistema Mundial se restringia quase que exclusivamente aos Estados europeus, aos quais se agregaram, no século XIX, os novos Estados independentes americanos. Mas foi só na primeira metade do século XX que o sistema incorporou no seu núcleo central duas potências “expansivas” extraeuropeias, os Estados Unidos e o Japão, um pouco antes que o Estado nacional se generalizasse, já na segunda metade do século XX, como a forma dominante de organização do poder político territorial através do mundo. Além disso, do nosso ponto de vista, o Sistema Mundial não existiria na sua forma atual caso não tivesse ocorrido na Europa um casamento entre os Estados e as economias nacionais. E a partir desse momento o que muitas vezes se chama de “globalização” é o processo e o resultado de uma competição secular entre esses Estados/economias nacionais. A hierarquia, a competição e a guerra dentro do núcleo central do Sistema Mundial marcaram o ritmo e a tendência do conjunto na direção de um império ou Estado universal e de uma economia global (FIORI, *Op. Cit.*, p. 68-69).

Nesse sentido, a professora de História e Relações Internacionais Ana Saggiore Garcia (2010, p. 157) expõe a análise do economista política estadunidense Benjamin Cohen (1976) sobre o conceito de imperialismo, retomado pela Economia Política Internacional a partir dos anos 1970 com um viés não exclusivamente marxista. O autor, ao afirmar que ele “seria operacional”, discute as formas de imperialismo, indo do “controle direto, por meio da extensão da soberania política, ou indireto, com penetração econômica e pressões diplomáticas ou militares”.

Cohen (*Op. Cit.*) afirma que “a raiz principal do imperialismo está na organização anárquica do Sistema Internacional” (GARCIA, *Op. Cit.*, p. 157), isto é, ao discutir a anarquia do Sistema Interestatal ao comportamento individual das unidades de poder – os Estados – conclui que estes buscam incessantemente (e naturalmente) o acúmulo de poder para salvaguardarem seus próprios interesses nacionais. Vejamos a análise de Garcia:

A visão de Cohen reflete o paradigma realista do Sistema Internacional. A expansão de poder (territorial, econômica, política e militar) dos Estados é justificada para manutenção de seu *status quo*, o que apresenta uma ambiguidade, uma vez que é necessário expandir e crescer para manter a situação original de poder. A política de expansão do Estado imperial torna-se uma “escolha racional”, perdendo elementos morais e éticos (GARCIA, *Op. Cit.*, p. 157-158).

O Sistema Interestatal Capitalista nasce como produto singular da fusão entre o poder de Estado centralizado com a acumulação de riqueza interna. Desde a sua gênese até os dias de hoje, a burguesia e a autoridade central possuem seus interesses político-econômicos alinhados sobre o interesse de expansão e internacionalização de seu capital

nacional. Vale a pena frisar que, como veremos na seção 3 deste capítulo, a questão ambiental (biodiversidade e recursos naturais) pode ser compreendida como mais um instrumento desse processo.

A centralização do poder nas mãos do soberano foi um passo importante para a passagem, seguindo uma perspectiva Braudeliana, da economia de trocas para uma economia de anti-mercado, isto é, para o capitalismo. A formação do Estado moderno teve como elementos cruciais para o nascimento das economias-capitalistas nacionais a obtenção do excedente via aumento da produtividade, a imposição de moedas e tributos, além da taxação e recolhimento de impostos. Não se pode compreender o Sistema Interestatal dissociado da emergência e expansão do capitalismo como modo de produção e de relações sociais. Entretanto, como Fiori (2007a) coloca, **o poder é a questão central e fundadora do sistema.**

As estreitas relações entre o Estado com os capitalistas são reconhecidas pelo sociólogo, filósofo e historiador estadunidense Charles Tilly (1993). Tilly (*Op.Cit.*) assinala que o constante esforço de guerra existente no tabuleiro político fragmentado europeu e a crescente necessidade de tributos para a formação e manutenção de grandes exércitos foram os principais aspectos para a formação dos Estados na transição da Idade Média para a Idade Moderna. Além de elucidar o papel das guerras para a formação dos Estados, o autor coloca que as forças do mercado foram determinantes na construção do Sistema Interestatal Capitalista. Inúmeros exemplos poderiam ser colocados para demonstrar essa intensa e indissociável relação entre Estado, guerras e o grande capital para o acúmulo de territórios, mercados consumidores, matérias primas e fontes de energia, riqueza e poder.

O capitalismo e os Estados nacionais cresceram juntos, e é de se presumir que tenham dependido um do outro de algum modo, mas os capitalistas e os centros de acumulação de capital, muitas vezes, ofereceram uma resistência deliberada à ampliação do poder do Estado (TILLY, *Op. Cit.*, p. 110).

A questão é que a constituição do Estado moderno e a afirmação do sistema capitalista – novidades históricas da passagem da Baixa Idade Média para a Idade Moderna – foram determinantes para a rápida expansão e o domínio mundial europeu que ocorrem, fundamentalmente, em razão da fusão entre o poder centralizado estatal com a acumulação de riqueza interna. Como colocado pelo professor de Economia Política Internacional Mauricio Metri (2012), a acumulação de riqueza interna só foi possível com a atuação do Estado impondo sua moeda e tributos, recolhendo impostos e

respaldando a ascensão de uma pujante burguesia mercantil. Por outro lado, o Estado para ser forte necessitava do apoio constituído da nobreza e da burguesia ao Príncipe – a autoridade central.

Vale citar o trecho de **O Capital** obtido em Fiori (2005) acerca da visão de Marx<sup>12</sup> sobre como as relações entre o dinheiro e o poder funcionaram para impulsionar os históricos centros hegemônicos.

As diversas etapas da acumulação originária tiveram seu centro, por ordem cronológica mais ou menos precisa, na Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Mas foi na Inglaterra, em fins do século XVII, que esse processo se resumiu e sintetizou sistematicamente no “sistema colonial”, no “sistema da dívida pública”, no “moderno sistema tributário” e no “sistema protecionista”. Em grande medida, todos esses métodos se baseiam na mais avassaladora das forças. Todos eles se valem do poder do Estado”. [...]“a dívida pública se converte numa das mais poderosas alavancas da acumulação originária. Funciona como uma varinha mágica que infunde virtude procriadora ao dinheiro improdutivo e o converte em capital sem expô-lo aos riscos [...], como se fosse um capital chovido do céu (MARX, 1980, p. 685, 638, *Apud* FIORI, *Op. Cit.*, p. 65,66).

A fusão e a complementaridade entre os interesses do poder centralizado e da burguesia ocorrem, magistralmente, na Inglaterra do século XVII. Vejamos a análise de Fiori (2005).

Uma vez que a Inglaterra virou uma ilha e constituiu sua economia nacional, a relação entre os governantes e os banqueiros mudou de natureza. Nessa nova realidade não mais se tratava de uma relação e de um endividamento pessoais do príncipe com uma casa bancária de qualquer nacionalidade: a relação de endividamento se dava entre o Estado e os bancos de uma mesma unidade territorial ou de uma mesma economia [...] Como consequência, nasce um “interesse nacional” inglês que é simultaneamente econômico e político, e essa unidade se transforma numa força propulsora gigantesca e sem equivalente na história passada da acumulação do poder e da riqueza, uma força que ultrapassará as fronteiras nacionais da Inglaterra. Trata-se de um verdadeiro salto qualitativo na história do poder, do dinheiro e do Sistema Mundial. Inicia-se então a escalada do poder nacional inglês na direção do poder global ou da hegemonia mundial. E essa expansão é que criará as bases “materiais” de uma nova “economia mundial”, diferente da “economia-mundo” de que fala Braudel, que ainda era organizada em torno das grandes cidades mercantis da Itália e do Norte da Europa (FIORI, *Op. Cit.*, p. 66).

Neste contexto de transformações e abordando os Estados e as formas de conquista e preservação do poder, o cientista político italiano Nicolau Maquiavel escreve **O Príncipe** em 1513. Maquiavel (2001) – um dos pioneiros da ciência política – sistematizou o pensamento de ação e as estratégias necessárias do “Príncipe” para conservar e acumular o poder sobre os homens. Ele dizia que o “desejo de conquistar é

---

<sup>12</sup> Marx, K. **El Capital**. México: Fondo de Cultura Económica, 1980, p. 685 e 638.

coisa verdadeiramente natural e ordinária e os homens que podem fazê-lo serão sempre louvados e não censurados” (MAQUIAVEL, *Op. Cit.*). Isto é, no plano real o poder é fluxo, mais do que estoque e, com isso, precisa ser exercido e se reproduzir. É o ato de conquista a verdadeira força originária que instaura a acumulação de poder.

Como teorizado pelo historiador britânico Paul Kennedy (1989), a atual conjuntura geopolítica global – competitiva, assimétrica e anárquica – surge de uma ruptura da condição marginal da Europa em que a necessidade de competição interestatal foi a força motriz impulsionadora do sistema capitalista

Na pequena Europa, a fragmentação territorial em inúmeros Estados, reinos, ducados e regiões induziu a competição e o próprio expansionismo para outros continentes, daí a ideia de um Sistema Mundial eurocêntrico, inclusive de valores, comportamento – individual e a nível de Estados – e da construção de instituições supranacionais que legitimam e ainda perpetuam o eurocentrismo e também, como produto singular e altamente aperfeiçoado desse processo, o estaducentrismo.

O sociólogo alemão Norbert Elias (1993) apontara que a “guerra induz ao ato de expansão territorial”, algo necessariamente contínuo no Sistema Interestatal Capitalista até os dias de hoje. Tilly (1993) coloca uma visão parecida.

[...] todo aquele que controlava meios substanciais de coerção tentava garantir uma área segura dentro da qual poderia desfrutar dos lucros da coerção e mais uma zona-tampão fortificada, para proteger a área segura. Quando as potências adjacentes estavam perseguindo a mesma lógica, o resultado era a guerra (TILLY, *Op. Cit.*, p. 127).

Contudo, Fiori (2005) discorda de Tilly<sup>13</sup> em relação à visão sobre o papel da guerra nesse processo. Enquanto Tilly (1993) afirma que a guerra é um choque em razão dos interesses e da expansão territorial das principais potências para conservar o poder, Fiori (*Op. Cit.*), ao expor e questionar a teoria de Tilly, aponta que a guerra é a primeira causa – a razão para a necessidade de expansão territorial e de conquista – uma possibilidade *sine qua non* para o acúmulo originário e primitivo de poder.

[...] toda grande potência estará sempre obrigada a seguir expandindo o seu poder, mesmo em períodos de paz. Em primeiro lugar porque a guerra é uma possibilidade constante e inevitável das relações entre as Grandes Potências; em segundo lugar porque ela só pode ser protelada pela conquista ou acumulação de mais poder; e em terceiro lugar porque nesse sistema, como sentenciou Elias, “quem não sobe, cai”. [...] Mas Tilly não explica por que os príncipes e Estados sentem a necessidade inicial de criação de suas primeiras “zonas de segurança”. Ele afirma que a guerra é uma consequência inevitável do processo de expansão territorial dos Estados, mas tampouco

---

<sup>13</sup> Tilly, Charles. **Coerção, capital e Estados europeus**. São Paulo: Unesp, 1993, p. 127.

explica a razão da própria expansão. A guerra não está no fim do processo de expansão territorial: está na sua própria origem e acaba se transformando na sua primeira causa ou primeiro motor (FIORI, *Op. Cit.*, p. 68; 69).

A visão de Fiori sobre a guerra se assemelha mais com a do realismo ofensivo do cientista político estadunidense John Mearsheimer (2001) e não ao neorealismo defensivo (ou realismo estrutural) do teórico estadunidense das Relações Internacionais Kenneth Waltz (1979). Na percepção teórica do realismo ofensivo, as unidades estatais buscam a maximização do poder por uma questão de autossobrevivência em razão do temor da “índole” malevolente das demais unidades estatais.

Waltz (*Op. Cit.*) e Mearsheimer (*Op. Cit.*) pensam diferente sobre o balanço de poder, embora em ambos a estrutura e distribuição de poder do sistema tenham importância fundamental, sem deixar de olhar para as características e para o comportamento das unidades estatais.

Buzan & Hansen (2012) citam Waltz e Mearsheimer e colocam que:

A política internacional atravessa períodos de acomodação e de menos guerras, mas sempre há, à espreita, a sombra de conflitos futuros e, se os Estados não se prepararem – como mostrou o período entreguerras – eles aprenderão, da maneira difícil, que outros o fazem (Buzan & Hansen, *Op. Cit.*, p. 250).

Nesse sentido, a Europa destaca-se na história humana pelo número de guerras travadas. A mesma Europa que hoje se coloca como guardiã dos direitos humanos e portadora dos valores da “evolução” da civilização mundial é a mesma que ainda toma a dianteira em ações militares em diversas regiões do mundo, inclusive com intervenções militares e violação de soberanias estatais pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) com a justificativa de defesa da “liberdade”, da “democracia liberal” e dos “direitos humanos”.

Sobre a questão do equilíbrio de poder e a anarquia do sistema, os acordos supranacionais em relação ao conceito de soberania entre os Estados assinados na Paz de Vestfália (1648) são extremamente importantes para a compreensão dos desdobramentos do Sistema Interestatal Capitalista. A guerra é uma condição de “normalidade” do sistema para a resolução de conflitos e para as alterações dos *hegemons*.

Foi a Paz de Vestfália, assinada em 1648, que consagrou o princípio da “soberania nacional” e gerou o “sistema político-estatal europeu”. Mas ao consagrar o princípio da soberania criou um sistema de poder anárquico, no qual o exercício do “equilíbrio de poder” e a guerra se tornaram as duas formas conhecidas e possíveis de resolução dos conflitos entre os Estados soberanos. Configurou-se, assim, uma forma primitiva de governança

supranacional. Portanto, o novo sistema estatal nasceu competitivo e movido pela possibilidade permanente da guerra (FIORI, 2005, p. 67).

Kennedy (1989) novamente afirma que a falta de qualquer grande império centralizado na Europa e as rivalidades marciais entre seus vários reinos e cidades-Estados estimulou uma constante busca de progresso militar, que interagiu proveitosamente com o progresso tecnológico e comercial também registrado nesse ambiente competitivo e empresarial. No século XVI, as lutas de poder dentro da Europa estavam também contribuindo para a própria ascensão econômica e militar do continente acima de outras regiões do mundo.

Como é sabido, na Europa – ao contrário dos impérios asiáticos – a desintegração do Império Romano e, depois, do Império de Carlos Magno provocou uma fragmentação do poder territorial e um desaparecimento quase completo da moeda e da economia de mercado entre os séculos IX e XI. Mas a desintegração política e atrofia econômica se reverteram nos séculos XII e XIII, quando começaram os processos de centralização do poder territorial e de mercantilização da economia, que culminaram com a formação dos Estados-economias nacionais europeus. Essa “pré-história” do “Sistema Mundial moderno” oferece um ponto de observação privilegiado das relações iniciais entre poder, o dinheiro e a riqueza que se tornaram a especificidade e a grande força propulsora do “milagre europeu” (FIORI, 2007a, p. 14).

As unidades de poder europeias construíram, entre si, um sistema competitivo, bélico e expansivo desde o início de suas existências, como se constata ao analisarmos os últimos seis séculos do Sistema Interestatal Capitalista.

[...] as primeiras “economias nacionais” nasceram como uma estratégia de guerra defensiva dos primeiros Estados territoriais europeus e depois se transformaram numa imposição do sistema político interestatal, cuja regra número um era a continuidade e a intensificação permanente da competição político-militar entre seus Estados-membros. Como resultado, desde o início o sistema político europeu esteve sob o controle compartilhado ou competitivo de uns poucos Estados que impuseram aos demais sua liderança político-militar e econômica. Foram as Grandes Potências, que nunca passaram de seis ou sete, que desde o início se transformaram no núcleo dominante de todo o sistema. [...] a mobilidade dentro desse sistema sempre foi muito lenta e as “barreiras à entrada” de novos “sócios” criadas pelas potências ganhadoras sempre muito altas (FIORI, 2005, p. 67).

Nesse sentido, a guerra é, sob a luz da Teoria do Poder Global, parte indissociável da “normalidade” do Sistema Interestatal Capitalista.

[...] do ponto de vista do “poder global”, desordem, crise e guerra não são, por si mesmos, um anúncio do “fim”, são uma parte necessária do movimento de expansão do Sistema Mundial. E deste mesmo ponto de vista, falar de uma “crise terminal”, com data marcada, de um poder hegemônico, ou do próprio “Sistema Mundial moderno” é um absurdo teórico e histórico. Até porque, no tempo de espera da “hora final”, o mais provável é que o sistema siga enfrentando e superando crises econômicas, como em toda a história da internacionalização capitalista, e situações de guerra, como em toda a história

geopolítica das nações, inaugurada pela Paz de Westfália, em 1648. E, portanto, com relação a este tempo de espera, todas estas previsões “terminais”, são absolutamente inúteis (FIORI, 2007c, ON LINE).

Vale a pena ressaltar que a guerra possui novas configurações e facetas na complexidade das relações globais da contemporaneidade, como a já mencionada *Guerra Híbrida*. Novos atores e novas agendas instrumentalizados no campo da geopolítica e das relações internacionais atuam como uma espécie de “soldados” também para a guerra, mesmo com ressalvas e diferenças em relação à utilização de um clássico aparato militar. A competição se mantém, mas a guerra e as armas, em muitos casos, se reconfiguraram.

Nesse prisma, as Organizações e Regimes Internacionais funcionam como questões normativas para evitar a guerra “tradicional” e fomentar o cosmopolitismo com interesses bem específicos.

Há uma discussão e diferentes visões entre liberais, marxistas e realistas sobre os Regimes Internacionais. Os dois últimos acreditando que estes são um reflexo das relações de poder estatais e os liberais ressaltando uma visão neutra e cooperativa.

Vejamos as colocações sobre a temática pelos teóricos liberais James Rosenau e Ernst-Otto Czempiel (2000), neoliberal Robert Keohane<sup>14</sup> (1985) e neorrealista das Relações Internacionais Stephen Krasner<sup>15</sup> (1982).

O “dilema do prisioneiro” da **Teoria dos Jogos** presente no livro **After Hegemony** (*Op. Cit.*), de Robert Keohane, é utilizado como instrumento para mostrar que os Estados podem cooperar com Regimes Internacionais para buscar a paz e alcançar uma “Governança Global”. Os liberais acreditam no “ganho de confiança” através do diálogo e cooperação nas Organizações Internacionais. Keohane afirma que o *hegemon* usa o seu excedente de poder de forma benéfica para construir instituições cooperativas, regras e regimes que beneficiam a todos.

Na visão de Krasner (2012), os Regimes Internacionais são caracterizados por sua rigidez e menor possibilidade de mudança. Krasner (*Op. Cit.*, p. 94) afirma que os “regimes precisam ser entendidos como algo mais do que arranjos temporários que mudam com cada alteração de poder ou interesses dos Estados”. No tocante à agenda ambiental e sob uma perspectiva igualmente sistêmica, os Regimes podem limitar a

---

<sup>14</sup> Robert Keohane, cientista político estadunidense com forte inspiração do institucionalismo neoliberal, é um dos maiores incentivadores e promotores dos conceitos de *governança global* e *Interdependência Complexa*, relacionado-os à normatização do Sistema Internacional por “regimes supranacionais”.

<sup>15</sup> Stephen Krasner, estadunidense, é professor e teórico das Relações Internacionais. Krasner teve uma intensa participação no governo George W. Bush entre 2005 e 2007.

ação estatal e o comportamento dos atores mais frágeis, além de funcionar como formas institucionais de dominação e estratificação internacional.

Krasner (*Op. Cit.*) define os Regimes Internacionais como:

[...] princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisões ao redor dos quais as expectativas dos atores convergem em uma dada área-tema. Como ponto de partida, os regimes são conceituados como variáveis intervenientes, estando entre fatores causais básicos e os resultados e comportamentos relacionados [...] sobre as expectativas de convergência dos atores num certo ramo das relações internacionais (KRASNER, *Op. Cit.*, p. 94).

A visão dos cientistas políticos James Rosenau e Ernst-Otto Czempiel (2000) surge no seio das múltiplas transformações do mundo da globalização e pela emergência de uma sociedade civil em escala mundial. A ideia de Governança Global passa a ser interesse de outros atores além do Estado, pretendendo funcionar como um sistema de deliberação de várias temáticas das relações internacionais e que, por envolver tanto uma complexa gama de interesses particulares subjetivos e também a ratificação de normas e acordos, pode ser mais um instrumento de perpetuação das assimetrias de poder no Sistema Interestatal a partir de uma roupagem civil, liberal e democrática. Assim, na linha argumentativa proposta por esta Tese, o conceito de Governança Global também deve ser compreendido como um elemento ideológico socialmente construído nessa conjuntura de transformações sistêmicas do poder contemporâneo da globalização neoliberal, já que visa à proposição/discussão/normatização de atividades apoiadas em objetivos supostamente comuns e que pretendem abranger tanto atores e instituições estatais como mecanismos de carácter não governamental nos fóruns criados na lógica dos Regimes Internacionais.

O viés liberal de Keohane (1982) aponta para a importância da concepção de Regimes Internacionais para a estabilização do sistema, onde os atores, estatais ou não, passam agir numa escala transnacional na defesa e na tomada de decisões em diversas temáticas. Keohane e Nye (1977) e Rosenau e Czempiel (2000) colocam que os Regimes Internacionais são formas de governança voltadas para regular o comportamento e controlar os efeitos dos atores.

Ao contrário da visão liberal desses autores, o conceito de Regimes Internacionais, para Krasner (*Op. Cit.*), leva em conta as relações de poder em uma perspectiva realista. A principal diferença teórica entre ambas as proposições reside no fato de que os liberais observarem a Governança e os Regimes como uma evolução na maturidade das relações internacionais civis e estatais e como um processo cooperativo

natural para estabilizar o sistema, e os realistas, por outro lado, compreenderem os Regimes como um produto da incapacidade de democratizar o sistema e do surgimento de novas formas de dominação em temáticas estratégicas específicas.

Ao apontar a funcionalidade e a operacionalidade dos Regimes Internacionais, Krasner (*Op. Cit.*) indica que os Estados mais poderosos criam novos meios para maximizar o seu poder e, inclusive, controlar novas fontes de ameaças. Vejamos:

A explicação predominante para a existência de regimes internacionais é o autointeresse egoísta. Por “autointeresse egoísta” eu entendo o desejo de um ator maximizar sua função de utilidade sem incluir a utilidade de outro. O ator egoísta preocupa-se com o comportamento de outros apenas quando o comportamento dos demais afeta a sua própria utilidade. Todas as teorias contratualistas de Hobbes a Rawls baseiam-se na ideia do autointeresse egoísta. Em contraste, um ator que busca o puro poder está interessado em maximizar a diferença entre as suas capacidades de poder e as de seus oponentes (KRASNER, *Op. Cit.*, p. 101).

Vê-se que por trás do liberalismo transnacional construído para “estabilizar” e “democratizar” as relações internacionais, os Regimes Internacionais – sobretudo as OMI – podem funcionar como ferramentas ideológicas controladas pelos países centrais para manter a dependência dos países periféricos e semiperiféricos também pela imposição de uma agenda ambiental.

Noutras palavras, a *Interdependência Complexa* é o modelo utilizado pelos neoliberais para solidificar a redução do papel do Estado (periférico!) em decisões multissetoriais e multiescalares através de uma aparente horizontalidade democrática, ausência de hierarquia e do poder coercitivo da força militar, o que explica as estreitas relações de poderosos grupos, internos e externos, estatais, civis e multilaterais, em relação à “arma discursiva” da questão ambiental sobre espaços estratégicos do Sistema Internacional.

Vale a pena discutir um importante elemento da obra de Carr (1981) que aborda não há só a dinâmica economicista, mas também a dimensão da segurança militar. O autor classifica o poder e discorre sobre suas três formas. Carr afirma que “o poder sobre a opinião não pode ser dissociado do poder econômico e militar” (CARR, *Op. Cit.*, p. 183). E para a presente investigação, é particularmente interessante discutir o poder sobre a opinião e a visão do autor sobre a harmonia de interesses e o domínio de ideias “universais” como um instrumento dos mais poderosos.

Nos países democráticos, as condições variam, mas em toda parte há uma visível tendência na direção do controle centralizado. São criadas corporações imensas, que são poderosas demais e vitais demais para a comunidade para permanecerem totalmente independentes da máquina do governo, e que acham conveniente aceitar a colaboração voluntária com o

estado como uma alternativa a serem formalmente controladas por ele. A nacionalização da opinião processou-se, em toda parte, *pari passu* com a nacionalização da indústria (CARR, *Op. cit.*, p. 175-176).

Entender o poder sobre a opinião é fundamental para a compreensão da dinâmica da geopolítica ambiental contemporânea, já que o autor aponta que “o emprego organizado do poder sobre a opinião pública, como um instrumento normal da política externa, é fato moderno” (CARR, *Op. Cit.*, p. 176). O poder sobre a opinião pode ser uma arma utilizada por estadistas e grandes agentes do poder para solidificar e moldar seus interesses, além de cunhá-los como nacionais ou cosmopolitas.

O discurso oficial estatal na ótica de Carr, além da capacidade de assumir uma dimensão externa, perfaz um poder de barganha apropriado para mostrar os interesses do Estado em escala mundial. Carr aponta que “estadistas utilizam livremente a imprensa, embora mais com o objetivo de fazer pronunciamentos aos governos estrangeiros do que como um meio de influenciar a opinião pública em geral” (CARR, *Op. Cit.*, p. 176).

No suposto âmbito democrático dos Regimes Internacionais, os Estados e agentes mais poderosos “camuflam” o seu interesse nacional como um interesse cosmopolita universal através do poder sobre a opinião.

Transportando conceitos fundamentais da obra de Carr para o objeto desta tese, podemos considerar que, em relação à questão ambiental – os discursos dos Estados, que podem ser conciliatórios, propositivos e, até mesmo, intimidatórios em relação a outros Estados – caracterizam as suas políticas externas. Vale explicitar que “é uma falácia a crença de uma opinião pública internacional divorciada do poder nacional” (CARR, *Op. Cit.*, p. 182) e que a propaganda é tão reconhecida como uma arma política nacional que há cláusulas quanto a seu uso em acordo internacionais (CARR, *Op. Cit.*, p. 183).

Sobre a relação entre poder e opinião, Carr (1981) ainda esclarece:

A política internacional é sempre política de poder pois é impossível eliminar o poder da política. A propaganda nacional, em toda parte, se disfarça tão astutamente em ideologias caráter aparentemente internacional, prova a existência de um estoque internacional de ideias comuns, por mais limitado ou fraco que seja, ao qual se pode apelar, e de uma crença em que estas ideias comuns se colocam, de algum modo, numa escala de valores, acima dos interesses nacionais (CARR, 1981, p. 188).

A apropriação e a condução das grandes pautas globais pela geopolítica do poder global é uma questão *sine qua non* da natureza anárquica do Sistema. Elos complexos

entre Estados com atores não governamentais e/ou supranacionais podem forjar novas formas de guerra e manter uma aparente legitimidade democrática do sistema, onde as unidades de poder se comportam de forma competitiva, egoísta e privilegiando seus próprios interesses nacionais.

Ao longo da construção do Sistema Interestatal Capitalista, a ajuda mútua e a solidariedade socioeconômica entre as nações, o respeito e a tolerância às minorias religiosas, étnicas e políticas, o desenvolvimento baseado em pressupostos de universalização do bem-estar e da qualidade de vida aos mais diversos povos, e a preocupação com a biodiversidade do planeta nunca foram levados em consideração. Por que o ambientalismo toma força justamente quando a periferia do sistema capitalista apresenta considerável emergência política e econômica e os países centrais uma significativa estagnação? A resposta dessa questão não pode ser inserida apenas pelas características da globalização e da Nova Ordem Mundial pelo discurso neoliberal dentro da atual conjuntura do Sistema Interestatal Capitalista. Uma leitura histórica das características sistêmicas indica que a atual geopolítica ambiental se enquadra como um elemento intrínseco às competições interestatais.

A perspectiva do Poder Global, de Fiori, aponta para a metáfora do Sistema Interestatal como um “universo em expansão”. O Autor resume nossa breve exposição e aponta as principais características do Sistema Mundial. Vejamos:

[...] é uma “máquina de acumulação de poder e riqueza”, e seu motor é a competição e a guerra, entre seus estados e economias nacionais. Dentro deste “Sistema Mundial”, não existem países satisfeitos, todos estão sempre se propondo aumentar seu poder e sua riqueza, e neste sentido, todos são expansivos, em particular, as “Grandes Potências” que já ocupam o topo da hierarquia do poder e da riqueza mundiais. Por isto, este sistema pode ser comparado com um “universo” em expansão contínua, onde todas as potências que lutam pelo poder global, estão sempre criando, ao mesmo tempo, ordem e desordem, expansão e crise, paz e guerra. E como consequência, se pode afirmar com toda certeza que dentro deste universo, ou seja, dentro do “Sistema Mundial moderno”, nunca houve nem haverá “paz perpétua”, nem hegemonia estável. Pelo contrário, do nosso ponto de vista, o que ordena e “estabiliza” as relações hierárquicas internas do Sistema Mundial, paradoxalmente, é a existência de “eixos conflitivos crônicos”, junto com a permanente possibilidade de uma nova guerra, entre as Grandes Potências (FIORI, 2007c, ON LINE).

Por fim, as disputas em torno da questão ambiental funcionam como um elemento estrutural e indissociável da natureza expansiva e competitiva do Sistema, na qual as chamadas cooperações nada mais são do que arranjos específicos e efêmeros, isto é, se assemelhando a alianças temporárias e estratégicas.

Deve se compreender que a geopolítica ambiental é mais um instrumento de perpetuação da “geometria do poder e da riqueza” que, através de um caráter impositivo e “pseudo-globalizante”, visa manter, legitimar e aprofundar às diversas assimetrias das Grandes Potências com os países historicamente marginalizados do Sistema Interestatal Capitalista. A questão ambiental, portanto, é uma temática contemporânea permeada e alimentada por fatores conjunturais que, também, ocorre de acordo com os aspectos estruturais sistêmicos levantados nesta primeira seção do capítulo 1.

## **I.2 – REVISITANDO OS CLÁSSICOS E DISCUTINDO NOVAS TEMÁTICAS E ATORES: GEOPOLÍTICA, UM CAMPO INTERDISCIPLINAR**

As rápidas e múltiplas transformações que o Sistema Interestatal Capitalista passou no último quartel do século XX foram determinantes para a modificação da própria concepção analítica e teórico-conceitual do campo da Geopolítica. Modificações sistêmicas e conjunturais associadas com a ebulição de fatores políticos, econômicos, produtivos, sociais, culturais, tecnológicos e espaciais – no pós-Segunda Guerra Mundial, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970 – fizeram com que o objeto de estudo da Geopolítica – as disputas de poder no espaço e a influência dos fatores geográficos na política – passassem a ser trabalhadas através de uma ótica interdisciplinar, multidimensional, multiescalar e multissetorial. As questões para que e para quem serve a Geopolítica sofreram uma grande ruptura com aquela até então praticada e/ou dominante até 1945.

A tradicional reflexão sobre o campo da Geopolítica feita pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1988)<sup>16</sup> – “Espaço é poder” – ainda se mantém presente, embora as escalas espaciais de abordagem da questão, as estratégias de poder, as territorialidades e os atores se modificassem completamente nas últimas décadas.

Como importante ponderação, a **Teoria do Espaço Vital**, de Ratzel, dava muito mais importância ao conteúdo físico do espaço do que a posição geográfica. Daí a relação desse clássico autor com a temática da geopolítica ambiental como um elemento

---

<sup>16</sup> Ratzel publica as versões originais de **Anthropogeographie** em 1882 e de **Géographie politique** em 1897.

contemporâneo de apropriação dos recursos naturais dos países marginais do Sistema Interestatal Capitalista abordada na corrente hipótese. A partir de uma proposição ético-humanista, Ratzel considera que o Estado expansionista tem o dever de se apropriar de territórios com recursos naturais e ambientais para a sobrevivência de suas populações crescentes. O espaço vital deve ser tornar o espaço de domínio político.

Rudolf Kjellén – cientista político sueco influenciado pelo pioneiro autor alemão – foi o “inventor” do termo Geopolítica em 1899. O autor publicou o livro **O Estado como forma de vida** em 1916 e a sua definição do conceito nos indica o perfil e a ênfase da abordagem que permeou toda a Geopolítica clássica. Vejamos a definição de Kjellén: “ciência que estuda o Estado como organismo geográfico, isto é, como fenômeno localizado em certo espaço da Terra” (TOSTA, 1984, p. 24).

É preciso considerar que Ratzel e Kjellén observam o Estado através de uma concepção orgânica, isto é, como forma de vida que necessita expandir o seu espaço – o espaço vital – “levando ao auge o determinismo geográfico e legitimando a prática estratégica do poder do Estado” (BECKER, 2007, p. 277).

Ainda observando a visão sobre a Geopolítica clássica, os geopolíticos da escola alemã, liderados por Karl Haushofer, foram mais longe e colocaram que a Geopolítica “visa a fornecer os instrumentos para a ação política e ser um guia da ação política... A Geopolítica pretende e deve tornar-se a consciência geográfica do Estado”<sup>17</sup> (TOSTA, *Op. Cit.*, p. 24).

Até a Segunda Guerra Mundial, inegavelmente, havia uma Geopolítica – dita clássica – construída, concebida e a “serviço” do Estado – o ator central – que era o grande interessado pelas formulações concebidas. Autores como Becker (2009) e José William Vesentini (2012) denominaram esta Geopolítica clássica de, na verdade, “geoestratégias” e “geopolíticas nacionais”. Becker (*Op. Cit.*, p. 149) coloca que “a preocupação que os conceptores tinham era com relação à questão nacional, isto é, com a afirmação de seus respectivos Estados no jogo geopolítico mundial”.

A Geopolítica – revigorada na contemporaneidade novamente como um campo do saber estratégico – era objeto de estudo por parte de Universidades, Organizações *Think Tanks*, grupos de militares e de burocratas, sendo utilizada como uma espécie de “aparelho de guerra”. Análises geoestratégicas sobre as características físicas e humanas de território serviriam, em suma, para a construção e legitimação de teorias voltadas à

---

<sup>17</sup> KISS, G. **Geografia Política na Geopolítica**. In: Rev. Bras. Geog. Ano 4, nº 2 de 64, IBGE, RJ, 1942.

conquista, à aplicação e à perpetuação do poder do Estado nacional, geralmente com vistas ao espaço mundial, até então a principal escala geográfica de análise. Complementando a ótica dos geógrafos, a Geopolítica não influenciava só a guerra em si, mas também a política externa, a diplomacia e as relações exteriores.

As obras clássicas de Karl Haushofer, Rudolf Kjellén, Halford John Mackinder, Nicholas Spykman e Alfred Mahan foram, num determinado período da história, exemplos de uma das “naturezas” da Geopolítica, isto é, uma “arma” geoestratégica de dominação e para a guerra. Foi no paradigmático **The Geographical Pivot of History**, de 1904, que Halford John Mackinder, geógrafo e geopolítico inglês extremamente influente e elevado à categoria de Sir, formula a **Teoria do Heartland** e aponta que os recursos presentes no *heartland* justificarão o expansionismo interestatal e as guerras. A análise de Mackinder possui forte aproximação com a hipótese da presente pesquisa.

Para fins didáticos e cronológicos, a maior parte destas obras devem ser compreendidas dentro do contexto histórico denominado pelo historiador marxista britânico Eric J. Hobsbawm (1995) como a “Era da Catástrofe: 1914-1945” – o período inicial e mais violento do **Breve Século XX: 1914-1991** e também pela afirmação dos Estados nacionais (inclusive com o expansionismo da Itália e da Alemanha recém-unificadas e dos Estados Unidos pós-Guerra de Secessão) em suas corridas imperialistas do final do século XIX e início do século XX – a “Era dos Impérios: 1870-1914”.

Nesse sentido, o geógrafo e geopolítico francês Yves Lacoste (1985 *Apud* Castro, 2005) apontou a proeminência histórica do conhecimento geográfico como recurso consciente e necessário para as ações do poder estatal e imperial.

Dando visibilidade ao que ele denomina de “geografia dos estados maiores”, como um saber estratégico apropriado pelo comando militar de um Estado para controlar o território e a sociedade, Lacoste ressalta também que o ensino da geografia é, incontestavelmente, ligado à edificação do sentimento nacional. Acrescenta ainda que os argumentos geográficos pesam muito fortes, não somente no discurso político (ou politizado), mas também na expressão popular da ideia de pátria, quer se trate de reflexos de uma ideologia nacionalista invocada pelos generais, uma pequena oligarquia, uma “burguesia nacional”, uma burocracia de grande potência, ou se refira aos sentimentos do povo vietnamita. O autor concorda com a ideia de que o nacional se formula, em grande parte, como um fato geográfico: o território nacional, o solo sagrado da pátria, o mapa do Estado com suas fronteiras e sua capital é um dos símbolos da nação (CASTRO, *Op. Cit.*, p. 64).

Na primeira metade do século XX, a “geografia dos Estados-Maiores ou dos Impérios” – o que Yves Lacoste denominava de a verdadeira Geografia – sofreu influência de um contexto belicoso e imperialista marcado por intensas disputas

territoriais e pelas guerras travadas ainda sem o aparato tecnológico de nosso tempo. Era necessária a concepção de geoestratégias territoriais, espaciais, sociais e político-ideológicas para o Estado ter e conservar o poder em diferentes escalas: na coesão e interna e integração de seus respectivos territórios; na manutenção de colônias e/ou na busca por novas em outros continentes; nas disputas territoriais e fronteiriças nas escalas regional-continental; e, no caso do seleto grupo das Grandes Potências daquele período de hegemonia, supremacia ou *pax* britânica, com o embate de projetos nacionais de poder com vistas ao controle do espaço mundial.

Os geopolíticos clássicos da primeira metade do século XX ganharam repercussão e notoriedade como conselheiros do Estado e propositores de contribuições imperialistas para seus respectivos Estados-economias nacionais. Usaram o conhecimento dos territórios, como os aspectos físicos (clima, relevo e hidrografia) e socioeconômicos (localização da população, das atividades produtivas e da infraestrutura) para a construção de uma estratégia política e militar de “Guerra Total”, que envolve uma “mobilização total militar, tecnológica, industrial, intelectual e midiática das nações para o esforço de guerra (...) que caracterizava a massificação, não só humana, mas fundamentalmente material, característica da guerra nas sociedades industriais” (DUARTE, 2005, p. 47).

Na verdade, a Geopolítica clássica se ancorava como um instrumento de ação partindo do conhecimento da própria realidade, o que gerou críticas pela sua aproximação com o Estado expansionista. Vejamos:

A natureza pragmática, utilitarista (e para o Estado, único agente visto como legítimo) ou de “saber aplicável” sempre foi uma tônica marcante na Geopolítica (clássica). Ela nunca se preocupou em firmar-se tão somente como um conhecimento da realidade e sim como um “instrumento de ação”, um guia para a atuação de tal ou qual Estado (VESENTINI, ON LINE).

A timidez e, na maior parte do mundo, a inexistência de uma sociedade civil organizada, reafirmava o Estado – na maior parte das vezes autoritário e com o domínio absoluto sobre o poder da opinião – como o ator central (ou talvez o único ator). As duas grandes guerras mundiais e o medo do avanço de regimes totalitários e nazifascistas reforçavam o caráter acrítico e/ou ideológico da Geopolítica. Chamando a atenção para esse contexto, merece destaque a análise de Lacoste nos anos 1970 sobre a “Geografia dos professores”<sup>18</sup> – saber que naturalmente é um poder e que

---

<sup>18</sup> As duas citações de Lacoste nos ajudam a compreender a questão: i) “A geografia dos professores, forma socialmente dominante da geografia escolar e universitária, na medida em que enuncia uma

propositadamente é dissimulado e colocado erroneamente como um conhecimento que não advém do raciocínio justamente para camuflar as estratégias de dominação (LACOSTE, 1985, p. 16). E vale lembrar que Lacoste colocou que este conhecimento também seria utilizado pelas corporações industriais, grandes empresas financeiras, organizações multilaterais etc.

O geógrafo Antonio Carlos Robert Moraes (2007), estudioso da história do pensamento geográfico, também investiga a obra de Lacoste e coloca que por detrás deste conhecimento da “Geografia dos professores” havia uma tentativa de encobrimento do “valor estratégico de saber pensar o espaço, tornando-o desinteressante para a maioria das pessoas” (MORAES, *Op. Cit.*, p. 121).

Um vasto conhecimento analítico-descritivo de territórios era forjado e acobertado por intelectuais a serviço de uma “máquina de guerra”. O poder sobre a opinião, caracterizado por Carr (1981)<sup>19</sup> como uma ferramenta indispensável para a ratificação e concretização dos objetivos dos grandes Estados, era alcançado pela construção de uma geopolítica supostamente de interesse nacional e que fosse capaz de contribuir para o controle, igualmente, do território e da sociedade de seus próprios países. Era utilizado também para atender os objetivos de um Estado (ou aliança de Estados) como um interesse cosmopolita (universal), como no caso do liberalismo utópico e da Liga das Nações, criticado por Carr (*Op. Cit.*).

Daí a conexão com as obras clássicas do pensamento geopolítico brasileiro de Golbery do Couto e Silva (1967), Mário Travassos (1938), Everardo Backheuser (1933) e Carlos de Meira Mattos (1975), que buscavam justificar uma série de ações que o Estado deveria tomar sobre o território nacional visando, também, a segurança de seu entorno estratégico, as estratégias de projeção externa e os potenciais inimigos internos<sup>20</sup> e externos, como a detenção do avanço da Argentina. A visão da Geopolítica por parte dos militares brasileiros baseava-se num conhecimento tradicional voltado

---

nomenclatura e inculca elementos de conhecimento enumerados sem ligação entre si, tem como resultado não só mascarar o envolvimento político de tudo o que se refere ao espaço, como também impor implicitamente a ideia de que na geografia não há nada que perceber, é preciso é ter memória...” (LACOSTE, *Op. Cit.*, p. 13). Lacoste ainda complementa: ii) “Ela funciona como uma barreira ideológica e dissimula a eficácia das estratégias políticas e militares, mas também das estratégias econômicas e sociais que uma outra geografia permite pôr em prática” (LACOSTE, *Op. Cit.*, p. 14).

<sup>19</sup> Vejamos a análise de Carr: “O mais antigo desses instrumentos, e ainda possivelmente o mais poderoso, é a educação popular universal. O Estado que oferece a educação necessariamente molda o seu conteúdo” (CARR, *Op. Cit.*, p. 174).

<sup>20</sup> Para Backheuser e Travassos, por exemplo, o inimigo interno eram as elites regionalistas oligarcas que buscavam enfraquecer o poder central do Estado.

para “soluções políticas condizentes às realidades ou necessidades geográficas” (MATTOS, *Op. Cit.*, p. 4).

Interessante notar que a maior parte da escola clássica da Geopolítica brasileira era feita por militares e, em alguns casos, como do General Golbery do Couto e Silva, com estreitas relações com os interesses dos Estados Unidos. Isso se deu no pós- 1945, especialmente no caso brasileiro no âmbito da **Escola Superior de Guerra** (ESG), mas também em praticamente toda a América Latina em razão dos objetivos estratégicos de “Washington” de não ter nenhuma “surpresa” em sua “zona hemisférica” incontestável de projeção de poder. Nesse sentido, a geógrafa Uribe Ortega (1996, p. 148) coloca que a *“relación del Pentágono con las cúpulas militares da América Latina y el Caribe se fortaleció progresivamente antes, durante y después de la II Guerra Mundial”*.

De maneira extremamente crítica, Uribe Ortega (*Op. Cit.*) aborda a transferência e a reprodução acrítica da Geopolítica estadunidense para os meios acadêmicos da América Latina. A autora coloca que a Geopolítica feita pelos militares na América Latina nesse período era voltada para o desenvolvimento e para a Doutrina de Segurança Nacional, apresentando um caráter com pouca cientificidade e reproduzindo um viés expansionista.

*Las Doctrinas de Seguridad Nacional aparecieron en América Latina y el Caribe como “clones” de la Doctrina norteamericana, fundamentándose en los problemas de desarrollo. Su base geopolítica no fue ningún secreto y la literatura de Haushofer y su Amalgama ideológica, al igual que la de sus colaboradores y seguidores, constituyó siempre su “fundamento científico”. El General Golbery do Couto e Silva fue el oficial pionero en las Academias de Guerra estadounidenses y participó en la Fuerza Expedicionaria Brasileña que se desempeñó en Italia durante la II Guerra Mundial, al lado de los aliados, Fundó la Academia Superior de Guerra en Brasil y, luego del asalto al poder de las cúpulas militares brasileñas en 1964, se desempeñó en puestos de la mayor jerarquía del Estado. Su libro **Geopolítica de Brasil** afirma la Doutrina de Segurança Nacional (DSN) brasileña y sus planteamientos que reproducen los de Spykman hasta la saciedad: la guerra moderna envuelve a todos y a todo, es una guerra militar, política, económica, psicosocial... es una guerra “total, global, apocalíptica” en la que solo le resta a las naciones prepararse para ella. Como la Seguridad Nacional se refiere al conjunto de la política del Estado, se puede deducir el papel trascendente que se le otorga en ella a los cuerpos armados (URIBE ORTEGA, *Op. Cit.*, p. 149-150).*

Contudo, o símbolo máximo e talvez a grande questão responsável pela marginalização da Geopolítica em centros de pesquisa e universidades no pós-Segunda Guerra Mundial foi a suposta utilização da obra e dos estudos do Instituto de Munique, comandado pelo Major-General Haushofer, pela Alemanha nazista do Terceiro *Reich*. Uma série de estratégias espaciais e territoriais de poder propostas pelo grupo do

geopolítico alemão foram apropriadas e largamente utilizadas – inclusive com um estrondoso sucesso – pelo expansionismo do Império Alemão de Adolf Hitler. O esvaziamento acadêmico da Geopolítica – associada ao imperialismo e à guerra – perdurou do começo da Guerra Fria a meados dos anos 1970. Analisando esse contexto, Meira Mattos (1975) coloca que a Geopolítica foi o “pretexto científico para justificar as teses do expansionismo nazista”. Assim, “a teoria do espaço vital – que dominou o espírito geopolítico da Alemanha nazista – foi responsável pelo seu descrédito como ciência” (MATTOS, *Op. Cit.*, p. 4).

Sobre a Geopolítica do poder imperial, Lacoste (*Op. Cit.*) afirma que:

[...] é um conjunto de representações e de conhecimentos variados relacionados com o espaço; este saber sincrético é claramente entendido como eminentemente estratégico pelas minorias dirigentes que o utilizam como instrumento de poder (LACOSTE, *Op. Cit.*, p. 12).

Após a Segunda Guerra Mundial, uma série de acontecimentos – que serão brevemente apresentados a seguir – contribuíram para a renovação/renascença dos debates e das abordagens da Geopolítica.

No plano internacional, as tensões militares exacerbadas da Guerra Fria e o medo dos efeitos apocalípticos do bombardeamento nuclear entre as duas únicas superpotências – Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) – exigiam reflexão e respostas críticas da academia. Além disso, o violento e rápido processo de independência (ou descolonização) na África e na Ásia, as guerras árabe-israelense, do Vietnã e do Afeganistão, suscitaram debates questionando a lógica expansivo-imperial de atuação das duas superpotências. Novamente recorrendo à classificação temporal de Hobsbawm (*Op. Cit.*), o autor denomina esse período como a “Era do Desmoronamento: 1973-1991” – que trata do desmonte dos Estados nacionais, da queda do bloco socialista e do *boom* da globalização neoliberal – e que não por acaso significa a emergência de uma Geopolítica de concepção crítica, renovada e travada por uma série de autores de diferentes campos do saber.

Nos planos econômico e produtivo, a ruína do *Welfare State* e a transição para o neoliberalismo, após os choques do petróleo de 1973 e 1979, simbolizaram, de alguma maneira, a derrocada do *keynesianismo* com um nítido recuo do Estado e a abertura (talvez por brecha ou por indução pelo próprio Estado) para uma maior participação de atores não estatais nas decisões políticas setoriais nacionais e também globais. A expansão do *toyotismo* ou modo de produção flexível fez a divisão internacional do

trabalho assumir novas configurações, na qual atividades produtivas de baixo valor agregado, menor intensidade tecnológica e que pagam piores salários se deslocam para a periferia e semiperiferia da economia-mundo, exportando a entropia, terceirizando a poluição, oferecendo salários baratos, consumindo elevados estoques de recursos naturais a baixo custo e dificultando uma industrialização autônoma com a restrição de produção/transferência de tecnologias estratégicas nacionais por parte desses países em razão dos complexos acordos de direito de propriedade intelectual e de patentes.

Nessa lógica de transição da “Era de Ouro: 1945-1973”, quando se arquitetava um Estado de proteção social e um Sistema Internacional mais fortalecido, inclusive com a criação da ONU e de inúmeras organizações supranacionais (Banco Mundial, FMI<sup>21</sup>, GATT<sup>22</sup>), para a “Era do Desmoronamento: 1973-1991” – período de efervescência de uma Geopolítica crítica, até mesmo com inspiração (neo)marxista – corporações transnacionais, organizações do terceiro setor e OMIs emergem fortemente e passam a fazer parte da agenda decisória de temáticas com importância global.

Aspectos sociais e culturais também contribuíram para a maior participação desses novos atores. Nesse contexto de esvaziamento/redimensionamento de algumas ações do Estado, o setor privado começou a assumir funções sociais através de fundações, instituições supranacionais e ONGs. Burocratas do governo e setores da sociedade civil organizada passam a participar do terceiro setor, contribuindo para a sua afirmação e aumentando seu locus de atuação, forjando uma própria lógica geopolítica de poder espacial e ideológico.

Movimentos populares – tanto antissistêmicos como aqueles acrílicos – já surgem com a contracultura dos anos 1960, se proliferam e assumem – com a revolução tecnocientífica – um caráter transnacional a partir da década de 1990. Os avanços das redes de comunicação, informação e transportes reduziram as distâncias físicas e modificaram a relação do homem contemporâneo com o tempo e com o espaço. A internet, nesse sentido, possibilitou novas formas de organização em tempo real, deu visibilidade a atores não estatais, além de pressionar governos e organizações supranacionais nas discussões de diversas temáticas: da questão nuclear aos direitos das minorias.

---

<sup>21</sup> O Fundo Monetário Internacional (FMI) é uma organização financeira internacional filiada à ONU.

<sup>22</sup> O Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) foi substituído pela Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995.

A geógrafa Iná Elias de Castro (2005) aborda que a globalização ao mesmo tempo homogeneiza e requalifica a diferença, além de valorizar as múltiplas escalas geográficas. Daí o aparecimento de movimentos sociais com variadas pautas, potencialidades e escalas de abrangência.

As dimensões políticas e culturais que são afetadas pela globalização, paralelamente, fazem surgir novas pressões que emergem das identidades culturais em várias partes do mundo e estimulam movimentos sociais e políticos por autonomia local, mas que têm também propiciado a revalorização das identidades nacionais. É importante ter em mente que o processo de globalização não homogeneizou o mundo, mas requalificou escalas de identidade (CASTRO, *Op. Cit.*, p. 221).

Indispensável colocar que, a partir dos anos 1980, o fim da bipolaridade global e da velha ordem mundial era uma mera questão formal. A supremacia do capitalismo e a afirmação dos Estados Unidos como superpotência hegemônica inaugurariam, em 1991, com a fragmentação da ex-URSS e pelas palavras do ex-presidente estadunidense George Bush – a Nova Ordem Mundial – caracterizada pela unipolaridade sistêmica nos aspectos político e militar.

Já no início do século XXI, sobretudo após os atentados do dia 11 de setembro de 2001, a chamada Nova Ordem Mundial passa a ter uma configuração mais complexa em relação àquela verificada com o fim da Guerra Fria. A multipolaridade na questão econômica passa a ser uma realidade concreta, sobretudo pela emergência de potências regionais como Rússia<sup>23</sup>, China, Índia, África do Sul e Brasil, pela expansão do poderoso bloco europeu sob a liderança da locomotiva alemã e pelo surgimento de novas potências geopolíticas, como a China, a Índia e a própria retomada russa.

Desta forma, observa-se que a partir dos anos 1970, houve um duplo movimento nas discussões no nível da Geopolítica. Primeiramente por na prática se tratar, agora, de uma temática não exclusivamente estadocêntrica. Uma diversidade de grupos e atores sociais atuam de maneira organizada de forma a influenciar decisões estatais e de OMIs em importantes fóruns globais. Em segundo lugar e de maneira igualmente transformadora, nesse mesmo período surgem novas agendas nas discussões interestatais e intraestatais, como, por exemplo, as temáticas do meio ambiente (a biodiversidade, a questão climática, os recursos naturais hídricos etc.).

---

<sup>23</sup> A Rússia é a única herdeira do poder nuclear soviético, mas só se reergue economicamente e retoma uma política de poder nos anos 2000 na era Putin.

A análise de Vesentini (2012) discorre sobre a reconfiguração da Geopolítica como um campo de análise interdisciplinar e de como a questão ambiental se insere nesse contexto.

A recente revalorização dos estudos geopolíticos vê esse(s) objeto(s) como uma problemática interdisciplinar. Tal como a questão ambiental, estudada sob diversos prismas e na maior parte das vezes de forma interdisciplinar, a problemática geopolítica não mais se identifica com uma única disciplina (seja ciência ou arte; seja a geografia, a ciência política ou a estratégia militar) e sim como um campo de estudos (VESENTINI, *Op. Cit.*, p. 11).

A dita tradicional análise do campo Geopolítica permanece. Contudo, uma nova Geopolítica se reinventa como crítica e passa a ser trabalhada de maneira holística através de múltiplas temáticas e por diversos atores.

A Geopolítica clássica do início do século XX era elaborada, em sua maioria, por militares e juristas e as propostas eram feitas para fortalecer o ator central, o Estado. As novas geopolíticas, ao intentarem repensar a realidade da Nova Ordem Mundial, possuem novos atores e novos campos de luta que relativizam a guerra militar e enfatizam outras guerras. Enfim, a palavra geopolítica não é uma simples contração de geografia política, como pensam alguns, mas sim algo que diz respeito às disputas de poder no espaço mundial e que, como a noção de poder já o diz (poder implica em dominação, via Estado ou não, em relações de assimetria enfim, que podem ser culturais, sexuais, econômicas, repressivas e/ou militares, etc.), não é exclusivo da geografia. (Embora também seja por ela estudado sob uma perspectiva espacial) (VESENTINI, ON LINE).

Numa provocação genial e como forma de “sacudir” o meio acadêmico, Lacoste (*Op. Cit.*) afirma que “fazer a guerra” não implica que a Geopolítica sirva apenas para executar operações militares; ela serve também para a emancipação, para a libertação do domínio da tirania da autoridade e para o exercício da criticidade.

A despeito das aparências habilmente montadas, os problemas da geografia não respeitam apenas aos geógrafos mas, longe disso e, em última análise, a todos os cidadãos. Porque o palavreado pedagógico que é a geografia dos professores, que parece tanto mais fastidioso quanto os mass media exibem o seu espetáculo do mundo, dissimula aos olhos de todos, o temível instrumento de força que é a geografia para aqueles que têm o poder. Porque a geografia serve, antes de mais, para fazer a guerra<sup>24</sup> (LACOSTE, *Op. Cit.*, p. 3).

Ainda assim, conforme aponta Castro (*Op. Cit.*, p. 63), o autor francês “deixa claro que isto não significa que aqueles que produzem o conhecimento devam estar a

---

<sup>24</sup> O geógrafo Ruy Moreira (2007) traduz o sentido da crítica do livro de Lacoste como “a Geografia, através da análise do arranjo do espaço, serve para desvendar máscaras sociais”.

serviço do poder, qualquer poder”. A Geopolítica pode, também, ser utilizada na desconstrução do poder não só diretamente o do Estado.

No posfácio da obra magistral de Lacoste, Brabant *et al* apontam que “criticar, é pôr em crise; travar polêmica, é fazer a guerra”. Os autores compreendem que a crítica que Lacoste faz é para a construção de uma Geopolítica “alternativa e de combate”. Os autores colocam: “Nós não a reformamos, viramo-la contra os nossos adversários”. Vejamos as próprias palavras de Lacoste: “é necessário saber pensar o espaço, para saber nele se organizar, para saber nele combater”.

No sentido de se fazer um conhecimento intelectualmente ético e crítico, Claval (1999) complementa:

Os discursos identitários se multiplicam. [...] O interesse que suscita a noção de território, as novas formas de territorialidade e as geopolíticas que elas implicam é considerável. É explorando essas modalidades inéditas de relações dos grupos com o espaço que podemos [geógrafos e outros intelectuais] trabalhar positivamente por um mundo melhor e mais justo. A tarefa comporta, entretanto, um risco: aquele de participar do jogo de fabricações dos discursos identitários ao invés de lhes considerar a partir de um olhar crítico. O papel do intelectual não é o de forjar ideologias, mas o de desmontar seus mecanismos e o de fazer compreender para que elas servem e que perigos elas implicam (CLAVAL, *Op. Cit.*, p. 24).

O professor Alaerte Antonio Contini (2009) cita a influência do filósofo francês Michael Foucault para pesquisadores como John Agnew e Simon Dalby que destacam a questão do discurso como uma matéria-prima crucial para a compreensão do pensamento geopolítico crítico contemporâneo:

[...] os objetos da Geopolítica crítica voltam-se à representações geopolíticas como forma de produção do saber, e como instrumento que produzem discursos. Dentro desta perspectiva, cada representação geopolítica é uma narração discursiva, e portanto, coloca-se dentro das práticas sociais que tornam o mundo inteligível a nós mesmos e aos outros. O discurso geopolítico é quase sempre “localizado” no tempo e no espaço e há uma função “naturalizante” (CONTINI, *Op. Cit.*, ON LINE).

Importante frisar que, no prisma desta tese, a questão da análise do discurso não pode ser encarada como um elemento totalmente vinculado à natureza das observações dos teóricos liberais. Carr já afirmara que a “arte da persuasão sempre se constituiu numa parte necessária da bagagem de um líder político” (CARR, 1981, p. 172). O mesmo autor, com um viés realista, ainda afirma que “as democracias não são totalmente inocentes nas artes de moldar e dirigir a opinião das massas” (CARR, *Op. Cit.*, p. 174).

Contini (*Op. Cit.*) ainda destaca a importância da reavaliação dos conceitos de *hegemonia* e *senso comum*, de Antonio Gramsci, para as novas abordagens em Geopolítica. Vejamos:

[...] significando o primeiro termo “uma forma de domínio sociopolítico, que legitima a ação do governo, tanto no campo nacional como internacional, através da utilização de instrumentos ideológicos – coercitivos” e com o segundo, “um dos principais meios da afirmação da hegemonia”. Isto é, a divisão social dos significados, mitos, interpretações históricas e metageográficas, considerada tão evidente que não necessita de demonstração, podendo ser considerada “natural” (CONTINI, *Op. Cit.*, ONLINE).

A Geopolítica contemporânea busca uma correlação de forças – militar, política, econômica, tecnológica, cultural e social – no âmbito territorial, com ênfase no espaço mundial (VESENTINI, 2012), mas também abrangendo outros recortes espaciais (CASTRO, *Op. Cit.*). Vale a pena a reflexão a seguir na qual Vesentini (*Op. Cit.*) aborda algumas das abordagens e atores das novas geopolíticas.

Além da relativização da guerra militar, também o Estado deixou de ser o sujeito epistemológico oculto: as geopolíticas clássicas não apenas estavam centradas no Estado como o único ator ou agente, mas eram igualmente feitas por ele e para ele. Eram antes de mais nada propostas de ação no sentido de fortalecer o “seu” Estado; daí elas terem sido construídas como “geopolíticas nacionais”. As novas geopolíticas, não por coincidência surgidas na “era da globalização” e enfraquecimento (relativo) dos Estados nacionais, normalmente não são feitas “para o Estado” e tampouco o veem como o único ator na política mundial. Novos atores ou sujeitos são levados em consideração, desde as civilizações ou grandes culturas até as ONGs, passando pelas empresas multi ou transnacionais, pelas organizações internacionais (ONU, OMC, FMI etc.) e pelos “blocos” ou mercados regionais (União Europeia, Nafta, Mercosul etc.). E novos campos de luta são agora vistos como importantes para a compreensão das relações de poder no espaço mundial, desde a questão ambiental, até as lutas pelos direitos das mulheres, de minorias étnico-nacionais, de grupos com diferentes orientações sexuais, de povos sem território reconhecido, de populações excluídas na sociedade global ou em sociedades nacionais etc. [...] o século XXI, da globalização capitalista e de uma multipolaridade complexa, se entrecruzam várias disputas ou tensões (econômicas, culturais, político-territoriais, étnicas, ambientais etc.) (VESENTINI, *Op. Cit.*, p. 12-13).

A interdisciplinaridade é uma das principais características da Geopolítica contemporânea. Agnew (2002, p. 8 *Apud* Castro *Op. Cit.*, p. 17) afirma que “em um mundo da ação humana não é possível falar em uma visão singular, de lugar nenhum, para justificar esta ou aquela perspectiva como melhor que outra”.

O território, base material de aplicação do poder, ainda se mantém como conceito central de análise das novas geopolíticas, já que, como afirma Porto-Gonçalves (2004, p. 63), “se comporta, na sua materialidade, a tensão entre diferentes modos de apropriação do espaço”.

Entretanto, pegando o exemplo de evidentes confusões teóricas em torno das novas geopolíticas, o economista estadunidense Paul Krugman (1999) chamou a atenção para o perigo do que ele chama de “globobagens”. Com a securitização e cientificação de qualquer tema midiático internacional, a Geopolítica não pode virar uma “indústria do entretenimento” e do “terrorismo acadêmico”. Igualmente crítico, Claval (1994) abordou o risco da “inflação terminológica” do termo Geopolítica e da “Geopolítica como moda”, isto é, do empobrecimento intelectual e da confusão (propositada) de qualquer tema internacional com práticas espaciais de poder sobre o território.

Becker (2007) chama a atenção para as novas territorialidades e para o perigo da coerção velada. A autora coloca que certas estratégias “visam influir em ações a partir do controle de territórios e surgem acima e abaixo da escala do Estado, desafiando os fundamentos do poder nacional e a possibilidade de desenvolvimento autárquico” (BECKER, *Op. Cit.*, p. 272). Nessa ótica, grupos midiáticos, grandes corporações empresariais, ONGs transnacionais e movimentos e representações de categoria assumem, em diferentes escalas de projeção, capacidade de exercer práticas espaciais de poder – territorialidades – capacidade de influenciar o poder decisório estatal, algo relativamente novo no Sistema Interestatal Capitalista. Estas questões vêm redefinindo as abordagens da Geopolítica, inaugurando uma Geopolítica crítica e resgatando o que já foi conhecido como a “Antigeopolítica”.

Contini (*Op. Cit.*) aponta o caráter anti-imperialista e enaltece os múltiplos discursos da Geopolítica crítica, que também se assemelha com a Antigeopolítica. O autor cita alguns de seus principais autores, como George Konrad, Gerard Toal (Gearóid Ó Tuathail), Simon Dalby, John Agnew e Joanne Sharp, e considera a Antigeopolítica como um discurso antissistêmico voltado para desafiar o poder dos Estados expansionistas e das organizações nele alicerçadas. É uma força que desafia o poder geopolítico “material” de Estados e instituições globais e os projetos impostos pelas elites políticas e econômicas sobre o mundo. É uma nova agenda de pesquisa, com caráter desconstrutivo e com uma intensa revisão da Geopolítica clássica.

Vejamos a exposição de Contini (*Op. Cit.*) sobre a temática:

A antigeopolítica produz saber e conhecimento, mas o faz, a parte das representações geopolíticas oferecidas pelo Estado e por suas elites, por isso, mais que um produto de pesquisa acadêmica, é fruto dos intelectuais críticos, e dos movimentos de protesto. (...) Conforme Ó Tuathail, a antigeopolítica apresenta-se como uma força ética, política e cultural dentro da sociedade que desafia a noção de que os interesses da classe política do

Estado sejam idênticos aos interesses da comunidade. Afirma uma independência permanente do Estado, quem quer que esteja no poder, e articula duas formas inter-relacionadas de luta Anti-hegemônica. Em primeiro lugar, desafia o poder geopolítico material (econômico e militar) dos Estados e instituições globais; em segundo lugar, desafia as representações impostas pelas elites políticas para servir os seus interesses geopolíticos (CONTINI, *Op. Cit.*, ON LINE).

Novamente Contini (*Op. Cit.*) nos dá pistas sobre o renascimento e a renovação da Geopolítica.

No âmbito francófono, a influência deste autor, que lançou a **revista Heródoto**, destinada a adotar em 1983 o eloquente subtítulo de **Revue de géographie et de géopolitique**, foi tão forte o suficiente para desencadear uma nova corrente de pensamento geopolítico e de revitalizar a produção seguindo uma linha fortemente inovadora. Politicamente empenhada, a Geopolítica de Lacoste pode ser classificada como Antigeopolítica de matriz anglo-saxônica, nascida em referência ao conceito de hegemonia de Gramsci e a ideia de Antipolítica elaborada por George Konrad (CONTINI, *Op. Cit.*, ON LINE).

Sobre as novas temáticas, diversas questões geopolíticas da contemporaneidade, como a ambiental e a energética, vêm afetando a soberania dos Estados, a exemplo das recentes intervenções militares no Afeganistão, no Iraque e na Líbia. Thomsom e Krasner (1990, p. 195) definem soberania do Estado-nação como a “habilidade do Estado para controlar atividades que são nominalmente ou juridicamente assuntos para decisões de autoridade” ou “o controle de um território definido por um governo estável que exercita a autoridade final”.

A consolidação da soberania – isto é – o estabelecimento de um conjunto de instituições exercendo a autoridade final sobre um território definido – foi uma condição necessária para mais transações econômicas internacionais [...] Se as macroestruturas [Estados-Nações] desmoronassem, os microprocessos [atores não estatais] quase que certamente colapsariam também. A transição da atual macroestrutura para algo alternativo não ocorrerá sendo corroída por microprocessos (THOMSON E KRASNER, *Op. Cit.*, p. 198; 215).

Na prática, uma intensa corrida interestatal vem abalando o conceito de soberania nacional. As próprias características da globalização neoliberal e o aparecimento de novas problemáticas influenciam na relativização do papel do Estado e da reconfiguração do conceito de soberania. Agnew e Corbridge (1995 *Apud* Freitas, 2014, p. 114) colocam que a ordem internacional do liberalismo transnacional tem sido marcada pela liberalização do comércio, do mercado de capitais entre as nações e pela crise ambiental.

As mudanças que se verificam na atual ordem internacional tais como os negócios envolvendo corporações, movimentos sociais

internacionais, blocos econômicos, união aduaneira, cartel de transporte aéreo, redes científicas internacionais e comunicação e as questões envolvendo as alterações climáticas exigem que os estudos referentes à Geopolítica sejam ampliados (FREITAS, *Op. Cit.*, p. 115).

Cabe ressaltar que as organizações e instituições multilaterais internacionais (ou supraestatais), na ótica da pesquisadora Elisa Freitas (*Op. Cit.*, p. 123) e de diversos autores, constituem os “tentáculos dos EUA no comando dos processos de mundialização e difusão das relações econômicas baseadas no livre comércio” (FREITAS, *Op. Cit.*, p. 123).

A partir de uma inspiração marxista, Wallerstein (1974) é um dos teóricos que afirmam que a economia capitalista mundializada é o ator central do sistema-mundo. Para ele, as disputas por poder no espaço mundial são o corolário da competição e/ou dominação econômica. No sentido econômico as potências hegemônicas são comandadas pelos alicerces do Sistema Mundial a partir da lógica do centro e periferia (VESENTINI, 2012, p. 38-39). Para o autor, é a economia, e não a geopolítica, que determinaria o Estado com papel hegemônico no interior do sistema-mundo.

No entendimento da análise da presente pesquisa, o Estado não teve o seu fim decretado, mas o seu papel revisto. Cabe a ele um recondicionamento histórico. Ele ainda define, por exemplo, as regras do jogo econômico, produtivo, comercial e jurídico nacional e internacional, assegurando a “normatividade/estabilidade anárquica” do Sistema Interestatal e ainda é, em parte, o indutor do aparecimento de diversos atores geopolíticos não estatais. Vejamos a análise de Milton Santos (2000):

Ao contrário do que se repete impunemente, o Estado continua forte, e prova disso é que nem as empresas transnacionais nem as instituições supranacionais dispõem de força normativa para impor, sozinhas, dentro de cada território, sua vontade política ou econômica [...] É o Estado nacional que, afinal, regula o mundo financeiro e constrói infraestruturas, atribuindo, assim, a grandes empresas escolhidas a condição de sua viabilidade (SANTOS, *Op. Cit.*, p. 77).

Discutindo elementos relacionados ao poder e às novas geopolíticas, o conceito de *soft power*, originalmente proposto pelo cientista político neoliberal estadunidense Joseph Nye no fim dos anos 1980 e fortemente desenvolvido na obra, **Soft Power: The Means to Success in World Politics**, de 2004, afirma que o poder brando ou suave (*soft power*), extremamente associado ao avanço da globalização neoliberal, pode ser uma ferramenta influente e, muitas vezes, mais barata e eficiente para a superpotência estadunidense do que o *hard power* ancorado nos grandes gastos militares e em recursos humanos.

Todo mundo está familiarizado com o *hard power*. Sabemos que as forças armadas e econômicas muitas vezes conseguem que os outros mudem sua posição. O poder *hard* pode descansar em incentivos ("cenouras") ou ameaças ("bastões"). Mas, às vezes, você pode obter os resultados desejados sem ameaças ou ganhos tangíveis. A maneira indireta de obter o que você quer às vezes foi chamada de "o segundo rosto do poder". Um país pode obter os resultados que deseja na política mundial porque outros países admiram seus valores, imitam seu exemplo, aspiram o seu nível de prosperidade e de abertura. Esse *soft power* faz com que os outros desejem os resultados que você deseja, cooptando as pessoas em vez de coagi-las.

O *soft power* depende da capacidade de moldar as preferências dos outros. (...) Os líderes políticos há muito compreendem o poder que vem da atração. Se eu posso fazer você querer fazer o que eu quero, então eu não preciso usar cenouras ou palitos para fazer você fazer isso. O poder *soft* é um elemento básico da política democrática diária. A capacidade de estabelecer preferências tende a ser associada a ativos intangíveis, como uma personalidade atraente, cultura, valores políticos e instituições, e políticas que são vistas como legítimas ou com autoridade moral. Se um líder representa valores que outros querem seguir, custará menos para liderar.

O *soft power* não é apenas o mesmo que a influência. Afinal, a influência também pode depender do poder de ameaças ou pagamentos. E o *soft power* é mais do que apenas persuasão ou a capacidade de mover as pessoas pelo argumento, embora seja uma parte importante disso. É também a capacidade de atrair. E a atração geralmente leva ao consentimento. Simplificando, em termos comportamentais, o *soft power* é poder atrativo. Os recursos de energia *softs* são os ativos que produzem essa atração (NYE, *Op. Cit.*, 2004, pág. 5-6).

Agnew (2005) reflete sobre os conceitos de hegemonia e império. O autor coloca que os mesmos diferem-se pelo tipo de poder, pela sua espacialidade e territorialidade. A análise de John Agnew (*Op. Cit.*) aponta que a hegemonia de um Estado pode ocorrer de diversas formas: através de meios militares, econômicos e também por um processo multidimensional de coerção por meios culturais, cuja espacialização multiescalar do poder contribui fortemente para a construção e manutenção de hegemonias. E é justamente por meios e instrumentos de poder velados e não-tradicionais que vêm ocorrendo as disputas relativas à questão ambiental.

Há uma clara relação entre a intenção de corporações e ONGs transnacionais com os objetivos geopolíticos e geoestratégicos de poderosos Estados. Nesse ponto, Agnew (*Apud* Castro, 2005) aborda a indissociabilidade entre poder e espaço:

Para John Agnew, o poder é sempre espacial. Ele é exercido nas relações sociais territorializadas, mas não é contínuo nem uniforme sobre o espaço. O poder, para o autor, não obedece a um modelo binário do tipo tem – não tem ou centro de difusão (mando) – lugar de obediência [pois] "precisamente porque a espacialidade faz a diferença nos efeitos que o poder pode ter". Neste sentido, as escalas jogam um papel importante e não é possível utilizar a categoria poder sem considerar como as relações mudam quando as escalas mudam (CASTRO, *Op. Cit.*, p. 105).

Em relação às ONGs transnacionais, um dos atores que emergem com relevância geopolítica, seus mecanismos e fontes de financiamento, a composição de seus complexos conselhos de gestão, a localização espacial e suas regiões de atuação e, sobretudo o caráter conservador de seus projetos – alcançados, muitas vezes, com *lobbies* sobre governos e OMIs – nos levam a refletir acerca da existência de inúmeras contradições em relação aos objetivos de atores não estatais nessa nova configuração de poder global.

Agnew (1999) afirma que são os atores territorializados que têm interesses e moldam as relações de poder entre espaços diferenciados. Claval (1979) nos fornece sua análise em relação às transformações das questões e as representações dos tipos de poder e sua influência no Estado e na sociedade. Novas forças, além do Estado, emergem e contribuem para uma nova geometria do poder, no qual diversos movimentos vêm alcançando relevância, espacialidade, estratégias e ecos na própria atuação estatal.

Salienta-se que não se pretende desqualificar a atuação de outros atores não estatais na atual configuração de poder global e tampouco generalizar os objetivos de tais movimentos. Não obstante, verifica-se a existência de disputas interestatais por novas frentes com relações estratégicas de tais movimentos com Estados e OMIs. Em última análise, o Estado nacional possui tentáculos e ainda é o principal ator político do mundo contemporâneo.

A reconfiguração multiescalar juntamente com o relativo deslocamento do foco de estudos do Estado para novos atores foram mudanças paradigmáticas. Machado *et al* (2014) analisa as transformações que levaram a categoria de lugar como um importante recorte espacial das novas geopolíticas.

As regiões transnacionais em formação ou já consolidadas constituem um dos objetos de uma geopolítica calculadamente fragmentada no espaço, mas também no tempo. O mundo atual se distancia das situações passadas, em que o tempo lento (Milton Santos) permitia a permanência de certas estruturas, o que justificava o recorte do espaço geográfico em unidades político-econômicas de longo prazo. A noção de região no século passado se aproximou de um “essencialismo” geográfico e histórico, indutor, pensaram muitos, de um “caráter” ou “identidade regional”. As regiões hoje apresentam limites flexíveis, de curta duração, e estruturas instáveis. Os motivos são diversos: mudanças técnicas, e com elas as ferramentas de reorganização territorial; alteração das regras nos jogos de poder, influência e competição; rápidas alterações e sucessivas configurações das redes de conexão; reações mais rápidas, contestatórias ou adaptativas das populações no terreno, que alteram as condições de ações posteriores (path dependent); ou mudanças econômicas e políticas no espaço nacional e mundial (MACHADO *et al*, *Op. Cit.*, ON LINE).

Machado *et al* (*Op. Cit.*) ainda coloca que a inauguração de uma “geopolítica fragmentada”, caracterizada pelo olhar sobre o lugar, isto é, por seu recorte geográfico em territórios de menor dimensão espacial, se torna uma condição para se analisar regiões de fronteira e escalas subnacionais e locais, no qual coexistem uma viva e pulsante produção de narrativas e teatralidades com intencionalidade ideológicas.

Ao contrário da Geopolítica clássica, concebida por Estados nacionais para grandes espaços, uma geopolítica dos pequenos espaços trata do direcionamento e desenho de ações políticas e econômicas de governos, empresas e outros agentes não governamentais especificamente para espaços periféricos (entre eles as regiões de fronteira) e em defesa de interesses declaradamente setoriais. Uma geopolítica fragmentada encontra lugar na arena internacional na medida em que se acentua a competição por influência e poder entre Estados, entre Estados e regiões transnacionais, e entre estes e as grandes empresas, principalmente aquelas direcionadas à exploração de fontes primárias. Ao mesmo tempo, o oportunismo que caracteriza as ações dos estados e empresas emerge, de forma menos organizada, entre setores populacionais no terreno, em sua luta para obter ganhos sociais e econômicos por meio de movimentos reivindicatórios ou de resistência, mais ou menos politizados (MACHADO *et al*, *Op. Cit.*, ON LINE).

Com o fim da bipolaridade global, o recrudescimento das rivalidades entre as duas superpotências, o fim da oposição leste-oeste, a emergência e disseminação de novas tecnologias de comunicação e informação, e a redução do medo de uma catástrofe nuclear induzem o crescimento da importância de ONGs transnacionais e de OMIs em múltiplas escalas de poder no bojo do avanço da globalização financeira neoliberal e da hegemonia política e militar unipolar estadunidense. O discurso da globalização, que trouxe a ideia de que os Estados e fronteiras perderiam a importância num mundo supostamente pacífico, foi impulsionada por fortes Estados num quadro de aprofundamento da assimetria de poder internacional em favor dos mesmos – principalmente aos EUA e ao padrão dólar-flexível.

Alguns desses novos atores inseridos nesse debate geopolítico contemporâneo, como sociedade civil, grupos midiáticos, ONGs com estratégias globais, organizações científicas, corporações e fundações privadas vêm agindo, por exemplo, para incitar movimentos indígenas e grupos politicamente organizados em fronteiras gerando conturbações políticas internas ao Brasil e dificultando a ação estatal, o que Bertha Becker (2005) indicava como “o perigo da face interna da soberania”.

A Geopolítica sempre se caracterizou pela presença de pressões de todo tipo, intervenções no cenário internacional desde as mais brandas até guerras e conquistas de territórios. Inicialmente, essas ações tinham como sujeito fundamental o Estado, pois ele era entendido como a única fonte de poder, a única representação da política, e as disputas eram analisadas apenas entre os Estados. Hoje, esta geopolítica atua, sobretudo, por meio do poder de influir na tomada de decisão dos Estados sobre o uso do território, uma vez

que a conquista de territórios e as colônias tornaram-se muito caras. Verifica-se o fortalecimento do que se chama de coerção velada. Pressões de todo tipo para influir na decisão dos Estados sobre o uso de seus territórios. Essa mudança está ligada intimamente à revolução científico-tecnológica e às possibilidades criadas de ampliar a comunicação e a circulação no planeta através de fluxos e redes que aceleram o tempo e ampliam as escalas de comunicação e de relações, configurando espaços-tempos diferenciados. O espaço sempre foi associado ao tempo. E hoje, na acentuação de diferentes espaços-tempos reside uma das raízes da Geopolítica contemporânea. As redes são desenvolvidas nos países ricos, nos centros do poder, onde o avanço tecnológico é maior e a circulação planetária permite que se selecionem territórios para investimentos, seleção que depende também das potencialidades dos próprios territórios. Ocorre que ao se expandirem e sustentarem as riquezas circulante, financeira e informacional, as redes se socializam. E essa socialização está gerando movimentos sociais importantes, os quais também tendem a se transnacionalizarem (BECKER, *Op. Cit.*, p. 71).

Therezinha de Castro (*Op. Cit.*) e Bertha Becker (*Op. Cit.*), duas referências no pensamento geopolítico nacional, colocaram que o enfraquecimento do Estado brasileiro através do fortalecimento dos discursos de ONGs, grupos midiáticos e estudos acadêmicos que privilegiam uma percepção ecológica utópica e globalista em detrimento a um maior controle e exercício de poder sobre o território, são formas veladas de domínio e coerção no mundo contemporâneo.

Ao analisar as práticas e complexidades da Geopolítica contemporânea, podemos fazer um paralelo e verificar a complementação entre os conceitos de *coerção velada*, de Bertha Becker (2005), e *geopolítica fragmentada*, de Lia Osório Machado (1997).

A geopolítica que emerge desses processos é fragmentada porque cada pequeno espaço tem uma dinâmica particular que não se explica completamente pela dinâmica geral ou mesmo binacional. A atuação do governo central em seus diversos níveis, e dos demais atores, é multidirecionada. Embora coexistentes e superpostos, os efeitos das iniciativas governamentais e não governamentais podem ser contraditórios, em parte porque os agentes e os atores envolvidos são também produtores dessa geopolítica fragmentada, cada um puxando para um lado, impulsionados por interesses distintos, em parte porque os governos não têm planejamento, domínio ou mesmo previsibilidade das situações que suas ações produzem (MACHADO *et al*, 2014, ON LINE).

Por fim, a aproximação dos conceitos de *soft power*, de Nye (2004), e do *poder sobre a opinião*, de Carr (1981), com a *Teoria da Interdependência Complexa*, de Keohane (1982; 1985), e os conceitos de *Regimes Internacionais*, de Krasner (1982; 2012), e *Governança Global*, de Rosenau (2000), concebem a problemática do meio ambiente como um complexo cenário de disputas de poder.

Esta seção do capítulo 1 buscou trazer alguns elementos da Geopolítica contemporânea através de um breve resgate histórico sobre as discussões travadas pela Geopolítica clássica e abordando alguns dos principais conceitos e transformações que este campo do saber vem passando, sobretudo a partir da década de 1970. Embora a questão ambiental já fosse brevemente apresentada nesta seção, ela será retomada com mais profundidade na terceira.

### **I.3 – A APROPRIAÇÃO DO “AMBIENTALISMO” COMO PARADIGMA GEOPOLÍTICO**

O campo de pesquisa em Economia Política Internacional nasceu juntamente com a ciência moderna, ainda no século XVII, a partir de um movimento histórico no qual se consolidam os primeiros Estados nacionais europeus e se afirma o capitalismo como sistema socioeconômico. Esta área do saber tem como propósito a elaboração de respostas a uma agenda de desafios e problemas concretos que se mantém, em alguns casos, até hoje. Entretanto, o debate ambiental como um paradigma geopolítico no Sistema Interestatal Capitalista é um tema relativamente novo e carece de questionamentos teóricos e análise crítica.

Por séculos desconsiderada no debate político-econômico e também em outros campos do conhecimento, a questão ambiental tornou-se, a partir dos anos 1960, um tema fundamental de discussão nos movimentos sociais, na academia e nas relações interestatais a partir de olhares, perturbações e interesses distintos. Além da tomada de uma consciência-ecológica legítima<sup>25</sup>, isto é, de ideais promulgados por variados movimentos da sociedade civil nos quais os objetivos têm como foco múltiplas reivindicações em prol da redução dos impactos antropogênicos ao planeta Terra, estudos científicos para questionar os mitos e verdades desta área, a temática também envolve uma densidade de atores geopolíticos com influência global.

A problemática ultrapassou a questão de uma consciência-ecológica legítima e a constatação geofísica de que inauguramos a era geológica do *Antropoceno*. A questão ambiental é tão relevante e, ao mesmo tempo, paradoxal, que extrapolou os limites de discussão dos movimentos sociais e da ciência. Atualmente, trata-se de um tema

---

<sup>25</sup> Expressão obtida em Becker (2005).

fundamental nas relações interestatais e não pode ser negligenciada na agenda dos Estados nacionais e na discussão no seio da própria ONU.

Além disso, novos atores e dimensões espaciais estão envolvidos nesse debate. A geopolítica ambiental é, hoje, uma temática que foge de uma natureza exclusivamente estadocêntrica, embora este seja o seu principal ator. Diversos espaços territoriais globais, inclusive o Brasil, vêm sofrendo pressões internas e externas de uma nova geometria do poder<sup>26</sup> que apresenta sérios limites/pressões à ação estatal.

Os primórdios dos movimentos ecológicos e da discussão ambientalista em escala global confundem-se com as primeiras reuniões engendradas pelo Clube de Roma, no fim da década de 1960, e com a Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, conhecida como Conferência de Estocolmo, em 1972. O Relatório **The Limits of Growth**, originado dos debates de 1972, foi o embrião das discussões sobre a relação homem e ambiente, na qual se abordou a situação presente e o futuro da humanidade. Este Relatório, elaborado sob uma perspectiva neomalthusiana (BECKER, 2009) e, por conseguinte, conservadora, apontou elementos limitantes ao crescimento dos países relacionados a cinco pontos centrais: i) crescimento demográfico; ii) produção alimentar; iii) ritmo de crescimento industrial; iv) níveis de poluição; v) e consumo de recursos naturais (MEADOWS *et al.*, 1972). Com o desenrolar dessa discussão, a questão ambiental começava a se tornar uma preocupação global.

Em nível internacional a ONU – especialmente através do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) – e os países centrais – através de seus interesses nacionais e pela atuação de suas fundações e corporações – intensificaram o debate sobre o tema. A partir das reuniões do Clube de Roma (1968) e da Conferência de Estocolmo (1972), estes atores iniciaram o encaminhamento de fóruns de discussão e Conferências em todo o mundo e a difusão de mecanismos regulatórios e coações político-ideológicas que não equacionaram o problema ecológico e, ao contrário, atuaram como formas de pressão sobre os países menos desenvolvidos com objetivos que visam a perpetuação da condição desigual entre o centro e a periferia (SUERTEGARAY E SCHAFFER, 1988) e a legitimação das próprias assimetrias de poder dentro do Sistema Interestatal Capitalista.

Não por acaso, a problemática ambiental vem à tona em um contexto de estagnação e recessão econômica dos países centrais pós-crisis de 1973<sup>27</sup> e 1979,

---

<sup>26</sup> Expressão obtida em Claval (1979).

<sup>27</sup> A primeira grande Crise do Petróleo ocorre em represália à *Guerra do Yom Kippur* (1973), quando a

período de transformações sistêmicas conjunturais no qual alguns países periféricos se revelavam como “ameaças” aos interesses do bloco capitalista hegemônico. Com isso, o principal pretexto ambiental colocado na arena geopolítica internacional surge como um argumento para frear o crescimento econômico, algumas tentativas de industrialização autônoma e a limitação de uso dos recursos naturais de países que até então estavam em posições marginais dentro do Sistema Interestatal.

Nessa conjuntura<sup>28</sup> de crise terminal do Sistema de Bretton Woods e de choques do petróleo, surgiram as interpretações da *Teoria da Interdependência Complexa* no âmbito da Economia Política Internacional e das Relações Internacionais<sup>29</sup>, que relegavam uma menor importância ao Estado e ao poder militar através de uma necessidade de maior colaboração interestatal em temas internacionais, envolvendo atores transnacionais como as OMI, ONGs, corporações empresariais, no qual se arquitetam os discursos sobre uma suposta governança global. Desse modo, o meio ambiente já aflora como uma estratégia geopolítica na agenda global dos Estados nacionais (CAMPELLO, 2013a).

O discurso ambientalista aparece em um contexto geopolítico marcado pelo “medo” da explosão demográfica e do crescimento econômico da periferia mundial. Tais premissas difundiram que os recursos naturais, a biodiversidade e o ecossistema terrestre, historicamente apropriados e utilizados pelas potências coloniais e por suas corporações econômicas, poderiam se extinguir. Nessa lógica surge, também, a ideia de responsabilidades comuns<sup>30</sup> sobre os danos ambientais – amplamente vendida como uma política necessária a todos – inclusive pela ONU e por outros atores estatais e não estatais.

Na década de 1990, após a Guerra Fria e na ausência de qualquer desafiador estatal ao poder americano, inúmeros novos perigos aparecem na estratégia de defesa nacional da “Casa Branca”. O combate ao narcotráfico e às drogas, a militarização de

---

Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), composta por uma maioria de nações árabes, eleva consideravelmente os preços da *commodity*, ocasionando crise de energia e efeitos político-econômicos em escala planetária.

<sup>28</sup> Por causa da maior intensidade, agilidade e alcance dos fluxos econômicos internacionais, e por conta da importância econômica dos choques do petróleo, os temas econômicos foram elencados como os mais fundamentais para os Estados.

<sup>29</sup> Como crítica ao excessivo peso conferido ao Estado e à questão militar pelos realistas, Nye e Keohane (1977) defendem o aumento da cooperação interestatal e a emergência de novos atores através dos “Regimes Internacionais” visando o aumento da interdependência dentro do Sistema Internacional.

<sup>30</sup> Como demonstrado na falta de consenso entre os países centrais e (semi)periféricos na **Conferência da Organização das Nações Unidas Sobre o Desenvolvimento Sustentável**, a Rio+20 (2012), há uma tentativa de “socializar os prejuízos” e “individualizar os lucros”.

fronteiras territoriais e endurecimento do controle às migrações, o terrorismo islâmico, a explosão do crescimento populacional na periferia, a globalização, o risco alimentar e as discussões sobre o risco ambiental são apenas alguns exemplos de uma construção de uma agenda de poder.

As ameaças criaram uma necessidade global para a vigilância e o monitoramento no caso destas questões ameaçarem os EUA e as suas estratégias políticas e econômicas. Nem todas estas questões de segurança geravam preocupações de grande poderio militar, mas em uma sociedade na qual o aparato de segurança permaneceu importante, o meio ambiente era parte dessa agenda política. Na década de 1990 o vice-presidente Al Gore foi influente ao arquitetar a atenção para a questão de “Estados falidos” e as possíveis causas ambientais de seu colapso político (DALBY, 2008, p. 262, Tradução Nossa).

Como apresentado por Porter (1998), Dalby (1998) e Buzan & Hansen (2012), a Segurança Ambiental é um dos novos temas que emergiram nos Estudos de Segurança Internacional (ESI) na agenda das Grandes Potências e também dos atores não estatais no período posterior à Guerra Fria. Os debates acerca da utilização dos recursos naturais, das possíveis mudanças climáticas, das crescentes epidemias que atingem amplas áreas geográficas e a preservação de um suposto patrimônio natural global assumem um caráter geopolítico extremamente relevante no mundo contemporâneo.

O que os atores políticos e acadêmicos conseguem fazer com que seja aceito como parte da “segurança internacional” muda com o passar do tempo. Segurança Ambiental não era considerada parte das correntes principais de ESI nos anos 1980, embora seja difícil imaginá-la excluída delas atualmente (BUZAN & HANSEN, *Op. Cit.*, p. 43-44).

Buzan & Hansen (*Op. Cit.*) chamam a atenção para a transição da questão ambiental como uma problemática marginal para se tornar um proeminente tema de Segurança Internacional.

Questões ambientais são a carta curinga no baralho de segurança. Até agora, elas têm sido relativamente marginais. [...] os dois mais prováveis curingas ambientais são o aquecimento global e a possibilidade de uma epidemia violenta e virulenta (BUZAN & HANSEN, *Op. Cit.*, p. 402-403).

Com isso, inegavelmente o meio ambiente se configura como parte central de um debate geopolítico que ultrapassa a questão interestatal, alcançando com relevância diversas áreas e setores da sociedade civil, como a academia, ONGs e até mesmo as estratégias de marketing, de mercado e de produção de grandes corporações.

A partir dos anos 1970, com maior maturidade das relações entre as superpotências, o alcance original do termo segurança passou a ressurgir, criando-se pressões para ampliar a agenda de segurança internacional para além do enfoque político-militar. As seguranças econômica e ambiental da segurança tornaram-se, ainda que de modo controverso, partes estabelecidas

da agenda durante os últimos anos da Guerra Fria, e as elas se uniram, durante os anos 1990, as vertentes da segurança societal (ou identitária), humana, alimentar, dentre outras. Boa parte dessa literatura se localizada predominantemente no quadro da segurança nacional da Guerra Fria, mas algumas obras começaram a desafiar a ênfase nas capacidades materiais, assim como as premissas estadocêntricas, abrindo caminho para estudos sobre a importância das ideias, da cultura e de objetos de referência para a segurança que não fosse o Estado (BUZAN & HANSEN, *Op. Cit.*, p. 25).

Se, por um lado, o crescimento das preocupações ecológicas fez a variável ambiental se tornar uma questão primária, isto é, na pauta dos grandes estudos e debates sobre segurança, por outro lado, a raiz das preocupações dos países do Norte é repleta de interesses geopolíticos. Um contraditório ambientalismo pauta as geopolíticas nacionais das Grandes Potências, inclusive com a difusão de estudos de *Think Tanks* dominantes de elevado alcance e capacidade de moldar uma denominada opinião pública mundial.

Diversos estudos geopolíticos e de Segurança Ambiental conservadores vislumbram um iminente cenário de “apocalipse” ambiental no Sul. Trata-se, invariavelmente, da construção de uma narrativa de poder.

Ressalta-se que este cenário ainda é hipotético e sem comprovação científica. Além disso, os efeitos das mudanças climáticas também afetariam de sobremaneira as populações do Norte do planeta, a exemplo os pequenos territórios costeiros e/ou insulares da Escandinávia, a Ilha Britânica e a própria península europeia, mesmo considerando a elevada dotação de recursos técnicos e financeiros que possuem.

A suposição mais importante enraizada na análise do “Pentágono” é a teoria dominante partilhada pelos profissionais de segurança: numa crise ambiental, as pessoas vão lutar em vez de realizar comércio e cooperar. Em contraste, o foco na Segurança Humana deixa claro que é necessária a cooperação para garantir a Segurança Ambiental.

Nesse sentido, há uma clara existência de um choque teórico entre duas principais correntes que abordam a problemática: i) o considerado *mainstream*, que defende que as possíveis mudanças ambientais representarão sérios riscos aos países do Norte, considerando-os como “vítimas” da falência e da incapacidade de governança dos países do Sul (KAPLAN, 1994); ii) e o grupo de estudiosos de caráter crítico e contra-hegemônico que defendem a questão ambiental como uma crise de abundância (*affluence*) – capitaneada pelo monopólio dos recursos naturais das poderosas corporações transnacionais ligadas às Grandes Potências e pelo padrão de vida do Norte

desenvolvido – em detrimento das aparentes responsabilidades do mal uso dos recursos naturais pelos países do Sul.

No artigo **A Anarquia Vinda: como a escassez, o crime, a superpopulação, o tribalismo e as doenças estão destruindo rapidamente o tecido social do nosso planeta**, o conservadorismo influente do escritor estadunidense Robert Kaplan (1994) defende que o possível colapso ambiental em razão da omissão do Norte em relação aos “caos” do Sul causaria uma onda migratória de populações pobres para os países ricos, ocasionando problemas de segurança para a população estadunidense e das demais sociedades avançadas socioeconomicamente. A teoria doutrinadora e neomalthusiana acerca das relações interestatais de Kaplan (*Op. Cit.*) coloca que a escassez de recursos e os problemas ambientais nos países do Sul levariam a conflitos e conseqüentemente a ondas migratórias para os países do Norte.

A representação da periferia do Sistema Mundial como uma ameaça para o Norte vem sendo um raciocínio geopolítico capaz de conduzir políticas globais que tentam limitar a migração e, ao mesmo tempo, legitimar o uso da violência como forma de controlar os deslocamento dos indivíduos. Kaplan (1994) coloca:

Estamos entrando em um mundo bifurcado. Parte do globo é habitada por Hegel e pelo Último Homem de Fukuyama, saudável, bem alimentado e mimado pela tecnologia. O outro, em sua maior parte, é habitado pelo Primeiro Homem de Hobbes, condenado a uma vida que será ameaçada pelo stress ambiental. O Último Homem será capaz de dominá-lo, o Primeiro Homem não. O Último Homem vai se ajustar à perda de lençóis de água subterrâneo, vai construir diques para salvar o Cabo Hatteras, as praias de Chesapeake e a subida do nível do mar. O Primeiro Homem vai afundar no esquecimento até mesmo com as Ilhas Maldivas, ao largo da costa da Índia, e quando as linhas costeiras do Egito, Bangladesh e Sudeste da Ásia recuarem, dezenas de milhões de pessoas migrarão para o interior, onde não há lugar para eles, e sim para as nítidas divisões étnicas (KAPLAN, *Op. Cit.*, p. 60, Tradução Nossa).

Kaplan (*Op. Cit.*) ainda afirma que as novas ameaças de segurança, como a ambiental, decorrem simplesmente da incapacidade dos “Estados falidos”, onde a militarização da questão por parte das Grandes Potências deve ser uma ferramenta necessária para garantir suas respectivas seguranças energética e agrícola. O autor não relaciona processos político-econômicos maiores, essenciais para a compressão das assimetrias de poder do Sistema Interestatal, com a violência política, a desestruturação econômica e a degradação ambiental do Sul. Ao contrário, “observa fenômenos locais de uma forma determinista, (...) desconsidera o colonialismo, as características políticas e econômicas do mundo pós-colonial, (...) e culpa o “fracasso” de sociedades como um

fruto de questões internas” (DALBY, 1998). Além disso, se faz necessário mencionar que a perversidade das afirmações de superioridade cultural, de Kaplan (*Op. Cit.*), relaciona o etnocentrismo às geopolíticas de caráter nacional.

Para a maior parte da literatura conservadora da década de 1990, a degradação ambiental é responsabilidade dos países do Sul e de suas populações pobres, não sendo uma questão diretamente relacionadas com a riqueza e abundância (*affluence*) das populações do Norte. Dificuldades ambientais no Norte se dão por uma simples questão de regulamentação do governo e, naturalmente, de inovações técnicas, mas não são questões que possuem consequências e impactos nas injustiças ambientais do Sul. Kaplan (*Apud Dalby, 2008, p. 262*) coloca:

É hora de entender para o que serve o "meio ambiente": trata-se de uma questão de segurança nacional no início do século XXI. O impacto político e estratégico das crescentes populações, a propagação de doenças, o desmatamento e erosão do solo, o esgotamento da água, a poluição do ar e, possivelmente, a subida do nível do mar em regiões críticas, como a superlotação do Delta do Nilo e Bangladesh fomentará migrações em massa que, por sua vez, incitará conflitos. Este será o núcleo do desafio de política externa a partir do qual a maioria dos outros emanarão, despertando o público e unindo interesses variados que sobram da Guerra Fria (KAPLAN, 1994, p. 58, Tradução Nossa).

Tal raciocínio hierarquizante, extremamente inconsistente do ponto de conceitual, se tornou referência para o pensamento de segurança do neorealismo conservador e para os governos estadunidense a partir da década de 1990. Podem-se tirar três observações gerais acerca das questões alarmistas e catastróficas levantadas por Kaplan (1994): i) o meio ambiente se tornou um potencial inimigo; ii) a natureza está se vingando da humanidade por “culpa” da pobreza, da corrupção, das instituições falidas e do crescimento populacional exclusivamente do Sul; iii) a eclosão de guerras futuras, em sua maioria subnacionais, destruirão os Estados pobres e ocorrerão pela escassez ambiental, com graves consequências sobre os países desenvolvidos.

Há uma tentativa do *mainstream* hegemônico de se justificar uma tensão geopolítica entre aqueles em “perigo direto”, isto é, as populações prósperas do Norte, pelos problemas políticos vinculados à degradação ecológica no Sul. Se esses problemas transbordam para os países do Norte, então, deve-se exigir uma “resposta de segurança” estadocêntrica em razão do potencial instabilizador do Sul poder transbordar para as “zonas de prosperidade”. O realismo ofensivo de Segurança Ambiental internacional – claramente de tipo colonial – justifica que os tomadores de decisão do Norte devem controlar o Sul.

Com profundas diferenças teórico-analíticas e temporais, pensadores<sup>31</sup> como Robert Kaplan (1994), Charles Kindleberger (1973), Robert Gilpin (1987), Robert Keohane (1982; 1985), Joseph Nye (2004), Samuel Huntington (1997), Francis Fukuyama (1992), Zbigniew Brzezinski (1986), Stephen Krasner (1982; 2012) e Henry Kissinger (1994) possuem estudos notadamente de caráter colonialista e doutrinador, enxergando a necessidade dos países/sociedades do Norte serem os responsáveis pela condução de um padrão global de desenvolvimento e pela estabilidade do Sistema Internacional conduzida pela superpotência estadunidense<sup>32</sup>.

Entretanto, há uma emergência de novas vozes de uma Geopolítica com caráter considerado crítico que defendem novas alternativas ao discurso hegemônico ao afirmarem que a questão militar não trará qualquer novidade ou benefício à Segurança Ambiental e que, além de Grandes Potências, há a emergência de clamores relevantes da sociedade civil organizada (CLAVAL, 1979), que tanto podem cooperar pela paz do anárquico Sistema Internacional, embora também possam servir como “exércitos” silenciosos e ideológicos dos respectivos Estados-economias nacionais que sorrateiramente representam.

Dalby (2008), um dos novos expoentes de uma Geopolítica crítica, coloca alguns dos elementos políticos dessa questão. O autor se contrapõe ao *mainstream* hegemônico no presente debate acadêmico, em especial pela preocupação de “Washington” em obter sempre uma vantagem relativa na balança de poder entre as Grandes Potências, que utiliza teóricos, consultores e organizações *Think Tanks* para construir e legitimar o discurso da necessidade colonial e impositiva dos países do Norte de se protegerem dos efeitos do “imminente apocalipse ambiental” do Sul.

---

<sup>31</sup> Breve apresentação de alguns desses pensadores: Yoshihiro Francis Fukuyama, uma das figuras-chaves do pensamento conservador contemporâneo, é um filósofo e economista político estadunidense. Fukuyama ganhou grande projeção mundial com o livro **O fim da história e o último homem**. Ele foi uma figura-chave durante o governo Ronald Reagan e é considerado o mentor intelectual de Margaret Thatcher. Samuel P. Huntington foi um cientista político estadunidense e, assim como Fukuyama, tem grande projeção no conservadorismo político e acadêmico contemporâneo. Henry Alfred Kissinger foi um diplomata estadunidense que teve uma forte participação na política externa do seu país entre 1968 e 1976. Zbigniew Brzezinski, considerado a resposta democrata à influência republicana de Kissinger na Casa Branca, foi um cientista político, geopolítico e estadista estadunidense emigrado da Polônia. Brzezinski serviu como Conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos durante a presidência de Jimmy Carter (1977 a 1981).

<sup>32</sup> Vejamos a explanação de Kindleberger (1973, p. 304) sobre a necessidade de oferecer uma estabilidade hegemônica ao Sistema Internacional durante a década de 1970: "Uma economia liberal mundial necessita de um estabilizador e de um só país estabilizador".

Numa perspectiva *ecossocioeconomista* focada na mudança do indivíduo mas com pouco profundidade geopolítica<sup>33</sup>, os estudos de Dalby (*Op. Cit.*), embora também de caráter cosmopolita, se pretende mais crítico ao questionar o real papel das Grandes Potências, suas responsabilidades históricas e seus atuais interesses geopolíticos em relação ao meio ambiente, sobretudo na questão climática.

Nos últimos anos, a mudança climática voltou a levantar preocupações sobre o meio ambiente como uma causa de conflito geopolítico, mas o que também se tornou claro é que tais potenciais rupturas são uma questão de danos ambientais causados pela abundância e não simplesmente pela pobreza. A segurança para todos em face da mudança ambiental requer a cooperação e não a manutenção das estratégias tradicionais de rivalidade geopolítica que costumavam ser o cerne dos estudos de segurança (DALBY, 2008, p. 260, Tradução Nossa).

Dalby (1998) coloca que “em nome da proteção do planeta, os discursos de perigo que estruturam a literatura de segurança ambiental do Norte agem como tentativas de reafirmar a dominação colonial de suas corporações e instituições sobre o Sul”, isto é, “as novas dimensões verdes da geopolítica não são construções inocentes ou afirmações verdadeiras, mas são formas de poder que ocorrem por novos termos e linguagens”.

Partindo de uma visão mais profunda, Le Billon (2006) coloca que os esforços políticos que tentam lidar com as guerras por recursos naturais internas à periferia sistêmica se limitam a incluir boicotes de bens como diamantes extraídos em zonas de conflito e campanhas para certificar práticas de produção que, por sua vez, passam a fazer parte de campanhas de *marketing* das grandes corporações.

As tímidas atitudes tomadas por relevantes atores globais mostram que há fortes conexões entre o consumo e padrão de vida do Norte com os processos de degradação ambiental e violência no Sul. Interconexões políticas e econômicas do Sistema Internacional envolvem e contribuem para as guerras por recursos naturais (KLARE, 2001).

A questão é que novos argumentos, vozes e coalizações, inclusive interestatais, devem se levantar para frear o dominante argumento conservador que, ao arquitetar as “ameaças do Sul”, como a ambiental, “pagam (trilhões) por exércitos (forças armadas, grandes corporações, OMs, ONGs transnacionais) para manter o pobre em seu lugar e para universidades e centros de pesquisa formularem teorias de ameaça de Segurança

---

<sup>33</sup> O autor (*Op. Cit.*) avança que a temática da Segurança Ambiental deve ser inserida nos estudos de segurança a partir de um viés diferente dos estudos tradicionais, isto é, com o recuo das estratégias militares que caracterizam os ESI da Guerra Fria.

Ambiental que visam manter a ordem política que os mantém ricos” (DALBY, 1998, p. 272-273, Tradução Nossa).

Em **Desafios para o século XXI**, Paul Kennedy se preocupa com as disparidades Norte-Sul. Sobre a questão ambiental, Kennedy (1993) aponta que esta será uma das responsáveis pelas disputas interestatais, na qual a tecnologia, ou o seu controle estratégico, terá um papel-chave, agravando ainda mais as já colossais diferenças sistêmicas.

O mesmo autor crítica a postura dos países mais ricos sobre as discussões ambientais, tema que considera de extrema importância, mas que não pode ser tratado com a hipocrisia dos mais poderosos e responsáveis pela maior parte do antropogenismo global. Responsabilidades históricas em seus territórios e nas ex-colônias e, também atual, pela atuação de suas transnacionais e os elevados padrões de consumo de suas populações.

[...] isso nos leva de volta, mais uma vez, para a política, a cultura e as relações Norte-Sul [...] O aquecimento global nos obriga a enfrentar o problema de um mundo dividido em ricos e pobres [...] Como a fina película de vida da Terra é contínua e interligada, os danos causados à atmosfera nos trópicos poderão ter sérios efeitos em todo o planeta. A questão ambiental, como ameaça da migração em massa, significa que – talvez pela primeira vez – o que o Sul faz pode prejudicar o Norte (KENNEDY, *Op. Cit.*, p. 95-96).

Klare (2001; 2008), ao discutir os conflitos e a iminente corrida interestatal pela posse, controle e utilização de novas fontes de energia, já extremamente presente no mundo contemporâneo, coloca que o relativo encolhimento do planeta e a escassez de fontes enérgicas tradicionais, como o carvão e o petróleo, levarão às Grandes Potências a uma corrida pelo controle e reconfiguração de velhas e novas fontes. Ao fazermos um paralelo entre Klare (*Op. Cit.*) e Carr (*Op. Cit.*) podemos constatar que a questão energética é, em suma, muito mais geopolítica, econômica e militar do que propriamente ambiental.

Therezinha de Castro (1998) também aborda essa discussão sobre o pós-Guerra Fria, na qual emergiu uma divisão e corrida neocolonial Norte-Sul que colocou os recursos ambientais de regiões marginais em evidência.

Fiori (2007b) vai mais longe ao analisar tal competição como intrínseca à natureza histórica do Sistema Interestatal.

[...] a geopolítica e a economia andam quase juntas, quando se trata da competição e da luta por recursos naturais escassos e estratégicos, tanto para os estados como para os capitais privados. E neste campo, a disputa mais violenta sempre se deu em torno do controle e monopolização das fontes energéticas indispensáveis ao funcionamento econômico do Sistema

Mundial, e de todas as suas economias nacionais, em particular a das suas Grandes Potências (FIORI, 2007b, p. 16).

Tomando como exemplo a água, recurso estratégico e potencial fonte de embates diplomáticos futuros quanto ao seu uso, o geógrafo Lício Rego-Monteiro (2009) afirma que a desigualdade da distribuição e do uso entre os países e regiões do mundo é um fator que acentua a tendência aos conflitos. No mesmo sentido, Klare (2001) coloca a água potável, as terras férteis e as fontes de energia entre as principais motivações da nova era das guerras por recursos, as *resource wars*.

A nova geografia dos conflitos é marcada por guerras localizadas que, embora possam ser vistas como fenômenos isolados, fazem parte de um sistema geopolítico interconectado, a despeito de suas raízes individuais (KLARE, *Op. Cit.*, p. 213).

As chamadas *resource wars* são os conflitos armados que se regem de forma significativa em busca ou posse de recursos naturais estratégicos. Le Billon (2004, p. 1) afirma que “o termo guerras de recursos emergiu nos EUA no início dos anos 80 em referência à ameaça soviética percebida sobre os EUA para o acesso ao petróleo do Oriente Médio e sobre os minerais africanos”. Ao colocar que os recursos naturais têm papel central nas guerras, Le Billon (2004; 2006 *Apud* Machado 2012) afirma que os recursos naturais funcionam como um incentivo para Estados e corporações se engajarem em disputas, nas quais as fontes têm o duplo papel de motivadoras e financiadoras dos conflitos. O acesso, a distribuição e os direitos de posse sobre esses recursos podem desencadear grandes conflitos (LE BILLON, 2001). E vai mais longe, afirmando que a presença de recursos naturais abundantes ou escassos em um território determina a soberania de um país ou a falta dela, denominando a questão como a “maldição dos recursos naturais”.

Da mesma forma que a problemática do meio ambiente reforça um dos pontos-chave para a eclosão de conflitos, é preciso ressaltar que as guerras por recursos naturais vinculadas à economia global geram mais violência e impactos no Sul do que alterações de ordem socioeconômica ou ambiental no Norte (KENNEDY, 1993; KLARE, 2001; LE BILLON, 2006).

Como colocado pela pesquisadora em Geografia Humana Elisa Freitas (*Op. Cit.*, p. 128), a tentativa de cerceamentos relativos à questão ambiental dos mais poderosos sobre os mais vulneráveis poderá provocar “novas tensões no equilíbrio de poder entre os Estados nacionais que constituem o Sistema Internacional”.

Le Billon (2001; 2006) ainda argumenta que a formação estatal, a fragmentação política e as disputas internas em Estados periféricos em torno dos recursos naturais são, muitas vezes, questões conectadas às disputas interestatais e às demandas das Grandes Potências. Atores externos (estatais e não estatais) podem atuar dentro de Estados fragmentados politicamente (como os periféricos, de formação estatal particular) para enfraquecê-los, como no tipo de recomendação que Brzezinski (1961) fazia para os EUA explorar as fragilidades internas do Estado multinacional soviético.

O discurso das Grandes Potências, embora extremamente heterogêneo e com variadas perspectivas, possuem o interesse em comum de difusão do discurso das responsabilidades compartilhadas dentro do Sistema Mundial, colocando os países periféricos numa posição crítica aos efeitos ideológicos do discurso cosmopolita da Segurança Ambiental da humanidade.

Recentes relatórios da ONU argumentam que as partes mais pobres do mundo terão populações mais vulneráveis às mudanças climáticas e que estes serão menos capazes de adaptação do que as partes mais ricas do mundo. Assim, as inevitáveis migrações de populações do Sul por sobrevivência poderão gerar consideráveis conflitos políticos pela necessidade dos mais ricos usarem a força militar para evitar as migrações. Os países ricos tenderão a mover-se para se protegerem. Assim, com o advento das mudanças climáticas, a guerra será parte do futuro. Guerras que vitimarão dezenas de milhões de pobres e que terão, invariavelmente, efeitos nos países do Norte.

Como verificado acima, o ambiente global como um objeto de análise passou a ser um tema empregado como argumento político em fóruns internacionais, que passam a funcionar como arenas decisórias geopolíticas. Uma série de atores multiescalares – enredados dentro do sistema internacional – passam a ser protagonistas em nível local, nacional e global.

A partir desse contexto, começam a surgir variadas alianças entre setores do Estado com grupos de ONGs e de OMI's que, particularmente, vêm impactando os países periféricos no tocante à questão ambiental e a atuação em seus territórios. Novas estratégias de poder se desenham e tem como centro as discussões em torno do meio ambiente.

Há, hoje, portanto, dois movimentos internacionais: um em nível do sistema financeiro, da informação, do domínio do poder efetivamente das potências; e outro, uma tendência ao internacionalismo dos movimentos sociais. Todos os agentes sociais organizados, corporações, organizações religiosas, movimento sociais etc., têm suas próprias territorialidades, acima e abaixo da escala do Estado, suas próprias geopolíticas, e tendem a se

articular, configurando uma situação mundial bastante complexa (BECKER, 2005, p. 72).

Há diversos atores não estatais que agem nessa questão e o que se vê, muitas vezes, é um “casamento de interesses” numa clara composição entre os interesses nacionais da geometria do poder e da riqueza de poderosas empresas e outros atores “transnacionais” com seus respectivos Estados nacionais.

A questão ecológica vem sendo imposta aos países periféricos como um projeto nacional, quando, na verdade, essa não é a prioridade no projeto de nação desses países que, necessariamente, precisam erradicar a fome e a pobreza, desenvolver indústrias e tecnologias nacionais e, até mesmo, poder militar dissuasório para defender suas respectivas soberanias.

O fragmento abaixo expressa uma visão *policy maker* de alguns elementos que vêm ocorrendo na arena interestatal da atual geopolítica ambiental. O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães (2005) coloca que:

Procuram fazer (os Estados desenvolvidos) com que os Estados subdesenvolvidos assumam compromissos ambientais, tais como metas de redução de emissões, que comprometeriam sua capacidade de industrialização enquanto, paradoxalmente, transferem para o território destes últimos Estados certas atividades industriais altamente poluidoras e deles importam sua produção. Por outro lado, os mesmos países que procuram impor a Estados periféricos como o Brasil políticas ambientais de alto custo, que exigiriam firme e dispendiosa ação do Estado, por meio de outros compromissos internacionais procuram tornar ilegal qualquer ação do Estado que limite a liberdade de ação das empresas, em especial multinacionais, que muitas vezes são as maiores responsáveis pelas agressões ao meio ambiente. De outro lado, ao impor, por intermédio de agências internacionais, ou estimular políticas rígidas de ajuste fiscal, limitam os recursos do Estado brasileiro para a execução de políticas de desenvolvimento sustentável. (GUIMARÃES, *Op. Cit.*, p. 198).

Além das pressões limitantes mencionadas por Guimarães, as Grandes Potências também atuam de modo a impedir o desenvolvimento de um poder militar na periferia, trabalhando pela concentração do poder, da tecnologia e da hierarquia militar sob a égide do pacifismo e da manutenção do *status quo* do seletivo grupo das potências nucleares.

Observando a complexa e contemporânea discussão ambiental, Becker (2009) relaciona as Geopolíticas clássicas à construção de novas estratégias de dominação:

Na questão ambiental [...] coexistem poderosos interesses e forças políticas e econômicas em questão. [...] até mesmo reivindicações geopolíticas há muito ditas como superadas, como a do expansionismo territorial, consagrada na conceituação do espaço vital, são, de algum modo, atualizadas pelas teses neomalthusianas (BECKER, *Op. Cit.*, p. 181).

Desde a gênese de construção do Sistema Interestatal Capitalista, os interesses dos capitalistas confundem-se com a atuação de seus Estados nacionais. A aliança do “príncipe” com o “banqueiro” foi importante na consolidação do capitalismo e, ainda hoje, é uma necessidade do Sistema Interestatal (FIORI, 2005). Atualmente, essa necessidade também pode ser compreendida com o lançamento de modelos/soluções “mágicas” de desenvolvimento e de modos de produzir que se alimentam das inovações das corporações transnacionais dos países centrais, além da imposição de uma agenda política, institucional e de projetos “ambientais” nos territórios dos países subdesenvolvidos (CAMPELLO, 2013a).

A colocação de Castro (2005) aborda como o futuro sistêmico global pode ser “construído” e “moldado” pelos interesses nacionais das Grandes Potências:

O Sistema Internacional, de forma como ele se encontra modelado na atualidade, baseia-se nas estratégias historicamente elaboradas pelos Estados, a partir de suas possibilidades frente aos outros, para a escolha de posições favoráveis com relação às guerras e aos acordos (CASTRO, *Op. Cit.*, p. 244).

Porto-Gonçalves, geógrafo e ambientalista, tem o mérito de, em sua abordagem criticar o “ecologismo do 1º mundo” e a distinção cuidadosamente proposta entre o natural e o social, entre a natureza e a cultura, entre o ambiental e o político. O autor também enxerga o meio ambiente como uma “espinha dorsal de uma nova geopolítica”. Entretanto, devido a forte inspiração marxista da análise do “desafio ambiental<sup>34</sup>”, o autor afirma que há uma “hegemonia da lógica mercantil no campo ambiental” e um enfoque na crítica sobre a globalização neoliberal numa perspectiva essencialmente econômico-financeira (PORTO-GONÇALVES, *Op. Cit.*, p. 28-29).

[...] a geopolítica da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável não só prolonga e intensifica os anteriores processos de apropriação destrutiva dos recursos naturais como, ao se configurar no contexto de uma globalização econômica, leva à desnaturalização da natureza – a transgêneris que invade e transmuta tecnologicamente a vida – e, com o discurso do desenvolvimento sustentável, promove uma estratégia de apropriação que busca naturalizar – dar carta de naturalização – à mercantilização da natureza. Nessa perversão do natural é que se jogam as controvérsias entre a economização da natureza e a ecologização da economia (LEFF *et al*, 2002).

---

<sup>34</sup> PORTO-GONÇALVES, C. **O Desafio Ambiental**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2004.

O viés hierarquizante<sup>35</sup> de inúmeros projetos “ambientalistas” propostos pelas grandes OMI – como o Banco Mundial – e ONGs transnacionais – como a **WWF** (World Wildlife Fund), a **CI** (Conservation International), a **TNC** (Nature Conservancy) e a **WCS** (Wildlife Conservation Society) – que na maior parte das vezes não envolve a população local e dissociam o homem da natureza<sup>36</sup>, tornam a biodiversidade não utilizada e configuram os recursos naturais, na brilhante crítica de Porto-Gonçalves (2004), como “latifúndios genéticos”.

O que Porto-Gonçalves chama de “colonialidade do saber” é, na verdade, a apropriação da ciência por discursos de diferentes matizes ideológicas e a serviço do poder, influenciando e orientando projetos repletos de interesses geoestratégicos e geoeconômicos em espaços e regiões singulares do globo terrestre, como na biodiversidade dos países do Sul, zonas de fronteira, territórios indígenas e de populações tradicionais, áreas com subsolo rico em minerais etc.

Unidades de conservação vêm sendo propostas onde as populações indígenas e tradicionais perdem a primazia no controle e gestão dos seus próprios recursos naturais, que passam a ser feitos por empresas e ONGs em nome do “uso racional dos recursos naturais” marcado por um componente etnocêntrico e pela colonialidade do saber e do poder (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 143-144).

Porto-Gonçalves (2004; 2006) salienta as tentativas de subordinar povos indígenas e tradicionais de diversos espaços de geobiodiversidade por parte da tríade corporações transnacionais – ONGs – OMI. Como o autor coloca, a “colonialidade do poder” também se apropria da questão ambiental com vistas à mercantilização dos saberes de povos tradicionais e dos elementos da natureza sob a lógica do neoliberalismo ambiental.

Nesse contexto, Cunha e Coelho (2012 *Apud* Rampazo *et al* 2014) colocam algumas das novas características do setor ambiental:

[...] ele é bastante influenciado pelas organizações não governamentais na medida em que elas fazem pressão sobre o Estado para a aprovação de normas de seus interesses, financiam seus projetos e realizam pesquisas que norteiam a criação posterior de políticas públicas (RAMPAZO *et al*, 2014, p. 81).

Porto-Gonçalves (2004, p. 140) ainda afirma que o deslocamento neoliberal vem afetando o desenho institucional e o caráter das ONGs, que tem representantes de

---

<sup>35</sup> Observemos a fala de um biólogo da CI que trabalhou com os indígenas Kaiapó no Baixo Xingu: “Muito francamente, eu não ligo para o que querem os índios. Temos que trabalhar para conservar a biodiversidade” (MACCHAPIN, 2008, 27).

<sup>36</sup> Explicitaremos com mais profundidade no Capítulo 2.

empresas e de governos, mas não é do Estado, conformando uma imprecisa posição ética. O autor cita o exemplo do Banco Mundial que é, ao mesmo tempo, o maior patrocinador de projetos altamente destrutivos do ponto de vista ecológico, mas que tem financiamentos para projetos ambientais com uma influência decisiva no perfil dos mesmos, sobre as comunidades afetadas e as regiões em que se opera o desenho neoliberal.

Desde a segunda metade dos anos 1990 há um deslocamento da atuação de algumas grandes ONGs, não só com relação ao mercado como também em relação à ação das corporações multinacionais e do próprio Banco Mundial, quando muitas delas passam a pôr em prática uma visão acerca dessas instituições muito diferente daquela que a maior parte das organizações populares vinha mantendo até então. Observemos que no universo discursivo do mundo das ONGs cada vez mais se fala de profissionalismo, competência e agenda positiva, e menos em militância, amadorismo e contestação (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 141).

Como contraponto ao elevado peso dado às questões econômicas, a análise abaixo é mais holística ao associar as múltiplas questões que envolvem os conflitos pelo poder. A autora Iná Elias de Castro não hierarquiza a economia à política, como colocado abaixo:

O espaço é uma complexa arena de interesses não redutíveis aos atores econômicos e aos conflitos produtivos, que obedecem à lógica econômica, procura-se compreender também os conflitos distributivos que se organizam a partir da lógica das relações de poder das instituições políticas. Estes dois conflitos se reproduzem também na escala global e são comandados pelos atores característicos desta escala (CASTRO, 2005, p. 214).

Uma parte dos conflitos relacionados à biodiversidade – temática de importância estratégica pelo seu potencial de riquezas materiais e por sua dimensão global – gira em torno dos interesses por sua apropriação/preservação devido à multiplicidade e à complexidade dos atores envolvidos. E como agravante, a lacuna científico-tecnológica dentro do Sistema Mundial tem representado um fator de adensamento das desigualdades relativas à questão ambiental e no pouco avanço em relação aos seus conflitos (ALBAGLI, 1998, p. 241). Como colocado a seguir:

A biodiversidade como questão geopolítica é objeto de estratégias e conflitos que se projetam no território, já que ciência, tecnologia e meio ambiente adquirem a condição de variáveis estratégicas no jogo de forças internacionais (ALBAGLI, *Op. Cit.*, p. 239).

O próprio desenvolvimento tecnológico redefine constantemente quais são os recursos naturais estratégicos. Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) são, na contemporaneidade, condições indispensáveis para o desenvolvimento de uma nação.

CT&I definem não só quais indústrias são as mais importantes, mas também quais aparatos militares – de locomoção e destruição – são os mais fundamentais. E todos estes demandam acesso a recursos naturais. O historiador estadunidense William McNeill (1982) lembra que nos primórdios o próprio acesso a certos tipos de materiais era fundamental para o poder militar e o sucesso na guerra.

O conhecimento tecnocientífico vem sendo utilizado por uma lógica economicista, de poder político e de assimetria militar. O conhecimento não vem atuando para atenuar a relação equilibrada entre o homem e a natureza. A utilização da técnica é fundada no controle do homem sobre o homem e na submissão da natureza aos interesses da propriedade privada. A tecnociência é, hoje, o principal símbolo da divisão internacional do trabalho (SANTOS, 2000) e das abissais distâncias socioeconômicas e militares entre as nações. Porto-Gonçalves (*Op. Cit.*) ainda relaciona a técnica às imagens, que formam um poder perverso, capaz de atravessar fronteiras territoriais e culturais, incentivando a homogeneização das culturas dominantes.

Fazendo uma conexão com os processos de mercantilização da natureza e com o controle de patentes tecnológicas que funcionam, na verdade, como mecanismos *tecno(eco)lógicos* de poder, cabe, perfeitamente, na análise da relação entre os Estados e as economias nacionais feita pelo economista marxista austríaco Rudolf Hilferding<sup>37</sup> em outro contexto histórico. Por detrás de interesses pseudo-humanitários e ambientalmente sustentáveis existe a necessidade de expansão do capital. Isto é, o interesse privado é salvaguardado e expandido pelos Estados nacionais numa estreita relação entre a fusão da autoridade central com os interesses dos detentores da riqueza.

Daí a exigência de todos os capitalistas interessados em países estrangeiros para que o poder estatal seja forte, cuja autoridade proteja seus interesses também no mais longínquo rincão do mundo, daí a exigência que se levante uma bandeira de guerra que precisa ser vista por toda parte, para que a bandeira do comércio possa ser plantada por toda a parte. Mas o capital de exportação sente-se melhor quando o poder estatal do seu país domina completamente a nova região, pois então é excluída a exportação de capital de outros países, o referido capital goza de uma posição privilegiada e seus lucros contam ainda com a eventual garantia do Estado (HILFERDING, 1985, p. 302).

O poder fragmentador do domínio da técnica na Nova Ordem Mundial é exemplificado a seguir.

As forças mais reacionárias já apostam na necessidade de consolidar as desigualdades entre o Norte e o Sul, através de um projeto de apartheid

---

<sup>37</sup> Hilferding (1985), adepto da Teoria do Imperialismo, observa a questão econômica e a expansão do capital como a razão das ações estatais.

tecnocientífico internacional nas relações internacionais (SABROZA E LEAL, 1992, p. 90).

A pesquisadora Sarita Albagli (1998) contribui para a discussão apontando que, com o imperativo tecnológico, “ciência e tecnologia podem funcionar como instrumentos de poder”, e a propriedade intelectual, como “a privatização do saber”.

A importância da ciência e da tecnologia no mundo contemporâneo recoloca em um novo patamar suas relações com as estruturas de poder vigentes. Por um lado, o progresso científico-tecnológico incorpora-se ao rol de questões que integram o domínio da esfera pública, sendo nela institucionalizado e financiado com recursos oriundos da própria sociedade sob o suposto de que serve ao bem comum. Por outro lado, ciência e tecnologia passam a constituir-se em bens mercantis e bens estratégicos, ao mesmo tempo protegidos e restritivamente tornados disponíveis no mercado global, privatizados e comercializados pelos grandes agentes econômicos (ALBAGLI, *Op. Cit.*, p. 28).

Becker (1997) complementa:

O novo modo de produzir redefine a natureza e as relações sociedade-natureza. Por um lado, tende a se tornar independente da base de recursos naturais, utilizando menor volume de matérias-primas e de energia mas, por outro, valoriza os elementos da natureza num patamar mediante o uso de novas tecnologias, sobretudo a biodiversidade – fonte de informação crucial para a biotecnologia – e a água, como possível matriz energética. Em outras palavras, valoriza a natureza como capital de realização futura (BECKER, *Op. Cit.*, p. 423-24).

Os pressupostos ideológicos lançados pelas Grandes Potências não questionam a essência das disparidades socioeconômicas e políticas dentro do Sistema Internacional e elegem a tecnologia como a ferramenta salvadora do planeta. A tecnologia – ou melhor, a *tecno(ecologia)* – é uma condição necessária para uma economia de baixo carbono e pode minimizar de maneira significativa o antropogenismo global, mas não resolve o cerne da questão, podendo perpetuar a divisão internacional do trabalho

(CAMPELLO, 2013b).

Numa lógica de liberalismo transnacional do neoliberalismo, as dificuldades que envolvem acordos interestatais nas áreas de transferência de tecnologia e o direito de propriedade intelectual funcionam como questões contraditórias quando, na verdade, supostamente se almeja um “futuro comum” e uma “governança global”. A análise do pesquisador Túlio Sene (2015) situa essa questão como um elemento “coerente” com a estrutura do Moderno Sistema Mundial.

O conceito de divisão social do trabalho, dentro da perspectiva de análise da economia-mundo, permite entender as razões pelas quais não são transferidos os conhecimentos do centro para a periferia do sistema. Com efeito, não se transfere conhecimento porque um movimento deste tipo

romperia com a estrutura que funciona justamente para permitir a acumulação do capital onde interessa à lógica do sistema capitalista, e não à lógica do desenvolvimento e emancipação de sociedades periféricas (SENE, *Op. Cit.*, p. 23-24).

Ainda nesse prisma, Becker (1992) revela que a questão ecológica é tecnológica, geopolítica e, conseqüentemente, ideológica. A autora já temia o processo de distanciamento tecnocientífico que se acentuaria na Nova Ordem Mundial.

Uma das mais importantes questões políticas no final do século tende a ser, portanto, a acentuação das desigualdades entre centros e periferias. Na medida em que a disputa Leste/Oeste desaparece, o mundo passa a ser dividido entre o rápido e o lento a partir da posse do conhecimento científico e das redes de comunicação. Trata-se da era do apartheid tecnológico (BECKER, *Op. Cit.*, p. 192).

Não se trata de fazer julgamentos ideológicos e nacionalistas sobre as reivindicações de diversos movimentos sociais e empresariais que atuam em escala global e tampouco sobre as ações dos Estados nacionais mais poderosos na temática. Mas é preciso, na verdade, compreender suas ações como parte inerente da estrutura do Sistema Internacional: “natureza anárquica” e comandada pelo “princípio da egoísta da autoajuda” (WALTZ, 1979).

Como Fiori (2004) aponta:

No mundo das Grandes Potências e dos demais Estados e economias nacionais, não existem bons e maus, nem melhores ou piores, em termos absolutos. O que existe são Estados que, em determinados momentos da história, assume posições mais ou menos favoráveis à paz e à “justiça internacional”. Mas, mesmo nesses casos, há que se distinguir a retórica da ação concreta, porque todas as Grandes Potências já foram colonialistas e anticolonialistas, pacifistas e belicistas, liberais e mercantilistas e quase todas elas, além disso, já mudaram de posição várias vezes ao longo da história (FIORI, *Op. Cit.*, p. 57).

Seguindo essa perspectiva analítica, a questão ambiental passa a ser uma ferramenta utilizada por países centrais, organizações multilaterais, corporações empresariais e ONGs transnacionais a partir de interesses político-econômicos nacionalistas e individualistas. As ativistas políticas Sandra Caldas e Andressa Quintela (2011) colocam:

De fato, é impressionante a capacidade criativa que as grandes empresas e instituições financeiras têm de se reinventar e auferir ainda mais lucros nos momentos de instabilidade política, de grandes tragédias sociais e catástrofes naturais (CALDAS E QUINTELA, *Op. Cit.*, p. 16).

As disputas interministeriais dentro do governo brasileiro entre 2003 e 2008 sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte é um caso emblemático de

como o poder de barganha de atores não estatais podem influir na capacidade de decisão do Estado.

Observando outros exemplos e as décadas de 1980 e 1990, as profundas investigações jornalísticas de Dewar (2007) enfatizam os laços suspeitos entre governos de países centrais com ONGs e funcionários da administração pública de países periféricos. A jornalista canadense analisou algumas das nuances da política global ao reconhecer que grandes interesses trabalham para esvaziar as democracias em benefício próprio (de seus Estados-economias nacionais) e como eles fazem uso de ONGs – neste caso, grupos ambientais – como cobertura política (DEWAR, *Op. Cit.*).

Vejamos o fragmento a seguir:

A cegueira deliberada podia funcionar em favor dos interesses econômicos, tanto da ONG que defendia políticas relevantes para os interesses empresariais ou políticos passasse, de repente, a enfocar outros assuntos mais desafortunados, a torneira poderia se fechar – deixando a ONG com recursos insuficientes para prosseguir. Em tal encruzilhada, aqueles grupos que atuassem inconscientemente morreriam; aqueles outros adeptos da cegueira deliberada corrigiriam rapidamente o seu comportamento, de modo que o financiamento continuasse. As ONGs eram não apenas úteis como barreiras permeáveis por intermédio das quais se podia exercer pressão sobre as autoridades – mas, pela aplicação cuidadosa do poder da carteira, o seu comportamento podia ser administrado (DEWAR, *Op. Cit.*, p. 194-195).

A autora ainda levanta as seguintes indagações que reafirmam a questão ambiental como uma das novas geopolíticas: i) por que algumas ONGs desorientam o público com informações incorretas para arrecadar fundos? ii) Por que certas ONGs do Canadá e dos EUA têm em suas diretorias representantes de grandes empresas de seus governos? iii) Por que esses governos financiam ONGs estrangeiras com atuação política em espaços repletos de riquezas materiais e imateriais da geobiodiversidade de países periféricos? (DEWAR, *Op. Cit.*).

As reveladoras coleções **A Máfia Verde**, de 2004 e 2007, ainda apontam que as discussões ambientais foram cooptadas por forças oligárquicas compostas por uma rede internacional de fundações privadas, agências governamentais e cadeias de ONGs que executam uma geopolítica e geoestratégica. A obra faz uma crítica contundente ao ambientalismo dominante, chamado de uma “nova forma de colonialismo, uma conspiração aberta na qual interesses econômicos e financeiros atuam por meio de ONGs”. Complementando ainda ao colocar que tais interesses querem bloquear o desenvolvimento do Brasil por meio da criação e/ou o controle de reservas que estão repletas de minerais e de outros recursos naturais valiosos.

E ainda vão mais longe ao colocarem que – a partir da década de 1980, nos embalos da redemocratização do Brasil – o movimento internacional ambientalista ganhou força no país e encontrou as "fronteiras abertas para suas ideologias". Os governos civis cederam às pressões internacionais e, com isso, as ONGs nacionais e internacionais se proliferaram e passaram a impor e a pressionar governos a seguirem as agendas impostas pelos grandes oligopólios globais vinculados aos seus respectivos interesses nacionais.

O movimento ambientalista global é uma construção política e ideológica, cuidadosamente planejada, criada e sustentada por poderosos grupos hegemônicos internacionais, com o propósito de impedir a expansão dos benefícios da sociedade tecnológica para todos os povos e países do planeta e manter o processo de desenvolvimento dessas nações, assim como lutar contra a instituição do Estado nacional soberano (EIR, 2007: Prefácio).

Há de se relativizar o excessivo teor de “maniqueísmo” histórico do discurso. Entretanto, elementos complexos do Sistema Interestatal podem ser extraídos dessa crítica.

A privatização e a financeirização da natureza não surgem de uma vontade explícita de transformação do modelo de organização socioeconômica no qual vivemos há séculos. Pelo contrário, através de mecanismos regulatórios como o REDD<sup>38</sup> e Mercado de Crédito de Carbono, a já díspar divisão internacional do trabalho pode ser agravada e os impactos antrópicos serem, agora, legitimados e exclusivos daqueles que podem pagar pelo direito de poluir em favor do bem-estar social de uma minoria do planeta. Na verdade, os acordos sobre a questão com vistas à redução de conflitos socioambientais e injustiça ambiental multiescalares deveriam se afirmar através do pagamento de quem polui e, principalmente, de quem já poluiu!

[...] parece não restar dúvida de que o avanço tecnológico no futuro estará muito mais associado à preservação do patrimônio natural dos ecossistemas florestais, por exemplo, do que à extração dos recursos aí localizados, podendo se revelar num valioso fator de barganha para os países que os detêm, ou ao contrário, se constituir em uma fonte de dependência frente à oligopolizada informação/pesquisa científica, notadamente aquela desenvolvida nos setores de ponta como o da biotecnologia (BECKER, 2009, p. 183-184).

Os mecanismos de pressão idealizados pelos principais atores e líderes do Sistema Interestatal Capitalista atuam sob uma contraditória bandeira ecológica e possuem interesses implícitos dos Estados-economias nacionais que comandam o

---

<sup>38</sup> O REDD, que será trabalhado no capítulo 2, pode ser traduzido como Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal.

sistema há séculos. Tais ações tornarão os países subdesenvolvidos e, principalmente, as camadas mais oprimidas de suas populações, como os povos indígenas, camponeses e outras populações tradicionais, fornecedores de um novo tipo de trabalho remunerado (CALDAS E QUINTELA, 2011, p. 16). Suas florestas e reservas naturais – imobilizadas para absorver gases emissores de efeito estufa (GEEs) – virarão uma mercadoria – e a natureza – elemento estratégico no novo biocapitalismo baseado na genética – um serviço ambiental aos países centrais.

Sob a égide do chamado “desenvolvimento sustentável”, esse “esverdeamento” do capitalismo está diretamente relacionado ao aumento exponencial da apropriação dos recursos naturais, da expropriação de pessoas e comunidades de suas terras e territórios e, finalmente, da exploração de agricultores e comunidades tradicionais, que, mediante contratos públicos ou privados, passam então a ser considerados “prestadores de serviços ambientais” (CALDAS E QUINTELA, *Op. Cit.*, p. 16).

A política, *stricto sensu*, diz respeito à arte dos cidadãos definirem os limites para as suas vidas. A ecologia mexe com os limites do homem e, neste sentido, com o que é da essência política. Os ambientalistas se constituem como movimentos importantes do mundo contemporâneo e tiveram o mérito de colocar o tema ecológico nas lutas políticas e nos mais diversos campos científicos. Entretanto, apresentam inúmeras contradições em suas ações e objetivos.

Porto-Gonçalves (1984; 2004) coloca que uma das características centrais de qualquer discurso ideológico é a sua pretensão de ser portador de uma verdade universal. Nesse caso, até mesmo o discurso ambientalista possui traços dogmáticos de uma ideologia extremamente utópica e, muitas vezes, conservadora, que não questiona as origens do problema. Em tempos de veloz avanço do neoliberalismo ambiental, as contradições políticas socioeconômicas vão sendo institucionalizadas através de mecanismos regulatórios e pressões políticas de variadas formas.

O mesmo autor ainda vai além e afirma que as ideologias não falam simplesmente por seus enunciados, mas, principalmente, por seus silêncios, por aquilo que não dizem. Assim, os movimentos ecológicos dominantes ignoram as relações de poder que também se travestem de um discurso cosmopolita. Gomes (1988) afirma que a luta ambiental não pode ser desligada da questão política, e esta, por sua vez, envolve o econômico e o social.

Therezinha de Castro (1998) é mais contundente em sua crítica ao colocar que “a ecologia passa a serviço do neocolonialismo, tomando diferentes princípios – ciência

para uns, fantasia para outros, adotando-a os mais fanáticos como teologia” (Castro, *Op. Cit.*, p. 17).

O movimento ecológico, direta ou indiretamente, possui uma fragilidade teórica paradoxal por dois motivos divergentes: i) ao questionarem os impactos antrópicos ao planeta levantam uma bandeira extremamente necessária e urgente para o futuro da humanidade; ii) mas, ao não criticarem o modelo interestatal hierarquizado e a sociedade de consumo em que vivemos, e ainda, ao não defrontarem o Sistema Interestatal Capitalista, suas lutas se tornam vazias, conservadoras e utópicas.

Sobre a banalização do discurso ecológico e suas contradições existentes na lógica neoliberal, Almeida & Carvalho (2009) colocam que:

O fato de as empresas terem incorporado a defesa do meio ambiente em seu discurso mostra sua face mais certa. De acordo com o antropólogo José Sérgio Leite Lopes, a “ambientalização” é uma forma de discurso, consensual, todo mundo passa a ter esta preocupação ecológica, de preservação, sustentável, atributos são criados para designar as empresas, com seus gerentes e setores especializados, o discurso incorporado e suposta consciência ambiental profunda ganham destaque. Tudo isso é uma figura de retórica? Ninguém pergunta de onde sai o carvão para alimentar os fornos das empresas de ferro-gusa. Trata-se de carvão vegetal e ele é retirado da floresta, na grande maioria dos casos. Com a crise, acontece a retração. E a oportunidade de evidenciar que auto-sustentabilidade de que estamos falando aumenta. E que desenvolvimento é este? Perguntamos ansiosos. As perguntas ajudam à percepção. O castelo de cartas está caindo e a curto prazo vai provocar algumas percepções diferentes (ALMEIDA & CARVALHO, *Op. Cit.*, Prefácio).

Todavia, é preciso ressaltar que a ambiguidade não é atributo específico do movimento ecológico. Vivemos em uma sociedade estruturada com base em interesses contraditórios e qualquer movimento reivindicativo comporta paradoxos.

Na esfera da geopolítica mundial, inegavelmente, o antropogenismo sobre a natureza deve ser uma questão urgente a ser discutida nos fóruns globais tanto estadocêntricos como aqueles propostos e com a participação da sociedade civil. Entretanto, o que se espera como resultados práticos desses encontros políticos não são responsabilidades comuns de países e povos com trajetórias históricas e realidades socioeconômicas distintas. Esperam-se responsabilidades diferenciadas e que não agravem o abismo já existente entre as nações.

O sociólogo britânico Anthony Giddens (1991) colocou o “Sistema de Estado-Nação”, a “Ordem Militar”, a “Economia Mundial Capitalista” e a “Divisão Internacional do Trabalho” como os principais elementos da globalização. Como

colocado, as contradições e complexidades da geopolítica ambiental são extremamente relevantes e transversais a essas estruturas do mundo globalizado.

As análises da academia devem ser igualmente críticas em relação aos objetivos estratégicos contidos na atuação dos novos atores geopolíticos não-estadocêntricos. Há, em muitos casos, movimentos transnacionais de poder orquestrados e apoiados por Estados com objetivos de enfraquecer outros Estados. Ainda persiste, em suma, um jogo interestatal, agora, sob novas formas, ramificações e representantes.

Desde a sua gênese, o desenvolvimento do capitalismo é desigual e combinado, apoiando-se em uma divisão do trabalho em escala mundial. Os Estados nacionais, as corporações econômicas e as organizações multilaterais acabam por se constituírem em articulações contraditórias – particulares e de classes – tornando-se elementos de uma configuração imperialista mundial. Atualmente, como se pretende colocar, tal configuração também se baseia em um falso ambientalismo. A ecologia como palavra de ordem na geopolítica global deve ser entendida sob uma perspectiva do Sistema Interestatal Capitalista.

As rápidas transformações que estão ocorrendo no planeta colocaram o desafio ambiental também na agenda interestatal. Ao contrário de soluções, vê-se que há uma questão estrutural e uma coalizão de interesses de grupos poderosos para manter seus interesses em detrimento da maior parte do planeta e do próprio futuro da humanidade.

Por fim, se o *hard power* está ancorado na coerção militar, o *soft power* envolve o poder discursivo, do convencimento e de valores culturais e preferenciais. Considerando essa análise, a questão ambiental se encontra fortemente influenciada pelo *soft power* e por um poder altamente difuso e enredado. Mas não há dúvidas que o *hard power* cada vez mais se interessa pela temática, a exemplo dos conflitos por segurança energética e alimentar e as tensões relacionadas à soberania e a à autonomia por parte dos países que possuem recursos naturais em seus territórios.

Os debates sobre as mudanças climáticas, a conservação da biodiversidade e a má utilização dos recursos naturais supostamente de interesses “globais” por parte de Estados incapazes de lidar com seus próprios patrimônios naturais são algumas das facetas mais evidentes das discussões do Sistema Internacional no que se refere à nova geopolítica ambiental. Como veremos, o Brasil, país reconhecido como o detentor de uma das maiores reservas de florestas tropicais, de água doce potável, de terras férteis e agricultáveis, de minerais estratégicos, como as reservas do pré-sal, indiscutivelmente já vem e pode ser ainda mais afetado por esse processo.

## CAPÍTULO 2 – OS ELEMENTOS DA GEOPOLÍTICA AMBIENTAL NA ATUAL CONJUNTURA DO SISTEMA INTERESTATAL

### INTRODUÇÃO

O capítulo avaliará algumas ferramentas basilares dessa nova geopolítica ambiental, como as Conferências das Nações Unidas Sobre o tripé Homem, Desenvolvimento e o Meio Ambiente<sup>39</sup> e debaterá alguns dos elementos estratégicos contidos no processo de criação e expansão impositiva e acrítica das propostas de desenvolvimento sustentável e de economia verde, além de tratar da ação, da atuação e da projeção de poder de certas ONGs transnacionais que trabalham as problemáticas da ecologia, do desenvolvimento sustentável e do meio ambiente, sobretudo com ênfase ao caso brasileiro e, quando conveniente e de maneira transversal, com outros países periféricos e semiperiféricos.

O capítulo está dividido em quatro seções. A primeira seção pretende iluminar o efeito do *ambientalismo hegemônico* aos países periféricos que, através de uma narrativa discursiva e de ações político-ideológicas voltadas à questão ambiental, podem funcionar como estratégias de poderosos grupos globais para manter as assimetrias entre as nações e não tratar do núcleo do problema.

A segunda seção discutirá, brevemente, o histórico de construção, os significados geopolíticos e os resultados práticos das três grandes Conferências das Nações Unidas sobre a temática, 1972, 1992 e 2012, alguns avanços desenhados em determinadas Conferências das Partes Sobre o Clima (COPs), além de verificar a atuação histórica do Brasil nesses fóruns de discussão, proposição e deliberação.

A terceira seção discutirá alguns elementos contraditórios relacionados ao desenvolvimento sustentável e à economia verde, além de seus possíveis desdobramentos ao Brasil e a outros países que possuem relevantes patrimônios naturais e, ao mesmo tempo, incipientes produção de tecnologia e visíveis vulnerabilidades socioeconômicas e políticas. E isto pode envolver sérios riscos de terem a sua capacidade dissuasória de ação estatal minimizada devido a uma complexa projeção de

---

<sup>39</sup> Na medida do possível, far-se-ão considerações sobre as discussões e proposições engendradas em algumas das Conferências das Partes Sobre o Clima (COPs) e das Convenções Sobre a Diversidade Biológica (CDB).

poder e de articulados discursos externos e internos de atores estatais e multissetoriais com relevância global. A “natureza da globalização”<sup>40</sup> e a “globalização neoliberal da natureza” a partir dos programas REDD e do Mercado Crédito de Carbono também serão problematizados.

A última seção questionará a atuação/percepção de determinados projetos de certas ONGs transnacionais em relação à questão ambiental que, em muitos casos, agem como verdadeiros atores geopolíticos, isto é, com territorialidade, espacialidade e capacidade de projeção de poder sob uma contraditória bandeira ecológica, nos levando a crer, vinculados aos seus respectivos Estados-economias nacionais.

Importante frisar que, sempre quando possível, relacionar-se-ão as temáticas abordadas durante as quatro seções com os eventuais impactos sobre o Brasil.

## **II.1 – DA CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA AOS EFEITOS DO AMBIENTALISMO HEGEMÔNICO AOS PAÍSES PERIFÉRICOS**

Inegavelmente é em relação ao meio ambiente que o modelo hegemônico vem revelando sua maior capacidade de impacto, interferindo, conseqüentemente, na saúde e no bem-estar humano (SABROZA E LEAL, 1992). O domínio global e incontestável do modelo de desenvolvimento vigente vem repercutindo nas diversas sociedades, com impactos dramáticos sobre a qualidade de vida de mais de 2/3 da humanidade e dizimando o meio ambiente em nome do “progresso”.

Se por um lado os Estados-economias nacionais líderes do Sistema Internacional pouco se dispõem a diminuir o ritmo de produção industrial e a modificar os padrões de consumo de suas populações, atualmente e com responsabilidades em menor escala, os periféricos e emergentes também se tornaram parte do problema, já que, por outro lado, defendem que a preocupação ambiental não pode afetar seus respectivos “desenvolvimento” econômicos. A incessante busca por um padrão de crescimento econômico espelhado nos moldes tradicionais colocam este grupo de países na persistência de um desenvolvimentismo baseado na exploração ilimitada de seus próprios e estratégicos recursos naturais, drenando a maior parte dos lucros para as cadeias produtivas das grandes corporações transnacionais e alimentando as poderosas

---

<sup>40</sup> Expressão de Carlos Walter Porto-Gonçalves.

indústrias estratégicas de CT&I dos países centrais. A despeito disso, a narrativa discursiva preservacionista utópica elaborada pelos países centrais surge como alternativa igualmente conservadora e incapaz de modificar as questões socioambientais e econômicas no interior dos Estados mais vulneráveis do Sistema Interestatal.

Numa perspectiva antropológica, Bruno Latour<sup>41</sup> (1994) aponta que o homem está sempre em busca da modernidade; no entanto, argumenta que “jamais fomos modernos”. Esta reflexão resulta numa clara ideia da visão sobre o antigo como obsoleto, da rapidez das modificações e da ambição pelo “progresso”.

Como reflexão, o quadro brasileiro é paradoxal! Ao mesmo tempo em que o país se enquadra como um dos países emergentes símbolos da multipolaridade econômica mundial e, em determinadas setores, como na exploração/exportação de *commodities*, segue um padrão ecoagressivo de desenvolvimento; o país também é capaz de ser vanguarda na elaboração de projetos e de reservas ambientais, possui uma das matrizes energéticas (principalmente elétrica) mais limpas no rol das grandes economias globais e vem criando um arcabouço institucional voltado para a punição do maior vilão nacional: o desmatamento ilegal que compromete a manutenção de sua biodiversidade e contribui para a emissão de gases emissores do efeito estufa (GEEs).

Ainda sobre o Brasil, importante frisar que alguns projetos em andamento considerados estratégicos para o desenvolvimento nacional são altamente pressionados por atores multissetoriais internos e externos, sendo dissociados ou propositalmente vistos sem a incorporação da dimensão geopolítica. Alguns desses projetos são: a proposta de retomada da construção de usinas nucleares, a exploração do pré-sal e dos fundos marinhos do Atlântico Sul, a transposição do rio São Francisco e as grandes barragens na Amazônia, como a grandiosa Belo Monte.

O homem, agora com o domínio da tecnologia, não se importa com os limites impostos pela natureza (KRUGER, 2001). Muito se fala em desastres naturais. Realmente, são as forças da natureza se rebelando, ou fenômenos naturais que apenas se tornam catástrofes pelo desrespeito humano aos limites da natureza? Em outras palavras, será o homem vítima da natureza ou a natureza apenas responde ao uso indiscriminado dos seus recursos, o que acarreta em enorme pressão sobre o patrimônio natural? Nesse sentido, o ambiente torna-se simultaneamente um agressor e um agredido (FRISZON, 1992 *Apud* STOTZ *et al*, 1992).

---

<sup>41</sup> O antropólogo francês Bruno Latour é professor do Institut d'Etudes Politiques de Paris (Sciences Po) e um dos fundadores da corrente de Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT).

A humanidade vive um momento histórico crítico, no qual a questão do desenvolvimento está associada ao domínio sobre a natureza, onde se promove a ideia de que ser “desenvolvido” é ser urbano e industrializado. Não há respeito por povos que possuam um modo de vida baseado em outros valores que ultrapassem o modo de vida impulsionado pelas elites do Ocidente. Os conflitos entre grandes proprietários de terra e povos indígenas nas regiões Norte e Centro-Oeste do país são ocultos para a maior parte da ciência, mídia e sociedade civil organizada.

Os padrões universais de desenvolvimento baseiam-se na apropriação, no uso e na exploração do meio ambiente, surgindo como imposição a todos os povos, e não como opção (PORTO-GONÇALVES, 2004). As próprias concepções dos modelos de desenvolvimento sustentável e de economia verde não modificaram esta ideia, optando por uma “conciliação sistêmica conservadora” e não com uma ruptura ou confronto radical ao modelo vigente.

O estabelecimento de protótipos de desenvolvimento extremamente vinculados aos padrões pré-definidos pelas oligarquias financeiras e industriais impostas pelo Norte levou os homens à crença da falácia da igualdade entre os povos e nações. Não obstante, as burguesias nacionais dos países periféricos, como analisou Florestan Fernandes (1968), sempre mantiveram grandes ligações com o exterior, demonstrando certa indiferença em relação aos problemas concretos da maior parte da população. A aliança entre o capital internacional com o capital privado nacional dos países periféricos e semiperiféricos contribuiu com o processo de expansão e construção do Sistema Interestatal Capitalista e para a perpetuação da própria divisão internacional do trabalho.

Vale ressaltar que, na concepção da presente Tese, o Sistema Interestatal Capitalista verdadeiramente se mundializa no decorrer do século XX com a integração hierarquizada dos países periféricos e semiperiféricos, que também possuem coalizões de poder complexas e particulares no jogo anárquico, assimétrico e enredado das Grandes Potências globais.

O subdesenvolvimento das nações, assim, não deve ser entendido como um “estágio” para alcançar o desenvolvimento, mas como parte da própria hierarquia sistêmica. Circunstâncias históricas desfavoráveis, principalmente o colonialismo e o imperialismo, mantiveram a maior parte do espaço geográfico mundial à margem dos processos de “desenvolvimento”, “progresso” e “evolução” (CASTRO, 1968). A integração econômica e a desigualdade socioespacial surgem de processos histórico-

geográficos e político-culturais complementares e não excludentes. Consta-se que são intrínsecos a esse sistema o desenvolvimento e o subdesenvolvimento.

O subdesenvolvimento não é a ausência de desenvolvimento, mas o produto de um tipo universal de desenvolvimento mal conduzido (CASTRO, 1970; 2003).

O mais modesto conhecimento de História mostra que o subdesenvolvimento não é nem original nem tradicional e que nem o passado nem o presente dos países subdesenvolvidos se parecem com o passado dos países atualmente desenvolvidos. Os países subdesenvolvidos de hoje nunca foram subdesenvolvidos ou pouco desenvolvidos (GUNDER FRANK, 1970, p. 30).

Acosta (2005, p. 128) ressalta que o desenvolvimento não pode ser alcançado cumprindo uma série de etapas pré-estabelecidas. Dessa forma, como crítica à falácia da igualdade em culturas e povos com diferenciadas formações socioeconômicas, o desenvolvimentismo vem promovendo a “ocidentalização” mundial, o que Wallerstein (2007) chama de *Universalismo Europeu*, impondo ao mundo um conjunto de valores “universais” padronizados por uma globalização perversa, fruto de um histórico processo também de colonização cultural<sup>42</sup>.

A partir dos anos 1960, na gênese dos movimentos ecológicos, até mesmo as reivindicações científicas e ambientalistas foram influenciadas pelo domínio ideológico dos grandes interesses hegemônicos, como no Clube de Roma (1968), no qual se buscou culpar os países periféricos pelos efeitos mais graves ao meio ambiente, quando, na verdade, eram (e ainda são!) os mais industrializados os provocadores das maiores mazelas e pressões sobre os recursos naturais, em muitos casos de maneira indireta e com “terceirização dos impactos”. Todavia, apesar da falha inicial do movimento ecológico, não se pode negar que o ambientalismo é uma questão contemporânea salutar, apresentando reflexões à sociedade global e obtendo vitórias significativas em múltiplas escalas também pelas pressões exercidas sobre os principais agentes político-econômicos do Sistema Interestatal Capitalista.

Com a constatação do esgotamento de muitos recursos naturais e da perda progressiva da biodiversidade em diversos pontos do planeta, o movimento ambiental surge influenciando novas perspectivas tecnocientíficas e político-culturais. Entretanto, as ações de poucos e que beneficiam igualmente poucos colocam a humanidade em risco. Atualmente, tais ações são legitimadas pelo discurso empresarial e midiático

---

<sup>42</sup> Habermas (1975, p. 196) coloca que o consumo como cultura de massa é fruto de uma “colonização cultural”, na qual os povos das Nações menos desenvolvidas aspiram a níveis de vida similares ao das mais ricas.

difundido através da promoção de padrões de desenvolvimento capitalistas almejando a “sustentabilidade” mas sem romper com as cadeias de exploração que não respeitam o ritmo de renovação do meio físico. A essência “ecocida” de acumulação de capital continua a mesma, portanto, não passa de retórica.

Porto-Gonçalves (2004) apela para uma revolução cultural como forma de transformar a sociedade capitalista. Já Gomes (1988) enfatiza o que a maior parte do movimento ecológico e a própria ciência temem em admitir, por também representarem interesses ambíguos, como a dependência de recursos técnicos e financeiros para manterem suas atividades de pesquisa. Para o autor, a eliminação definitiva do perigo ecológico-ambiental passa, necessariamente, pela liquidação das relações de propriedade privada e de antagonismos de classes, isto é, o sistema capitalista tem uma essência antiecológica. A simples conservação é insuficiente para manter o equilíbrio natural dos processos da biosfera e da população mundial. A palavra de ordem “sustentabilidade” passa a ser impositiva.

A desigualdade é estrutural em todas as sociedades de classes. Fazia parte da utopia liberal, entretanto, a perspectiva de que, com o desenvolvimento das forças produtivas, todos se beneficiariam, embora uns mais que outros. A partir dessa premissa, as ideias de progresso e avanço do processo civilizatório contribuíram para a consolidação de uma ética que autorizou a hegemonia do modo de produção capitalista sobre todos os outros, frequentemente utilizando a violência (SABROZA E LEAL, 1992, p. 52).

Gomes (*Op. Cit.*) coloca três questionamentos sobre a questão ambiental. O primeiro, de caráter utópico, apelando à consciência das pessoas. O segundo, de caráter idealista, cobrando posições junto ao aparelho estatal. E o terceiro, de caráter realista, obtido somente através de lutas políticas.

Os dois primeiros posicionamentos não vão ao centro da questão ambiental pelo fato de, no geral, não questionarem os compromissos do Estado burguês com as empresas monopolistas nacionais e transnacionais. Segundo, porque não penetram a fundo no domínio da formação econômica do modo de produção capitalista, nas suas contradições, nos seus jogos de interesses. Não compreendem o capitalismo em sua historicidade (gênese, evolução e perecimento). Não questionam o acelerado processo de divisão internacional do trabalho que, por sua vez, passa pela industrialização imposta na regionalização dos espaços geográficos entre sistemas político-ideológicos e econômicos opostos, em que de um lado, o capitalismo por não corresponder mais às aspirações da sociedade perde, inexoravelmente, realidade histórica e torna-se desnecessário por motivo de não corresponder mais à verdade social (GOMES, *Op. Cit.*, p. 39).

Concomitante ao controle da técnica pelo grande capital e da contínua colonização cultural que impõe modos de pensamento e de comportamento em todo o

mundo, pode-se colocar ainda que o próprio conhecimento científico foi apropriado pela lógica mercadológica, assim como a relativa perda de autonomia do Estado para os grandes conglomerados empresariais de alcance global. A própria consciência tecnocientífica não vem sendo utilizada pelo bem da coletividade.

O grande papel da comunidade científica, em qualquer sociedade, é contribuir para que a percepção dos fatos (naturais, sociais, físicos, econômicos etc.) seja a mais próxima da realidade para que as decisões tomadas sejam as mais adequadas. Mas, de nenhum modo, o produto da ciência, em matéria de decisões, elimina o debate político da sociedade. A comunidade científica é um segmento importante, e até mesmo decisivo, em qualquer sociedade moderna, mas sua produção precisa ser entendida pelos outros segmentos da sociedade para que se crie o “consenso” nas decisões nacionais. O que significaria que a Ciência e a Universidade devem estar voltadas para os valores permanentes da sociedade e não para os efêmeros desígnios do poder (MONTEIRO, 1981).

Sobre a construção de uma governança ambiental em grandes escalas, Rampazo *et al* (2014) considera que ela ainda não é global.

Ela transita entre o global e o local em um Sistema Internacional decadente, uma vez que os problemas que se originam são de natureza interconexa do ecossistema global, mas as soluções ainda são buscadas dentro do quadro de um sistema geopolítico, muito baseado num Estado hoje enfraquecido. A partir deste contexto, e da evolução do cenário internacional, que permitiu uma maior participação de atores não estatais, como ONGs, empresas privadas e comunidades científicas nos processos decisórios, nota-se o reconhecimento institucional de “forças emergentes” capazes de trazer impulso à governança ambiental, do nível global ao local. No entanto, o que não se pode deixar de observar é que a emergência de atores, tão assimétricos e diversos, também traz novos desafios no estabelecimento das regras do jogo internacional, que sempre foram pouco claras para as questões ambientais (RAMPAZO *Op. Cit.*, 2014, p. 81).

O ambiente forma um conjunto coeso de inter-relações que, dependendo da ação antrópica, pode entrar em colapso e colocar em risco a própria vida humana no planeta. Apesar dos diferentes impactos e pressões de diversas sociedades sobre o ambiente ao longo da história e também na contemporaneidade, as catástrofes naturais não respeitam as fronteiras nacionais e podem alcançar efeitos em escala global.

Nos últimos séculos, principalmente a partir do Iluminismo e da Revolução Industrial, há uma ruptura no pensamento antropocêntrico que subjugou a natureza aos seus interesses, colocando o ambiente como um espaço afastado das interações humanas e da própria gênese das relações sociedade e natureza. Navarro (2008) salienta que:

Os processos de desumanização da natureza e desnaturamento do homem, elaborados pelas etapas da construção da ciência moderna, baseada no racionalismo, confirmaram as externalidades recíprocas entre o homem e a natureza – o homem entendido como ser excluído do conceito de natureza, estando acima desta, pela superioridade de sua propriedade racional,

legitimando a degradação da natureza percebida meramente como fonte inesgotável dos mesmos recursos (NAVARRO, *Op. Cit.*, p. 95).

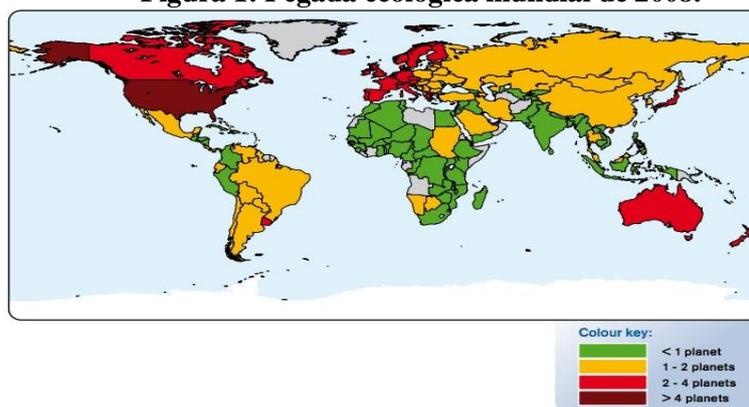
O **Relatório de Desenvolvimento Humano**, divulgado anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), afirma que os países desenvolvidos – em virtude do seu grau de desenvolvimento industrial e elevado nível de consumo de suas populações – são os que mais interferem no ambiente, principalmente indiretamente. Paradoxalmente, os que pagam o preço mais alto pelos agravos ambientais são os países subdesenvolvidos, pois as alterações que afetam suas florestas, rios, mares, climas e solos podem representar a perda de seu sustento e de sua sobrevivência. Além disso, indústrias sediadas em países desenvolvidos têm instalado suas fábricas mais poluentes nas regiões subdesenvolvidas do mundo, intensificando a exploração e a degradação do meio natural, causando um processo conceituado como exportação de entropia (COELHO, 1996).

Nesse sentido, novamente como exemplo de reflexão, a atuação do Brasil como grande exportador de commodities deveria fazer a sociedade refletir sobre a exportação indireta de seus recursos hídricos, isto é, a “água virtual” que é drenada aos principais mercados globais.

A figura 1 ilustra a “pegada ecológica” de cada país sobre o planeta. Este índice, em síntese, compara a pressão que as diferentes sociedades exercem sobre os recursos naturais. Vejamos a definição do conceito:

A Pegada Ecológica de um país, cidade ou pessoa corresponde ao tamanho das áreas produtivas de terra e mar necessárias para produzir e sustentar determinado estilo de vida. É uma forma de traduzir, em hectares, a extensão de território que uma pessoa ou toda uma sociedade utiliza, em média, para sustentar suas formas de alimentação, moradia, locomoção, lazer, consumo entre outros (Portal Eletrônico do WWF Brasil, 2012).

**Figura 1: Pegada ecológica mundial de 2008.**



Fonte: Imagem obtida no sítio eletrônico da ONG WWF.

Constata-se que os países desenvolvidos possuem maior pegada ecológica do que as outras nações, gerando mais impactos e pressionando com mais intensidade os recursos naturais.

O processo de desregulamentação financeira como estratégia do neoliberalismo favoreceu as grandes corporações na lógica da desconcentração espacial da indústria, sobretudo daquelas clássicas e “pesadas” rumo à periferia do Sistema Interestatal Capitalista. Acselrad (2011) denomina de “chantagem locacional” o processo de aceitação das condições e dos tipos de investimentos das grandes corporações, principalmente nos países semiperiféricos. Somada à questão ambiental, o processo de “chantagem” também se baseia no direito à propriedade intelectual e na restrição de cooperação técnica e de transferência de tecnologias, que drenam a maior parte dos lucros para a sede dessas megafirmas, geralmente localizadas nas grandes cidades globais das Grandes Potências.

As autoridades tendem a ceder a muitas das pressões dos detentores do poder de investir. Entre elas a da aceitação de instalações, equipamentos e tecnologias que foram recusados em seus países de origem (ACSELRAD, *Op. Cit.*, p. 15).

É interessante para a ideologia neoliberal insistir na construção discursiva da despolitização da questão ambiental, apontando que a tecnologia e a gestão são os elementos necessários à proteção ambiental e, desse modo, sendo incapazes de serem tratados pela burocracia estatal e pelos governos dos países mais pobres. Acselrad (2011, p. 16) enfatiza que os principais agentes financeiros do Sistema Interestatal Capitalista “querem fazer do meio ambiente uma razão para aplicar reformas liberais”, assegurando que a propriedade privada exerce melhor proteção e gestão do meio ambiente.

Uma retórica reacionária, ao longo dos últimos 200 anos, procurou sugerir que qualquer tentativa de mover a sociedade em direção a promover justiça social ou proteção ambiental faria que ela se movesse na direção contrária (ACSELRAD, *Op. Cit.*, p. 15).

Na conjuntura de construção e expansão do neoliberalismo, em 1991, o executivo do Banco Mundial, Lawrence Summers, escreveu o famoso **Memorando Summers**. Tal memorando foi escrito no seio da expansão do neoliberalismo para a periferia do sistema capitalista e, ao ser apropriado pelo movimento ambientalista, consagrou o termo “injustiça ambiental”. O texto, desautorizado pelo Banco Mundial, dizia: “**Cá entre nós, o Banco Mundial não deveria incentivar mais a migração de**

**indústrias poluentes para os países menos desenvolvidos?”** Claramente o Memorando apresentava “intenções ambientalmente perversas contra os despossuídos” (ACSELRAD *et al*, 2009).

Acselrad *et al* (*Op. Cit.*, p. 7) analisam o documento e apontam três considerações pertinentes aos países centrais e as suas corporações econômicas:

- O meio ambiente seria uma preocupação “estética” típica apenas das classes sociais mais abastadas dos países desenvolvidos;
- Os mais pobres, em sua maioria, não vivem mesmo o tempo necessário para sofrer os efeitos da poluição ambiental do que a população dos países desenvolvidos;
- Na lógica econômica, poder-se-ia considerar que as mortes em países pobres têm custo mais baixo do que nos ricos, dado que os habitantes dos países mais pobres recebem salários relativamente mais baixos.

Cada vez é mais nítido que a dimensão socioambiental é invisível aos olhos dos mercados. E como agravante, o modelo de mercado autorregulado, ao induzir a redução do papel do Estado em diversas de suas funções, não tem o objetivo e nem responsabilidade ética e moral sobre o meio ambiente e promoção de bem-estar às camadas mais pobres (SANTOS, 2000; SACHS, 2011).

Não há como “salvar o mundo” e “esquecer a humanidade”. Grzybowski (2011) questiona como podemos conciliar a agenda da sustentabilidade da natureza e da vida com a justiça social.

Nunca podemos esquecer que essa civilização, em que a riqueza de um povo é medida pelo ter sempre mais e mais bens, pela renda per capita, pela acumulação e crescimento do PIB, foi feita a pau e fogo, literalmente, durante os últimos séculos da história humana. Conquista e colonização, com a escravidão de povos inteiros, Revolução Industrial baseada no uso de energia fóssil e matéria-prima, com destruição e poluição ambiental quase sem volta, gerando a crise climática, com extrema miséria e extrema riqueza. Imperialismos e guerras, mudando de mãos e territórios, foram se sucedendo na medida da necessidade para garantir a dominação de tal civilização, até hoje. Com a globalização capitalista das últimas décadas, ela virou referência para praticamente toda a humanidade. Pelo pior caminho, criamos as condições para a emergência de uma comunidade planetária interdependente (GRZYBOWSKI, 2011, p. 6).

A ciência já reconhece a incapacidade de continuarmos nesse modelo autoritário: “suicida” de sociedade e “ecocida” com a natureza! Paul Crutzen, cientista holandês que contribuiu com a solidificação e popularização do conceito *Antropoceno*, e outros intelectuais, como Boff (2011), Sachs (2011) e Abramovay (2013), também afirmam que os homens pós-modernos inventaram uma nova era geológica. Há

consenso entre eles ao considerarem que esta nova era geológica faz alusão a um tempo caracterizado pela força geofísica do homem em paralelo à impotência da natureza. Os autores mencionam que a entrada nessa nova era impõe ao homem dois desafios. Um de caráter ecológico, referente ao enfrentamento das mudanças climáticas provocadas pela emissão de GEEs de origem antrópica; e o outro com um viés humanitário, pela necessidade de reduzir as desigualdades socioeconômicas e as diferenças de níveis de vida entre as nações e dentro das nações.

Os países centrais já sabem do valor estratégico da natureza e começam a expandir variadas estratégias globais simbolizadas pela geopolítica do poder e da riqueza. Junto a esses elementos, é preciso destacar que a utopia meramente discursiva sobre o conservacionismo ambiental vem impedindo o melhor aproveitamento da natureza nos países periféricos e semiperiféricos, não sendo capaz de controlar o avanço da degradação em pontos importantes da biodiversidade global e em elevadas aglomerações humanas, sobretudo localizadas nas regiões mais pobres do planeta.

Não há, contudo, críticas e tampouco mudanças estruturais no modelo de “ocidentalização”. O sistema hegemônico se mantém forte e se reinventa através de um neoliberalismo “esverdeado” caracterizado por um “*global new green deal*”.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA (2008), a iniciativa **Green Economy** (Economia Verde) tem como objetivo mobilizar e reorientar a economia para investimentos em tecnologias verdes e infraestrutura natural, podendo ajudar mercados a acelerar a transição rumo a uma economia de baixo carbono. Para quem?

A atual fase do sistema capitalista, a da globalização financeira, busca afirmar modelos de desenvolvimento conservadores em territórios com realidades socioeconômicas, ambientais, políticas e culturais distintas.

Entretanto, colocar que as Grandes Potências possuem interesses homogêneos e estritamente neocoloniais sobre os países periféricos pode soar como um maniqueísmo histórico simplista. Obviamente, Norte e Sul não se configuram como grupos integralmente coesos e, em muitos casos, trata-se de uma generalização simplória e incapaz de espacializar e definir as contradições e distintos interesses dentro do Sistema Internacional: tanto de Estados e governos nacionais como pela pluralidade e variadas visões dos movimentos oriundos da sociedade civil. De acordo com o assunto discutido nos grandes fóruns internacionais, apontam Albagli (1998) e Vesentini (2012), os grupos em oposição se redefinem e os blocos se diluem. Temos como exemplo as

discussões em torno das metas objetivas em prol da regulação climática, da proteção de florestas em países tropicais, do controle de emissões de gases clorofluorcarboneto (CFCs), da proteção ao direito de propriedade privada, da promulgação de certificados internacionais de produção sustentável, das pesquisas sobre tecnologia e produção de energia nuclear etc., no qual se formam grupos onde claramente se vê, em alguns casos, a nítida oposição Norte-Sul e, em outros, novas alianças estratégicas.

Não obstante, é coerente colocar que há alguns eixos estruturantes que conectam um reduzido grupo de países – as Grandes Potências, ditos centrais ou desenvolvidos – configurando uma práxis nas discussões e nas ações que envolvem a geopolítica contemporânea. Algumas questões merecem ser pontuadas:

- Tais países usam da retórica e evitam assumir suas maiores responsabilidades históricas e contemporâneas no tocante a compromissos ambientais de proteção ecológica, planejamento de decrescimento e diminuição do padrão de consumo de suas populações;
- Tais países recorrem ao liberalismo transnacional para obstruir tentativas cooperativas e impor barreiras jurídicas e econômicas perversas de transferência de tecnologias verdes via Norte-Sul, zelando por seus interesses particulares e individualistas nacionais em oposição aos interesses de uma tão amplamente difundida “comunidade global”;
- Tais países promovem mecanismos de mercado e terceirizam às ONGs e aos burocratas de “caráter transnacional” o controle e a gestão de projetos ambientais de importantes *hotspots*<sup>43</sup> globais, geralmente localizados em países periféricos e semiperiféricos, procurando reduzir o papel do Estado – dos governos periféricos e semiperiféricos – e direcionando o controle da biodiversidade às suas empresas e fundações;
- Tais países possuem uma considerável coesão entre seus governos a partir de estratégias meticulosamente integradas das grandes corporações sediadas em seus territórios e nas ações da sociedade civil, influenciadas, direta e indiretamente, pelo poder sobre a opinião pública mundial que os mesmos mantêm.

---

<sup>43</sup> O conceito de *hotspot* foi criado pelo ecólogo inglês Norman Myers, em 1988. Para Myers, *hotspots* seriam as regiões que concentram os mais altos níveis de biodiversidade e onde as ações de conservação seriam prioritárias. São consideradas *hotspots* áreas com pelo menos 1500 espécies endêmicas de plantas e que tenham perdido mais de três quartos de sua vegetação original.

Como questão paradigmática a partir dos conceitos de *Regimes Internacionais* e de *Governança Global*, as relações interestatais, hoje, envolvem uma intensa participação de atores não estatais: tanto relevantes personagens político-econômicos como diferentes setores da sociedade civil. Um exemplo a destacar seria a ampla divulgação de preocupantes estudos sobre o ambiente global, muitos válidos e éticos sob o ponto de vista da investigação da questão antropogênica, mas que não podem ser considerados os únicos motivos para a inserção da dimensão ambiental na geopolítica contemporânea. Ao contrário do verdadeiro antropogenismo, parte da geopolítica ambiental contemporânea vem buscando se afirmar, se expandir e conquistar vitórias nos fóruns internacionais também através de suposições teóricas duvidosas e que funcionam como ferramentas coercitivas.

Diversos apontamentos propostos pelos países desenvolvidos sobre a questão ambiental podem ser compreendidos por duas vias distintas, mas complementares. Vejamos:

- As que passam por **soluções mercadológicas**: projetos que privilegiam o grande capital, dissociam o homem da natureza e que ainda impõem ao setor privado e as suas fundações e corporações a gestão dos recursos naturais, geralmente dos países mais pobres. Tais soluções ainda afastam as populações tradicionais da gestão de seus recursos, tornam os elementos da natureza como mercadorias e reduzem as possibilidades de governos nacionais com fraco poder de dissuasão em interferir nos recursos e em projetos de desenvolvimento em seus próprios territórios;
- As que passam por **soluções tecnológicas**: ideias voltadas para uma economia de baixo carbono e para a redução de impacto ambiental das atividades socioeconômicas e, ao mesmo tempo, a regulamentação de acordos internacionais caracterizados pelo direito à propriedade privada e à proteção de *royalties* de patentes, o que pode perpetuar as assimetrias de poder no Sistema Interestatal através de uma roupagem neoliberal ambiental. Tal solução ainda posterga o debate interestatal de transformar verdadeiras questões antropogênicas com forte impacto ambiental em escala global que comprometem o futuro das próximas gerações.

A periferia sistêmica, o que Kennedy (1993) e Simon Dalby (2008) colocam como os países do Sul, já vêm sentindo com intensidades variadas os discursos e as ingerências externas sobre os seus projetos de desenvolvimento. Vejamos a observação de Becker (2007):

Se o novo padrão técnico-econômico e os movimentos políticos são indicativos da desordem global, as relações Norte-Sul atestam a tentativa de manter a ordem, a ecologia constitui um vetor desse movimento. Na raiz do conflito, jaz a desigual distribuição mundial da natureza e da tecnologia (BECKER, *Op. Cit.*, p. 293).

Nesse sentido, os Estados mais poderosos – o que consideramos aqueles com maior poder de investimento e de poder de interferências nas dinâmicas nacionais dos países periféricos e semiperiféricos, que controlam as grandes megafirmas globais e os circuitos das finanças (capital especulativo) e de produção da economia-mundo, que possuem as forças armadas e as tecnologias de informação e guerra mais poderosas, concentram as grandes corporações comunicacionais e exercem notável capacidade de influência no poder sobre a opinião pública mundial e que ainda apresentam elevadas taxas de produção de tecnologias e inovações também na área ambiental – se utilizam de estratégias comuns ou, de maneira mais crítica, do uso de “exércitos silenciosos”. Vejamos:

- Da propaganda através da mídia, do marketing das grandes corporações transnacionais e do caráter duvidoso de movimentos internos da própria ciência, que não é neutra e, pelo contrário, se configura como uma importante ferramenta estratégica de poder;
- De se valerem da maior parte do comando de poder decisório em grandes OMIs, como o Banco Mundial e o FMI, o que repercute na ideologia dos projetos e nos fundamentos político-estratégicos das propostas em torno da questão ambiental global.

Autores como Waltz (1979), Aron<sup>44</sup> (2002), Morgenthau<sup>45</sup> (2003), Wallerstein (1974) e Fiori (2007a) já apontaram que o Sistema Internacional não é democrático. Guimarães (2005) ilustra esse ponto citando as assimetrias de poder ilustradas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSONU). Os cinco membros do CSONU – EUA, China, Rússia, Inglaterra e França – possuem poder de veto, o monopólio da violência e de armas nucleares e, em muitos casos, atuam como um “governo mundial”. Os mais poderosos também vêm criando barreiras e normas para organizar o sistema

---

<sup>44</sup> A edição original do livro do filósofo, sociólogo e teórico político francês Raymond Aron, **Paz e guerra entre as nações**, foi publicado em 1962.

<sup>45</sup> Hans Joachim Morgenthau, alemão emigrado nos Estados Unidos entre as décadas de 1930 e 1970, foi um principais teóricos realistas das relações internacionais. Uma de suas fundamentais obras, **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**, foi originalmente editada em 1948.

também na questão ambiental, privilegiando suas megaempresas e desconsiderando questionamentos acerca do padrão de vida de suas populações.

Novamente é conveniente colocar que as discussões em prol de tecnologias ambientais, cadeias econômicas e processos produtivos sustentáveis e que respeitem o tempo de renovação do meio físico devem ser uma pauta importante no interior das relações inter e intraestatais, nos movimentos sociais, na ciência bem como em toda a sociedade civil. Todavia, é preciso respeitar o princípio da soberania entre os Estados, minimizar e responsabilizar os possíveis impactos sobre territórios vizinhos e, sobretudo o tempo sociopolítico e econômico-produtivo de cada sociedade.

Sobre a próxima seção, que trata das Conferências das Nações Unidas, ao mesmo tempo em que estes fóruns ensaiam aparente horizontalidade nas discussões e uma relativa abertura democrática em seus processos decisórios, vê-se a existência de uma complexa aliança de poderosos interesses estatais e corporativo-empresariais em relação às suas reivindicações em sobreposição aquelas dos países periféricos e semiperiféricos.

Há uma linha tênue entre o “ecologismo” e a “falácia” e entre o “antropogenismo” e a “necessidade de desenvolvimento”, o que pode ser colocado quando transnacionais petrolíferas de países centrais defendem a mudança de matriz energética devido à redução de suas reservas e, ao mesmo tempo, pela descoberta de reservas, pelo aumento da extração e pela redução da dependência por parte de empresas de países mais pobres. Ou quando se propõe a imobilização de imensas reservas naturais, geralmente localizadas no Sul global, sob a justificativa de se manter a biodiversidade planetária, mas que serve em proveito da compra de créditos de carbono por aqueles que podem “pagar pelo direito de poluir”.

O ambientalismo foi apropriado pela geopolítica dos Estados nacionais e das corporações econômicas. As Conferências das Nações Unidas sobre a temática, como veremos a seguir, formam um complexo debate entre os interesses dos Estados-economias nacionais e suas diferentes percepções na questão ecológico-econômica.

## II.2 – DAS CONQUISTAS ECOLÓGICAS AOS SIGNIFICADOS GEOPOLÍTICOS DAS CONFERÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS

Antes de tudo é preciso colocar que o conceito de ambiental ainda não foi corretamente assimilado pela maior parte das políticas públicas e, até mesmo, nas discussões acadêmicas. Indubitavelmente, o conceito só pode ser compreendido pela indissociável lógica da natureza e pela lógica da sociedade (BECKER, 1992).

A própria origem do termo ambiente nos diz muito. A palavra vem do latim *ambulare*, que significa “mundo circundante”, o “mundo por onde andamos”, com o qual interagimos e exercemos influência pelo simples olhar (TAMBELLINI, 2008). Contudo, a maior parte da humanidade parece não aceitar que faz parte do meio ambiente. Vejamos:

O conceito de meio ambiente, como formulado em ecologia, permite duas aproximações necessariamente não excludentes: aquilo que está entre os indivíduos e aquilo que os contém. É, simultaneamente, o espaço de reprodução das espécies e a fonte de recursos para esta reprodução (SABROZA E LEAL, 1992, p. 53).

Somente nos últimos séculos, sobretudo a partir do Iluminismo e do surgimento da indústria moderna, que há uma ruptura que leva ao pensamento antropocêntrico capaz de subjugar a natureza aos seus interesses, colocando o ambiente como um espaço afastado das interações humanas e da própria gênese das relações entre a sociedade e a natureza. Navarro (2008) salienta que:

Os processos de desumanização da natureza e desnaturamento do homem, elaborados pelas etapas da construção da ciência moderna, baseada no racionalismo, confirmaram as externalidades recíprocas entre o homem e a natureza. O homem entendido como ser excluído do conceito de natureza, estando acima desta, pela superioridade de sua propriedade racional, legitimando a degradação da natureza percebida meramente como fonte inesgotável dos mesmos recursos (NAVARRO, *Op. Cit.*, p. 95).

Inegavelmente a preocupação com as questões relativas ao meio ambiente já foi consolidada como uma agenda contemporânea global. Atualmente, com as incertezas e polêmicas que pairam sobre a sociedade global em torno da ameaça do aquecimento global e das mudanças climáticas<sup>46</sup> – fenômenos complexos e ainda carentes de

---

<sup>46</sup> Suspeita-se que componentes antropogênicos, como o CO<sub>2</sub> emitido da queima de combustíveis e de florestas, e o gás metano emitido na digestão de mamíferos, aumentem a concentração de gases na atmosfera que atuam no agravamento do efeito estufa. Sobre o desmatamento, aproximadamente 13 milhões de hectares de florestas tropicais são desmatados todos os anos (FAO, 2006 *Apud* IPAM, 2011). O desmatamento nos anos 1990 representou cerca de 20% das emissões totais de GEEs, fazendo da

aceitação, solução e consenso científico quanto à origem e aos impactos – o debate ecológico também deve ser analisado como um elemento de politização e não pode ser dissociado da geopolítica do poder e da riqueza.

Entretanto, uma falsa dicotomia entre desenvolvimento e conservação ambiental vem tornando a biodiversidade e os recursos naturais alvos de interesses conflitantes. A crise ambiental também deve ser vista a partir de uma abordagem geopolítica na arena do Sistema Interestatal Capitalista.

O “ambiente global” se tornou um objeto de análise e, ao mesmo tempo, um grande espaço de disputas por projetos de poder e visões de mundo no tocante às questões dos recursos e patrimônio naturais e do desenvolvimento econômico. A ecologia, em suma, passa a fazer parte dos debates político-econômicos.

Enquanto recursos estratégicos, o simbolismo das imagens, o conhecimento tecnocientífico e o poder dos discursos assumem um papel de extrema relevância em fóruns internacionais que passam a funcionar como arenas decisórias geopolíticas. Uma série de atores multiescalares, em muitos casos, articulados em rede dentro da economia política global, passa a ser protagonistas em níveis local, nacional e internacional.

Antes da Conferência de Estocolmo (Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, 1972) – a primeira tentativa no âmbito das relações interestatais em escala global de problematizar a questão do desenvolvimento socioeconômico à ecologia – a UNESCO realizou a Conferência de Paris (Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas para Uso e Conservação Racionais dos Recursos da Biosfera, 1968), que ficou conhecida como “Conferência sobre a Biosfera”. Nessa Conferência já fora colocada a relação dicotômica entre economia e natureza, onde foi criado o Programa **Homem e Biosfera** (MaB).

O MaB foi lançado em 1971 e surge com a proposta de ser um programa de cooperação científica internacional sobre as interações entre o homem e o seu meio. As Reservas da Biosfera do MaB – cerca de 600 em mais de 100 países, inclusive no Brasil, que possui 7 (Mata Atlântica, Cinturão Verde de São Paulo, Cerrado, Pantanal, Caatinga, Amazônia Central e Serra do Espinhaço) – buscam o entendimento dos mecanismos dessa convivência em todas as situações bioclimáticas e geográficas da biosfera, procurando compreender as repercussões das ações humanas sobre os ecossistemas mais representativos do planeta.

---

“mudança no uso da terra” a segunda atividade que mais contribuiu para o aquecimento global (IPCC, 2007 *Apud* IPAM, 2011).

Em síntese, o MaB é descrito pela UNESCO como um “programa que busca promover o conhecimento, a prática e os valores humanos para implementar as boas relações entre as populações e o meio ambiente em todo o planeta” (Portal MaB, UNESCO, 2016).

No âmbito da ONU, o PNUMA, criado em 1972, é a principal autoridade global em meio ambiente. O PNUMA é o “responsável por promover a conservação do meio ambiente e o uso eficiente de recursos no contexto do desenvolvimento sustentável” (Portal PNUMA/ONU, 2016).

Estabelecido em 1972, o PNUMA tem entre seus principais objetivos manter o estado do meio ambiente global sob contínuo monitoramento; alertar povos e nações sobre problemas e ameaças ao meio ambiente e recomendar medidas para melhorar a qualidade de vida da população sem comprometer os recursos e serviços ambientais das gerações futuras (Portal PNUMA/ONU, 2016).

O Relatório **Os Limites do Crescimento**, gestado e apoiado pelo Clube de Roma, e lançado pouco antes da Conferência de 1972, foi o embrião das discussões sobre a relação homem e ambiente, na qual se abordou a situação presente e o futuro dos homens. Este Relatório, numa perspectiva neomalthusiana, apontou elementos limitantes ao crescimento dos países relacionados a cinco pontos centrais: i) crescimento demográfico; ii) produção alimentar; iii) ritmo de crescimento industrial; iv) níveis de poluição; v) e consumo de recursos naturais (MEADOWS *et al*, 1972). A ecologia tornou-se uma preocupação global e também um elemento de conflitos ideológicos no desenrolar dessa discussão, especificamente a partir dos acalorados debates propiciados por esse relatório entre países ricos e pobres na Conferência de Estocolmo, em 1972.

Após as reuniões do Clube de Roma (1968), da Conferência de Paris (1968) e da Conferência de Estocolmo (1972), as Nações Unidas passaram a realizar com uma periodicidade mais ou menos definida as grandes Conferências sobre a questão ambiental.

Na linha argumentativa aqui apresentada, a análise das principais Conferências da ONU pode contribuir para a compreensão da própria geopolítica ambiental, já que as mesmas também são transformadas num complexo jogo de interesses interestatais que envolvem, além de um cosmopolitismo, interesses particulares. Desse modo, estadistas e outros relevantes atores discutem projetos, cenários e metas em relação à temática desenvolvimento e meio ambiente. Entretanto, apesar das críticas provenientes dessa

pesquisa, indispensável colocar que estes grandes eventos – especialmente as Conferências de 1972, 1992 e 2012 – tiveram o mérito de possibilitar o olhar da comunidade internacional sobre a questão e pela oportunidade de reunir a maior parte dos tomadores de decisão dos países de todos os continentes.

Suertegaray e Schaffer (1988) já defendiam que as Conferências são oportunidades de discussão e de pensarmos o futuro que os homens (ou de seus principais representantes) querem dar ao seu próprio rumo na Terra. Estadistas, líderes empresariais e da ciência, expoentes da intelectualidade, ONGs e outros movimentos sociais organizados participam destas Conferências (das oficiais ou das paralelas) buscando, com pesos e capacidade dissuasória distinta, defender seus próprios interesses particulares que, em muitos casos, se volta para uma questão de empenho nacional travestida de um aparente ideal cosmopolita.

Após esta breve introdução sobre as temáticas das Conferências e do que deve ser entendido como ambiente e/ou ambiental, colocar-se-á nossos apontamentos sobre a temática discutida nesses encontros a partir de uma percepção crítica dentro do quadro da natureza anárquica, egoísta, competitiva e expansiva do Sistema Interestatal Capitalista.

### **II.2.1 – Conferência de Estocolmo, 1972 – Conferência Mundial Sobre o Ambiente Humano (Uma só Terra)**

Nesse encontro, considerada a primeira conferência mundial das Nações Unidas sobre a relação homem e natureza, a discussão foi polarizada entre os defensores do “crescimento zero” *versus* os defensores do “desenvolvimento a qualquer preço”. Desse embate, em 1972, foi publicado o relatório **Os Limites do Crescimento** ou **Relatório Meadows**. O estudo, extremamente alarmista e difundido como um alerta impositivo para a periferia do sistema capitalista, que no período estava em processo de industrialização e de explosão demográfica, não levou em conta os avanços e as transformações socioeconômicas e político-culturais que frearam o crescimento populacional. Além disso, o estudo não considerou o progresso tecnológico latente do período, os novos processos produtivos e a descoberta e uso de novas fontes energéticas, inclusive mais “limpas” do que as tradicionais (e também as renováveis).

O **Relatório Meadows**, elaborado por cientistas do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e apoiado com recursos do Clube de Roma, fez uma projeção para o próximo século da sociedade mundial, concluindo que a solução para a estabilidade econômica (de quem?) e a manutenção de mínimos recursos naturais para a “humanidade” (eles se referiam a qual parte da humanidade?) só ocorreria com o congelamento do crescimento da população global (ou da periferia?) e do capital industrial (ou da periferia?).

A Conferência ficou no embate entre aqueles (países desenvolvidos) que pediam crescimentos populacional e industrial zero, sendo favoráveis, assim, àqueles que já teriam alcançado um elevado processo de industrialização. Por trás dos argumentos “científicos” dos defensores do “crescimento zero” existia um confronto direcionado às teorias de crescimento econômico contínuo propagadas por determinadas correntes econômicas, sobretudo àquelas de caráter mais nacional-estatal da periferia mundial.

Vejamos o caráter conservador e neomalthusiano das três principais conclusões do Relatório Meadows:

1. Se as atuais tendências de crescimento da população mundial industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição de recursos naturais continuarem imutáveis, os limites de crescimento neste planeta serão alcançados algum dia dentro dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um declínio súbito e incontrolável, tanto da população quanto da capacidade industrial.
2. É possível modificar estas tendências de crescimento e formar uma condição de estabilidade ecológica e econômica que se possa manter até um futuro remoto. O estado de equilíbrio global poderá ser planejado de tal modo que as necessidades materiais básicas de cada pessoa na Terra sejam satisfeitas, e que cada pessoa tenha igual oportunidade de realizar seu potencial humano individual.
3. Se a população do mundo decidir empenhar-se em obter este segundo resultado, em vez de lutar pelo primeiro, quanto mais cedo ela começar a trabalhar para alcançá-lo, maiores serão suas possibilidades de êxito (MEADOWS *et al.*, 1972).

Desse modo, duas posições extremas se confrontaram: a preocupação dominante com a natureza (da periferia) por influência do Clube de Roma, e os que defendiam primeiramente o crescimento econômico para depois se preocuparem com a questão ambiental. O **Princípio 21 da Declaração de Estocolmo** foi a expressão da fragmentação dos interesses interestatais distintos na questão ambiental.

De acordo com a Carta das Nações Unidas e com os princípios do direito internacional, os Estados têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos, de acordo com a sua política ambiental, e a responsabilidade de assegurar que as atividades levadas a efeito, dentro de sua jurisdição ou sob seu controle, não prejudiquem o meio ambiente de outros Estados ou de zonas situadas fora dos limites da jurisdição nacional (PRINCÍPIO 21: DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO, 1972).

Como proposição interessante e cooperativa no quadro das relações interestaduais, o **Princípio 22 da Declaração de Estocolmo** também merece destaque:

Os Estados devem cooperar para continuar desenvolvendo o direito internacional, no que se refere à responsabilidade e à indenização das vítimas da poluição e outros danos ambientais, que as atividades realizadas dentro da jurisdição ou sob o controle de tais Estados, causem às zonas situadas fora de sua jurisdição (PRINCÍPIO 22: DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO, 1972).

Importante salientar que diversos intelectuais, como o Prêmio Nobel em Economia, Robert M. Solow, e o indiano Mahbub ul Haq, batizaram o **Relatório Meadows** e os argumentos dos mais poderosos na Conferência de Estocolmo como “retórica ecologista”. Em síntese, os argumentos colocados por esses poderosos atores, tanto de Estados como da academia, corroboravam a invisibilização de diversas questões da periferia mundial aos olhos dos mesmos atores que lutam pelo meio ambiente com objetivos circunscritos em uma consciência-ecológica utópica e “primeiro-mundista”.

Sobre as disputas em torno da questão ambiental, vejamos a colocação de Maia Filho (2010):

A recusa dos países em desenvolvimento em tornarem-se como que “santuários ambientais”, enquanto que os países desenvolvidos continuassem suas práticas ecologicamente danosas (dentro dos debates da formulação da Nova Ordem Econômica Internacional), somada à preocupação internacional da opinião pública causada pelas provas científicas do ritmo desastroso da degradação ambiental e à pressão internacional sobre as diplomacias dos países para que fossem tomadas providências em favor da proteção do meio ambiente foram os elementos que indicaram as novas preocupações surgidas a partir dos debates da Conferência de Estocolmo (MAIA FILHO, *Op. Cit.*, p. 26).

Por outro lado, o discurso do governo brasileiro em Estocolmo e suas práticas ecoagressivas em nome da soberania do país<sup>47</sup> em território nacional era de que o desenvolvimento poderia continuar de forma autônoma (lê-se, predatória!), com preocupações marginais em relação aos impactos aos recursos naturais e à biodiversidade, o que, de certa forma, legitimou o discurso cosmopolita “primeiro-mundista”. Alguns projetos, como a construção da Transamazônica e da hidrelétrica de Balbina (AM) são exemplares. Como visto em Maimon (1992), o governo brasileiro colocara que a “problemática ambiental fora inventada pelas grandes potências para

---

<sup>47</sup> Independentemente dos interesses externos sobre os recursos naturais do Brasil, especialmente sobre a Amazônia, evitar o desflorestamento é necessário, pois a floresta recicla mais da metade da água que circula no ecossistema regional (que contém 20% de água doce do planeta), representa 50 bilhões de toneladas de carbono e contém boa parte das espécies conhecidas no mundo. Seu potencial econômico é imenso e o desflorestamento, de fato, é o “suicídio” do bioma.

conter a expansão do parque industrial dos países em via de desenvolvimento” (MAIMON, 1992, p. 100).

Uma das contradições que se perpetuaram após Estocolmo foi o agravamento da “terceirização dos problemas ambientais”. Por uma série de fatores, como os de ordem produtiva, social, política e também ambiental, indústrias sediadas em países desenvolvidos passaram a instalar suas fábricas mais poluentes nas regiões subdesenvolvidas do mundo, intensificando a exploração e a degradação do meio natural, causando um processo conceituado como “exportação de entropia” (COELHO, 1996).

Contudo, pode-se considerar que a Conferência de Estocolmo propiciou o despertar de uma consciência ecológica legítima em razão das ameaças propagadas pela expansão da civilização industrial, além de trazer inovações para a própria ONU com a criação do PNUMA e com a maior participação de atores não estatais e discussões de caráter geopolítico e em escala global.

Somente na década seguinte, após a estagnação econômica dos anos 1970 e das recessões causadas pelas crises do petróleo de 1973 e 1979, a discussão volta à tona com o debate das questões ambientais<sup>48</sup>.

É preciso analisar o contexto histórico da década de 1970 para compreender os resultados práticos e os verdadeiros significados da primeira Conferência da ONU sobre a questão ambiental.

Na década de 1970, na ótica de Hobsbawm, inicia-se a “Era do desmoronamento”, com o desmonte do Estado do bem-estar social e avanço da lógica privatista e antiestatizante neoliberal. Nesse contexto de grandes transformações globais, sobretudo nos campos da cultura, produção e política, a periferia mundial, com grandes diferenciações internas, possuía países com economias com elevado crescimento.

A questão ambiental e o surgimento dos movimentos ecológicos aparecem também em decorrência dos impactos causados pelo modelo de desenvolvimento econômico adotado pelos países da periferia e pelos reflexos causados em suas respectivas populações. Modelo com gravíssimos impactos socioambientais, muitas vezes, capitaneados pelas transnacionais oriundas dos países centrais.

---

<sup>48</sup> Nesse ínterim, a Amazônia brasileira passa a ser um símbolo global da preservação das florestas tropicais e da luta contra o desmatamento.

Entretanto, as disputas armamentistas e a corrida nuclear da Guerra Fria levaram a sociedade civil a assumir um papel de destaque no despertar de uma consciência e dos riscos associados da expansão dessa questão.

Surge daí um discurso que aponta que a lógica privada e burocrata teria mais condições de gerir e administrar os recursos naturais, tendo em vista a incapacidade operacional e de recursos e os níveis de corrupção dos governos de países periféricos. Todavia, é preciso ressaltar, como aponta diversos autores, que uma grande parte dos impactos ambientais foram causados pelo apoio de grandes corporações transnacionais (e silêncio de seus respectivos Estados) e com vistas ao consumo e ao bem-estar das populações do Norte global. Além disso, a corrupção destacada pelo discurso neoliberal é extremamente proporcional ao capital corruptor dessas mesmas corporações com vistas ao ganho de vantagens comerciais e locais nos territórios estratégicos do Sul global.

## II.2.2 – Década de 1980

A discussão posta ao mundo pela Conferência de Estocolmo ficou logo relegada em razão das crises de 1973 e 1979. Contudo, no início da década de 1980, a ONU criou a Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD) para dar continuidade às discussões ecológicas globais. A Comissão foi criada em 1983 pelas Nações Unidas para discutir e propor meios de harmonizar o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental.

Contudo, foi em 1987 que a Comissão realizou até então o grande feito histórico da questão ambiental nas relações internacionais: a divulgação do relatório **Brundtland**<sup>49</sup>, publicado como **Nosso Futuro Comum**.

O conceito de desenvolvimento sustentável, que será trabalhado posteriormente, foi introduzido pela primeira vez nesse documento, sendo definido como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades”.

O relatório introduziu a questão da incompatibilidade entre o desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes, e inovou ao criticar o modelo

---

<sup>49</sup> O relatório **Nosso Futuro Comum** ficou conhecido como **Brundtland** por ser coordenado pela primeira ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland, que chefiou a CMMAD.

de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e seguido, igualmente, pelos países em desenvolvimento. Como visto em Maimon (1992), o relatório propõe:

Um espírito de responsabilidade comum como processo de mudança, no qual a exploração dos recursos materiais, os investimentos e as rotas de desenvolvimento tecnológico deverão adquirir, mundialmente, um sentido harmonioso na construção de um futuro justo, seguro e próspero (UNPED, 1987 *Apud* MAIMON, 1992, p. 106).

A proposta de integrar a questão ambiental ao desenvolvimento econômico, surgiu não apenas como um novo termo, mas como uma nova forma de progredir, aparece nesse processo. Para isso, os governos deveriam se adaptar e adotar algumas medidas:

- limitar o crescimento populacional;
- garantir o fornecimento de alimentos em longo prazo;
- preservar a biodiversidade e os ecossistemas;
- diminuir o consumo de energia e promover o desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis;
- aumentar a produção industrial nos países não industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas;
- controlar a urbanização desenfreada e fazer a integração entre os núcleos urbanos e as zonas rurais.

Em nível internacional, as propostas econômicas lançadas sugerem que:

- as organizações de desenvolvimento devem adaptar uma estratégia de desenvolvimento sustentável;
- a comunidade internacional deve proteger os ecossistemas supranacionais como a Antártica, os oceanos, o espaço;
- as guerras devem ser banidas e a ONU deve implantar um programa de desenvolvimento sustentável.

A correlação conceitual entre pobreza e degradação ambiental, os Estudos de Impactos Ambientais e os Relatórios de Impactos ao Meio ambiente (EIA-RIMAS), tendo como exemplo emblemático o Banco Mundial, que só fará financiamentos de obras nos países da periferia do sistema mediante estudos de impactos ambientais, além da atuação de ONGs, surgem nesse contexto histórico.

Sobre esse contexto de readequação da periferia mundial, a resposta do Presidente José Sarney merece destaque: “A questão ambiental está sendo aproveitada pelos países desenvolvidos para escravizar os países em desenvolvimento” (MAIMON,

1992, p. 107). A fala de Sarney deve ser colocada como parte da crise global e brasileira dos anos 1980, inclusive com gravíssimas repercussões sobre a biodiversidade e os recursos naturais. O contexto da época defendia que a política ambiental não deveria ser subordinada às questões de segurança nacional.

A política de intensificar e diversificar as exportações, necessária para saldar a dívida, acentuou o esgotamento de recursos naturais e a deterioração ambiental. A utilização irracional dos recursos que estava subordinada, na década de 70 aos objetivos de crescimento a qualquer custo, fica atrelada, na década de 80, ao pagamento da dívida externa (MAIMON, 1992, p. 120).

Ainda no fim da década de 1980, merecem destaque a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio, realizada em 1985, e o Protocolo de Montreal, de 1987. Nessa Convenção, ficou estabelecida a criação de um Tratado para a Proteção da Camada de Ozônio e, dois anos mais tarde, no Protocolo de Montreal, definiu-se um plano de metas para eliminar quinze tipos de CFCs (clorofluorcarbonos) e outras substâncias de efeitos nocivos similares à atmosfera.

Nesse Protocolo, em um esforço inédito, mais de 150 países se comprometeram a realizar mudanças tecnológicas. Um acordo global assinado realizado a partir de responsabilidades diferenciadas representou uma medida pioneira interessante.

Países desenvolvidos que historicamente tiveram maior consumo de Substâncias Destruidoras da Camada de Ozônio (SDOs) devem contribuir financeiramente para apoiar a implementação de medidas para eliminar essas substâncias em países em desenvolvimento, como o Brasil (Convenção de Viena e Protocolo de Montreal).

Interessante perceber que as questões ecológico-ambientais que afligiam os países desenvolvidos, como colocou Maimon (1992, p. 106), envolviam problemas de caráter global, como o “envenenamento químico da água, do ar, do solo e de cadeias alimentares, efeito estufa, explosão demográfica, empobrecimento da biodiversidade pela extinção das espécies, em particular com a devastação das florestas tropicais úmidas”.

Sobre o olhar da geopolítica ambiental sobre o Brasil, especialmente sobre a Amazônia, vale ressaltar que somente após a década de 1970, através de um contexto geopolítico já apontado, e também pela luta dos seringueiros pela preservação de seu modo de vida baseado na exploração sustentável dos recursos florestais, liderados por Chico Mendes, que a atenção da comunidade internacional volta-se aos sangrentos conflitos pela posse da terra (grileiros x posseiros) e no avanço cada vez maior da agropecuária aos moldes da *plantation* e da extração ilegal de madeira. Nos anos 1980,

em face da escala de grandes projetos, inclusive madeireiros, que atuam diretamente sobre vastas extensões de florestas, foram atingidas diretamente as comunidades indígenas e extrativistas. A região, ainda na década de 1980, tornou-se cenário para as discussões ambientalistas pela preservação das florestas tropicais.

É preciso colocar que inúmeros tratados foram elaborados, assinados e implementados a partir da Conferência de Estocolmo de 1972. Vejamos:

Foram nessas convenções que foram assinados tratados internacionais sobre o controle de emissão de gases que afetam a camada de ozônio e de gases de efeito estufa (Protocolo de Montreal de 1987 e Convenção sobre a Mudança do Clima de 1992), sobre o uso do mar (Convenção de Londres de 1972, Convenção Internacional para Prevenção da Poluição por Navios de 1973 e Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982), sobre o movimento transfronteiriço de resíduos perigosos (Convenção da Basileia de 1989) e sobre o uso e distribuição equitativa da biodiversidade e dos recursos genéticos (Convenção da Diversidade Biológica de 1992)(RAMPAZO *et al*, 2014).

### **II.2.3 – Conferência do Rio de Janeiro, 1992 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Cúpula da Terra)**

Foram necessários mais vinte anos até que ocorresse a segunda grande Conferência das Nações Unidas sobre a interface meio ambiente e desenvolvimento. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), mais conhecida como **Cúpula da Terra, ECO-92** ou **Rio-92**, realizada em junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, contou com a presença maciça de inúmeros chefes de Estado e representantes de movimentos sociais. A representação diplomática da Rio-92 foi extremamente participativa: 178 países e 114 chefes de Estado. Em Estocolmo, por exemplo, participaram 113 países e apenas 2 chefes de Estado.

Sobre as diferenças entre Rio e Estocolmo, Maia Filho (2010) coloca que:

A Declaração do Rio foi elaborada como uma declaração da comunidade internacional sobre os princípios que deveriam ser seguidos pelos países no que concerne à proteção do meio ambiente, constituindo um passo de grande valor para a evolução do Direito Internacional do Meio Ambiente (assim como a Declaração de Estocolmo, a Declaração do Rio é uma norma de caráter programático), pois apresenta avanços importantes na criação de institutos que servirão como instrumentos para a proteção do meio ambiente. É interessante notar que a Declaração do Rio, embora repita diversos princípios já mencionados na Declaração de Estocolmo, deu ao Direito Internacional do Meio Ambiente uma conotação inovadora de preocupação com a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das nações, sendo seu texto permeado pelo novo conceito de desenvolvimento sustentável. Nota-se que até mesmo as denominações da Conferência de

Estocolmo (Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano) e da Conferência do Rio (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento) indicam as diferenças de preocupações destes dois momentos da evolução do Direito Internacional do Meio Ambiente (MAIA FILHO, 2010, p. 30-31).

O evento foi um grande marco na discussão ambiental na virada do século XX, popularizando o conceito de desenvolvimento sustentável, que passou a ser a ideia central do debate ecológico-econômico nas décadas seguintes.

A Conferência Rio-92 foi convocada pela ONU para estabelecer critérios comuns e acordos básicos em relação ao desenvolvimento e ao ambiente. Após mais de duas décadas de sua realização, pode-se dizer que a Conferência significou uma quebra de paradigma. Além da expansão do conceito de sustentabilidade, a Rio-1992, inegavelmente o mais importante e frutífero encontro global sobre a questão do desenvolvimento e meio ambiente, apresentou uma série de proposições, como a **Carta da Terra**, a **Declaração de princípios sobre florestas**, além da **Agenda 21**, um programa de ações para o desenvolvimento sustentável para o século 21 assinado por 179 países. A proposição da Agenda 21 gerou impactos positivos para múltiplas escalas geográficas: municípios, distritos e bairros. No Brasil, os impactos da Rio-92 também podem ser relacionados à criação do Ministério do Meio Ambiente<sup>50</sup>, em 1995.

O encontro fez um enorme esforço diplomático para conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação e proteção do ambiente, mas não ficou livre de críticas.

Para Maimon (1992), a Rio-92 também se caracterizou pela:

(...) manutenção do *status quo*, onde os países desenvolvidos continuam a adotar os mesmos padrões tecnológicos e de consumo com forte pressão sobre os recursos naturais, e os pobres dos países em desenvolvimento continuam a carecer das condições mínimas para a sobrevivência (MAIMON, 1992, p. 116).

Em relação ao caso brasileiro, importante ressaltar a mudança de postura diplomática do governo em relação às discussões em torno da questão ambiental. Ao contrário do período da ditadura civil-militar e do início da redemocratização (Governo

---

<sup>50</sup> Neste sentido, o meio ambiente é definido pela Lei nº 6.938, de 31/08/1981, da Política Nacional de Meio Ambiente, como o “conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. Na prática ele ainda é pensado como algo utópico, afastado da realidade e estritamente ligado à natureza. Ainda, sobre o meio ambiente, o artigo 225 da Constituição Federal diz que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 1988).

Sarney), os anos 1990 simbolizaram uma nova inserção do país nas relações internacionais, mesmo que isso não significasse uma abertura do seu território aos múltiplos interesses externos sem a realização de uma reflexão de interesse nacional.

No plano de suas relações externas, o Brasil arquivou a prática de esconder as agressões à natureza sob o argumento de defesa da soberania. Passamos a advogar um relacionamento maduro com nossos parceiros, pautado não mais pelo maniqueísmo das recriminações unilaterais, e sim pelo ânimo da cooperação (GARCIA, 1992, 18).

Talvez o legado mais importante da Rio-92 para as relações interestatais foi a aprovação de três importantes Convenções: i) a **Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima - UNFCCC** (que serviu de base para o Protocolo de Kyoto, de 1997, que colocou metas de redução de GEEs, significou a ratificação da questão ambiental como um tema indispensável para as relações internacionais e para o próprio futuro da humanidade); ii) a **Convenção sobre Diversidade Biológica – CBD** (com o objetivo de conservar a biodiversidade, fazer uso sustentável de seus componentes e dividir de forma justa os benefícios gerados com a utilização de recursos genéticos); iii) e a **Convenção para o Combate à Desertificação e Mitigação dos efeitos da seca – UNCOD** (sobretudo voltado aos países afetados por graves secas e/ou desertificação).

#### II.2.4 – Convenções das Nações Unidas e as Conferências das Partes

Segundo Rampazo *et al* (2014), a ordem ambiental internacional é um conjunto de convenções internacionais que busca regular as ações humanas sobre o ambiente em escala mundial.

A assinatura de tratados internacionais que visam regular a ação humana sobre o meio ambiente são produtos diplomáticos dessas convenções. Como colocado, as demandas e discussões propiciadas pela Rio-92 foram responsáveis pela elaboração da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima (UNFCCC), pela Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD) e pela Convenção para o Combate à Desertificação e Mitigação dos efeitos da seca (UNCOD).

Esta seção pretende realizar uma breve investigação sobre as Conferências das Partes<sup>51</sup> (COP), especificamente às oriundas das Convenções sobre Mudança do Clima

---

<sup>51</sup> Nossa pesquisa limitou-se na investigação das COPs referentes à CBD e à UNFCCC que possuem mais relações e impactos diretos com a geopolítica ambiental e com o Brasil.

(UNFCCC) e sobre Diversidade Biológica (CBD). As Conferências das Partes (COP) são os órgãos de decisão no âmbito dessas convenções.

O COP da UNFCCC teve, no fim de 2016, a sua vigésima segunda edição. Os países parte reúnem-se a anualmente em conferências mundiais. As decisões, coletivas e consensuais, só podem ser tomadas se forem aceitas unanimemente pelas Partes, que são soberanas e que passam a valer para todos os países signatários. Já o COP da CDB, que teve a sua décima quarta edição também no fim de 2016, depois das quatro primeiras reuniões ocorrerem anualmente, passou a se reunir de dois em dois anos.

Em linhas gerais, o Ministério do Meio Ambiente do Brasil elucida os principais objetivos dessas importantes Convenções:

**Tabela 1: Objetivos gerais das Convenções UNFCCC, CBD e UNCOD.**

<b>Convenções e objetivos gerais</b>		
<b>Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC)</b>	<b>Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD)</b>	<b>Convenção para o Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (UNCOD)</b>
Trabalha com o objetivo de estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera em um nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático. Esse nível deverá ser alcançado em um prazo suficiente que permita aos ecossistemas adaptarem-se naturalmente à mudança do clima, assegurando que a produção de alimentos não seja ameaçada e permitindo ao desenvolvimento econômico prosseguir de maneira sustentável.	A Convenção está estruturada sobre três bases principais – a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável da biodiversidade e a repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos – e se refere à biodiversidade em três níveis: ecossistemas, espécies e recursos genéticos. A Convenção abarca tudo o que se refere direta ou indiretamente à biodiversidade – e ela funciona, assim, como uma espécie de arcabouço legal e político para diversas outras convenções e acordos ambientais mais específicos, como Biossegurança; Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura; Turismo Sustentável e a Biodiversidade; Utilização Sustentável da Biodiversidade; Prevenção, Controle e Erradicação das Espécies Exóticas Invasoras; Gestão da Biodiversidade. A Convenção também deu início à negociação de um Regime Internacional sobre Acesso aos Recursos Genéticos e Repartição dos Benefícios resultantes desse acesso.	Compromisso de estabelecer padrões de trabalho e metas internacionais convergentes em ações coordenadas na busca de soluções qualitativas que atendam às demandas socioambientais nos espaços áridos, semiáridos e subúmidos secos, particularmente onde residem as populações mais pobres do planeta. A UNCCD é reconhecida como o instrumento fundamental para erradicar a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável nas áreas rurais das terras seca.

Fonte: Adaptado do sítio eletrônico do Ministério do Meio Ambiente do Brasil, 2016.

A CBD entrou em vigor em 29 de dezembro de 1993 (Declarado dia Mundial da Biodiversidade pela Organização das Nações Unidas). Desde 1994, já ocorreram 13 reuniões da COP, que possuem, além dos países partes, observadores de países não-parte, representantes dos principais organismos internacionais, organizações acadêmicas, ONGs, organizações empresariais, lideranças indígenas, imprensa e outros observadores.

**Tabela 2: Local e data de realização das COPs da CBD.**

<b>COP</b>	<b>Cidade e País</b>	<b>Data</b>
COP1	Nassau, Bahamas	28 de novembro a 9 de dezembro de 1994
COP2	Jakarta, Indonésia	6 a 17 de novembro de 1995
COP3	Buenos Aires, Argentina	4 a 15 de novembro de 1996
COP4	Bratislava, República da Eslováquia	4 a 15 de maio de 1998
COP5	Nairobi, Quênia	15 a 26 de maio de 2000
COP6	Haia, Holanda	7 a 19 de abril de 2002
COP7	Kuala Lumpur, Malásia	9 a 20 de fevereiro de 2004
COP8	Curitiba, Brasil	20 a 31 de março de 2006
COP9	Bonn, Alemanha	19 de Maio a 30 de 2008
COP10	Nagoya, Aichi, Japão	18 a 29 de outubro 2010
COP11	Hyderabad, Índia	08 a 19 de outubro 2012
COP12	Pyeongchang, Coreia do Sul	06 a 17 de outubro 2014
COP13	Cancun, México	4 a 17 de dezembro de 2016

Fonte: Adaptado do sítio eletrônico<sup>52</sup> da Convenção da Diversidade Biológica.

Sobre a CBD, Maia Filho (2010) coloca:

A CDB é, certamente, um dos documentos internacionais que comprovam os constantes esforços dos países em desenvolvimento para obter regras mais justas na estruturação das relações internacionais. Assim como outros instrumentos internacionais firmados por ocasião da Conferência do Rio, a CDB constitui parte da luta dos países em desenvolvimento por mais equidade nas relações com os países industrializados. Vale ressaltar que, assim como a percepção humana da sua relação com a natureza evolui da clivagem entre o ecocentrismo e antropocentrismo para o neo-humanismo, uma visão mais equilibrada entre homem e natureza, é necessário que as relações entre os membros da comunidade internacional se pautem pelos valores da igualdade entre Estados e da equidade de tratamento (MAIA FILHO, 2010, p. 114)

Sobre as COPs da UNFCCC, que entrou em vigor em 21 de março de 1994, vale destacar, como veremos adiante, a terceira e a vigésima primeira COPs, respectivamente, Kyoto (Japão, 1997 – 3ª edição) e Paris (França, 2015 – 21ª edição).

<sup>52</sup> <https://www.cbd.int/history/>.

**Figura 2: Realização das COPs da UNFCCC.**



Fonte: Imagem obtida no sítio eletrônico<sup>53</sup> do Ministério do Meio Ambiente do Brasil.

As Partes signatárias da UNFCCC devem “proteger o sistema climático em benefício das gerações presentes e futuras com base na equidade e em conformidade com suas respectivas capacidades”. O princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, em grande parte, uma conquista da diplomacia brasileira, é o eixo norteador da UNFCCC.

Nesse sentido, os Estados mais prósperos e desenvolvidos deverão assumir compromissos mais rígidos para mitigar os prováveis impactos e consequências das mudanças climáticas, sobretudo em relação e em comparação com as necessidades específicas dos países subdesenvolvidos e emergentes, em especial os particularmente vulneráveis aos efeitos negativos da mudança do clima, como os superpopulosos, insulares e com fragilidades político-institucionais e físico-territoriais.

<sup>53</sup> <http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas>.

**Tabela 3: Compromissos assumidos e COMUNS a todas as Partes.**

Elaborar inventários nacionais de emissões de gases de efeito estufa;	Implementar programas nacionais e/ou regionais com medidas para mitigar a mudança do clima e se adaptar a ela;	Promover o desenvolvimento, a aplicação e a difusão de tecnologias, práticas e processos que controlem, reduzam ou previnam as emissões antrópicas de gases de efeito estufa;	Promover e cooperar em pesquisas científicas, tecnológicas, técnicas, socioeconômicas e outras, em observações sistemáticas e no desenvolvimento de bancos de dados relativos ao sistema do clima;	Promover e cooperar na educação, treinamento e conscientização pública em relação à mudança do clima.
---	--	---	--	---

Fonte: Adaptado do sítio eletrônico<sup>54</sup> da UNFCCC.

**Tabela 4: Compromissos DIFERENCIADOS dos países desenvolvidos.**

Adotar políticas e medidas nacionais para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e mitigar a mudança do clima;	Transferir recursos tecnológicos e financeiros para países em desenvolvimento;	Auxiliar os países em desenvolvimento, particularmente os mais vulneráveis à mudança do clima, na implementação de ações de adaptação e na preparação para a mudança do clima, reduzindo os seus impactos.
---	--	--

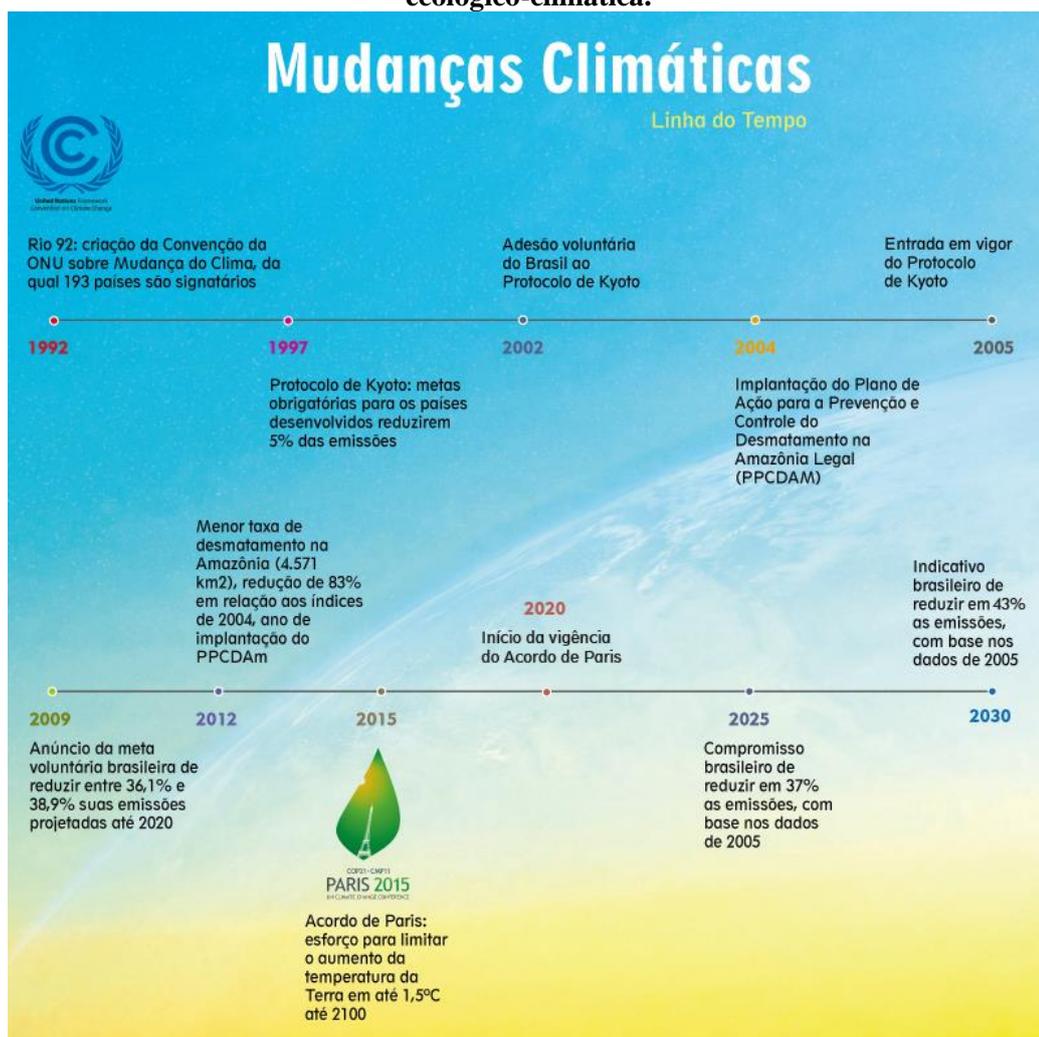
Fonte: Adaptado do sítio eletrônico da UNFCCC.

A **3ª Conferência das Partes (COP3)** teve como foco a polêmica do aquecimento global. A COP3 fez história como uma convenção em que a comunidade internacional firmou um amplo acordo de caráter ambiental, apesar das recusas do EUA, Austrália e Canadá em não assinarem a meta de redução de GEEs. O Protocolo de Kyoto buscou:

- reduzir em 5% até 2012 a emissão de GEEs na atmosfera;
- incentivar a utilização de energias renováveis, como a energia eólica e solar;
- substituir o carvão mineral e o petróleo pelo gás natural;
- cobrar uma expressiva redução de comportamento dos países centrais.

<sup>54</sup> <https://cdm.unfccc.int/>.

**Figura 3: Linha do tempo sobre as conquistas e principais marcos da questão ecológico-climática.**



Fonte: Imagem obtida no sítio eletrônico do Ministério do Meio Ambiente do Brasil.

Por fim, a **21ª Conferência das Partes (COP21)**, realizada em Paris no fim de 2015, foi uma das reuniões mais propositivas dos últimos anos. Dela surgiu o documento chamado **Acordo de Paris**, ratificado pelas 195 Partes da COP da UNFCCC. O Acordo de Paris buscou:

- limitar o aumento da temperatura a 1,5 ° C acima dos níveis pré-industriais;
- elaborar um “financiamento climático”, no qual os países desenvolvidos deverão investir 100 bilhões de dólares por ano em medidas de combate à mudança do clima e adaptação em países em desenvolvimento;
- incentivar a transferência de recursos financeiros aos países em desenvolvimento;
- estabelecer mecanismos operacionais como o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) – para prover recursos a fundo perdido para projetos dos países em desenvolvimento que gerem benefícios ambientais globais, não apenas na área da

mudança do clima, mas também sobre biodiversidade, proteção da camada de ozônio e recursos hídricos internacionais – e o Fundo Verde para o Clima (GFC) – recursos de apoio aos países em desenvolvimento na promoção da mitigação da mudança do clima e da adaptação aos seus efeitos);

- alcançar US\$ 100 bilhões para os Fundos por ano até 2020, conforme os compromissos assumidos pelos países desenvolvidos.

#### **II.2.5 – Conferência de Johannesburgo, 2002 – Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.**

Em 2002, dez anos após a ECO-92, a ONU realizou a terceira Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, na África do Sul. A Conferência, conhecida também como Rio+10, tinha como objetivo rever as metas propostas pela Agenda 21 e trabalhar para programar o que já estava em andamento. A expectativa era de que houvesse a definição de uma ação global que conciliasse o desenvolvimento econômico e social com a preservação do ambiente. Todavia, em um contexto global assombrado pela ameaça terrorista pós-onze de setembro, a Conferência não trouxe resultados significativos.

#### **II.2.6 – Conferência do Rio de Janeiro, 2012 - Conferência da Organização das Nações Unidas Sobre o Desenvolvimento Sustentável**

A Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) não foi uma COP. Ela foi uma reunião convocada pelas Nações Unidas, por meio da sua Assembleia Geral, para abordar diversos assuntos. Não esteve limitada ao tema de qualquer convenção individual e não representou órgão decisório de qualquer convenção individual

A Rio+20, a quarta Conferência da Organização das Nações Unidas Sobre o Desenvolvimento Sustentável, ficou assim conhecida porque marcou os vinte anos de realização da Rio-92, onde em ambas, e também em outras Conferências, procurou-se discutir, teoricamente, uma agenda de desenvolvimento sustentável para as próximas décadas. Nesse encontro, no seio de uma grande crise da civilização industrial, com seu

produtivismo e consumismo, ficou comprovada a impotência da questão ambiental na agenda dos principais agentes político-econômicos do Sistema Interestatal Capitalista.

Em 2012, após a constatação da fraqueza teórico-metodológica do conceito de desenvolvimento sustentável, a Rio+20 inaugurou o conceito de economia verde. Em síntese, uma remodelação conceitual do conceito de desenvolvimento sustentável. Um dos principais interesses da Conferência foi estabelecer a discussão do conceito de economia verde para o alcance de um desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza.

A Rio+20 e a Cúpula da Terra, reunião paralela ao encontro dos Chefes de Estados reunidos pelas Nações Unidas, foram os primeiros eventos a serem realizados no *Antropoceno*. Apesar disso, diversos temas discutidos pela Rio+20 não passaram de retórica ao serem apropriados pelos principais agentes político-econômicos do Sistema Interestatal Capitalista.

Abaixo seguem alguns destes pontos:

- O papel do cidadão para um consumo racional e colaborativo;
- Incentivo às certificações de produtos socialmente e ambientalmente produzidos;
- Elaboração de uma nova formulação de PIB considerando indicadores sociais e ambientais;
- Criação de metas ambientais ambiciosas;
- Garantir segurança alimentar e hídrica aos homens;
- A melhoria da urbanização como forma de promoção da saúde e do bem-estar;
- A valorização do conhecimento indígena;
- Discutir a questão das mudanças climáticas.

Apesar de certos avanços conquistados, a ONU representa uma ordem mundial hierárquica e suas Conferências refletem os interesses dos países centrais e de suas corporações econômicas e financeiras. Nesse sentido, todos esperavam da Rio+20 uma renovação de um compromisso assumido décadas antes e ainda não praticados décadas depois: a reversão do processo de destruição da base natural da vida (GRZYBOWSKI, 2011).

A utopia neoliberal venceu o debate na década de 1990. Esvaziou-se a ONU e cresceu o ilegítimo G-8, sob a liderança da única potência militar imperial, os Estados Unidos. Agora, no bojo da crise, apareceu o G20, um alargamento do clube fechado do poder mundial do G8, que não muda a essência da assimetria do poder e a dominação que propicia (GRZYBOWSKI, 2011, p. 7).

Nesse caso, Abramovay (2013) argumenta que os danos catastróficos que o homem vem causando ao meio ambiente e as disparidades entre ricos e pobres foram os principais obstáculos da cúpula Rio+20. Não haverá Conferência que crie um consenso ou pacto econômico-ecológico global enquanto perdurar um sistema que permite que o crescimento econômico desordenado destrua a saúde do planeta sem atender a bilhões de necessitados.

O relatório **O Futuro que Queremos**, documento final da Rio+20, teve o mérito de elencar a necessidade primaz de não dissociar a erradicação da pobreza e a proteção ambiental do desenvolvimento sustentável. Além disso, a ONU lançou novas metas globais para os governos signatários progredirem em indicadores socioambientais e socioeconômicos, os chamados objetivos do desenvolvimento sustentável (ODSs).

## **II.2.7 – Dos Objetivos do Milênio (ODM) aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)**

Em 2000, ao analisar os maiores problemas socioeconômicos mundiais, a ONU estabeleceu oito Objetivos do Milênio – ODM – que deveriam ser atingidos por todos os países até 2015.

Importante colocar que os ODM, mesmo não tendo suas metas plenamente atingidas pelos países signatários, representou um avanço conceitual ao elevar as categorias da fome, saúde e pobreza como pressupostos universais para um milênio mais sustentável e por inspirar, como veremos, a fundamentação dos ODS.

Os esforços conjuntos para o alcance dos ODM até o fim de 2015 não se encerrarão nessa data. As ações do PNUD, a partir de então, estarão alinhadas com os ODS, tendo em mente a necessidade da finalização do trabalho no âmbito dos ODM e visando “não deixar ninguém para trás” no processo de desenvolvimento sustentável.

**Tabela 5: Alguns dos resultados obtidos pelos ODMs.**

Desde 1990, o número de pessoas que vivem em extrema pobreza diminuiu em mais da metade.
A proporção de pessoas subnutridas nas regiões em desenvolvimento caiu quase pela metade.
A taxa de matrículas no ensino primário nas regiões em desenvolvimento atingiu 91 por cento, e muito mais meninas estão agora na escola em comparação com 15 anos atrás.
Ganhos notáveis também foram feitos na luta contra o HIV/AIDS, a malária e a tuberculose.
A taxa de mortalidade de menores de cinco anos diminuiu em mais da metade, e a mortalidade materna caiu 45 por cento no mundo.
A meta de reduzir pela metade a proporção de pessoas que não têm acesso a fontes de água potável também foi atendida.

Fonte: Adaptado do sítio eletrônico<sup>55</sup> dos Objetivos do Milênio.

Já com as discussões trazidas pela Rio+20, a partir de um contexto histórico com ressignificados conceituais e novos problemas e desafios em escala mundial, o documento final da Conferência apresentou propostas para o desenvolvimento de objetivos e metas, a partir do exemplo dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, mas com ênfase no desenvolvimento sustentável.

Desse modo, as Nações Unidas abriram um processo intergovernamental para a formulação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Após mais de três anos de discussão, em setembro de 2015 os países adotaram os ODS e aprovaram o documento **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**.



Assim como na questão dos ODM, a formulação dos ODS também se constitui como uma tentativa de cumprir metas e de cooperação e associação multilateral de políticas nacionais e internacionais até 2030. O Brasil participou de toda a negociação que resultou no documento com 17 objetivos e 169 metas. Os ODS abordam temas como erradicação da pobreza, saúde, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima e cidades sustentáveis.

<sup>55</sup> <http://www.objetivosdomilenio.org.br/>.

Figura 4: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.



Fonte: Imagem obtida no sítio eletrônico<sup>56</sup> do PNUD Brasil.

Figura 5: Os cinco P's da Agenda 2030.



Fonte: Imagem obtida no sítio eletrônico do PNUD Brasil.

### Considerações Finais

Se nos anos 1970 as discussões ficaram marcadas pelas diferentes prioridades entre Norte e Sul, as Comissões da ONU da década de 1980 lançaram a ideia de que o “desenvolvimento pode ser sustentável”, sobretudo a partir do **Relatório Brundtland**.

<sup>56</sup> Fonte: <http://www.pnud.org.br/ods.aspx>.

Os anos 1990 confirmaram a presença de atores não estatais no debate ambiental, principalmente a partir da Conferência de 1992. A sociedade civil se torna um relevante com espacialidade, demandas e interesses estratégicos. Já as duas primeiras décadas do novo milênio vêm simbolizando a dificuldade de se criar acordos e metas universais com Estados-economias com interesses e realidades tão distintos.

O fragmento abaixo traduz alguns elementos que caracterizam a relativa lentidão na ratificação de acordos globais, onde ainda persiste a hierarquização dos interesses econômicos sobre às questões ambientais.

Os países em desenvolvimento buscam, portanto, ampliar, através da Convenção da Diversidade Biológica (CBD), seu acesso a tecnologias geradas nos países desenvolvidos, muitas das quais protegidas por patentes. Há, é claro, fortes resistências dos países tecnologicamente mais avançados, pressionados por suas indústrias biotecnológicas, sobretudo dos Estados Unidos, os quais, no início de 1993, tentaram impor, como condição prévia à sua adesão à Convenção, uma “interpretação” própria ao que ficara estabelecido na área tecnológica, segundo a qual: “Os Estados Unidos afirmam seu entendimento de que o acesso à tecnologia e a sua transferência estão sujeitos aos direitos de propriedade intelectual respaldados por essa Convenção, exigindo o reconhecimento de adequada e efetiva proteção dos direitos de propriedade intelectual e a consistência desses aspectos. Assim, não há uma base para a utilização de leis de licenciamento compulsório que forcem as empresas privadas a transferir tecnologia nos termos desse acordo. Os Estados Unidos afirmam seu entendimento sobre o artigo 16 (2), no sentido de que a expressão “termos justos e mais favoráveis” significa termos determinados por um mercado livre, sem restrições comerciais ou coerção governamental” (Interpretative Statement do governo Bill Clinton em relação à CDB) (ALBAGLI, 1998, p. 137).

É importante ressaltar as diferentes geoestratégias dos Estados-economias nacionais em relação às questões da biodiversidade, conhecimentos tradicionais, recursos naturais e genéticos, patentes industriais e de propriedade intelectual que reforçam as limitações práticas da CBD e de outros acordos e convenções interestatais internacionais. Há um nítido confronto entre os países com notável patrimônio natural, os chamados “megabiodiversos”, e aqueles detentores de modernas tecnologias, ou melhor, *tecno(eco)logias*. Os EUA, o principal formulador e apoiador do acordo TRIPs, não ratificou a CBD e, portanto, não são obrigados a respeitar os princípios da Convenção, que busca princípios de repartição justa e equitativa dos benefícios, além da valorização dos conhecimentos de povos tradicionais. Nesse prisma completamente geopolítico e que representa os sentidos egoísta e anárquico do Sistema Interestatal, o acordo TRIPs legitima o monopólio e a propriedade industrial e intelectual das tecnologias e produtos relativos à biodiversidade, inclusive os apropriados de povos indígenas e tradicionais.

A revisão do texto do TRIPS, deveria incluir, ainda, como requisito de patenteabilidade, a comprovação de origem dos recursos genéticos utilizados para obtenção daquele produto ou processo, assim como a comprovação de obtenção destes recursos, de modo autorizado pela legislação nacional do país-provedor e o cumprimento da obrigação de repartir os benefícios comerciais e tecnológicos. Além disso, o texto do TRIPS deveria ser revisto de modo a incluir, dentro dos direitos de propriedade intelectual, o conhecimento das populações tradicionais, para que estas tenham a repartição dos benefícios deste conhecimento, garantido, nos termos do art. 8º, “j” da CDB. O TRIPS deveria reconhecer e estabelecer um mecanismo eficiente para a proteção do conhecimento das populações tradicionais, escritos ou orais, os quais são passíveis de serem utilizados para a invenção de produtos ou processos, utilizando-se a biodiversidade a que este conhecimento tradicional está associado. Finalmente, concluímos que esta harmonização entre o TRIPS e a CDB é imprescindível para que a utilização de acordos internacionais não fique desmoralizada como instrumento de convivência pacífica e equânime entre todos os países do planeta, pois o fato de um acordo firmado por um grupo de países não-facilitar o cumprimento de outro acordo, como ocorre com o TRIPS e a CDB, desmoraliza a prática, objetivos e fundamentos do Direito Internacional Público e da Diplomacia internacional e, além disso, caracteriza um Sistema Internacional de países hegemônicos e de países dominados política e economicamente (MAGALHÃES, 2007, p. 488).

Na esfera da geopolítica interestatal, inegavelmente o antropogenismo sobre a natureza deve ser uma questão urgente a ser discutida nos fóruns globais. O que se espera como resultados práticos desses encontros políticos não são responsabilidades comuns de países com trajetórias históricas e realidades socioeconômicas distintas. Esperam-se responsabilidades diferenciadas e que não agravem o abismo já existente no interior do Sistema Interestatal.

As rápidas transformações que estão ocorrendo no planeta colocaram o desafio ambiental também na agenda interestatal. Ao contrário de soluções para os diversos impactos da questão antrópica, a contemporaneidade observa uma coalizão de interesses dos países centrais em manter seus interesses e de suas corporações em detrimento da maior parte do planeta e do próprio futuro da humanidade.

Antes mesmo da emergência do sistema capitalista, os meios de produção – a terra, os instrumentos – não estavam livremente à disposição de todos os homens. O capitalismo é um sistema muito complexo e contraditório, atravessa as relações cotidianas dos indivíduos, organizando as suas relações entre si e com a natureza. O capital, por si próprio, tem uma essência antiecológica.

É interessante compreender o poder como uma força dinâmica, multidimensional e expansiva. Assim como não se deve enxergar a geopolítica sem considerar a questão da projeção estatal e dos cálculos estratégicos que ultrapassam a escala nacional e analisar a economia política a partir de um campo do saber

naturalmente internacional, o poder e suas questões envolvem uma relação interna e externa. Elementos domésticos e relativos às disputas políticas internas condicionam e são condicionados pelo ambiente externo. A relativa interdependência política e econômica interestatal inaugurada a partir da formação do Sistema Interestatal Capitalista, sobretudo pelos desdobramentos do *Longo Século XVI*, tornaram as variáveis subnacionais e internacionais mutuamente complementares e importantes para se compreender os temas da agenda de pesquisa em Economia Política Internacional.

Os elementos relativos à questão ambiental são extremamente ilustrativos nessa questão. Pelo caráter global e pelos eventos transfronteiriços relativos à temática, disputas internas relativas aos Estados nacionais, muitas vezes, condicionam o discurso e as práticas dos grandes atores do sistema.

Como frisou Claval (1974), a geometria do poder é influenciada por atores não estatais e também é condicionada por elementos internos das disputas de poder intranacionais. Com isso, discursos e a propaganda, interesses nacionais e corporativos, alianças estratégicas e o colonialismo cultural são alguns dos elementos necessários ao entendimento do que são e para que servem, por exemplo, as Conferências das Nações Unidas sobre a questão ambiental.

Rampazo *et al* (2014: 76) afirmam que “o preservacionismo radical defendido por muitos ambientalistas não era a solução, porque impunha restrições ao bem estar humano”.

As organizações não ambientais e do setor privado, por exemplo, devido às suas próprias características, estão mais interessadas na manutenção dos seus negócios do que na conservação ambiental, fazendo somente uma “cortina de fumaça”, conforme defende Layrargues (1998). No entanto, devido ao seu poder, acabam por definir a agenda das discussões e a implementação das normas ambientais em todo o mundo conforme seus interesses (RAMPAZO *et al*, 2014, p. 76).

No bojo do pensamento de segurança em EPI e em RI, diversos analistas do tipo colonialistas defendem uma política de militarização como uma estratégia espacial de contenção. Dalby (1998) coloca que por trás dessa construção narrativa agressiva, há a perpetuação de políticas estatais industriais (do Norte!) como a “solução” para “problemas de segurança” (do Sul!), quando estes são a própria causa de muita degradação ambiental generalizada.

As diferenças entre Norte e Sul são destacadas abaixo:

(...) as posições dos países do Sul em foros internacionais sobre proteção do meio ambiente podem ser resumidas no pleito por maior cooperação financeira internacional e maior transferência de tecnologia, nas

reiteradas reclamações a respeito da imposição da agenda internacional pelos países desenvolvidos, na não aceitação de novas obrigações internacionais em situação de desigualdade relativa com os Países desenvolvidos e defesa do princípio da soberania sobre os seus recursos naturais. As posições dos países do Norte podem ser resumidas na tentativa de extensão dos regimes ambientais adotados em seus sistemas internos a todos os outros países da comunidade internacional, na recusa constante de aceitar a criação de novas instituições internacionais que propiciem a concessão de recursos financeiros complementares (a não ser quando estes recursos puderem ser controlados pelos doadores) e na tentativa de impor um sentimento de responsabilidades comuns entre todos os países. O diálogo existente entre os dois blocos possui pontos que demonstram uma continuidade nos debates ocorridos nos anos 1960 e 1970, principalmente no âmbito da UNCATD (Conferência de Estocolmo), enquanto outros vieram à tona nos últimos anos. Observa-se uma linha de ação constante de defesa do objetivo de desenvolvimento econômico e social paralelamente à defesa da soberania que os países têm sobre os seus recursos naturais. Em contrapartida, a preocupação com que a opinião pública internacional passou a observar o tema do meio ambiente gerou uma circunstância política favorável ao surgimento de novos conceitos sobre a matéria ambiental que acabaram por transformar o tema em um meio de articular outros objetivos que não apenas os ambientais (MAIA FILHO, 2010, p. 76).

As estratégias de poder e a mercantilização dos elementos da natureza fazem parte de um “jogo” denominado por Porto-Gonçalves (2006) como “geopolítica da biodiversidade”. Tais mecanismos regulatórios e conceitos portadores de verdades “universais” devem ser inseridos na lógica de construção de um neoliberalismo de caráter ambiental. O mesmo autor, ao relacionar a ligação entre tecnologia, poder e meio ambiente, aponta como as implicações da privatização do mundo da ciência e da técnica repercutem na estreita relação entre o grande capital e os líderes na esfera política mundial. A mercantilização dos elementos da natureza através de mercados fictícios em bolsas de valores e o controle de patentes *tecno(eco)lógicas* por corporações de nações poderosas vêm contribuindo para a persistência do abismo existente entre o centro e a periferia na atual conjuntura global<sup>57</sup>.

Becker (2005) complementa:

Na virada do milênio inicia-se o uso do capital natural reservado na década de 1990, acentuando-se a vertente da acumulação em contraposição à vertente capitalista. Observa-se um processo de mercantilização de elementos da natureza transformados em mercadorias fictícias, pois não foram produzidas para venda no mercado – que geram mercados reais, cuja regulação está em curso nos grandes fóruns globais (BECKER, 2005, p. 36).

---

<sup>57</sup> Como retórica na lógica do desenvolvimentismo e repetindo modelos exógenos, o porta-voz brasileiro na Conferência de Estocolmo (1972) afirmou que um país que não alcançou um nível satisfatório mínimo para prover o essencial, não está em condições de desviar recursos consideráveis para a proteção do meio ambiente.

O que Vandana Shiva (1998) chama de “imperialismo verde” se baseia numa poderosa arma discursiva na qual os interesses particulares dos ricos do Norte são retratados como os interesses comuns de toda a humanidade. Para Shiva “a expansão da atividade econômica global tem consequências negativas para muitos povos e lugares, enquanto enriquece os beneficiários da economia global em outro lugar”. Vejamos a citação de Dalby (1998) sobre Visvanathan (1994):

Partindo do pressuposto de que o planeta é um “recurso” que pode ser administrado, como argumenta Visvanathan, o discurso do desenvolvimento sustentável pode tornar-se uma perigosa formulação que permite a injustiça e a degradação do meio ambiente para continuar como parte dos processos ideologicamente remodelados de “desenvolvimento”. Desenvolvimento, como tem sido praticado para a última metade do século, assume uma separação da “humanidade” e “natureza”.

Portanto, percebe-se na atual conjuntura do Sistema Interestatal Capitalista uma clara imposição de agenda dos países centrais e suas organizações aos países periféricos.

Vale ressaltar que a ONU, organização internacional responsável por incentivar o multilateralismo e proposições de variadas ordens, não é isenta de pressões de atores de múltiplas dimensões e escalas. Os países centrais – através de seus interesses nacionais e pela atuação de suas fundações e corporações – intensificaram o debate sobre o tema ambiental.

Na análise desta pesquisa, a questão ambiental também pode ser analisada como um campo de difusão de mecanismos regulatórios e de coações político-ideológicas que, de certo modo, pouco vêm mitigando os problemas antropogênicos. Tais eventos funcionam, muitas vezes, como espaços de pressão sobre os países menos desenvolvidos com objetivos que visam a perdurar a condição desigual entre o centro e periferia (SUERTEGARAY E SCHAFFER, 1988) e legitimar as próprias assimetrias de poder dentro do Sistema Interestatal Capitalista.

## II.3 – EXPRESSÕES DA GEOPOLÍTICA DO PODER E DA RIQUEZA: PROBLEMATIZANDO OS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE ECONOMIA VERDE

Desde a gênese de construção do sistema político mundial, os interesses dos capitalistas confundem-se com a atuação dos Estados nacionais. A aliança do poder político com a burguesia foi importante na consolidação do sistema e, ainda hoje, é uma necessidade do capitalismo. Atualmente, essa necessidade pode ser compreendida no lançamento e na imposição de modelos de desenvolvimento, como o desenvolvimento sustentável e a economia verde.

A Rio+20, de 2012, e as últimas Conferências das Partes, especialmente a COP-21, de Paris, realizada em 2015, reafirmaram as tentativas e as dificuldades de obter consensos e “pactos universais” entre Estados-economias nacionais com interesses e necessidades tão distintos. A Rio+20, o maior evento global já realizado sobre a temática ambiental, tornou claro o óbvio: não há, ainda, uma preocupação mundial ecológica que abarque todos os projetos de desenvolvimento nacionais. Além da ausência de uma verdadeira mundialização da preocupação, como mostraremos no fim dessa seção, ainda não há saídas/proposições/deliberações estratégicas para combater as mudanças climáticas e outros impactos do *Antropoceno*.

O surgimento da noção de sustentabilidade perpassa um contexto de extrema preocupação relacionada aos aspectos econômico e energético. Entretanto, as diferenças de interesses e necessidades entre os países desenvolvidos, subdesenvolvidos e em desenvolvimento foram parcialmente harmonizadas pelo **Relatório Brundtland** *et al* (1987), que definiu o desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades”. Ao privilegiar a melhoria da qualidade de vida da maior parte da população, sem colocar em risco a sobrevivência humana futura no planeta, o conceito passa a ter um tom mais cosmopolita e, até certo ponto, como veremos, vago e romantizado.

A partir de uma reflexão feita no momento de *boom* do conceito no início dos anos 1990, Fonseca (1992) observa o desenvolvimento sustentável como uma tentativa de romper com variados padrões historicamente ecoagressivos.

O conceito de desenvolvimento sustentável reafirma a noção de longo prazo de incorporar em seu domínio noções como a capacidade de

renovação da natureza, ciclos e biosfera, diversidade genética e tempos geológicos, apenas para citar alguns tópicos (FONSECA, 1992, p. 68).

O conceito dominante de desenvolvimento sustentável, extremamente abstrato e, por isso, amplamente difundido na academia e no público em geral, foi proposto como um processo de mudança no qual a exploração de recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento ecológico e a mudança institucional se harmonizam e estão de acordo com as necessidades das gerações presentes e futuras.

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu como um pacto ou aliança entre meio ambiente e desenvolvimento. Neste contexto, o desenvolvimentismo econômico apropria-se do conceito pela importância estratégica que o ambiente assume para o crescimento econômico “racional” e pelos elementos que envolvem os debates sobre o futuro climático mundial. Salienta-se que o **Relatório Brundtland** e o conceito de desenvolvimento sustentável foram endereçados aos países subdesenvolvidos.

Nesse sentido, o contexto geopolítico da Segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – a Rio-1992, é paradigmático:

O conflito entre desenvolvimento e meio ambiente manifestou-se ali de maneira radical e explícita, contrariando os países em desenvolvimento e que consideravam o meio ambiente um problema dos “ricos”. Os que possuíam recursos naturais ainda abundantes resistiam também à ideia do imobilismo e de um congelamento forçado de suas riquezas (Camargo, 2012, p. 27).

A expressão do desenvolvimento sustentável como o cristalizador de um pensamento único não significou a construção de uma solução compartilhada por todos. Freitas (2010, p. 3) crítica esse modelo questionando como, onde e quando romper com a forma clássica de desenvolvimento. As nações, regiões e Estados mais pobres correm o risco de esperar por uma coisa que nunca pode acontecer. Para o autor, “pode estar sendo construído um empreendimento socioeconômico estruturalmente inconsistente e que contribuirá para a intensificação das desigualdades sociais” (FREITAS, *Op. Cit.*, p. 3).

Freitas (2010) relaciona o desenvolvimento sustentável como intrínseco ao processo de expansão do capitalismo contemporâneo com suas novas formas de concentração, organização, reprodução e circulação do capital. Entretanto, o autor afirma que, apesar do conceito não passar de retórica dos países centrais e de suas corporações econômicas, ele foi incorporado por movimentos sociopolíticos por parte

da humanidade como uma conscientização que deve partir da própria mobilização coletiva.

A revolução tecnocientífica do pós-Segunda Guerra reconfigurou o Sistema Interestatal Capitalista e o colocou em sua fase globalizante e monopolista-financeira. Na análise de diversos autores críticos ao *ambientalismo hegemônico* vigente nas relações interestatais do mundo contemporâneo, o modelo neoliberal pretende, como forma de recuperar o sistema de uma crise sistêmica, mercantilizar os elementos da natureza, inclusive por uma nova solução promovida pelo mundo corporativo atendendo pelo nome de “economia verde” (CALDAS E QUINTELA, 2011).

Na análise de Ribeiro (2011), a Rio+20 também fez parte de um processo global em andamento de consolidação de duas frentes econômico-ecológicas vinculadas ao neoliberalismo ambiental: a introdução do conceito de economia verde e a materialização da biodiversidade como um novo mercado bilionário, representando a salvação dos poluidores ricos e para os investidores diante do naufrágio de outros mercados financeiros especulativos (RIBEIRO, *Op. Cit.*, p.10), especialmente com a introdução do Mercado do Carbono.

Assim como o desenvolvimento sustentável, a economia verde é um tema cuja definição e conceitos são amplos e pouco consensuais. Lyrio (*Apud CHIARETTI, 2011*), assessor extraordinário do Ministério do Meio Ambiente do Brasil para a Conferência Rio+20, define a economia verde como “um processo de desenvolvimento que contemple a ideia de uma economia inclusiva e viável”. A diferenciação entre o desenvolvimento sustentável e a economia verde reside no fato de a segunda enfatizar o aspecto econômico e o papel das tecnologias para as mudanças de processos. O CGEE (2011) colabora com a discussão:

Economia Verde e Desenvolvimento Sustentável não são sinônimos, mas conceitos complementares. As propostas de políticas para esverdear a economia não implicariam em mudança de paradigma, apenas a introdução de tecnologias mais limpas, enquanto que o conceito de Desenvolvimento Sustentável sim, ao envolver outras dimensões além da tecnológica, como aspectos sociais, compromisso com o futuro, padrões de consumo, sinergias entre políticas públicas, mudanças de paradigmas econômicos e civilizatórios (CGEE, 2011, p. 5-6).

Através de uma conceituação técnica e, ao mesmo tempo realista, o CGEE (2011, p. 9) coloca a economia verde como “um processo que visa a redução do consumo de energia e de matéria-prima por unidade de produto e na redução de GEEs, sobretudo o CO<sub>2</sub>, para o que, verdadeira revolução tecnológica é necessária.”

(...) difere do Desenvolvimento Sustentável apenas por sua ênfase no econômico, pois seria mais uma nova abordagem da economia, capaz de estimular a abertura de novas frentes de investimento necessárias para a superação da crise financeira e ambiental do sistema capitalista e garantir sua expansão mediante ganhos de escala e de lucro no curto prazo. Representa um aprofundamento do processo de mercantilização (financeirização) que envolve o capital natural (CGEE, 2011, p. 7).

Em uma análise extremamente crítica, Ribeiro (*Op. Cit.*, p.10) coloca que as propostas da economia verde se baseiam em três pilares.

- Maior mercantilização e privatização da natureza e dos ecossistemas, integrando suas funções (definidas como “serviços”) aos mercados financeiros;
- Promoção (venda! E não transferência!) de novas tecnologias e vasta expansão do uso de biomassa;
- Um marco de políticas que permitam e subsidiem com recursos públicos esses desenvolvimentos privatizadores.

Ao criticarem a economia verde, muitos autores acreditam que o investimento em tecnologias limpas implique num distanciamento tecnocientífico entre Norte e Sul, aumentando a dívida e, portanto, mantendo as desigualdades entre as nações (CGEE, 2011, p. 7). O CGEE novamente reforça a importância do papel da tecnologia no movimento em direção à economia verde.

(...) a expressão atribuída a um modelo econômico que conduz ao desenvolvimento sustentável através de uma regulação econômica eficiente para internalizar os custos ambientais, alterando os preços relativos e, conseqüentemente, induzindo uma mudança em direção a padrões de produção e consumo mais ecoeficientes. A principal responsabilidade dos países desenvolvidos estaria na redução da pressão que exercem sobre o meio ambiente para permitir que os países pobres possam crescer. Para a Economia Verde importa que o crescimento econômico com redução da pobreza possa estar baseado em investimentos em capital natural e, portanto, que a estrutura da economia mude na direção dos setores/tecnologias “verde” ou “limpos” que vão substituindo os setores/tecnologias “sujos” ou “marrons” (CGEE, 2011, p.5).

Ao tratar especificamente do interesse nacional vinculado à difusão da economia verde, Becker (2011b) enfatiza que a economia verde não pode ser um modelo único generalizado para o mundo.

Se não criarmos nossa própria tecnologia verde, ficaremos para trás, dependentes das tecnologias desenvolvidas por europeus e americanos, sem falar da dependência financeira em relação a eles (BECKER, 2011b, p. 14).

Como crítica à inércia, mas também como proposição à projeção política do Brasil através dessa agenda, Lago (2012, p. 10) afirma que o país possui um imenso potencial “de ser paradigmático na área de desenvolvimento sustentável”.

Estamos muito mais próximos de algo em linha com a economia verde, uma economia sustentável, do que qualquer um dos outros BRICS. O Brasil pode ter uma imensa influência sobre o mundo em desenvolvimento. O mundo em desenvolvimento é o motor da economia de hoje e está procurando soluções muito mais próximas das que o Brasil está encontrando do que das que os países ricos estão encontrando (LAGO, 2012, p. 10).

Ribeiro (*Op. Cit.*, p. 10) contribui novamente à discussão pertinente a reconfiguração do sistema capitalista a partir da mercantilização dos elementos da natureza e da abertura de novas frentes para a expansão do capital apontando que “os sistemas de pagamento por serviços ambientais e de comércio de carbono não aliviaram a crise climática, porém tiveram grandes impactos sobre as comunidades”.

Discute-se a consolidação dos mercados financeiros a partir da natureza, o maior controle empresarial dos recursos naturais e a legitimação do uso de novas tecnologias de alto risco, como nanotecnologia, biotecnologia, biologia sintética e geoengenharia (RIBEIRO, *Op. Cit.*, p. 10).

A ideia de defesa das florestas (tropicais) reside em sua dupla função. De pé, elas (as florestas) retêm gases do efeito estufa (GEEs), tornando-se verdadeiros sumidouros de carbono; e se for derrubada e queimada, pelo contrário, constitui-se uma forte emissora desses gases (BECKER, 2010).

Não se pode negar a importância da luta ambientalista e tais proposições interestatais e mercadológicas nos fóruns globais sobre a temática, mas é impossível controlar e evitar o uso da terra em grandes regiões do planeta sem criar alternativas econômicas viáveis que forneçam perspectivas e geração de renda para as populações locais. É de fundamental importância o debate sobre novas propostas para a preservação dos “patrimônios naturais globais”, mas com o pensamento que considere, além de determinados aspectos biogeoquímicos dos biomas, a questão social evidenciada pelo fato de que tais regiões, a maior parte localizadas na periferia mundial, abrigam centenas de milhões de pessoas com múltiplas visões, necessidades e especificidades socioeconômicas e culturais.

Dessa forma, questiona-se: a quem interessa a privatização de imensos espaços naturais localizados nos países em condição de subordinação no Sistema Interestatal Capitalista?

A visão dominante ambientalista, além de não levar em conta os danos ambientais históricos dos países centrais sobre os recursos naturais e à saúde humana, torna-se uma imposição estratégica aos países periféricos e emergentes. Tal pressão ainda não revelou sua verdadeira face: ingerência externa, pacto climático, interesse nos recursos naturais e culturais?

Figura 6: Funcionamento do Mercado de Crédito de Carbono.



Fonte: Imagem obtida no sítio eletrônico<sup>58</sup> da República Federativa do Brasil.

O Mercado de Crédito de Carbono e o REDD são exemplos de pressões políticas que, na concepção dessa pesquisa, são insustentáveis do ponto de vista político, socioeconômico e, principalmente, ambiental. Para os países que possuem grandes áreas de biodiversidade, representa uma verdadeira imobilização e ingerência externa aos

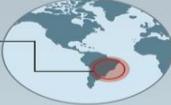
<sup>58</sup> <http://www.brasil.gov.br>.

parques naturais com enorme potencial estratégico a ser explorado, apenas para proveito de outros, que podem poluir ao comprar créditos de carbono (esquema explicativo na figura abaixo). Na questão social, mantém-se a perpetuação das desigualdades regionais entre os grandes proprietários de terra e o restante da população. Sobre a ameaça das mudanças climáticas, não transforma a origem do problema; apenas coloca limitações de crescimento aos mais pobres. Becker (2011b) complementa que a proposta REDD mantém as florestas improdutivas, não possui clareza quanto a quem recebe o financiamento e não atinge as causas do desflorestamento.

**Figura 7: O comércio de carbono.**

**Onde são realizadas as compras e vendas de créditos de carbono?**

**BRASIL**  
No Brasil, devido a regras sobre valores mobiliários, a compra e a venda de créditos é por meio de leilões, promovidos pela BM&FBOVESPA a pedido de entidades públicas ou privadas.



As transações são feitas em um ambiente eletrônico, via internet. Os leilões são modelados conforme as características específicas da oferta. As regras adotadas em cada leilão são divulgadas por meio de anúncios públicos ou editais.

**Podem participar dessas operações:**

- Corretoras associadas à BM&FBOVESPA, representando seus clientes;
- Traders do mercado de RCE e do mercado de permissões europeu;
- Organismos multilaterais de financiamento;
- Participantes do mercado de carbono global credenciados pela BM&FBOVESPA, incluindo;
- Fundos de carbono;
- Entidades governamentais.

**EUROPA**  
O mercado europeu utiliza a metodologia “cap and trade”. Essa estrutura de compra e venda de créditos de carbono compreende 31 países do continente e cobre 45% das emissões de gases causadores do efeito estufa na Europa. Aos participantes europeus é concedida a permissão de compra de créditos internacionais, mas esse total é limitado.



**EUA**  
Os EUA possuem algumas instituições que se propuseram a organizar a realização das compras e vendas de créditos de carbono, por exemplo, a Chicago Climate Exchange – CCX (em português, Bolsa do Clima de Chicago), a Regional Greenhouse Gas Initiative - RGGI (em português, Iniciativa Regional de Gases do Efeito Estufa) e a Western Climate Initiative – WCI (em português, Iniciativa Climática do Oeste).

- **CCX:** Operou no modo “cap and trade” entre dezembro de 2003 e 2010 e, em 2011, lançou o Programa de Registro de Compensações. Os membros assumiram voluntariamente o compromisso de reduzir as emissões de gases do efeito estufa, que passavam a ser controladas através de um acordo jurídico. Os membros que reduzissem as emissões abaixo da metas e possuísem permissões em excesso poderiam vendê-las ou poupá-las àqueles que não alcançassem as metas.
- **RGGI:** Formada pelos estados de Connecticut, Delaware, Maine, Maryland, Massachusetts, New Hampshire, New York, Rhode Island, e Vermont; a instituição utiliza o sistema de “cap and trade” e implementou, para 2014, a meta de capturar 91 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>.
- **WCI:** Composta pelo estado da Califórnia e pelas províncias canadenses Columbia Britânica e Quebec, a iniciativa não possui fins lucrativos e busca oferecer serviços técnicos e administrativos para a realização de comércio referentes às emissões de gases do efeito estufa.

BRASIL.GOV.BR

Fonte: Imagem obtida no sítio eletrônico da República Federativa do Brasil.

Nesse contexto, o conceito de REDD pretende incluir na contabilidade das emissões de GEEs aquelas que são evitadas pela redução do desmatamento e a degradação florestal. Dessa maneira, os países em desenvolvimento detentores de florestas tropicais que conseguissem promover reduções das suas emissões nacionais oriundas de desmatamento receberiam compensação financeira internacional correspondente às emissões evitadas (IPAM, 2015).

Percebe-se que a lógica hierárquica não é alterada. Ao contrário, o bem-estar e os padrões de consumo dos países centrais são legitimados através do pagamento pela imobilização de florestas, nativas ou não, sobretudo dos países subdesenvolvidos. É preciso ressaltar que essa lógica mercadológica coloca o elemento humano e as populações tradicionais à margem do processo de acumulação de capital, conservando padrões e tutelando os mais vulneráveis.

O mercado “verde” – TEEB, REDD, REDD+, PSA (PSE) são mecanismos criados nos últimos anos para precificar, mercantilizar e financeirizar os recursos naturais, seu uso e seu acesso, de forma que grandes corporações continuem poluindo e passem também a comprar o direito de poluir. Aprofundam-se as relações desiguais entre Norte-Sul (CALDAS E QUINTELA, 2011, p. 16).

Em um contexto global baseado na possibilidade de aquecimento global, a proposta foi colocada elegendo os países da faixa intertropical (o Sul global) como os responsáveis por estabilizar o clima por meio de suas florestas imobilizadas. Os custos para mantê-las deveriam, então, ser divididos por todos.

Hoje o conceito foi ampliado e é conhecido como REDD+, se refere à construção de um mecanismo, ou uma política, que deverá contemplar formas de prover incentivos positivos aos países em desenvolvimento que tomarem uma ou mais das seguintes ações para a mitigação das mudanças climáticas: i) Redução das emissões derivadas de desmatamento e degradação das florestas; ii) Aumento das reservas florestais de carbono; iii) Gestão sustentável das florestas; iv) Conservação florestal. (PINTO *et al*, 2009 *Apud* IPAM, 2011).

O sistema político-econômico mundial se encontra numa realidade onde os modelos de desenvolvimento sustentável e de economia verde requerem novos olhares, sobretudo em sua aplicação em economias com trajetórias histórico-geográficas e realidades socioeconômicas tão distintas. A presente crítica à mercantilização da natureza questiona se o REDD e o Mercado de Crédito de Carbono agem como mecanismos de proteção ecológica ou como reguladores político-econômicos globais?

Vejamos um exemplo elucidativo: a sustentabilidade exigida por relevantes atores globais para o Brasil, ancorada na dimensão ambiental e climática – sobretudo

pela preservação da Amazônia, um dos principais símbolos ecológicos contemporâneos – não leva em conta a situação em que se encontra boa parte da população regional e, muito menos, suas dificuldades econômicas e condições socioambientais.

Nesse sentido, diversos espaços repletos de biodiversidade de países periféricos e semiperiféricos tornaram-se um símbolo ecológico global. Mas, para quem?

Certamente, é preciso conter os impactos antropogênicos também nas zonas periféricas e semiperiféricas do espaço geográfico mundial, que exercem impactos negativos na saúde da população e na economia desses próprios países a longo prazo. Contudo, o mero ambientalismo “fundamentalista” não protege a natureza e tampouco impede o avanço das *commodities*, que, no caso específico de elevados espaços de biodiversidade presentes no Brasil, numa lógica de economia de fronteira, derruba florestas e dá lugar a pastos, especulação e conflitos fundiários, inaugurando o apogeu do agronegócio na política nacional (como a polêmica do Código Florestal no Congresso Nacional que se arrastou durante anos).

Sendo a biodiversidade um alvo de interesses de muitos países, corporações e atores multissetoriais, caberia ao Brasil, como um país detentor de diversos espaços naturais geoestratégicos, propor soluções que viabilizassem uma discussão que pautasse o desenvolvimento desses lugares. Um verdadeiro desenvolvimento sustentável deve ser entendido como algo além de um representativo crescimento de setores da economia, mas como um desenvolvimento tecnocientífico das estruturas produtivas aliado às melhorias sociais e à universalidade da saúde, que envolve também o acesso à cultura e a representação política em consonância e harmonia com o meio ambiente. Tal desenvolvimento deve ser condicionado para a melhoria nas condições de vida dos verdadeiros protetores da biodiversidade, as populações regionais. Contudo, diversos conflitos de interesses geopolíticos e intraestatais dificultam a utilização de concepções e ações adequadas para esse padrão de desenvolvimento.

É preciso definir um novo padrão de desenvolvimento que considere não só a dimensão ambiental, mas também os problemas sociais. Em outras palavras, as defesas do ambientalismo, da biodiversidade e dos recursos naturais apenas funcionarão com base em atividades produtivas que valorizem e utilizem o patrimônio natural e cultural regional, sobretudo das áreas mais pobres do planeta.

Se por um lado, a construção das condições estruturais necessárias à operacionalidade do desenvolvimento sustentável, em escala planetária, tem um custo econômico e político que os governos dos países industrializados não estão dispostos a assumirem, por outro, os atores sociais têm desenvolvido estratégias para impedir que os processos econômicos

subsumam os processos políticos, incorporando a “condição humana” como o principal pressuposto da sustentabilidade (FREITAS, 2010, p. 4).

Na perspectiva de valorização de uma economia verde autônoma para a realidade brasileira, conciliar o aproveitamento econômico com a sustentabilidade ambiental é um dos grandes desafios da sociedade e do Estado. Como colocado por Becker e Stenner (2008), a valoração econômica dos recursos naturais é uma estratégia de defesa indispensável para a manutenção da própria natureza<sup>59</sup>.

Mas como os países periféricos e semiperiféricos podem, de uma maneira soberana, buscar a simbiose de um modelo que utilize o biovalor como estratégia de desenvolvimento aliado à manutenção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos? A estratégia pode ser a de tornar os espaços de biodiversidade laboratórios vivos e avançados em CT&I, com foco na cura de doenças, nos tratamentos preventivos naturais e na produção de fitoterápicos. O futuro do capitalismo se reconfigura em sua forma “bio”, isto é, como biocapitalismo. Com a concorrência interestatal em CT&I, o biocapital poderá abrir possibilidades de extração de biovalor e uma tentativa de reinvenção do capitalismo. É com base nessa perspectiva que Acero (2011) argumenta que, com o sistema de patentes cada vez mais se tornando uma ferramenta estratégica, o biocapital se expande para todos os âmbitos da produção e da reprodução social.

Inegavelmente, conter o desflorestamento e a extinção dos recursos naturais devem ser políticas de Estado, mas a não utilização do patrimônio natural e a privatização de grandes áreas florestais em troca de “créditos de carbono” obtidos pela mercantilização e financeirização dos elementos da natureza pode ser um risco gigantesco para o país. Risco pelas tentativas de apropriação do banco genético nacional e por perdemos uma oportunidade de investir em uma moderna economia baseada no conhecimento da natureza e em investimentos em P&D e em CT&I. E também pela omissão política por manter milhões de pessoas e a maior parcela do território brasileiro em uma eterna condição de marginalização sob o *status* de periferia nacional.

A globalização colocou o desafio ambiental como questão de sobrevivência da humanidade e o Brasil possui espaços geoestratégicos símbolos desse desafio. Entretanto, a questão ambiental brasileira é, antes de tudo, social! Aceitar as imposições

---

<sup>59</sup> Sobre a Amazônia continental, Becker coloca: “A Amazônia já é verde. Precisa mesmo é de uma base econômica que assim a mantenha” (BECKER, 2011a).

ambientalistas oriundas do Norte é retirar parcelas consideráveis do território produtivo nacional, como as Amazônia Verde e Amazônia Azul<sup>60</sup>.

O Brasil é uma potência média semiperiférica, posição alcançada com altos custos socioambientais vinculados também a interesses exógenos à grande massa social. É, portanto, injustificável negar à sociedade brasileira o direito ao uso dos seus recursos estratégicos e ao produto do seu trabalho acumulado, vitais para a redinamização de sua economia e para a redução das desigualdades sociais e regionais.

Vejamos algumas características ambientais singulares do território brasileiro:

- O Brasil detém a maior biodiversidade da Terra, com 13% das espécies existentes. Estima-se que o país tenha cerca de 15% de todas as espécies de flora cuja descoberta é reconhecida, isto é, de 50 a 60 mil, sendo 41.212 descritas por taxonomistas brasileiros em 2010.
- Na floresta Amazônica, estima-se que há mais de 10 mil espécies de frutos silvestres; destes, apenas três óleos essenciais são explorados comercialmente. É preciso valorar e usar de forma inteligente os produtos e serviços da biodiversidade.
- Na Amazônia se encontra a maior bacia hidrográfica do mundo, sendo o Rio Solimões/Amazonas o eixo coletor do sistema, escoando no Atlântico cerca de 20% da água doce do planeta. No bioma também se encontra uma reserva de água subterrânea armazenada em 1,344 milhão de Km<sup>2</sup> de aquíferos porosos, cuja permanência depende da integridade da floresta. Acima, o vapor d'água transportado por massas de ar (rios voadores) tem papel essencial no regime de chuvas da América do Sul.
- A floresta em pé não apenas regula o regime de águas subterrâneas e da atmosfera como estoca enorme quantidade de carbono (estimada em 10 vezes as emissões anuais de combustíveis fósseis do mundo) e tem papel crítico no sequestro de CO<sup>2</sup>.
- A costa marinha do país tem aproximadamente 3,66 milhões de Km<sup>2</sup> (podendo ser ainda ampliada para 4,4 milhões de Km<sup>2</sup> no contexto da **Convenções das Nações Unidas sobre o Direito do Mar**), sendo percebida como nova fronteira (**Amazônia Azul**) (FRISCHTAK, 2012, p. 70-71).

---

<sup>60</sup> O valor da "Amazônia Azul" é comparável à "Amazônia Verde". A região possui riquezas e potenciais econômicos como a pesca, a mineração, uma enorme biodiversidade de espécies marítimas, petróleo, e o aproveitamento de energia maremotriz e energia eólica em alto-mar ou *offshore*. A Zona Econômica Exclusiva brasileira, denominação formal da "Amazônia Azul", tem uma área oceânica aproximada de 3,6 milhões de km<sup>2</sup>. Trata-se de uma área oceânica com tamanho equivalente a cerca de 40% do território brasileiro.

- Proteger os recursos que prestam serviços ecossistêmicos, preservando aqueles que são essenciais tanto do ponto de vista econômico quanto para uma vida digna das gerações atual e futuras.
- Prover acesso ao patrimônio genético para a exploração inteligente da biodiversidade.
- Investir em produtos em serviços que façam dos recursos naturais a base de uma nova economia verde e sustentável (FRISCHTAK, *Op. Cit.*, p. 80).

Algumas questões que permeiam o debate ambientalista global sobre os espaços de grande simbolismo ecológico são colocadas abaixo.

A ênfase no desflorestamento, decorrente do receio que a destruição significará perda da biodiversidade e efeito estufa, é uma prioridade dos países desenvolvidos – bem diversa da nossa. O conflito de prioridades revela a complexidade da questão ambiental. Ela não envolve apenas a questão ecológica, mas também a ideologia ecológica; não envolve apenas a gestão autoritária do território nacional, mas também interesses associados às rápidas transformações no cenário internacional, que configuram uma questão “tecno(eco)lógica” e conferem à Amazônia uma posição de área crítica no contexto geopolítico mundial (BECKER, 1992, p. 143).

Relacionando a geopolítica ambiental à questão nacional, Becker (1992) assinala os riscos associados às tais imposições:

A questão “tecno(eco)lógica” é, antes de tudo, uma questão nacional. O ponto de partida para enfrentá-la é reconhecer e reafirmar que a Amazônia não é a Antártida – parcelada pelas grandes potências mundiais –, ela é o patrimônio essencial da nação brasileira (BECKER, *Op. Cit.*, p. 193).

Entretanto, como componente intrínseco ao Sistema Interestatal, a geopolítica da riqueza, também simbolizada pela propaganda empresarial, difunde no senso comum a ideia de que todas as questões ambientais podem ser resolvidas com o emprego de mais tecnologia e pela retirada do Estado, e não necessariamente por uma conscientização universal legítima e na ruptura de um modelo de sociedade hegemônico. Somando-se ao fato de que o processo de “ambientalização” do mundo somente por processos tecnológicos é uma ilusão, as verdadeiras causas das crises, como a irracionalidade dos padrões de consumo e de produção vigentes, não são colocados em discussão. Além disso, a quem pertence o controle da tecnologia? As patentes tecno(eco)científicas, inclusive para a produção de energias como eólica e solar, estão nas mãos de grandes empresas, que assim aproveitam novas oportunidades de negócios (RIBEIRO, *Op. Cit.*). A questão ecológica pode ser uma desculpa para se agravarem as disparidades tecnológicas entre as nações.

Os efeitos de manipular um sistema global, pouco conhecido e de alta complexidade como o clima poderiam ser devastadores para muitos países, que nem sequer estariam envolvidos nessas práticas. A possibilidade de apropriar-se do termostato global seria dada aos países com mais recursos e tecnologias para desenvolver a ecoengenharia (RIBEIRO, 2011, p. 11).

Porto-Gonçalves (1984) complementa:

As grandes indústrias têm, assim, garantidos, os mercados para seus produtos através dos bancos que, por sua vez, ao viabilizarem as indústrias, se viabilizam na medida em que as indústrias dependem dos bancos para terem seu capital de giro, financiamento da produção e crédito ao produtor rural para comprar seus produtos. Trata-se de um “ecossistema” complexo cujo equilíbrio dinâmico tem profundas implicações ecológicas (PORTO-GONÇALVES, *Op. Cit.*, p. 22).

Questiona-se, também, o papel das grandes potências e de suas corporações econômico-financeiras, isto é, dos principais Estados-economias nacionais, como os entusiastas e promotores da mercantilização da natureza em razão dos interesses nacionais e de classes contraditórios que impedem uma tomada de consciência coletiva.

A história registra que os discursos desses governos destoam de suas ações práticas. Esses governos não efetivarão nenhuma experiência, nenhum processo ou modelo de desenvolvimento que ponha em risco o estado de bem-estar de seus eleitores, e as estabilidades econômicas e políticas de seus países (FREITAS, 2010, p. 3).

Os homens parecem não saber que somos parte do meio ambiente. Mais do que isso, o ambiente é composto pela lógica da natureza e pela lógica da sociedade (Becker, 1992). A apropriação do ambientalismo preservacionista pela vertente da sustentabilidade econômica é colocado a seguir:

A lógica cultural dos movimentos sociais se associa à dos movimentos ambientalistas, convergindo para a meta de preservação da natureza baseada em alianças com as populações locais e favorecendo a implantação das reservas de valor (áreas protegidas). Porém, os avanços na globalização dos mercados e nas tecnologias desestabilizam esse contexto. Se as décadas de 1970 a 1990 foram de grande preocupação ambientalista mundial, com investimentos na proteção da natureza, na virada do milênio o desenvolvimento sustentável toma novo rumo. Torna-se mais forte a sua vertente econômica. Inaugura-se o capital natural (BECKER, 2011c).

Há conhecimento e produção suficientes para alcançarmos de fato uma “aldeia global”, no entanto, no atual modelo de desenvolvimento não há uma coletivização das benesses do capitalismo. Com a globalização perversa, alguns, para continuarem em posição de destaque, necessitam da exploração de populações e de territórios alheios, das diferenças de oportunidades e de consumo, e da perpetuação da divisão internacional do trabalho (SANTOS, 2000).

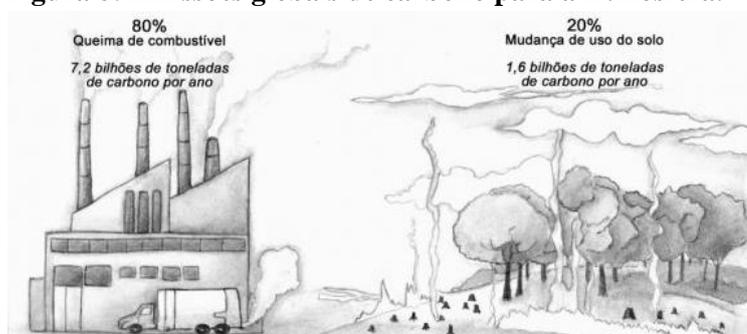
Motivações de origens muito diversas que incluem os movimentos sociais, regionalismos e nacionalismos, a crítica da ecopolítica privilegiando a questão da contabilidade socioambiental, e o ecodesenvolvimento perseguido pelo Banco Mundial, convergem para a percepção de que os efeitos diretos da interação de fatores ecológicos, sociais, econômicos e políticos na escala local representam elementos regulatórios e inovadores para o desenvolvimento global. Em que pese a coexistência de interesses diversos, persiste a tendência monopolista à concentração e à centralização do capital, cuja globalização avança através da incorporação extensiva de novos espaços que afetam o Estado e os conceitos de soberania e nacionalismo (BECKER, 1991, p. 99).

As pressões sobre os países periféricos se dão por diferentes meios. Atuam através do discurso da desestatização<sup>61</sup>, de uma complexa relação de ONGs com objetivos ecológicos suspeitos, da relação duvidosa de grupos empresariais com a mídia, da imposição do modo de uso dos territórios nacionais, da retração de crédito das principais organizações financeiras globais para projetos considerados “poluentes” etc<sup>62</sup>.

Do ponto de vista da presente pesquisa, uma verdadeira transformação de caráter global deveria considerar acordos supranacionais em etapas diferenciadas e ajustes socioeconômicos, produtivos e comerciais respeitando as especificidades nacionais e intranacionais, além de compensações técnicas e financeiras que possibilitariam rearranjos produtivos e comerciais internacionais, além de uma maior competitividade e complementaridade econômica interestatal.

A figura abaixo coloca os grandes responsáveis pela emissão de carbono para a atmosfera.

**Figura 8: Emissões globais de carbono para a Atmosfera.**



Fonte: Imagem obtida no sítio eletrônico do IPAM (2013).

<sup>61</sup> A ideologia neoliberal propõe a execução de uma estratégia de modernização dos aparatos institucionais, incluindo como componentes centrais a desburocratização, a privatização e a descentralização.

<sup>62</sup> Com a conclusão dos trabalhos do relatório *Brundtland*, o Brasil implantou medidas de caráter diplomático reparador, como a criação do Ibama. Outro polo de pressão foi o Banco Mundial, estabelecendo o financiamento de projetos mediante estudos de impactos ambientais, particularmente sentida no setor elétrico e de mineração (MAIMON, 1992, p. 273).

Nesse sentido, para ressaltar o caráter utópico e, até mesmo, ideologicamente enviesado da discussão, vale ilustrar brevemente questões que envolvem duas das principais atividades emissoras de carbono para atmosfera: a agropecuária, especialmente a pecuária, e os transportes, especialmente os automóveis.

- Sobre a pecuária: O gás metano (CH<sub>4</sub>) figura na segunda posição em relação às atividades antrópicas geradoras de gases de efeito estufa<sup>63</sup>. Calcula-se que 70% das emissões desse gás decorre da pecuária, especificamente na criação de gado bovino. Investimentos transnacionais no melhoramento genético de espécies de menor emissão e maior produtividade, a gradual transição da pecuária extensiva para uma pecuária intensiva, estudos para a absorção do metano para geração de energia e a integração lavoura-pecuária-floresta seriam elementos importantes para reduzir o antropogenismo global.
- Vejamos alguns estudos da EMBRAPA (2016) nessa importante área:

Estudos apontam que a melhor estratégia para garantir o desenvolvimento sustentável da pecuária é sua intensificação. O setor agropecuário brasileiro tem à disposição tecnologias para aumentar a eficiência e, ainda, reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE). As principais estratégias englobam a recuperação de pastagens degradadas, boas práticas de manejo da planta forrageira e do animal, uso adequado de insumos, melhoramento genético, adoção de sistemas integrados (ILPF, ILP, IPF) e manejo nutricional.

A agropecuária é responsável por 37% das emissões nacionais, segundo estimativas anuais de emissões de GEE, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Desse total, a pecuária responde por 14,5%. A emissão média anual de metano (CH<sub>4</sub>) por bovino é de 57 kg/animal/ano. Ações para aumentar a eficiência dos sistemas de produção e melhorar o desempenho dos animais podem reduzir até 35% esse valor. De acordo com o pesquisador Alexandre Berndt, da Embrapa Pecuária Sudeste (SP), é possível reduzi-la para 37,7 kg/animal/ano.

O alto desempenho animal favorece a redução das emissões pelos bovinos. Segundo Berndt, a produção de metano depende da quantidade e qualidade do alimento digerido, tipo de animal, grau de digestibilidade e condições de criação. Ações como a melhoria dos índices zootécnicos de produção e reprodução (redução da idade de abate, do intervalo entre partos, da idade da primeira cria), bem-estar animal e manejo dos bovinos e da pastagem contribuem para redução do metano. Pode-se incluir também o manejo nutricional, com uso de grãos e alimentos concentrados na dieta e processamento adequado das forragens conservadas para aumentar a digestibilidade (EMBRAPA, 2016).

---

<sup>63</sup> O Portal UOL nos fornece um breve resumo sobre os principais gases de efeito estufa. “Quais são os gases do efeito estufa? O principal gás emitido pelas atividades humanas que geram o efeito estufa é o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>). Ele tem diferentes origens, como o desmatamento e uso da terra, que representam 11% do total de gases do fenômeno, e a queima de combustíveis fósseis, responsável por 65% do total. O metano (CH<sub>4</sub>) e o óxido nitroso (N<sub>2</sub>O) também colaboram para efeito estufa e ambos podem ser originados de atividades agrícolas e queima de biomassa. O metano está ligado à gestão de resíduos, uso de energia e soma 16% do total de gases do fenômeno. Enquanto o óxido nitroso é liberado com o uso de fertilizantes e fica com 6% da parcela. Além deles, os gases fluorados, que vêm de processos industriais e da refrigeração, colaboram para o efeito, mesmo representando apenas 2% do total de gases” Portal UOL (2015).

- Mesmo num mundo em que milhares morrem de fome anualmente, seria interessante a formulação de debates globais para uma distribuição mais justa de alimentos e, até mesmo, visar a redução do consumo dessa proteína animal no cotidiano, especialmente concentrada e nas mãos (nos pratos!) de uma minoria expressiva do planeta.
- Nesse sentido, o caráter predatório da pecuária envolve, além dos GEEs, a questão da água, especificamente o conceito de água virtual. A água virtual, isto é, o uso indireto dos recursos hídricos consumidos por um bem, deveria ser considerada uma das mais importantes questões ambientais. O portal ECODEBATE (2015) coloca:

Você já ouviu falar em água virtual? É um conceito muito interessante criado pelo professor britânico John Anthony Allan, que calcula a quantidade de água utilizada na produção de bens de consumo. Ele leva em consideração não apenas a água contida no produto, mas a que foi usada em todas as etapas do seu processo de fabricação. Por exemplo, na produção de uma xícara de café são utilizados cerca de 140 litros de água.

Para a produção de um quilo de carne de gado, esse número chega a 15 mil litros de água. Essa quantidade astronômica de água, na maioria das vezes, nem fica para o consumo do brasileiro, pois o país é o maior exportador de carne bovina do mundo. De acordo com dados da Unesco, se somarmos todas as commodities que o Brasil exporta, enviamos ao exterior aproximadamente 112 trilhões de litros de água doce por ano, o equivalente a 45 milhões de piscinas olímpicas (ECODEBATE, 2015).

- Os transportes, depois das atividades industriais, são os grandes emissores de carbono para a atmosfera. Considerando que a emissão de gases pelo transporte marítimo internacional e pelo transporte aéreo não pode ser atribuída às nações individualmente, ficando, portanto, fora do **Protocolo de Kyoto**, não cabendo nenhuma meta para a sua redução, há de se pensar sobre veículos urbanos. Fundos globais para incentivar o transporte de massa nas maiores aglomerações urbanas globais, sobretudo nas megacidades, contínuas pesquisas sobre a autonomia e eficiência dos carros elétricos, buscando combater os *lobbies* das grandes companhias de petróleo e montadoras de veículos, o incentivo à produção de carros híbridos, que reduzem as emissões por possuírem um motor elétrico e outro à combustão.

Por fim, alguns dos impactos dessa construção discursiva-ideológica sustentada por um materialismo conservador podem ser resumidamente colocados abaixo:

- Incentivo à mercantilização dos elementos da natureza<sup>64</sup> e à especulação do capital financeiro;

---

<sup>64</sup> Milton Santos, a partir de uma perspectiva de valoração da natureza, afirma que, na era da ecologia

- Controle de recursos naturais estratégicos e apropriação da biodiversidade dos países menos desenvolvidos por burocratas vinculados às Grandes Potências e atores multissetoriais transnacionais;
- Ambos consolidam a natureza como um grande mercado a ser controlado por organizações e recursos privados.

A presente seção considera a economia verde como uma economia de baixo carbono uma demanda verdadeiramente crucial para o mínimo bem-estar das próximas gerações. Entretanto, a “velocidade dos discursos” deve exigir reflexão e ponderação. Assim como o desenvolvimento sustentável, a recém-inaugurada economia verde exige, necessariamente, o domínio de *tecno(eco)logias*. Nesse sentido, a economia verde pode funcionar, além das expectativas por transformações produtivas e socioculturais em múltiplas escalas e dimensões, como uma ferramenta para a imposição de padrões definidos pelos aparatos tecnocientíficos do Norte sobre a maior parte do espaço geográfico mundial.

Ao lado de questões como a redução da dívida externa, o estabelecimento de termos de troca mais justos, acesso factível a tecnologia de ponta, entre outros, é condição decisiva a disponibilidade de recursos adequados para que se efetive uma mudança estrutural no modo de enfocar o processo de desenvolvimento (FONSECA, 1992, p. 67).

A colocação abaixo ilumina a discussão em relação às dificuldades de compatibilizar interesses nacionais tão distintos.

Para os países em desenvolvimento, cuja balança comercial é integrada majoritariamente por produtos primários, é sombria a perspectiva colocada pelo cenário de sistemas tecnológicos inacessíveis. Na maioria dos países do Sul são pequenas as conquistas nas áreas de novas tecnologias. Sua obtenção, em geral no setor privado dos países desenvolvidos, depende do pagamento de royalties e de outros compromissos financeiros, comerciais e, muitas vezes, políticos (GUIMARÃES, 1992, p. 48).

Ainda nesse paradigma marcado pelo poder tecnocientífico, Becker (2007) aponta que a globalização da economia-mundo baseada na CT&I, através do controle de pesquisa e de novos canais de financiamento para investimento seletivo, pode significar novo instrumento de perpetuação das relações assimétricas entre os Estados nacionais. Assim, a economia verde pode favorecer a emergência de novas atividades fundadas no emprego de tecnologias “verdes”, legitimando ainda mais as ações humanas sem reconhecer os riscos associados ao egocentrismo antrópico sobre o planeta Terra.

---

triumfante, é o homem quem fabrica a natureza, ou lhe atribui valor e sentido, por meio de suas ações já realizadas, em curso ou meramente imaginadas (SANTOS, 2000, p. 82).

Do ponto de vista internacional, o conceito de Economia Verde seria tão frágil quanto o conceito de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que não trata especificamente da assimetria de desenvolvimento. Aliviar a pobreza não significa necessariamente reduzir assimetrias. Ademais, a Economia Verde é intensiva em tecnologia, logo ela tende a beneficiar mais àqueles que controlam a produção desses intangíveis e a provisão dos respectivos serviços (CGEE, 2011, p. 5).

O ambientalismo só poderá se fortalecer à medida que for absorvido pelos outros setores da sociedade, tanto a dimensão social quanto a dimensão econômica (LAGO, 2012, p. 10).

O olhar da comunidade internacional volta-se para pontos escolhidos do planeta, como o Brasil, por razões políticas e estratégicas. Este olhar pressupõe “soluções comuns”, idealizadas por países centrais, para economias e sociedades diferenciadas, fundamentada, dentre outras estratégias, no pagamento feito pelos ricos pelo direito de poluir em troca da imobilização de imensas reservas naturais dos mais pobres. O programa de pagamento de serviços ambientais pode ser caracterizado como uma forma de imobilizar a biodiversidade e as atividades de povos de nações mais pobres, mantendo-os no atraso e, ao mesmo tempo, conservando o padrão de acumulação de poder e riqueza nas mãos dos Estados desenvolvidos e de suas corporações transnacionais.

Por fim, constata-se que a economia verde, o desenvolvimento sustentável, o REDD e o Mercado de Crédito de Carbono podem agir como mecanismos regulatórios de pressão estreitamente relacionados à perpetuação das múltiplas assimetrias sistêmicas. O desenvolvimento sustentável e a economia verde podem ser compreendidos como formas de readaptar o sistema capitalista às novas demandas ditas sustentáveis por parte de poderosos Estados e pelas reivindicações de novos atores, evitando, contudo, modificar a raiz da questão de acumulação de poder e riqueza, bases da estrutura assimétrica do Sistema Interestatal Capitalista.

O REDD e o Mercado de Crédito de Carbono, principais mecanismos ecológico-econômicos que surgem na tentativa de reduzir os impactos antrópicos ao planeta e como forma de manter a preservação/conservação de pontos de biodiversidade global, sobretudo florestas tropicais e corpos hídricos, também devem ser incluídos na nova geopolítica das nações caracterizada por uma “globalização neoliberal da natureza”. Ambas as propostas se inserem como políticas ambientais insustentáveis do ponto de vista político e socioeconômico sob a luz da conservação da biodiversidade. As mesmas ainda representam projetos neoliberais coercitivos e mecanismos políticos de regulação

de territórios dos países periféricos e semiperiféricos vinculados à mercantilização dos elementos naturais.

O programa REDD, especificamente, ainda pode contribuir para o aumento dos processos de apropriação destrutiva da natureza e de destruição de sua organização ecológica.

A atual economia verde, ao privilegiar a privatização dos elementos da natureza à transformação do modelo de produção e organização socioeconômica capitalista, pode funcionar como um “escudo” para manter as disparidades no interior do Sistema Interestatal e servir como uma expressão essencial da geopolítica da riqueza.

## **II.4 – NOVOS ATORES E A ATUAÇÃO NA QUESTÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE SOBRE AS ONGS**

Antes de tudo, é preciso assumir que a questão ambiental no Brasil percorre dois níveis gerais extremamente diferenciados: i) o da diplomacia, considerado propositivo e de vanguarda nos grandes fóruns internacionais; ii) e o das contradições históricas dos governos em suas diferentes esferas de poder. Governos que foram capazes de multiplicar as reservas indígenas e ambientais, além dos parques naturais que mantêm partes substanciais do patrimônio natural nacional protegido e, ao mesmo tempo, com um patrocínio público volumoso à expansão da fronteira agrícola em direção aos biomas do Cerrado e da Amazônia, mesmo tendo centenas de milhares de hectares de terras degradadas a serem recuperadas em regiões menos sensíveis do ponto de vista ecológico em diversas partes do país.

Ainda assim, se faz necessário frisar os múltiplos interesses que estão no bojo da questão ambiental, procurando ir além “da posição simplista de que os males do mundo advêm da orientação neocolonialista dos países do Norte” (NOGUEIRA-NETO, 1992, p. 53).

Nogueira-Neto (*Op. Cit.*), a partir de um viés ambientalista mais cosmopolita, é capaz de moderar os argumentos acerca de um eventual do maniqueísmo histórico e crítica os que defendem que o Brasil é um “país sitiado” em razão das preocupações ambientais de outros países sobre o nosso território, especialmente na eventual perda de soberania sobre espaços com elevada biodiversidade e na retirada/imobilização de

recursos naturais estratégicos. O autor ainda complementa que o discurso de ameaça à soberania nacional serviu para o aumento da catástrofe sobre os recursos naturais e espaços de biodiversidade do Brasil.

O que se pretende aqui, como demonstrado ao longo desse estudo, é ultrapassar a retórica do desenvolvimentismo e do ecologismo conservador, já que ambos são incapazes de transformar as estrutura produtivas arcaicas e as desigualdades socioespaciais e de acesso aos recursos naturais.

A partir dos anos 1970 surgem novas agendas nas discussões interestatais e intraestatais, como, por exemplo, as temáticas da ecologia, da biodiversidade, da questão climática e dos recursos naturais e hídricos. Nesse sentido, a ecologia política das grandes ONGs transnacionais, um dos atores que fortemente emergem nessa nova configuração de poder global, deve ser problematizada.

A inserção de novos atores nas discussões ambientais é uma questão global. A própria ONU vem buscando legitimar uma governança ambiental global com a introdução desses atores não estatais desde a Conferência de Estocolmo.

(...) o negócio da governança ambiental global tem crescido em muitas novas direções. Assim, mais regras e normas ambientais foram criadas em todo o mundo, não só a partir da ação de atores estatais e organizações internacionais ambientais, mas também provenientes de organizações não ambientais, como o Banco Mundial, bancos privados e organizações nacionais e internacionais do setor privado (RAMPAZO ET AL, 2014 *Apud* NAJAM *et al*, 2006, p. 12).

As ONGs transnacionais são um dos principais atores do mundo contemporâneo, capazes de uma projeção de poder também sob uma perspectiva geopolítica. Seus mecanismos e fontes de financiamento, a composição de seus complexos conselhos de gestão, a localização espacial e suas regiões de atuação e, sobretudo o caráter conservador de seus projetos – alcançados, muitas vezes, com *lobbies* sobre governos e OMI – nos levam a refletir acerca da existência de inúmeras contradições em relação aos objetivos de atores não estatais nessa configuração de poder global.

Vejamos a colocação de Diegues (2008) sobre um dos atores que fortemente emergem nessa nova configuração de poder global:

(...) Os modelos de conservação propostos pelas grandes ONGs tendem a excluir a participação dos povos indígenas e demais populações tradicionais na definição e no manejo das áreas protegidas, aportando não somente recursos financeiros, mas também “modelos de ciência e práticas conservacionistas” pouco adaptados às situações ecológicas e culturais nacionais e locais. (...) A importância dessas “megaorganizações” cresceu assustadoramente nas últimas duas décadas, pela sua rápida implantação em países periféricos, a partir de meados da década de 1980, quando firmou-se o

modelo neoliberal de “Estado Mínimo”. Alguns serviços devem ser privatizados, incluindo-se aí os do meio ambiente. Muitos órgãos multilaterais, fundações e corporações, órgãos de assistência técnico/financeiro norte-americanos e europeus passaram a financiar diretamente as ONGs, consideradas “representantes da sociedade civil em formação”, “mais confiáveis, não-corruptas e eficazes” que as instituições governamentais dos países do sul (DIEGUES, *Op. Cit.*, p. 13-15).

Nas últimas décadas foram criados diversos fundos mundiais por fundações privadas e de organizações multilaterais para supostamente financiar o desenvolvimento sustentável e proteger o meio ambiente. Entretanto, o papel dos povos indígenas e tradicionais, além dos próprios países que concentram os *hot spots* globais, é minimizado na gestão de seus territórios. Burocratas e ONGs comandam a organização e os projetos desses fundos, o que nos leva a pensar sobre os conceitos de autonomia e soberania nacional.

Contudo, Petrella (2001 *Apud* Porto-Gonçalves, 2004, p. 168) elucida que por trás de um discurso nacional, as elites dominantes dos países pobres invocam a questão da soberania para, posteriormente – numa estreita ligação com a geopolítica do poder e da riqueza – privatizar os recursos para corporações transnacionais das Grandes Potências.

(...) grandes corporações vêm conduzindo a agenda em benefício do mercado das ONGs. As ONGs estão cada vez mais implicadas nos conflitos e não necessariamente estão mais do mesmo lado em que se encontravam nos anos 1970 e 1980, como o caso dos huaorani e dos ogoni. Há uma mediação econômica da maior parte das políticas setoriais de meio ambiente. É como se qualquer política ambiental, para ganhar cidadania –, isto é, o direito à existência no debate político –, devesse antes se converter à lógica econômica, como o demonstram as recentes propostas em torno da água, da mercantilização da fotossíntese, tanto no debate sobre o efeito estufa como mais diretamente das florestas, em que tudo passa a ter um preço e não mais um valor no sentido ético-político (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 53).

Os vazios deixados pela esfera pública são cada vez mais preenchidos por ONGs na implantação de programas sociais e ecológicos. Entretanto, como colocou Maimon (1992, p. 136), “a forte conotação conservacionista que está implícita nos projetos de conversão ecológica sugere que ONGs conservacionistas serão privilegiadas *via-à-vis* aquelas de caráter mais social”.

Podemos considerar que certas ONGs – ou alguns de seus projetos – possuem uma geoestratégia específica, já que a atuação desses importantes atores contemporâneos envolvem uma dimensão espacial caracterizado pela dissociação das populações tradicionais do controle e gestão de seus territórios.

(...) No Brasil a superfície de áreas protegidas na Amazônia já supera os 10% do território, e a tendência é que os deslocamentos/expulsões das comunidades tradicionais pela legislação dos parques continuem a existir, ainda que em menor escala em relação ao passado dada uma maior resistência dos moradores e uma maior consciência da sociedade sobre o problema social e cultural da conservação. (...) A grande superfície territorial ocupada pelas áreas protegidas hoje no Brasil não é somente uma questão de conservação da natureza, mas é principalmente geopolítica. A pressão que exercem sobre diversos governos dos países do sul para a criação de áreas de proteção integral com impactos negativos sobre o modo de vida das populações tradicionais e sobre a própria biodiversidade é uma variação do chamado “neocolonialismo ambiental” (DIEGUES, *Op. Cit.*, p. 15-16).

A geógrafa Therezinha de Castro descreveu a geoestratégia das ONGs como parte fundamental de múltiplos interesses internos e externos. Segundo a autora, a ecologia política das ONGs pode ser a representação de um neocolonialismo Norte-Sul.

Num prisma extremamente crítico e sob um olhar nacional-desenvolvimentista, a questão ambiental se tornou um campo que pode criar potencialidades e confrontações de áreas e interesses estratégicos do Brasil, como exemplo, o potencial econômico e energético de reservas indígenas.

O conceito de *coerção velada* como elemento interno ameaçador da soberania nacional, nos faz refletir sobre alguns desses novos atores inseridos nesse debate geopolítico contemporâneo, como sociedade civil, grupos midiáticos, ONGs com estratégias globais, organizações científicas, corporações e fundações privadas, vem agindo para incitar movimentos indígenas e grupos politicamente organizados em fronteiras, por exemplo, gerando conturbações políticas internas ao Brasil e dificultando a ação estatal. A *coerção velada* seria a espacialização de múltiplos atores com lógicas geopolíticas e territorialidades próprias. Muitos desses fluxos de pressão têm origem nos países centrais.

Como exemplo da anarquia expansiva e competitiva do Sistema Interestatal Capitalista, as desigualdades entre consumidores e produtores de tecnologias de informação e de guerra, áreas de desenvolvimento estratégicas, já formam o principal componente das assimetrias de poder do mundo contemporâneo.

Morin (1973 *Apud* Buarque, 1992, p. 143) já coloca que o valor da diversidade “como elemento criativo e riqueza sociocultural e ecológica da hipercomplexidade das sociedades mais avançadas”.

Becker (1992) foi uma defensora voraz do desenvolvimento nacional a partir da ciência e da tecnologia, elementos estratégicos do poder contemporâneo. Buarque (1992, p. 146) complementa e diz que a biodiversidade pode ser uma fonte de poder

político e econômico, que será tanto mais valioso quanto mais se incorpore os conhecimentos gerados pelas pesquisas do seu banco genético. E justamente aí que a questão ambiental passa a incorporar uma dimensão geopolítica. A regulação ao banco genético, o domínio e a utilização produtiva dos conhecimentos existentes sobre a biodiversidade podem ser responsáveis pela transformação produtiva e pela valorização nacional no campo das ciências ambientais e da biotecnologia.

Ainda é preciso colocar a configuração de uma nova doutrina a partir da causa dos direitos humanos, que contém uma série de valores estrategicamente construídos, buscando constranger certos Estados no princípio da soberania. A questão ambiental, como um elemento universal, também passa a ser uma demanda automática e posta por meios teatrais.

Delegar a soberania em nome da cooperação interestatal e de um acordo universal proposto por Instituições e Regimes Internacionais hierarquizados devem, antes de tudo, merecer uma profunda reflexão crítica dos atores sistêmicos mais suscetíveis política e ideologicamente.

Assim, como tratado no Sistema Interestatal Capitalista, o conceito de natureza não é natural e, assim, a luta ecológica é uma luta social. Por que, então, separar a ecologia da política, a natureza da sociedade, o natural do histórico?

O meio natural que condiciona nossa existência biológica deriva de um jogo econômico na medida em que torna-se fonte de lucros, de rendas de situação, de meios de dominação. Os Estados maiores promovem tanto o desenvolvimento das armas biológicas quanto da arma alimentar. Nessas condições a ecologia adquire inelutavelmente uma dimensão política (PORTO-GONÇALVES, 1984, p. 45).

Na medida em que as grandes ONGs transnacionais, com seus orçamentos milionários e número crescente de profissionais, têm também características empresariais e exercem influência marcante nas políticas ambientais brasileiras, é importante que sejam analisadas como qualquer outra grande instituição global (DIEGUES, *Op. Cit.*, p. 17-18).

Diegues (*Op. Cit.*) coloca que as grandes ONGs, em particular a **WWF** (World Wildlife Fund), a **CI** (Conservation International), a **TNC** (Nature Conservancy) e a **WCS** (Wildlife Conservation Society), entre outras, têm tido uma influência marcante sobre as políticas e processos de implantação de áreas protegidas integrais, de onde, frequentemente, têm sido expulsos povos indígenas e comunidades tradicionais em vários continentes.

MacChapin (2008, p. 26) colocou que, nas últimas duas décadas, as grandes ONGs ambientalistas tinham mudado para um novo enfoque de conservação em grande escala, onde a ciência passa a se sobrepor às realidades sociais. Como disse um biólogo da Conservation International que trabalha com os Kaiapó na região do Baixo Xingu - “Muito francamente, eu não ligo para o que querem os índios. Temos que trabalhar para conservar a biodiversidade”. Nessa lógica autoritária, muitas populações indígenas e tradicionais vêm considerando os conservacionistas como um outro colonizador, uma extensão das grandes forças da hegemonia econômica e cultural (DOWIE, 2008, p. 120).

Vejamos a colocação a seguir:

Não é nenhum segredo que milhões de povos nativos no mundo inteiro foram expulsos de suas terras para deixar seu lugar para grandes companhias de petróleo, mineração, madeireiras e a monocultura. Mas poucos povos sabem que a mesma coisa acontece por uma causa muito mais nobre: a conservação da natureza. Hoje a lista de instituições destruidoras de culturas denunciadas por líderes tribais em quase todos os continentes inclui não somente Shell, Texaco, Freeport e Bechtel, mas nomes também mais surpreendentes como: Conservation International (CI); Nature Conservancy (TNC); World Wildlife Fund (WWF); e Wildlife Conservation Society (WCS) (DOWIE, *Op. Cit.*, p. 114-15).

O viés utilitarista e contraditório de diversas ONGs é colocado a seguir:

Associado a isso existem as relações das organizações conservacionistas com as corporações multinacionais, particularmente aquelas que têm atividades de exploração de gás e petróleo, a indústria farmacêutica e as companhias de mineração que estão diretamente envolvidas no saque e na destruição das florestas ocupadas pelos povos indígenas (MACCHAPIN, 2008, p. 27).

O caráter contraditório exemplificado acima também tem estreita relação com os mecanismos de financiamento, que mantêm a estrutura empresarial dessas organizações, que possuem uma intensa concorrência por financiamento, treinamento de pessoal, venda de serviços e estruturas hierarquizadas (DIEGUES, *Op. Cit.*). Nesse sentido, há uma cumplicidade das ONGs com “muitas das corporações e governos que estão entre os mais ativos nesse processo destrutivo” (MACCHAPIN, 2008, p. 52). Em suma, as ONGs possuem a responsabilidade de defender a biodiversidade contra a devastação das mesmas corporações que as financiam.

As colocações de Compagnon (2008) são importantes para a compreensão do sentido empresarial de diversas ONGs e para o reconhecimento da concorrência por apoio, fundos e projetos.

A competição é particularmente viva entre as organizações pelo controle de áreas protegidas e de zonas de intervenção de seus projetos, pelo recrutamento de pessoal competente e pela obtenção de fundo. (...) Frequentemente sem a base social e parecidos mais a escritórios de estudos, as pequenas ONGs do Sul tornam-se, para seus dirigentes, empresas no sentido econômico do termo (COMPAGNON, *Op. Cit.*, p. 86).

As grandes ONGs transnacionais têm grande influência sobre políticas ambientais de instituições governamentais, inclusive com relações escusas com funcionários públicos para a solidificação de conexões internas. As mesmas ainda possuem grande capacidade de arrecadação internacional, com recursos provenientes do Banco Mundial e de corporações transnacionais. A narrativa da governança global e o enfoque impositivo também são marcas da ação de algumas dessas grandes ONGs transnacionais, que são organizações que “influenciam não somente as instituições governamentais, mas também as ONGs locais, às quais transferem alguns recursos financeiros desde que estas trabalhem de acordo com os modelos apresentados pelas primeiras” (DIEGUES, *Op. Cit.*, p. 14-15).

Por fim, o segundo capítulo analisou alguns importantes elementos da geopolítica ambiental, como as Conferências das Nações Unidas e as discussões sobre o desenvolvimento sustentável e a economia verde e refletiu acerca dos diversos interesses subjacentes à questão ambiental, com o exemplo das múltiplas relações entre ONGs e poderosos Estados-economias nacionais, sobretudo com ênfase ao caso brasileiro.

## **CAPÍTULO 3 – ATORES, INTERESSES E A GEOPOLÍTICA DO PRÉ-SAL BRASILEIRO**

### **INTRODUÇÃO**

O capítulo 3 pretende aglutinar as observações e os conceitos desenvolvidos ao longo da pesquisa a partir de um estudo de caso específico: analisar criticamente o pré-sal brasileiro.

O pré-sal brasileiro é uma temática espacialmente e temporalmente definida que vem passando por intensas e profundas transformações de variadas ordens, como político-ideológicas, jurídico-regulatórias e econômico-produtivas, tornando-se um “campo fértil” de pesquisa em Economia Política Internacional por duas razões fundamentais: i) por envolver uma discussão que pode contrapor e/ou conectar visões de caráter conservacionista, neoliberal-privatista e nacional-desenvolvimentista, além de inserir uma série de atores além do Estado nessa discussão, como sociedade civil, ONGs, corporações empresariais etc.; 2) por envolver diferentes interesses e estratégias de uso dessa fundamental fonte energética do século XXI e, até mesmo, de imobilização e de apropriação de uma importante área do território nacional, o Atlântico Sul.

Buscando contribuir para a projeção autônoma do país no Sistema Internacional a partir da apropriação de seus recursos naturais sob uma perspectiva que concilie responsabilidade ambiental, desenvolvimento socioeconômico e segurança nacional, e, ainda, pela necessidade de um projeto soberano de defesa para o Atlântico Sul, enorme área estratégica do território brasileiro e notadamente cobiçada por grandes Estados-economias nacionais com o advento das descobertas de gigantes reservas de recursos energéticos na camada do pré-sal, especialmente o petróleo, o capítulo pretende analisar a multiplicidade de discursos e atores envolvidos na geopolítica do pré-sal brasileiro, algumas formas contemporâneas de coerção, dominação e subordinação verificadas nesse processo e os variados interesses geoestratégicos interestatais-empresariais sobre a questão.

É preciso destacar que a investigação sobre as recentes mudanças em relação ao pré-sal se dará pela associação de fatores estruturais, que se constituem como os alicerces instituidores da natureza anárquica do Sistema Interestatal Capitalista, com os complexos elementos contemporâneos relativos às conjunturas global e nacional.

O capítulo 3 possui três seções. A primeira seção abordará as recentes transformações do marco regulatório do pré-sal brasileiro, sobretudo pela comparação dos Projetos de Lei de 2010 e de 2016. A seção, ainda, fará um mapeamento acerca dos discursos, posições, ações e pressões dos múltiplos atores envolvidos na mudança regulatória. A segunda seção problematizará as relações entre a geopolítica ambiental e o modelo neoliberal a partir da transformação do marco regulatório do pré-sal brasileiro. Por fim, a terceira seção justificará que a apropriação e o desenvolvimento do pré-sal sob uma perspectiva nacional também se insere como uma política estratégica de defesa para o Atlântico Sul no século XXI.

### **III.1 – DIFERENTES CONCEPÇÕES SOBRE AS RESERVAS DO PRÉ-SAL BRASIEIRO: COMPARANDO OS MARCOS REGULATÓRIOS DE 2010 E 2016**

Para atingir os objetivos propostos da presente seção, far-se-á uma análise sobre as diversas questões que envolveram e ainda envolvem as recentes mudanças no marco regulatório do pré-sal brasileiro, especialmente através da análise dos discursos dos principais atores envolvidos na questão e pelas recentes mudanças ocasionadas pela sanção presidencial do Projeto de Lei 4.567/2016, inicialmente proposto no Senado Federal como Projeto de Lei Substitutivo 131, e que foi sancionado pela Presidência da República e publicado no Diário Oficial da União no dia 30 de novembro de 2016 como a Lei Ordinária 13.365/2016.

Antes de iniciarmos a discussão, é preciso destacar que, inegavelmente, o processo de descoberta e a exploração *offshore* do pré-sal em águas ultraprofundas vem contribuindo para o desenvolvimento do setor petrolífero-energético do Brasil em suas múltiplas cadeias de pesquisa, ciência, produção e industrialização.

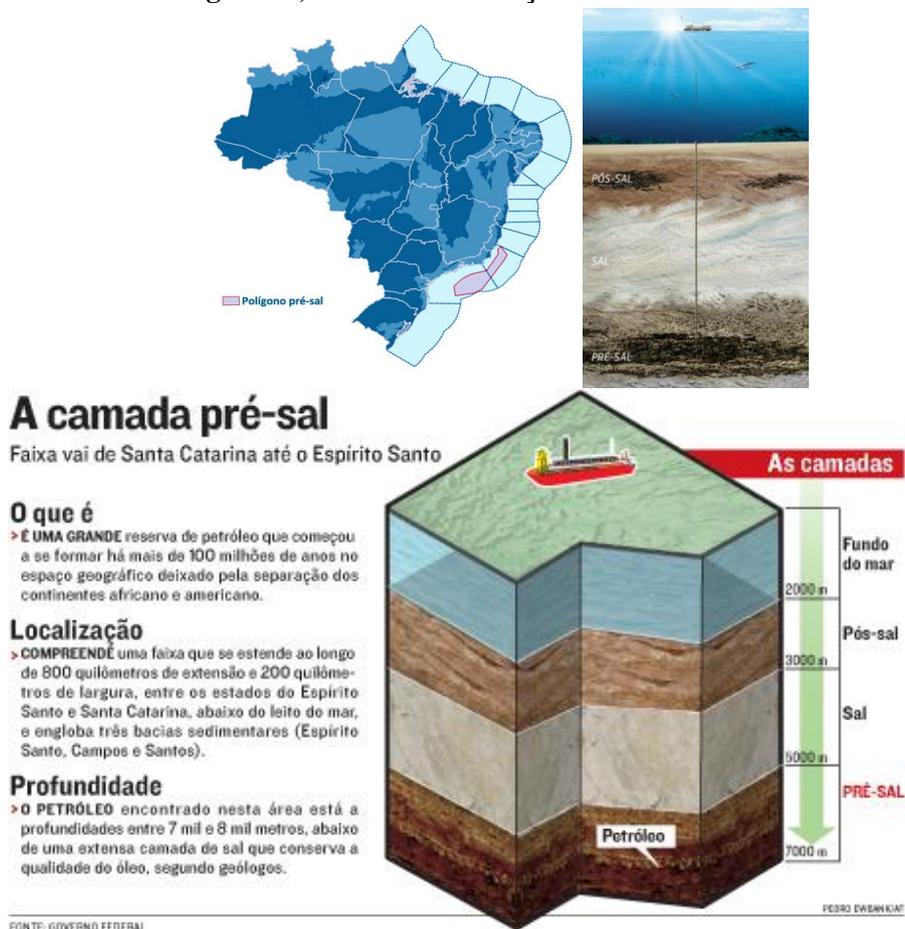
Mas o que é o pré-sal? A camada do pré-sal<sup>65</sup>, que perpassa 800 quilômetros entre os estados do Espírito Santo e Santa Catarina, passando pelas bacias sedimentares

---

<sup>65</sup> Como verificado no sítio eletrônico da Petrobras, “o pré-sal é uma sequência de rochas sedimentares formadas há mais de 100 milhões de anos no espaço geográfico criado pela separação do antigo continente Gondwana. Mais especificamente, pela separação dos atuais continentes Americano e Africano, que começou há cerca de 150 milhões de anos. Entre os dois continentes formaram-se, inicialmente, grandes depressões, que deram origem a grandes lagos. Ali foram depositadas, ao longo de milhões de anos, as rochas geradoras de petróleo do pré-sal. Como todos os rios dos continentes que se

do Espírito Santo, Campos e Santos, é um gigantesco reservatório de petróleo e gás natural localizado abaixo da camada de sal, encontrando-se entre 5 e 7 mil metros abaixo do nível do mar. Vejamos as figuras a seguir.

**Figuras 9, 10 e 11: Localização do Pré-Sal no Brasil.**



Fonte: Imagens obtidas em <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2014/07/brasilpresal.jpg/view> (09); <http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/> (10); e no Editorial do jornal O Globo ON LINE (2017) (11).

As reservas dos campos do pré-sal se enquadram como uma das maiores descobertas mundiais do setor petrolífero-energético desde o pós-Segunda Guerra. Com estimativas de cerca de 100 bilhões de barris recuperáveis, que coloca o Brasil entre os maiores detentores de reservas mundiais, o exercício de controle territorial, a possibilidade de exploração e o

---

separavam corriam para as regiões mais baixas, grandes volumes de matéria orgânica foram ali se depositando. À medida que os continentes se distanciavam, os materiais orgânicos então acumulados nesse novo espaço foram sendo cobertos pelas águas do Oceano Atlântico, que então se formava. Dava-se início, ali, à formação de uma camada de sal que atualmente chega até 2 mil metros de espessura. Essa camada de sal depositou-se sobre a matéria orgânica acumulada, retendo-a por milhões de anos, até que processos termoquímicos a transformasse em hidrocarbonetos (petróleo e gás natural)” (PETROBRAS, SEM DADOS, ON LINE).

desenvolvimento dos campos impuseram e ainda impõem ao país elevados desafios de ordem ambiental, financeira, tecnológica e geopolítica.

O que parecia impossível, isto é, extrair com rentabilidade e segurança o hidrocarboneto em milhares de metros de profundidade, virou realidade. No que pese o discurso conservador de Pedro Parente, ex-ministro da Casa Civil na era Fernando Henrique Cardoso e atual presidente da Petrobras, que disse: “houve um “endeusamento” do pré-sal” (ESTADÃO, 2016), uma série de atores, locais e transnacionais, possuem fortes interesses na área, como o presidente da Shell Brasil, André Araújo, salientou: “O pré-sal é onde todo mundo quer estar” (ESTADÃO, 2017).

Através de um plano estratégico estatal e do fortalecimento da Petrobras, o pré-sal virou uma possibilidade real de desenvolvimento socioeconômico interno e de projeção geopolítica externa com todos os ônus e bônus envolvidos. Desde os primeiros indícios de óleo leve ainda em 2005, no primeiro mandato do governo Lula da Silva (PT/SP), e com os primeiros campos explorados com timidez em 2008, hoje, no início de 2018, a bacia do pré-sal já é a maior área produtora de petróleo do país, ultrapassando os campos clássicos do pós-sal da bacia de Campos<sup>66</sup>.

A análise técnica de Helder Queiroz Pinto (2016, ON LINE) revela a diferença em relação à extração de petróleo *offshore* do Brasil com a de outros países. O pré-sal brasileiro está localizado entre 5 e 7 mil metros, o que significou um gigantesco desafio tecnológico pela indústria brasileira. Noutros países e regiões do mundo, com experiências também positivas na extração petrolífera, a exploração foi realizada a uma profundidade variável de 1.500 a 2.000 metros.

A evolução do offshore brasileiro pode ser delimitada em duas fases claramente identificadas: a) fase marítima de Águas Rasas (1968-1984) e b) fase marítima de Águas Profundas (a partir de 1985). A primeira fase é marcada pela exploração e produção nas bacias costeiras do Nordeste e, principalmente, pela primeira descoberta comercial na Bacia de Campos, área que viria a se tornar a principal região produtora do país. O desenvolvimento da produção offshore permitiu inúmeras descobertas em águas rasas (consideradas aquelas com lâminas d'água inferiores a 400 m) A segunda fase corresponde às descobertas e início da produção em águas profundas. Os eventos que marcam esta fase são as descobertas dos campos gigantes de Albacora (final de 1984) e de Marlim (início de 1985), com lâminas d'água superiores a 400 m. As atividades subsequentes de exploração na Bacia de Campos confirmaram o elevado potencial petrolífero da região, com a descoberta de outros campos gigantes em águas ultraprofundas (lâminas d'água superiores a 1.000 m), como Albacora Leste (1986), Marlim Leste

---

<sup>66</sup> O professor de Economia da Energia Eduardo Costa Pinto nos fornece alguns números: “A produção na região saltou de 45 mil bbl/dia em 2010 para 1,2 milhão bbl/dia, ao passo que nas áreas do pós-sal (terra e mar) a produção caiu de 2,015 milhão em 2010 para 1,369 milhão bbl/dia. É uma pequena amostra do que está por vir. Outro destaque positivo do pré-sal são os seus custos decrescentes de extração abaixo de 7 dólares o barril” (PINTO, 2017, ON LINE).

(1987) e Marlim Sul (1987). Diante deste diagnóstico, é possível observar que o Brasil tornou-se uma das únicas nações a dominar a tecnologia de exploração petrolífera em águas profundas e ultraprofundas (PINTO, 2016, ON LINE).

Sobre os riscos financeiros e ambientais associados à exploração do pré-sal, Eduardo Costa Pinto enaltece as políticas estratégicas do Estado brasileiro e da Petrobras ao buscarem, com robustos estudos geológicos, metas econômicas ousadas e retornos financeiros de médio e longo prazo, a autossuficiência e a projeção energética do país no Sistema Internacional.

O alto custo sem êxito exploratório levou a *Chevron* a desistir do projeto e vender sua participação para a Petrobras e para a *Partex* (empresa portuguesa). Mesmo não encontrado petróleo nesse poço, que alcançou a profundidade de 7,6 mil metros, custou 240 milhões de dólares e encontrou um enorme reservatório de gás, a Petrobras apostou na continuidade do projeto e perfurou um segundo poço na área de Tupi, onde a operadora encontrou enormes reservas (entre 5 bilhões e 8 bilhões de barris). Depois disso, novos poços foram perfurados com êxito, novas reservas foram comprovadas e o pré-sal, de uma aposta, tornou-se realidade (PINTO, 2017, ON LINE).

Os desafios de ordem geopolítica, isto é, os ônus da riqueza do pré-sal, mereceram forte acompanhamento estratégico e debate republicano sobre o caminho que o Brasil deveria seguir em relação aos interesses internacionais, ao papel do Estado e da Petrobras, e do direcionamento que as riquezas do petróleo poderiam seguir com o novo marco regulatório de 2010. Nesse prisma, com a descoberta e a possibilidade concreta de desenvolvimento dos campos do pré-sal na década passada, o regime de concessão, que vigorou exclusivamente de 1997 a 2010, já não se mostrava o mais pertinente para as gigantescas reservas petrolíferas e gasíferas.

O regime de concessão, que ainda se mantém para camadas pós-sal e *on shore*, garante às empresas vencedoras o direito de propriedade do petróleo e do gás natural extraídos após o pagamento de diversos *royalties*. Com o pagamento dos tributos devidos, a empresa privada possuía direito sob todo o óleo produzido.

Brevemente, a Lei 9.478/1997, de forte caráter neoliberal e proposta no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB/SP), um período que o país foi caracterizado por um amplo processo de privatizações, tornava a Petrobras mais “passiva” ao extinguir o monopólio estatal do petróleo nas atividades relacionadas à exploração, produção, refino e transporte do petróleo no Brasil. A Lei passou a permitir que, além da Petrobras, outras empresas constituídas sob as leis brasileiras e

com sede no Brasil passassem a atuar em todos os elos da cadeia do petróleo em regime de concessão ou mediante autorização da União.

A mesma Lei instituiu: i) o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), órgão de assessoria e consulta da Presidência da República, com a atribuição de propor políticas para o setor petrolífero; ii) a Agência Nacional do Petróleo (ANP), órgão regulador da indústria do petróleo e responsável pela definição de diretrizes para a participação do setor privado na pesquisa, exploração, refino, exportação e importação de petróleo e derivados.

A Lei 12.351, de 22 de dezembro de 2010, estabeleceu o regime de partilha de produção para as áreas do pré-sal e aquelas tidas como estratégicas sobrepondo-se à Lei de 1997. Nas palavras do pesquisador Rodrigo Pimentel Ferreira Leão, a Lei de 2010 só foi concretizada graças ao “papel essencial da Petrobras para o sucesso exploratório do pré-sal” e pelo “cenário de amplo apoio popular ao projeto político em curso” (LEÃO, ON LINE, 2017).

Para demonstrar o êxito da mudança jurídica, Leão (*Op. Cit.*) cita os estudos da **Cambridge Research Energy Associates** ao afirmar que, sob o regime de concessão, “o Estado brasileiro arrecadou entre 50% e 60% da receita do petróleo, enquanto países que adotaram o sistema de partilha ficavam com até 90%” (LEÃO, *Op. Cit.*, 2017).

Assim, a Lei 12.351, que “dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas”, coloca que: i) a estatal brasileira Petrobras era a operadora única dos campos do pré-sal e deveria participar de, no mínimo, 30% da exploração, além de ser a condutora e executora “de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção”; ii) a Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), deverá ser um Fundo Social e uma empresa pública para gerir o excedente de óleo dos contratos de partilha da produção do petróleo.

A ex-presidente Dilma Rousseff, uma das articuladoras do modelo de partilha ainda como ministra de Minas e Energia (2003-2005) e da Casa Civil (2005-2010), dizia que o risco de exploração nas áreas do pré-sal era pequeno e que não faria sentido entregar toda a produção para as empresas petroleiras. Outros argumentos favoráveis colocavam que “sob a égide do regime da partilha e da cessão onerosa, a perspectiva era de que uma parcela maior da riqueza do pré-sal tivesse como destinação o financiamento de gastos sociais e o apoio ao desenvolvimento das atividades produtivas nacionais” (LEÃO, *Op. Cit.*, ON LINE).

O pesquisador Helder Queiroz Pinto (2010) nos fornece uma explicação dos arcabouços regulatórios do setor petrolífero anteriores à “Era Michel Temer”. Vejamos:

O arcabouço regulatório no setor petrolífero nacional está baseado na Lei no 9.478/1997. Quando promulgada, a lei estabeleceu novas diretrizes de organização econômica para todas as operadoras, inclusive a Petrobras, cuja propriedade acionária majoritária permaneceu sendo da União. Manteve-se também a titularidade dos direitos de propriedade dos recursos em hidrocarbonetos da União, fato importante na determinação do tipo de contrato a ser firmado entre as operadoras e o governo. As descobertas do pré-sal levaram o governo Lula a propor alterações no marco regulatório da indústria do petróleo, permitindo a coexistência de um regime de concessões e do regime de partilha de produção. Neste contexto, o governo brasileiro aprovou, em 2010, um novo marco regulatório por meio da Lei nº 12.351/10, que dispõe sobre a exploração e produção de petróleo em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas. A Lei definiu a “área do pré-sal”, delimitada por um polígono, o qual inclui não apenas oportunidades do pré-sal, mas também do pós-sal das bacias de Campos e Santos. O regime de partilha se tornou, portanto, a nova modalidade contratual a ser estabelecida para as novas licitações nas áreas do pré-sal. O primeiro leilão sob regime de partilha de produção, realizado em 2013, para a licitação do prospecto de Libra arrecadou R\$ 15 bilhões de bônus de assinatura, (US\$ 6,4 bilhões considerando a taxa de câmbio a data de realização do leilão). Cabe lembrar que neste regime o valor do bônus é fixo e a competição se dá em torno do percentual de lucro a ser oferecida pelo consórcio vencedor à União. Esta promissora área, com volumes estimados entre 8 a 12 bilhões de barris recuperáveis foi arrematada pelo único consórcio participante composto por: Petrobras (40%), Shell (20%), Total (20%) e as empresas chinesas CNOOC e CNPC com 10% cada (PINTO, *Op. Cit.*, ON LINE).

Já a Lei Ordinária 13.365/2016, sancionada pelo Presidente da República Michel Temer (PMDB/SP), em novembro de 2016, alterou a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010. O novo marco regulatório do petróleo na camada do pré-sal facultará a Petrobras o direito de preferência para atuar como operador e de possuir participação mínima de 30% (trinta por cento) nos consórcios formados para exploração de blocos licitados no regime de partilha de produção. Na prática, a Petrobras fica desobrigada de participar de todos os blocos de exploração e, ainda, de ter uma participação, mesmo que mínima.

Um dos pontos polêmicos nesse debate é que tal pauta não teve o crivo republicano e democrático das urnas. Isto é, a grande massa social teve que aceitar a imposição de um projeto neoliberal-privatista sem ter passado por votação popular e nem por propostas eleitorais. Com o esvaziamento da política ocasionado por elementos que ultrapassam os limites teóricos do presente estudo, o novo governo de Michel Temer (PMDB-SP) foi capaz de implementar uma longa agenda de reformas sem a participação da população e com um promíscuo comprometimento com o mercado

financeiro, valendo-se de uma base parlamentar controversa e extremamente envolvida com o loteamento de cargos públicos para aliados.

**Figuras 12, 13 e 14: Marco regulatório em vigor até 2016 e ilustração do novo marco regulatório do Pré-sal.**



Fontes: Imagens obtidas nos sítios eletrônicos da Petrobras (12) e do Congresso Nacional (13 e 14).

Comparando os Projetos de Lei de 2010 e de 2016, podemos observar que o primeiro tinha uma forte proximidade de países com grandes reservas, como Arábia Saudita, Venezuela, Irã e Iraque, já que o modelo implementado à época passava de concessão para a partilha da produção. Isto é, a companhia estatal brasileira não abriria mão de atuar nesse importante campo estratégico e “motor” da economia global, os

recursos energéticos hidrocarbonetos. Mesmo sem participar integralmente de todos os campos de produção, a Petrobras era a comandante maior da operação do pré-sal.

Pelo modelo sancionado em 2010, a Petrobras, contratada pelo governo brasileiro, poderia atuar diretamente no pré-sal e em áreas estratégicas ou contratar empresas privadas por meio de licitação, assegurando à companhia uma participação mínima de 30% em cada bloco. Ainda que os contextos globais de 2010 e 2016 fossem profundamente diferentes em relação à geopolítica do petróleo, o que se viu, no caso nacional, foi uma profunda ruptura no projeto de desenvolvimento até então existente. Isto é, sob o discurso da gestão impessoal, mercadológica e corporativa da coisa pública, o governo brasileiro passa a defender a atuação da Petrobras com critérios exclusivamente “técnicos”, sem a incorporação da dimensão geopolítica na maior empresa pública do país.

Um dos principais argumentos favoráveis ao novo marco regulatório do pré-sal, afirmava que o combustível fóssil pode perder seu valor estratégico e não ser tão interessante para a economia mundial nas próximas décadas. Nesse prisma, o Brasil poderia perder uma grande oportunidade de desenvolvimento econômico, geração de emprego e renda. Além disso, com a recente crise político-institucional do país, que afetou consideravelmente a economia brasileira, especialmente a estatal Petrobras, envolvida em escândalos de propina e corrupção multipartidários e com décadas de duração, a mudança daria um fôlego financeiro para a companhia, que, na atual conjuntura de perda do valor do petróleo e de uma série de imbróglis judiciais, não teria capacidade financeira para atuar como operadora exclusiva e poderia recuperar a capacidade de investimento ao longo do tempo.

José Serra, proponente e um dos maiores defensores da mudança no sistema de partilha do pré-sal, colocou que:

É um absurdo que a Petrobras seja obrigada a entrar em todas as áreas de exploração do pré-sal, mesmo sem poder. Se isso acontece, você paralisa, fica sem investimentos. Nesse caso, quando a Petrobras não pode, é perfeitamente bom para o país que uma empresa privada possa entrar. A Petrobras continua tendo a prerrogativa da escolha (SERRA, 2016 *Apud* G1, 2016, ON LINE).

Importantes entidades patronais, além de uma série de consultorias privadas, defenderam o processo de mudança do marco regulatório justamente apelando para a dinamização da atividade industrial do setor no país e pela proteção dos empregos das cadeias produtivas de maquinário, tecnologia, óleo e gás. A Confederação Nacional da

Indústria (CNI) disse que a “mudança nas regras do pré-sal destravará investimentos na cadeia de petróleo e gás” (CNI, 2016).

A retomada dos investimentos no setor de petróleo contribuirá para acelerar a retomada do crescimento da economia brasileira. Para que isso ocorra, no entanto, é preciso aprimorar o marco regulatório do pré-sal, flexibilizando a cláusula que obriga a Petrobras a participar de todos os blocos de exploração de petróleo no regime de partilha (CNI, 2016).

O contraditório nesse debate é que tal projeto havia sido enviado em 2010, época na qual a Petrobras gozava de um incrível fôlego financeiro e alta capacidade de investimentos. Por trás de um discurso de oferecer um caráter “técnico”, de “flexibilização” e de “gestão apolítica” para a Petrobras, pode haver um forte componente privatista.

Os argumentos dos defensores da denominada “flexibilização” do marco regulatório colocam que a crise da Petrobras pode imobilizar a exploração do petróleo brasileiro e que a estatal não deveria ter pelo menos 30% de participação na exploração nas áreas do pré-sal. Na justificativa do projeto, Serra alega que a estatal foi afetada pelas investigações de corrupção pela Operação “**Lava Jato**”, da Polícia Federal, e não tem capacidade de investir na exploração do pré-sal como deveria.

O Senador Renan Calheiros (PMDB/AL) disse à época: “O projeto do pré-sal está maduro. A crise da Petrobras obriga que façamos uma mudança nessa regra da obrigatoriedade para que a Petrobras possa ser mais seletiva nos seus investimentos” (CALHEIROS, 2016 *Apud* G1, 2016, ON LINE).

Abaixo seguem alguns dos principais argumentos dos defensores da mudança:

- Fornecer um fôlego financeiro à companhia;
- Orientar os investimentos sob uma perspectiva mais técnica;
- Estimular a indústria petrolífera no País com o desenvolvimento de novas cadeias produtivas;
- Atrair investimentos do capital privado nacional e internacional;
- Contribuir com a geração de empregos num período de recessão e desemprego recordes;
- Desenvolver de maneira mais acelerada o pré-sal pelo receio da perda de valor e de uso do petróleo pela economia mundial nos próximos anos.

O que se coloca é o seguinte: havia necessidade de urgência de tramitação de um projeto tão profundo num momento em que a Petrobras está fragilizada? Muitos especialistas defendem que o leilão do pré-sal era urgente para o país, já que a fonte de energia pode não ser tão interessante nas próximas décadas. Diversos tomadores de

decisão defendem a tese de que se a exploração e a produção do pré-sal tivessem permanecido com exclusividade pela estatal brasileira, que está num momento de fragilidade financeira, a sociedade não veria o retorno dos royalties destinados à saúde e à educação.

O consultor especialista em energia Jean-Paul Prates (2015) salienta alguns elementos internos importantes para a compreensão das disputas em torno da questão do pré-sal. Por ser uma das principais atividades geradoras de investimentos do país, o autor coloca que há uma disputa de microescala entre as unidades federativas, na qual “estão em jogo a gestão e o direcionamento de dezenas de bilhões de reais em investimentos”. Por fim, além das usuais questões que envolvem a geopolítica global, os interesses sobre o petróleo brasileiro não podem ser dissociados das questões “político-eleitorais locais” (PRATES, *Op. Cit.*).

Uma crítica substancial ao novo marco regulatório coloca que os custos de extração no pré-sal vêm caindo significativamente, fruto de pesquisas e trabalho “nacional” da Petrobras. Desse modo, a busca por novas empresas (estrangeiras) para a exploração do pré-sal não se justificariam. A mudança, portanto, envolveria uma tentativa futura de privatização da área e da própria estatal brasileira seguindo interesses geopolíticos internacionais.

Como argumentou a jornalista Dimalice Nunes (2016), “há ainda quem diga que a proposta estimula a indústria petrolífera no país, uma vez que haveria mais operadores à frente da exploração das áreas, diluindo a contratação de fornecedores de equipamentos e serviços”. No entanto, a inserção do capital estrangeiro sobre tão cobiçada riqueza e, ainda, a presença internacional no entorno estratégico do Atlântico Sul formam algumas das principais críticas às mudanças no marco regulatório.

Pedro Celestino, presidente do Clube de Engenharia, coloca que a mudança do marco regulatório do pré-sal do governo Temer trocará “um modelo bem sucedido, inspirado pela Noruega, por um desastre econômico e social, cujo símbolo entre estudiosos é a Nigéria” (CELESTINO, 2016).

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ), uma das principais vozes que se levantou contra a mudança no marco regulatório do pré-sal, afirma que “tirar a Petrobras do pré-sal é rifar o futuro do País” (FARIAS, 2016). O senador ainda colocou que “se o objetivo era acelerar os investimentos no pré-sal, bastava flexibilizar o percentual de participação mínima da Petrobras (30%), como defendeu a emenda apresentada pelo senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)” (*Op. Cit.*, 2016).

Sobre o discurso privatista acerca da exploração do petróleo, o senador complementa:

O resultado é que, hoje, ao contrário do que acontecia até a década de 60, as maiores empresas de petróleo e gás do mundo são estatais. São as chamadas *national oil companies* (NOCs). Entre elas, estão a Saudi Aramco (Arábia Saudita), a NIOC (Irã), a KPC (Kuwait), a ADNOC (Abu Dhabi), a Gazprom (Rússia), a CNPC (China), a PDVSA (Venezuela), a Statoil (Noruega), a Petronas (Malásia), a NNPC (Nigéria), a Sonangol (Angola), a Pemex (México) e a Petrobras. Em uma estimativa bem conservadora, feita em 2008, antes de o pré-sal ser bem conhecido, as NOCs já dominavam 73% das reservas provadas de petróleo do mundo e respondiam por 61% da produção de óleo. Segundo a Agência Internacional de Energia, a tendência é a de que as NOCs sejam responsáveis por 80% da produção adicional de petróleo e gás até 2030, pois elas dominam as reservas (FARIAS, *Op. Cit.*, ON LINE).

O senador Roberto Requião (PMDB-PR), uma das lideranças políticas contrárias à proposta de mudança, colocou uma reflexão com ironia: “Teria o Brasil perdido a maioria no plenário do Senado para as multinacionais do petróleo?” (REQUIÃO, 2016, ON LINE).

Além das acusações extremamente político-ideológicas e partidárias de tentativa de “entreguismo”, de desestatização e de futura privatização da Petrobras, os principais argumentos contrários à mudança do marco regulatório do pré-sal brasileiro podem ser elencados abaixo:

- A Petrobras corre sérios riscos de falência sem o pré-sal;
- A segurança no entorno estratégico do Brasil pode ser ameaçada sem o monopólio da Petrobras sobre o pré-sal;
- A Petrobras e o Brasil devem reservar-se ao direito de propriedade, exploração e de conteúdo nacional sobre o pré-sal porque foram conquistas exclusivamente brasileiras após décadas de pesado esforço tecnológico, político e humano;
- A Petrobras, enquanto empresa estatal, deve ser a catalisadora de um projeto nacional soberano sob uma perspectiva de projeção externa, de exportação de petróleo e de know how tecnológico, bem como de soberania energética;
- Manter o pré-sal sob o controle do Estado brasileiro é crucial para o desenvolvimento de tecnologia própria e para o estímulo de cadeias nacionais de produção, gerando renda e emprego;
- A exploração do pré-sal sob o controle hegemônico da Petrobras pode oferecer substanciais recursos empregados pelos diferentes níveis de governo no tripé:

desenvolvimento social, investimentos em pesquisa energética, planejamento e recuperação ambiental;

- A maior parte da produção de petróleo mundial é controlada por empresas estatais;
- O Atlântico Sul, especialmente a plataforma continental brasileira, deve ser observado a partir de sua importância estratégica de cooperação e coerção.

Da aprovação no Senado Federal do Projeto de Lei Substitutivo, em fevereiro de 2016, passando pelas votações do *impeachment* na Câmara dos Deputados, em abril de 2016, e do Senado Federal, em agosto de 2016, o Projeto de Lei do “novo pré-sal” passa pela Câmara em outubro de 2016, sendo sancionado pela presidência da república em 30 de novembro de 2016.

Vejamos as tabelas a seguir:

**Tabela 6: Votação para o *impeachment* na Câmara dos Deputados em 17 de abril de 2016.**

367 – SIM		137 – NÃO		7- ABSTENÇÕES
PSDB – 52	PRB – 22	PT – 60	PROS – 2	PDT – 1
PP – 38	PROS – 4	PDT – 12	PSB – 3	PP – 3
PR – 26	PSB – 29	PCdoB –	PSOL – 6	PR – 3
DEM – 28	PSL – 2	10	PTdoB – 1	
PMDB – 59	PTB – 14	PTB – 6	PTN – 4	
PPS – 8	PTdoB –	PMDB – 7	REDE – 2	
PSD – 29	2	PEN – 1	PSD – 8	
PDT – 6	PTN – 8	PHS – 1		
PEN – 1	PV – 6	PP – 4		
PHS – 6	REDE – 2	PR – 10		
PMB – 1	SOL – 14			
	PSC – 10			

Fonte: Sítio eletrônico do Congresso Nacional, 2016.

**Tabela 7: Votação para o *impeachment* no Senado Federal em 31 de agosto de 2016.**

61 – SIM		20 – NÃO
PMDB – 17	PSC – 2	PT – 10
PSDB – 11	PPS – 1	PTB – 2
PP – 6	PRB – 1	PMDB – 2
PSB – 5	PTB – 1	PSB – 2
PR – 4	PTC – 1	PP – 1
DEM – 4	PV – 1	PCdoB – 1
PDT – 3	SEM PARTIDO	PSD – 1
PSD – 3	– 1	REDE – 1

Fonte: Sítio eletrônico do Congresso Nacional, 2016.

**Tabela 8: Aprovação do PLS 131 no Senado em 24 de fevereiro de 2016.**

39 – SIM	26 – NÃO	2 – ABSTENÇÕES
PSDB - 12	PT - 9	PPS - 1
PP - 4	PDT - 3	PT - 1
PR - 4	PCDOB - 1	
DEM - 4	SEM PARTIDO -	
PMDB - 8	1	
PSB - 3	PTB - 3	
PMB - 1	PMDB - 4	
PPS - 1	PRB - 1	
PSD - 2	REDE - 1	
	PSB - 3	

Fonte: Sítio eletrônico do Congresso Nacional, 2016.

**Tabela 9: Aprovação do PL 4.567/2016 na Câmara dos Deputados em 05 de outubro de 2016.**

292 – SIM		101 – NÃO		2 – ABSTENÇÕES
PSDB - 40	PRB - 16	PT - 48	PP - 3	PP - 1
PP - 29	PROS - 3	PDT - 10	PR - 3	
PR - 31	PRP - 1	PCdoB - 10	PROS - 1	
DEM - 17	PSC - 6	10	PSD - 1	
PMDB - 52	PSL - 2	PTB - 3	PSOL - 5	
PSB - 27	PTB - 9	PMDB - 3	PTdoB - 2	
PPS - 5	PTdoB - 1	PSB - 5	PTN - 1	
PSD - 24	1	PEN - 1	REDE - 3	
PDT - 1	PTN - 10	PHS - 1		
PEN - 1	PV - 2	PMB - 1		
PHS - 5	SOL - 10			

Fonte: Sítio eletrônico do Congresso Nacional, 2016.

É muito interessante perceber as relações entre o processo de *impeachment* com a mudança do marco regulatório do pré-sal.

Cabe ressaltar três observações extremamente importantes: i) as quatro votações mencionadas acima se mostraram favoráveis à nova maioria governista pós-afastamento da presidenta Dilma Rousseff, sobretudo pela aliança entre o partido da até então vice-presidência da república, o PMDB, com o principal partido de viés neoliberal do Brasil e que fora derrotado nas últimas 4 eleições presidenciais do país, o PSDB; ii) segundo as informações existentes no conjunto de telegramas revelados pelo escândalo de espionagem *WikiLeaks*<sup>67</sup>, o senador José Serra – o autor da proposta de mudança no marco regulatório do pré-sal – teria relações extremamente pessoais com companhias petrolíferas estrangeiras, assegurando, inclusive, lutar por uma nova legislação para as

<sup>67</sup> O *WikiLeaks* é uma página virtual voltada para o vazamento de documentos e informações confidenciais de governos ou empresas sobre assuntos sensíveis e de interesse coletivo.

regras que regem o pré-sal caso fosse eleito nas eleições presidenciais de 2010. Contudo, 6 anos depois, com o impedimento da Presidenta Dilma Rousseff extremamente conectado com as investigações judiciais sobre os esquemas de corrupção na Petrobras, a proposta foi aprovada com uma celeridade impressionante e sem o crivo popular das urnas; iii) a nomeação de José Serra para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, como colocado pelo professor de Ciência Política e Economia William Nozaki (2017, ON LINE), “talvez esse tenha sido o melhor espaço para o atual senador cumprir as promessas que antes havia realizado para as petrolíferas estrangeiras” na campanha eleitoral de 2010.

Nozaki (*Op. Cit.* ON LINE) ainda aponta, de maneira cronológica, cinco elementos extremamente interessantes para a compreensão das motivações (geo)políticas para a mudança do marco regulatório do pré-sal e que justificaria, posteriormente, a “crise” da Petrobras:

1. Ainda em 2008, no furor da descoberta do pré-sal, o roubo de um contêiner da Petrobras que saía de Santos para Macaé com informações confidenciais sobre as reservas.
2. Em 2009, o treinamento e os encontros de órgãos públicos do Brasil com autoridades estadunidenses a fim de debater procedimentos e métodos de combate à lavagem de dinheiro e ao terrorismo.
3. Em 2010, o escândalo posteriormente revelado pelo *WikiLeaks* que o principal candidato opositor, Jose Serra (PSDB/SP), possuía fortes relações pessoais com os maiores interessados num marco regulatório voltado aos interesses das transnacionais petrolíferas, sobretudo estadunidense (WIKILEAKS, 2011).
4. Entre 2011 e 2012 uma corrida interestatal volta-se para as riquezas do pré-sal, especialmente pelas estratégias da aliança “geometria do poder e da riqueza” estadunidense e também por interesses de países como China, Noruega e França.
5. Em 2013, o caso de espionagem político-industrial sobre a presidenta Dilma Rousseff e à Petrobras foi revelado pelo ex-analista de sistemas da **National Security Agency** (NSA), Edward Snowden<sup>68</sup>.

---

<sup>68</sup> Edward Joseph Snowden ficou conhecido por revelar ao mundo diversos detalhes dos programas de vigilância e espionagem mundial realizado pelos Estados Unidos. Um dos casos revelados por Snowden foi a espionagem político-industrial sobre a Petrobras e sobre a Presidência da República do Brasil na era Dilma Rousseff. Como analista de sistemas, Snowden foi ex-administrador de sistemas da CIA e ex-contratado da **Agência de Segurança Nacional** (National Security Agency – NSA). Atualmente Snowden vive exilado na Rússia.

O teor do telegrama enviado pelo consulado estadunidense no Rio de Janeiro a Washington, em 2010, e revelado pelo *WikiLeaks* ainda em 2011, elucida os planos geopolíticos e geoestratégicos interestatais-empresariais sobre as reservas do pré-sal brasileiro:

As empresas vão ter que ser cuidadosas. (...) Diversos contatos no Congresso (brasileiro) avaliam que, ao falar mais abertamente sobre o assunto, as empresas de petróleo estrangeiras correm o risco de galvanizar o sentimento nacionalista sobre o tema e prejudicar a sua causa (WIKILEAKS, *Op. Cit.*, ON LINE).

Além da mudança do marco regulatório dos campos do pré-sal, que consagrou o fim da exigência da Petrobras como operadora única nos campos de exploração, outras profundas rupturas estão no radar da estatal e do governo brasileiro, como: i) a tentativa de mudar as regras para a aquisição de plataformas petrolíferas, especialmente pelo interesse na produção barateada pelo mercado asiático; ii) a ampliação do REPETRO (regime aduaneiro especial que desonera a tributação de importação de equipamentos importados destinados à pesquisa e à produção de petróleo e gás natural); iii) a feitura voluntária de um acordo bilionário da Petrobras com acionistas estadunidenses; iv) os planos de desinvestimento e venda de ativos da estatal; v) o pedido da estatal à ANP para a revisão do índice de conteúdo local em diversos projetos do pré-sal; vi) e, não menos importante, a possível privatização da Petrobras, discurso abertamente colocado pelo atual Ministro de Minas e Energia<sup>69</sup> e legitimado pelas principais entidades patronais do país;

No intervalo de um pouco mais de um ano entre o *impeachment* (agosto de 2016) e a ratificação da nova política do pré-sal (novembro de 2016), ocorreram a venda de uma parcela do pré-sal por parte da Petrobras e as licitações da 14<sup>a</sup> da área do pós-sal e a segunda e terceira do pré-sal (setembro e outubro de 2017, respectivamente). Nesse ínterim, com a nova estratégia “corporativa” e de “mercado” da Petrobras, também foi colocado o debate sobre a “necessidade” de “flexibilizar” a Política de Conteúdo Local (PCL) em relação ao setor de óleo e gás no Brasil.

A venda de 66% do campo de Carcará pela Petrobras em julho de 2016 à estatal norueguesa **Statoil**, que possui de 700 milhões a 1,3 bilhão de barris, por 2,5 bilhões de dólares, além dos investimentos de 8 bilhões, escancara a mudança de estratégia de

---

<sup>69</sup> Como dito pelo Ministro Fernando Coelho Filho (PSB/PE) em outubro de 2017, a privatização da Petrobras “é um caminho” (FILHO, 2017 *Apud* G1, 2017, ON LINE).

desenvolvimento da Petrobras e do próprio Estado brasileiro.

A própria companhia coloca que, em 2020 e 2021, o barril valerá 71 dólares. Com o custo atual de extração do petróleo do pré-sal por 7 dólares o barril e descontado os custos de produção, o lucro da companhia possivelmente flutuará entre 29 bilhões e 54 bilhões de dólares. Como disse<sup>70</sup> o vice-presidente-executivo da **Statoil**, Tim Dodson, “Estamos adquirindo (o pré-sal) em termos muito competitivos”.

Interessante colocar que esta venda foi realizada enquanto o governo Temer ainda era interino. Após a concretização do negócio, Parente conclamou a presença de transnacionais estrangeiras nas reservas do pré-sal: “É importante que o país possa ter outras empresas que se interessem em fazer esses investimentos. É importante para o país que a Petrobras não seja obrigada a participar de todos os campos” (PARENTE, 2016, *Apud CARTA CAPITAL*, 2016, ON LINE).

Sobre o debate da PCL, importante ressaltar que o debate vem colocando em lados opostos as principais entidades industriais do país, as mesmas que fizeram manifestos a favor do impedimento<sup>71</sup> do governo Dilma Rousseff e que, efusivamente, apoiaram o novo marco regulatório do pré-sal, com os principais defensores da mudança da PCL, especialmente a presidência da Petrobras, o Ministério de Minas e Energia e os alto-representantes da ANP e do CNPE.

Até mesmo a **Federação das Indústrias do Estado de São Paulo** (FIESP), uma das maiores apoiadoras do processo de *impeachment* e da mudança de marco regulatório do pré-sal, através de artigo<sup>72</sup> publicado pelo seu presidente, Paulo Skaf, em resposta ao artigo<sup>73</sup> publicado por Pedro Parente, teceu pesadas críticas às novas concepções político-produtivas da estatal.

O que está equivocado é o entendimento sobre o papel das instituições de Estado, que é justamente definir e implementar políticas capazes de gerar empregos de qualidade, além de investimentos e conhecimento tecnológico para o país. Isso é política de Estado, especialmente necessária num momento de crise como este. É um equívoco afirmar que a política de conteúdo local impôs prejuízo significativo ao governo e ao setor de óleo e gás. Não há dúvidas de que a medida precisa ser aperfeiçoada, mas os resultados obtidos são expressivos. De 2004 a 2014, um determinado conjunto de setores industriais fornecedores para esse mercado gerou mais de R\$ 19 bilhões em investimento, 65 mil novos postos de

---

<sup>70</sup> Entrevista à agência de notícias Bloomberg em julho de 2016 (CARTA CAPITAL, 2017, ON LINE).

<sup>71</sup> Em carta aberta aos congressistas brasileiros, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) defendeu o processo de impedimento em razão da “maior recessão da história do país”, conclamando: “É hora de mudar!” (CNI, 2016).

<sup>72</sup> SKAF, P. **O ranço ideológico e a indústria brasileira**. Artigo publicado na Folha de São Paulo. ON LINE. 06 de fevereiro de 2017.

<sup>73</sup> PARENTE, P. **Ranço ideológico e vida real**. Artigo publicado na Folha de São Paulo. ON LINE. 01 de fevereiro de 2017.

trabalho, R\$ 3,4 bilhões em salários adicionais e R\$ 5 bilhões de contribuição ao crescimento do PIB. A taxa de crescimento acumulada nesse período mostra o que o país perderia não fossem essas regras. Em investimentos, por exemplo, a economia em geral cresceu 71%. Já no mesmo conjunto de setores industriais acima citado, o salto foi de 242%. Postos de trabalho tiveram aumento de 103%, quando na economia em geral foi de 58%. E o valor adicionado ao PIB pelo setor foi de 111%, enquanto que o da economia geral foi de apenas 37%. Política de conteúdo local no setor de óleo e gás não é uma jabuticaba. Países como Estados Unidos, Noruega e Reino Unido adotam essas regras. Neste ano a Arábia Saudita, o maior produtor de petróleo da Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), estabeleceu regras de 70% de conteúdo local (SKAF, 2017, ON LINE).

Já na visão dos defensores da mudança da PCL, que deveria ter, até então, 65% de conteúdo nacional, a matéria deveria ser atualizada para “estar em conformidade com a capacidade da indústria nacional”. Pedro Parente critica o intervencionismo “ideológico” estatal ao colocar que a “exigência de um conteúdo local muito acima da capacidade da indústria impôs prejuízo significativo ao governo e ao setor”. E complementa colocando que a Petrobras é “a favor da política de conteúdo local. O que não achamos razoável é que essa política possa trazer a quantidade de problemas que trouxe para a nossa empresa, inclusive de atrasos de entrega de equipamentos”. Por fim, Parente também apontou que “a política gera elevação de custos e precisa ser aperfeiçoada: Não dá para pagar 40% acima de um preço porque a política foi mal definida, mal desenhada. Essa política é ruim” (PARENTE, 2016 *Apud* AGÊNCIA BRASIL, 2016, ON LINE).

Como argumentos mais incisivos, Leão e Vilain (2017, ON LINE) colocam que há, na prática, “a substituição da Política de Conteúdo Local pelo conteúdo internacional”. Vejamos o porquê da crítica:

Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) flexibilizou as regras de conteúdo local, chegando em alguns casos a desobrigar as empresas de utilizarem máquinas e equipamentos nacionais, como na 4ª rodada de licitações de Acumulações Marginais. Na 14ª rodada de licitações dos Contratos de Concessões, os índices estabelecidos foram os seguintes: a) para exploração em terra, o índice de conteúdo local será 50%; b) para os blocos em mar, o conteúdo mínimo será de 18% na fase de exploração, 25% para a construção de poços e 40% para sistemas de coleta e escoamento. Para se ter uma ideia do impacto gerado por esse novos índices, na décima primeira rodada em 2013 os percentuais de conteúdo foram, na média, 62% na etapa de exploração e nas etapas seguintes 76%. Além da redução do conteúdo local, a Medida Provisória (MP) 777, atualmente em tramitação no Senado, alteraria o cálculo da taxa de juros para contratos do BNDES, o que aumentaria o custo de financiamento do FMM e, consequentemente, desestimularia a tomada de crédito nessa linha de financiamento. (...) Assim como a Statoil, todas as empresas que devem ingressar no pré-sal e que conseguirem a isenção da ANP tendem a realizar processos similares, isto é, contratar cada vez mais fornecedores de bens e serviços fora do Brasil. Com as mudança do aparato regulatório e do desmonte da cadeia de fornecedores nacionais, o atual governo já deu às operadoras as justificativas técnicas

“perfeitas” para realizar a contratação no exterior, a saber: “a regulação foi alterada para aumentar a competitividade e acelerar a produção, uma vez que os fornecedores brasileiros são incapazes de atender à demanda existente”. Mas, essa incapacidade tem sido alimentada pela própria ação do Ministério de Minas e Energia (MME) e a Petrobras. Ou seja, não basta a transformação do aparato regulatório, mas também se provoca um forte estrangulamento das empresas nacionais, seja pelos desinvestimentos da Petrobras, seja eliminação dos subsídios fiscais e financeiros para a indústria nacional. E, ao mesmo tempo, busca-se acelerar a exploração de petróleo no país num ritmo incompatível com a oferta de bens e serviços dos fornecedores brasileiros. Não é só o fim da política de conteúdo local, mas é a instauração de uma política de favorecimento ao conteúdo internacional (LEÃO & VILAIN, *Op. Cit.*, ON LINE).

O professor de Economia Política Internacional Raphael Padula (2015b), ao citar alguns elementos geoestratégicos que influenciam no preço do petróleo, nos fornece relevantes pistas geopolíticas acerca da crise da Petrobras e dos variados interesses sobre o pré-sal brasileiro. O preço do petróleo, para Padula (*Op.cit.*), também é determinado por elementos não-convencionais, sobretudo por questões políticas que envolvem os interesses de grandes Estados-nacionais. O professor cita o *lobby* de grandes corporações transnacionais sobre forças políticas do Brasil na defesa da privatização da estatal, a volta do Irã ao mercado que, após duvidosas sanções, retira o dólar como moeda referência de suas transações, as rivalidades deste mesmo país com a Arábia Saudita, ditadura financiada e grande parceira político-comercial dos EUA, que ainda podem aguentar o preço baixo do petróleo por muito tempo, e o próprio aumento da produção de petróleo pelos EUA, que passam a utilizar mais as suas reservas internas para depender menos das importações. (PADULA, *Op. Cit.*).

Com isso, os EUA contribuem para a redução de poder dos BRICS, especialmente do Brasil e da Rússia, inviabilizando, no curto prazo, o potencial de transformação projetado do pré-sal para o Brasil e aumentando, por consequência, a pressão privatista interna no país, além de reduzir a capacidade de ação da Venezuela, uma das principais vozes globais que questionam a política externa da “Casa Branca”. Em suma, a artificialidade do preço do petróleo se justifica para prejudicar os potenciais rivais e desafiantes que tentam promover uma ordem multipolar.

Desta forma, o preço elevado do petróleo que se configurou em grande parte desse início do século XXI não era conveniente para a estratégia estadunidense de segurança energética e de enquadramento de competidores que poderiam os desafiar e se tornar possíveis rivais em relação à hegemonia imperial dos EUA. No caso brasileiro atual, portanto, a dimensão geopolítica vem sendo considerada algo pormenor nas

análises dos tomadores de decisão e das entidades empresariais que defendem eventuais mudanças.

O forte *lobby* das transnacionais petrolíferas sobre o Brasil possui relação com dois pontos: i) com a própria descoberta do pré-sal; ii) e com a mudança do sistema de concessão, ainda dominante nos campos pós-sal e *on shore*, no qual as empresas são as donas do petróleo por um determinado tempo, para o sistema de partilha da produção, no qual o governo brasileiro retém, pelo menos, 30% à União e tem a Petrobras como operadora exclusiva.

Os dois pontos são essenciais para a compreensão dos fortes interesses interestatais e empresariais sobre a questão. Em conjunto com o consulado estadunidense no Brasil, as duas principais petrolíferas do país, a **Exxon Mobile** e a **Chevron**, ainda nos anos de 2009 e 2010, pressionaram tomadores de decisão e membros da sociedade civil nacional pela manutenção do sistema de concessão. As críticas de ambas eram voltadas pelo fato do arcabouço jurídico construído para o pré-sal consolidar a Petrobras como a controladora sobre a compra de equipamentos, produção de tecnologia e a contratação de pessoal, o que afetaria os fornecedores estadunidenses. As transnacionais também diziam que a Petrobras seria utilizada politicamente pelo governo, que o sistema de partilha do pré-sal poderia consolidar a parceria chinesa com o Brasil, alterando a histórica primazia de poder estadunidense na região e, ainda, que as empresas estrangeiras seriam utilizadas como meras investidoras no setor petrolífero do Brasil.

Interessante notar o forte boicote<sup>74</sup> das empresas estadunidenses na primeira rodada do leilão do pré-sal ainda em 2013. Como disse José Serra em telegrama enviado aos representantes das petrolíferas estadunidenses: “Deixa esses caras (do PT) fazerem o que eles quiserem. As rodadas de licitações não vão acontecer, e aí nós vamos mostrar a todos que o modelo antigo funcionava... E nós mudaremos de volta” (REVISTA FÓRUM, 2010, ON LINE).

Padula (2015b) ressalta que as ações (e omissões!) estadunidenses em relação ao pré-sal, que culminaram com um forte boicote de suas petrolíferas no primeiro leilão e no posterior rebaixamento artificial do preço do petróleo a partir, dentre outros fatores, da aliança “Washington-Riad” são, na verdade, partes da estratégia imperial do país. Há uma

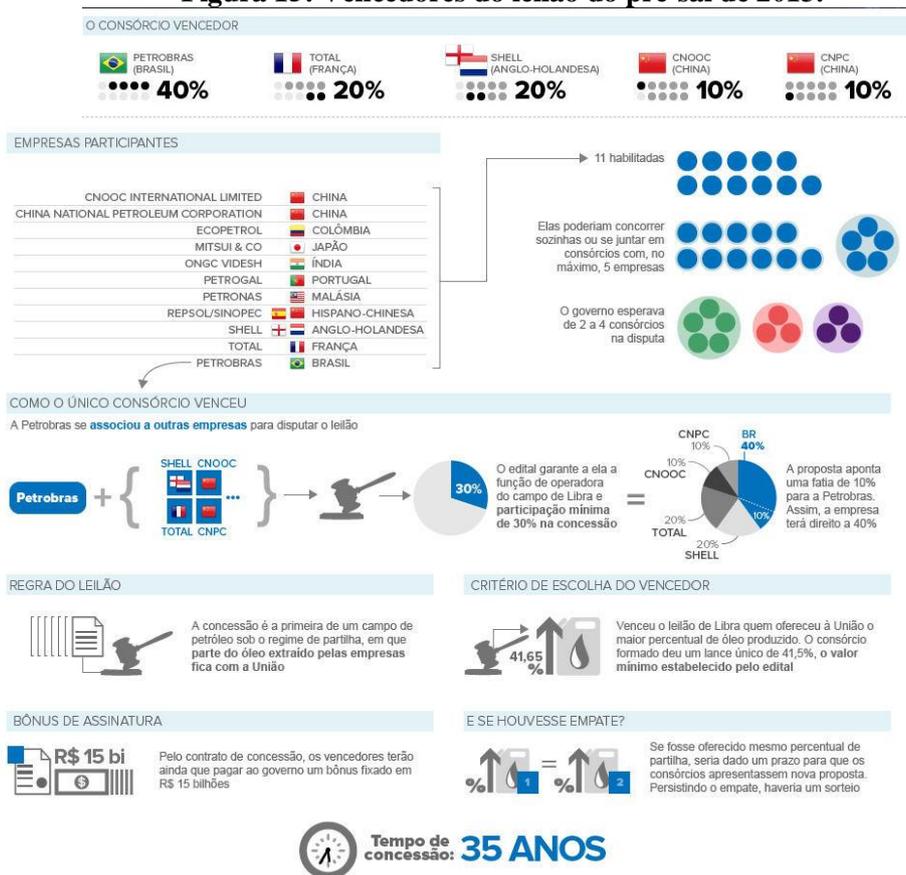
---

<sup>74</sup> O primeiro leilão do pré-sal também ficou marcado pelo boicote da britânica British Petroleum (BP).

premissa histórica de impedir qualquer ameaça de ascensão de uma potência regional no continente americano e no Hemisfério Ocidental.

Com a estratégia de boicote definida, comprovando-se as fortes alianças históricas do grande capital econômico com o poder político estatal, o consulado elabora outra estratégia: “Com a indústria resignada com a aprovação da lei na Câmara dos Deputados, a estratégia agora é recrutar novos parceiros para trabalhar no Senado, buscando aprovar emendas essenciais na lei, assim como empurrar a decisão para depois das eleições de outubro” (REVISTA FÓRUM, *Op. Cit.*, ON LINE).

**Figura 15: Vencedores do leilão do pré-sal de 2013.**



Fonte: Editorial do sítio eletrônico do portal Globo.com (obtido em 21 de outubro de 2013).

Como revelado pelo “**Caso Snowden**”, em 2013, e pelas investigações do jornalista e ciberativista Julian Assange<sup>75</sup>, desde 2010, a espionagem político-industrial estadunidense envolve interesses sobre acesso às tecnologias de exploração em águas profundas da camada pré-sal e o mapeamento das estratégias estatais chinesas na América Latina. Nesse prisma, os EUA não demonstram interesse em tolerar que seus

<sup>75</sup> É o porta-voz e um dos fundadores da página virtual de denúncias e vazamento de informações Wikileaks.

competidores possam construir acordos e parcerias em sua maior zona de influência, sobretudo no tocante aos elementos dos recursos naturais e da segurança energética (PADULA, *Op. Cit.*).

Entretanto, mesmo com as transformações regulatórias no sistema de partilha de 2016, os *lobbies* internacionais permanecem sobre o Brasil e a Petrobras. Como informado pelo jornal **The Guardian** a partir de informações obtidas pela ONG internacional **Greenpeace**, uma autoridade do Reino Unido pediu ao governo Temer mudanças jurídicas e regulatórias nos leilões da segunda e terceira rodada do pré-sal de 2017 para beneficiar corporações transnacionais estrangeiras.

Ao que parece, a partir do pedido do ministro do Comércio Exterior do Reino Unido, Greg Hands, o governo brasileiro se comprometeu a promover mudanças na legislação que agradariam os interesses empresariais britânicos, como a eliminação de exigências de compra de conteúdo local da indústria nacional, o afrouxamento das regras de licenciamento ambiental e a redução de tributos. Nesse enredo, a **BP** e a **Shell**<sup>76</sup>, a maior petroleira privada que atua no mercado nacional, arremataram campos de exploração do pré-sal nos leilões de outubro de 2017.

Já com as mudanças no marco regulatório do sistema de partilha e numa das mais aguardadas ofertas de campos de exploração de petróleo e gás das últimas décadas em escala mundial, dezesseis empresas, entre nacionais e estrangeiras, participam da 2ª e 3ª Rodada do pré-sal em outubro de 2017. Venceria a empresa ou consórcio de companhias que oferecesse o maior percentual de petróleo que será produzido nas áreas ao governo brasileiro, conforme o regime de partilha definido para o pré-sal.

Vale ressaltar que o tal “sucesso espetacular” dos leilões difundido pela grande mídia, governo federal, Petrobras e ANP contou com a diminuição das exigências mínimas de óleo excedente destinado à União que, na prática, significou uma maior parte do óleo produzido nas mãos das operadoras vencedoras do leilão. Ainda sobre os leilões, o governo só conseguiu arrecadar 79% do valor previsto, 6,15 de 7,75 bilhões de reais.

Em artigo publicado com o título **O petróleo volta a ser nosso**, de fevereiro de 2018, José Serra elogia a celeridade dos leilões das camadas do pré-sal e coloca que:

Acelerar a produção do pré-sal é imperativo para aproveitarmos este período em que o petróleo ainda tem valor, apesar de já estar em trajetória de

---

<sup>76</sup> Ainda em 2015, a Shell, por meio de seu executivo-chefe da Shell, Ben van Beurden, já dizia: “Temos de olhar para o Brasil pelo potencial que existe. No momento, essa é talvez a área do mundo mais excitante para a indústria (de óleo e gás)” (BRASIL DEBATE, 2015).

obsolescência. As novas fontes de energia (especialmente solar e eólica), as restrições ao uso de combustíveis fósseis e os ganhos de eficiência energética – vejam a arrancada fulminante do carro elétrico – tendem a reduzir o consumo per capita de petróleo. De 2011 a 2014 o preço médio do barril foi superior a US\$ 100. Hoje, mesmo na presença de uma inédita concertação entre os maiores exportadores, o barril está a menos de US\$ 70 e muitos especialistas acreditam que nem esse nível será sustentável. Se continuássemos atrasando o aumento da produção no pré-sal, suas imensas reservas ficariam enterradas para sempre. (...) Um subproduto importante do ambiente competitivo reinstalado na produção de óleo e gás é que a indústria nacional terá acesso à demanda por equipamentos das grandes petrolíferas em todo o mundo. Provavelmente essa abertura induzirá maior competitividade no setor, um fator crucial para revertermos a nossa preocupante tendência à desindustrialização (SERRA, 2018, ON LINE).

Vejamos, por outro lado, a crítica de CARARINE (*Op. Cit.*, ON LINE) sobre os leilões de 2017.

Cabe fazer um exercício simples aqui. Se estes 12 bilhões de barris fossem explorados apenas pela Petrobras (dado seu menor custo de operação e participações do governo em ações da empresa), o volume arrecadado para a União seria de R\$1,2 trilhões. Sem a participação da Petrobras, a União poderá arrecadar cerca de R\$650 bilhões. Assim, estima-se perdas para a União de cerca de R\$500 bilhões de arrecadação nos 30 anos de produção destes campos. No que tange ao volume de royalties e recursos gerados ao Fundo Social (destinados a Saúde e Educação) as perdas são da ordem de R\$25 bilhões sem a participação da Petrobras.

**Figura 16: Vencedores dos leilões do pré-sal de 2017 com a participação da BP e das empresas estadunidenses.**



Fonte: Editorial do sítio eletrônico do jornal O Globo (obtido em 27 de outubro de 2017).

Acerca dos leilões acima, a ex-presidenta Dilma Rousseff os considerou como a “nova etapa do golpe”, ao considerar que o Brasil estaria entregando o petróleo a estrangeiros “a preço de banana” (ROUSSEFF, 2017, ON LINE).

(...) E faz tramitar no Congresso uma medida provisória que praticamente isenta as grandes empresas mundiais de petróleo do pagamento de impostos sobre os produtos retirados dos poços do pré-sal, tanto quanto as exime da obrigação de comprar equipamentos no Brasil. Assim, o governo golpista cumpre mais uma etapa de sua devastadora destruição da economia e

das riquezas nacionais: doa nossas maiores riquezas, abre mão de tributos que seriam usados em benefício do povo brasileiro e transfere para o exterior empregos que deveriam ser criados aqui (ROUSSEFF, 2017, ON LINE).

Num Manifesto contra a entrega do petróleo, a Frente Parlamentar Mista da Defesa da Soberania Nacional (2017) também colocou que:

(...) O pré-sal se tornou a festa das multinacionais petrolíferas que buscam encontrar aqui os maiores lucros e os menores custos e impostos para a produção de petróleo e gás em todo o mundo. É um espanto que isso aconteça sob o olhar complacente de grande parte da sociedade que, manipulada por uma grande mídia entreguista, evita o tema para facilitar legalização da negociata em curso. Os entreguistas que aprovaram a primeira etapa da medida provisória em tramitação da Câmara chegaram ao extremo de alegar que, sem eliminar os impostos sobre o pré-sal, as petrolíferas estrangeiras não se interessariam por explorá-lo no Brasil. (...) Em face das potencialidades e do custo de exploração do pré-sal, não há negócio melhor no mundo a ser explorado, especialmente em época de redução global do lucro do capital. Nas circunstâncias geopolíticas atuais, seria difícil que as petrolíferas internacionais, repetindo o que fizeram na África e no Oriente Médio, tentassem nos tomar o pré-sal pela guerra. Estão fazendo algo bem mais econômico (Frente Parlamentar Mista da Defesa da Soberania Nacional, *Op. Cit.*, ON LINE).

Ainda sobre os leilões de outubro de 2017, a **Federação Única dos Petroleiros** (FUP), denunciou o preço cobrado nos editais dos leilões: R\$ 0,01 o litro. A FUP coloca que os bônus de assinatura (R\$ 6,15 bilhões) para os oito blocos exploratórios arrematados no leilão são menos da metade do que foi cobrado para o leilão do campo de Libra, de 2013 (R\$ 15 bilhões) e agora, os oito blocos de alta produtividade estão sendo doados por R\$ 7,75 bilhões.

O jornalista Carlos Drummond (2016) coloca que:

Vítima da queda mundial dos preços do petróleo, do saque perpetrado por uns poucos, da dilapidação da sua cadeia produtiva pela “Lava Jato”, da recessão e da crise política, a Petrobras talvez seja hoje a presa mais vulnerável na disputa geopolítica e militar entre Oriente e Ocidente, ignorada no Brasil. O acesso às fontes de energia está no centro do conflito entre blocos de superpotências e megaempresas petrolíferas. (...) Os Estados Unidos e as petroleiras americanas não gostaram do leilão do Campo de Libra, no pré-sal, sob o regime de partilha, em 2013, no governo de Dilma. Cinco telegramas do consulado americano no Rio de Janeiro enviados a Washington, o primeiro deles em 2 de dezembro de 2009, descobertos pelo site *WikiLeaks*, detalham como “a missão americana no Brasil acompanhou a elaboração das regras para a exploração do pré-sal e faz lobby pelos interesses das petroleiras (DRUMMOND, *Op. Cit.*, ON LINE).

Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP) de 2017, 95% das reservas de petróleo do Brasil estão na costa brasileira do Atlântico Sul. Assim como 85% do gás natural. Vastas reservas petrolíferas também vêm sendo encontradas e desenvolvidas no lado leste da porção sul-atlântica. A Petrobras, nesse sentido, através

do histórico papel nacional de colaboração e diplomacia com os países africanos, se insere como uma empresa chave no desenvolvimento consorciado com atores da costa ocidental africana. Isto é, “a tecnologia de águas profundas e o esforço diplomático de estreitamento de relações com os países africanos” podem ser trunfos para uma projeção externa autônoma do Brasil (CENTRO DE ALTOS ESTUDOS BRASIL SÉCULO XXI, 2015, ON LINE).

Com isso, tirar a primazia da Petrobras sobre o pré-sal, inclusive com a cessão de tecnologias nacionais num setor extremamente competitivo e protecionista, pode apresentar sérios retrocessos para as pretensões geopolíticas do país.

Por se tratar de um setor estratégico nas políticas de Estado das Grandes Potências, há um forte *lobby* governamental que induz que as corporações empresariais do setor petrolífero defendam e impulsionem cadeias produtivas com as demais indústrias de apoio do setor do seu país de origem, inclusive com a contratação de mão de obra qualificada e com altos cargos de gestão envolvendo profissionais também do país-sede da corporação.

Porque empresas multinacionais demandam insumos e serviços fundamentalmente em seus países de origem. A Chevron ou a Shell não comprarão navios, plataformas, sondas, ou qualquer outra coisa no Brasil. Sem a Petrobras como grande operadora não se sustentará também o desenvolvimento de tecnologia nacional nessa área estratégica. A tecnologia se desenvolve na operação e para a operação. Foi operando que a Petrobras se transformou na empresa que detém a mais avançada tecnologia de prospecção e exploração de petróleo em águas profundas e ultraprofundas, ganhadora, por três vezes, do OTC Distinguished Achievement Award, maior prêmio internacional concedido às empresas de petróleo que se distinguem em desenvolvimento tecnológico (FARIAS, *Op. Cit.*, ON LINE).

Nesse caso, um dos efeitos nefastos que o país sofrerá nos próximos anos diz respeito aos impactos na desindustrialização em setores cruciais para a soberania energética e geração de empregos no território nacional. Historicamente, a Petrobras é uma grande investidora e geradora de empregos diretos e indiretos no País. É uma empresa capaz de sustentar um percentual expressivo do PIB e dinamizar cadeias produtivas nacionais complexas.

Considerando um aumento futuro do preço do barril da commodity a partir de um cenário global de retorno do crescimento econômico, o desenvolvimento do setor petrolífero do Brasil, notavelmente já complexo na extração em águas ultraprofundas, poderia ser o catalisador de um projeto nacional soberano sob uma perspectiva de projeção externa, de exportação de petróleo e de *know how* tecnológico, bem como de soberania/segurança energética.

Pelo que se apresenta na atual conjuntura nacional, a indústria de petróleo já conseguiu combater a lei do pré-sal. As outras mudanças são questão de tempo. O espaço está aberto “para a expansão das petroleiras internacionais, em especial as americanas” (CARARINE, *Op. Cit.*, ON LINE).

Portanto, pelo que se apresenta, a indústria nacional do setor petrolífero pode correr grandes riscos de decadência com a mudança no marco regulatório do pré-sal e a minimização do papel da Petrobras.

Como veremos nas próximas seções, é necessário fazer uma contextualização profunda acerca do que se pretende com a desregulamentação e a nova postura estatal/governamental frente às riquezas do pré-sal. Os efeitos estruturais impostos pelo casamento da agenda neoliberal com a geopolítica ambiental podem trazer sérios impactos para o Brasil.

### **III.2 – A QUESTÃO AMBIENTAL E A APROPRIAÇÃO DO PRÉ-SAL BRASILEIRO**

Um dos principais elementos que a presente pesquisa vem demonstrando é que o *ambientalismo hegemônico*, incentivado por variados interesses e proporcionado por um forte discurso voltado para a gestão privada dos recursos naturais e do meio ambiente, foi um aspecto crucial para a aprovação do novo marco regulatório do pré-sal. O pano de fundo do discurso ecológico mais influente possui uma íntima relação com o neoliberalismo de caráter ambiental ao apregoar a redução do papel do Estado em determinados setores e áreas por compreendê-lo como um obstáculo para os investimentos de “mercado” e pelas supostas ineficiência e corrupção da gestão pública sobre o meio ambiente, a biodiversidade e os recursos naturais.

A geopolítica do petróleo também atua através de um falso ambientalismo casado com uma agenda neoliberal privatista. Nesse caso, diversos atores não estatais, como a própria sociedade civil brasileira, tiveram um papel relevante na mudança no marco regulatório do pré-sal. Nem tanto pela ação. Mas pela omissão...

A dimensão da geopolítica energética do século XXI ainda não foi corretamente assimilada pelo conjunto da sociedade brasileira e tampouco pelo Estado. Os países centrais vêm buscando meios para se afastarem das maiores responsabilidades pelos

danos de uma histórica predação dos recursos naturais em seus territórios e nas ex-colônias. E suas (ir)responsabilidades também são atuais devido aos seus elevados padrões de consumo *per capita* de recursos naturais nos quais os processos produtivos de suas corporações transnacionais estão localizados, em sua maior parte, nos países subdesenvolvidos. Tais países, ainda, concentram os avanços científicos e as inovações tecnológicas também na área ecológica, buscando oportunidades de lucro em tempos de crise numa lógica perversa de mercantilização dos elementos da natureza.

A globalização da economia mundial e os *lobbies* em favor do modelo neoliberal de Estado mínimo são estratégias capitaneadas por agentes com um duplo discurso: os mesmos que lutam pela padronização de modelos de desenvolvimento, como o desenvolvimento sustentável e a atual economia verde, definida pelo ex-presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, como o *New Green Deal*, são aqueles que promovem a degradação ambiental e tentam impor modos de vida e de produção baseados no consumo numa nova lógica conservadora e impositiva de organização da economia, da sociedade e da ecologia. No entendimento da presente pesquisa, trata-se, em suma, de estratégias de apropriação dos recursos naturais brasileiros aos moldes de uma *Guerra Híbrida*.

Como parte das táticas “não-convencionais”, organizações financeiras que atuam em escala global poderão reduzir o financiamento e o empréstimo de recursos técnicos e de capital ao país tendo como objetivo forçá-lo a se “desenvolver” através de um modelo importado, impositivo e neoliberal. Além disso, as variadas pressões sobre o Brasil de fóruns com representatividade mundial, de fundações e corporações transnacionais e Estados poderosos vêm influenciando o país a assinar metas que podem funcionar como entrave ao aproveitamento de seus recursos naturais e imobilizar gigantescas reservas florestais e minerais para atender objetivos supostamente globais. A mudança do marco regulatório do pré-sal foi um processo extremamente conectado a essa conjuntura.

Vejamos dois exemplos de contextos político-econômicos diferentes sobre algumas das estratégias privatistas e conservacionistas sobre o pré-sal.

Como verificado em reportagem do jornal **O Globo**, ainda em 2011, salienta-se, no auge da possibilidade de projeção de poder externo e de desenvolvimento socioeconômico interno pelos embalos do pré-sal brasileiro, a ONG **Greenpeace**, numa reflexão que pareceu desconsiderar as múltiplas possibilidades que o petróleo pode

oferecer aos países, como no caso norueguês, afirmou que o “pré-sal colocará o Brasil entre os grandes poluidores globais”.

Estamos ganhando um cartão de milhagem de um grande emissor e não de um viajante feliz. No momento em que existe um esforço global em reduzir a dependência dos combustíveis fósseis, o Brasil aposta em suas reservas de petróleo como o mais rápido atalho para o desenvolvimento econômico e social. A Petrobras pretende implementar o fracassado, perigoso e caro mecanismo de “Captura e armazenamento de carbono” como forma de neutralizar o enorme estrago que as emissões da queima e da extração do combustível fóssil em grandes profundidades significarão ao nosso planeta (GREENPEACE *Apud* O GLOBO, 2011, ON LINE).

Mais recentemente, já com a ruptura de estratégia política estatal em relação ao papel da Petrobras no pré-sal e também sobre o próprio pré-sal, a ONG **Oil Change International**, considerou o pré-sal como um dos “12 condenados fósseis” (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2017).

Doze projetos de extração de combustíveis fósseis financiados com bilhões de dólares de instituições públicas ameaçam as metas e o espírito do Acordo de Paris (2015). (...) O pré-sal brasileiro está entre eles (...) com financiamentos de bancos de desenvolvimento de Japão (US\$ 111 milhões), Reino Unido (US\$ 452 milhões), Noruega (US\$ 219 milhões) e China (US\$ 20 bilhões) e Itália (US\$ 300 milhões) para a Petrobras, uma empresa “infestada de escândalos” e “um ímã de controvérsias”. A exploração das vastas reservas de petróleo do pré-sal (...) seria desastrosa para o clima. Esse óleo extremo é uma bomba de carbono (OIL CHANGE *Apud* OBSERVATÓRIO DO CLIMA, *Op. Cit.*, ON LINE).

As discussões que envolvem o pré-sal são, portanto, expressões contemporâneas da geopolítica ambiental do Sistema Interestatal, no qual a apropriação e/ou a imobilização de recursos estratégicos de outros países são formas de manter as assimetrias de poder.

Assim, constata-se que a geopolítica do petróleo é voraz. Nas últimas décadas, ela foi capaz de influenciar na queda de governos democráticos, de iniciar conflitos civis, étnico-religiosos e políticos sangrentos, além de contribuir decisivamente para a desestabilização regional de importantes espaços globais.

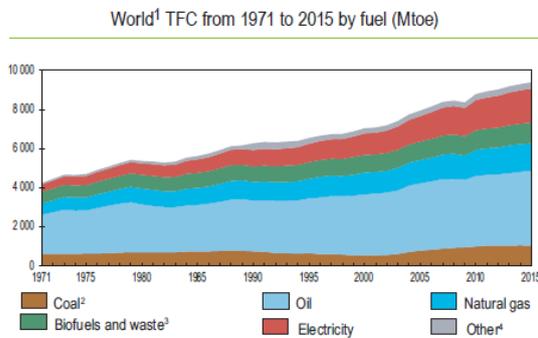
A dimensão ambiental, especificamente no caso do petróleo, deve ser colocada com ressalvas necessárias. Se, por um lado, reivindicações legítimas vêm nos ajudando a pensar os impactos humanos nessa era do *Antropoceno*, o que diretamente envolve a queima de combustíveis fósseis e uma busca anárquica e competitiva por crescimento econômico, ainda hoje, em sua maioria pautada pela materialidade e pela desenfreada busca/utilização de recursos naturais, igualmente importante é reconhecer que bandeiras cosmopolitas ecológicas e humanitárias podem travestir interesses empresariais e

nacionais específicos, a saber, egoístas e de autossegurança. Não se trata de uma guerra declarada ou de uma forma de violência tradicional e nem mesmo de caráter “pessoal” e revanchista. Trata-se de uma estratégia de tipo colonial-imperialista de perpetuar as diversas formas de dependência e o subdesenvolvimento.

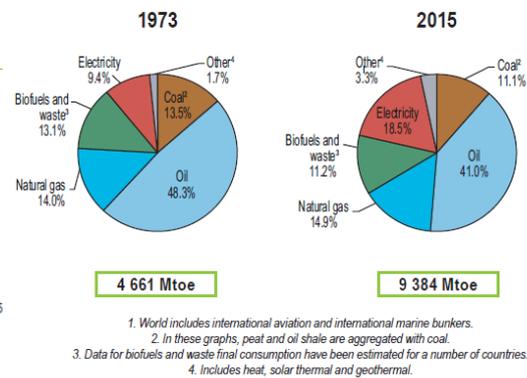
Contudo, para a compreensão das críticas sobre a forma que a geopolítica ambiental dominante vem sendo colocada/imposta na arena interestatal sob uma lógica privatista aos países periféricos e semiperiféricos, se faz necessário analisar, brevemente, o panorama energético do Brasil e observar as matrizes energéticas do país, a média mundial e também a dos países da **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico**<sup>77</sup> (OCDE) em relação à utilização das fontes de energia renováveis e não renováveis no passado, no presente e numa projeção de futuro.

**Figuras 17 e 18: Consumo total mundial e da OCDE por combustível.**

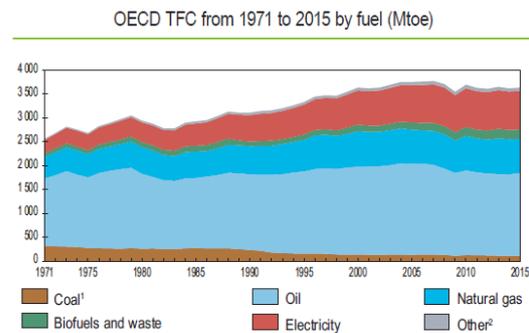
World total final consumption (TFC) by fuel



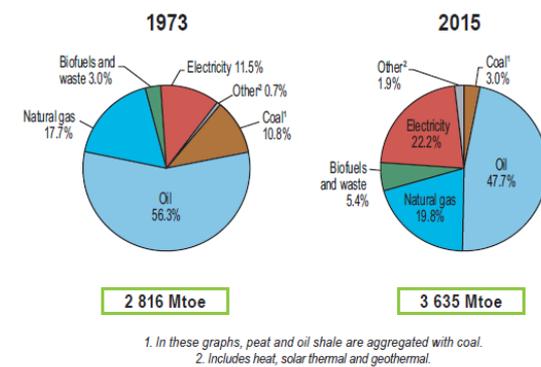
1973 and 2015 fuel shares of TFC



OECD total final consumption by fuel



1973 and 2015 fuel shares of TFC



Fonte: Agência Internacional de Energia, OCDE, 2017.

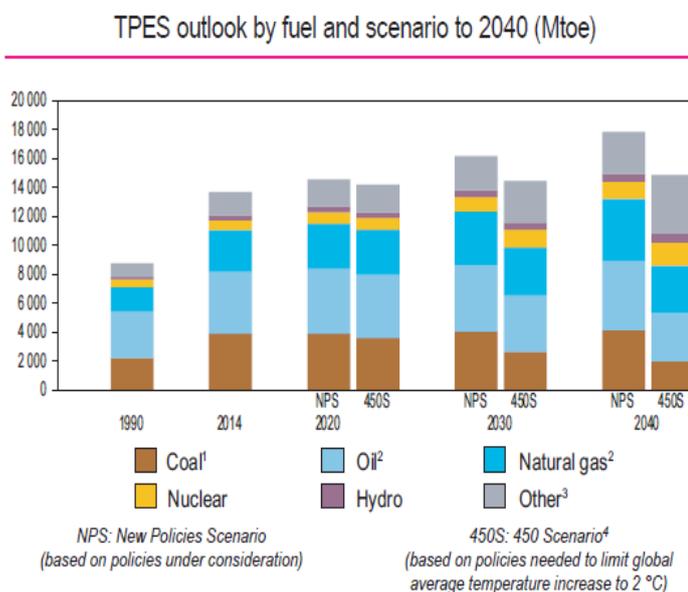
<sup>77</sup> A OCDE é uma organização internacional composta por 35 países. A maioria deles desenvolvidos e com PIB per capita e Índice de Desenvolvimento Humano elevados.

Enquanto em 1973 a proporção do uso de combustíveis fósseis (carvão mineral, gás natural e petróleo) representasse 75,8% para o mundo e 84,8% para os membros da OCDE, o uso dessas fontes, em 2015, chegou a 67% para o mundo e 70,5% para os membros da OCDE.

Mesmo com a evidente redução percentual, não se pode ignorar a importância dessas fontes para a movimentação da economia mundial. E, ainda que, os países mais desenvolvidos venham apresentando uma maior tendência de redução do uso de combustíveis fósseis, é preciso sublinhar que a substituição energética por fontes “menos agressivas” se dá, na maior parte das vezes, a partir de fortes investimentos em *pesquisa e desenvolvimento* com recursos oriundos do próprio petróleo.

A próxima figura, que projeta dois cenários em relação ao uso de energia para 2040, mostra o crescimento de outras fontes energéticas mas, também, a manutenção do petróleo como uma das principais fontes em escala mundial.

**Figura 19: Perspectivas para o fornecimento mundial total de energia primária em 2040.**



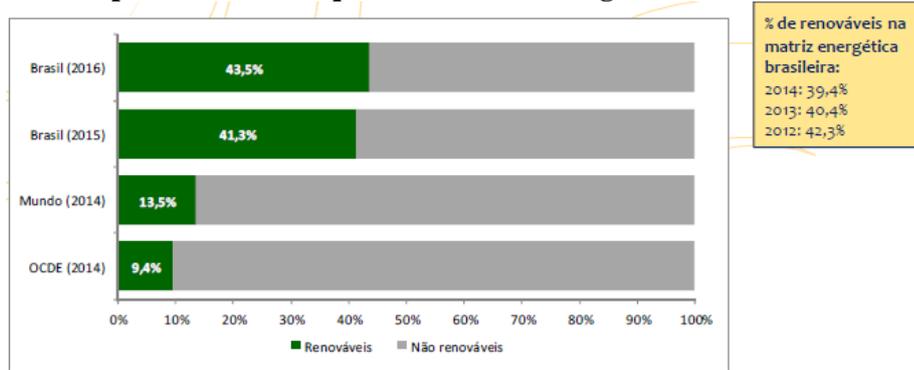
Fonte: Agência Internacional de Energia, OCDE (2017).

Conforme sinalizado nas figuras 17, 18 e 19 sobre o cenário atual e futuro das matrizes energéticas dos principais países desenvolvidos e dos demais países mundiais, os combustíveis fósseis, principalmente o petróleo, ainda serão as principais fontes energéticas do século XXI por muitas décadas. Desprezar o seu uso político-estratégico, sobretudo pela entrada de novos atores nas enormes reservas dos campos do pré-sal e, até mesmo, no espaço de segurança do Atlântico Sul a partir de um pensamento rentista

de curto prazo é, também, abrir espaço para atuação de outros Estados-economias nacionais em pontos importantes do território e da cadeia produtiva petrolífera e tecnológica do país.

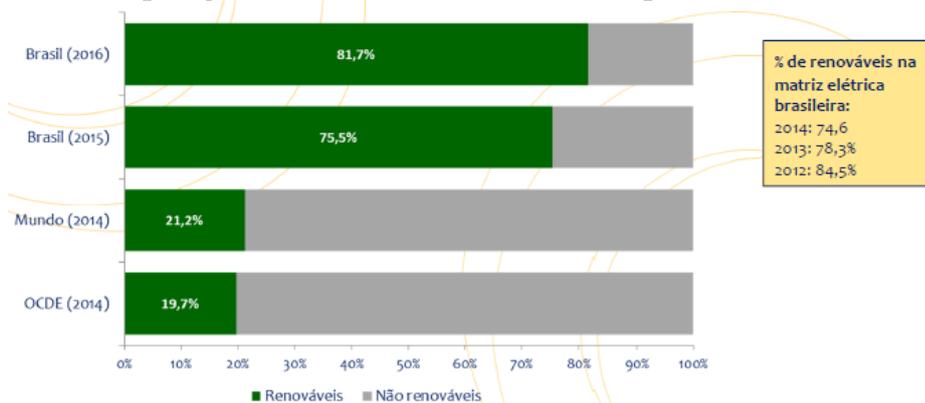
A figuras 20 e 21 colocam que as matrizes energética e elétrica do Brasil, pelo elevado uso de fontes renováveis, são muito mais “sustentáveis” e “limpas” quanto à emissão de gases emissores de efeito estufa do que a média mundial e dos países da OCDE. Com sobras!

**Figura 20: Comparação entre a matriz energética brasileira com a média mundial e dos países da OCDE quanto ao uso de energias renováveis.**



Fonte: Balanço Energético Nacional, Empresa de Pesquisa Energética (2017).

**Figura 21: Participação das energias renováveis na matriz elétrica brasileira em 2016 e comparação com a média mundial e com os países da OCDE.**

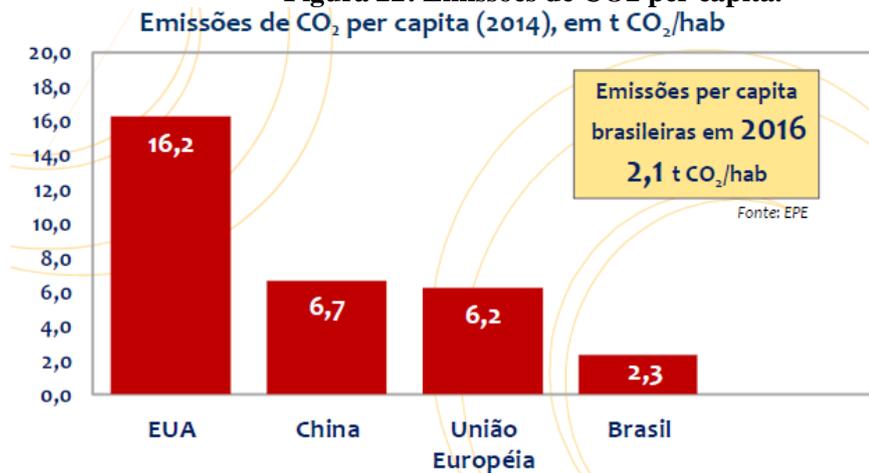


Fonte: Balanço Energético Nacional, Empresa de Pesquisa Energética (2017).

Por fim, as figuras 22 e 23 indicam que os impactos gerados pelo Brasil à atmosfera global na geração e no consumo de energia e na produção de energia elétrica são ambientalmente menos impactantes no quadro dos grandes países. As emissões *per capita* de CO<sub>2</sub> do Brasil são muito inferiores à estadunidense (cerca de 7 vezes), à chinesa (cerca de 3 vezes) e da União Europeia (cerca de 3 vezes). Para a produção de 1

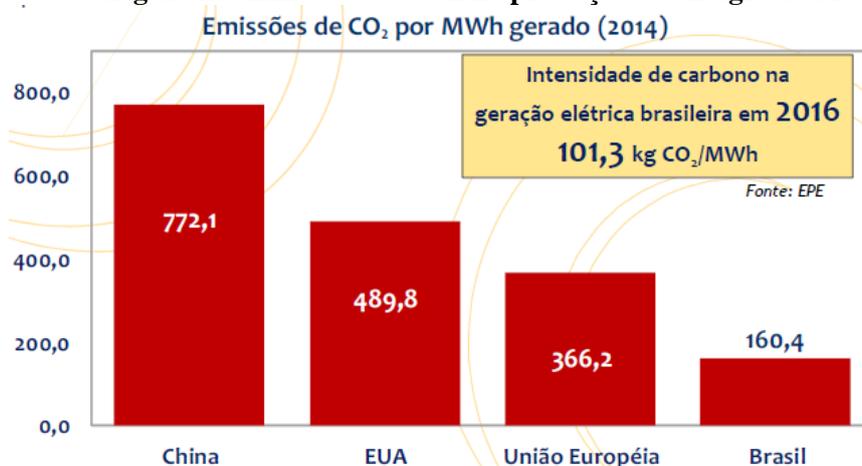
Megawatt-hora (MWh), o setor elétrico brasileiro emite 2,3 vezes menos do que o europeu, 3 vezes menos do que o estadunidense e 4,8 vezes menos do que o chinês.

**Figura 22: Emissões de CO<sub>2</sub> per capita.**



Fonte: Balanço Energético Nacional, Empresa de Pesquisa Energética (2017).

**Figura 23: Emissões de CO<sub>2</sub> na produção de energia elétrica.**



Fonte: Balanço Energético Nacional, Empresa de Pesquisa Energética (2017).

Mas, apesar das demonstrações das figuras acima, por que o caráter conservador da geopolítica ambiental vem funcionando como uma propaganda para o “livre-mercado” na defesa da privatização de estatais energéticas, na apropriação de recursos naturais e de áreas geoestratégicas de países como o Brasil?

Como colocado pelo Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI:

Boa parte da dinâmica política global se constrói a partir de disputas por recursos naturais e fontes de energia. Hoje, apesar da crescente participação das energias renováveis, os combustíveis fósseis continuam no centro das disputas geopolíticas internacionais (CAEB, 2015, ON LINE).

Michael Klare (2001; 2008) aponta que umas das grandes ameaças de conflitos mundiais no terceiro milênio envolverão o controle de espaços geográficos estratégicos na busca das superpotências pela manutenção de suas respectivas seguranças alimentar e energética. Com isso, a partir das crises do petróleo de 1973 e 1979, já vislumbrando um futuro competitivo por fontes de energia, o que se viu foi um aumento considerável de estatais petrolíferas e, ainda, a presença de governos interferindo/financiando corporações do setor.

O mesmo autor, numa série de artigos, especialmente em **Blood and Oil**, de 2004, abordou alguns aspectos da geopolítica energética das administrações Bush (1989-1993 e 2001-2009). O autor colocou que a motivação dos conflitos militares dos Estados Unidos, há décadas, era a necessidade de ter segurança energética em relação ao petróleo. A profunda análise de Klare não dissocia as campanhas militares das políticas energéticas estadunidense. As muitas guerras de caráter intervencionista realizadas pelos EUA eram/são parte das competições interestatais e da segurança energética do país frente aos demais atores do Sistema Internacional.

O professor Padula contribui para a perspectiva das disputas interestatais por fontes energéticas e recursos naturais ao colocar que, para “aumentar o seu poder de barganha”, o “objetivo constante dos EUA consiste em negar acesso a recursos a um rival real ou potencial e garantir o abastecimento aos aliados” (PADULA, 2015b, ONLINE).

Interesses sobre o petróleo são muito variados e as características político-espaciais das conjunturas exercem forte impacto nesse setor. Uma forma de reduzir a pressão de atores sobre a exploração de recursos seria drenando capitais/investimentos advindos desse campo para setores cruciais para o desenvolvimento e bem-estar social do país tal como o modelo norueguês que o Brasil buscava se inspirar para não cair na maldição da “doença holandesa”. Desse modo, a sociedade só toma para si a defesa dos recursos naturais quando observa a concretude de sua aplicabilidade no próprio bem-estar coletivo da nação.

Se, por um lado, o petróleo pode ser um elemento de barganha e cooperação interestatal para relações bilaterais e multilaterais do Brasil com relevantes países tecnológicos e, em muitos casos, dependentes do produto, por outro lado, como esta pesquisa defende, o recurso hidrocarboneto também pode ser um elemento de coerção do e sobre o país.

O petróleo, por ser um recurso ainda abundante em muitas regiões globais, que é fundamental para a indústria contemporânea e tem o seu uso em plena expansão, sobretudo pela possibilidade de desenvolvimento atual e futuro de países periféricos e semiperiféricos, pode desempenhar uma função estratégica para os grandes líderes do Sistema Interestatal. Tais líderes observam o petróleo, antes de tudo, como elemento de segurança energética e para a manutenção da subordinação econômica, política, tecnológica e financeira dos possíveis adversários.

Incorporar a dimensão geopolítica é, antes de tudo, ter essa perspectiva de *longa duração*, isto é, refletir, diagnosticar e conjecturar a partir de um período mais longo de passado e futuro, observando crises cíclicas, contextos históricos, as relações sociedade/natureza, conjunturas políticas e econômicas, além de diferentes estratégias interestatais.

No caso brasileiro, o uso das divisas trazidas pelo petróleo para a realização de pesquisas sobre a sua própria substituição futura e para possibilitar a regeneração de sumidouros da emissão de seus gases, como o reflorestamento e a revitalização de áreas degradadas, recuperação de mananciais e de corpos hídricos, proteção de matas ciliares, além de fundamentais recursos para obras de saneamento básico, tornariam o combustível fóssil uma verdadeira riqueza nacional. Tais medidas, necessariamente ratificadas a partir de um pacto social, mitigariam discursos e tratativas conservadoras sobre o uso do petróleo no Brasil.

A análise abaixo posiciona a importância do pré-sal no contexto energético global e chama a atenção para a necessidade de defesa do enorme entorno estratégico marítimo do país.

Ao emergir como grande produtor global de petróleo, o Brasil também ganhou inédita relevância geopolítica. O que já vinha se materializando aos olhos do mundo, pelas conquistas sociais e tecnológicas do passado recente, tornou-se muito mais palpável com o impulso impressionante do pré-sal. Num mundo em que não há espaço para ingenuidade, não é exagero afirmar que para defender a soberania marítima nacional é essencial ampliar o poder de dissuasão naval do país. Para isso, mostram-se vitais programas como o que busca a duplicação da frota e o que viabiliza a construção de um submarino nuclear e quatro convencionais. Tais programas concretizam a importância geopolítica do pré-sal como patrimônio vital para a consolidação da soberania, do processo de desenvolvimento e da inserção internacional do Brasil. A produção atual do pré-sal é uma gota diante do potencial brasileiro. Os campos gigantes que se espalham do litoral do Espírito Santo ao de Santa Catarina são a principal novidade do setor em décadas. Um em cada três barris de petróleo descobertos no mundo nos últimos cinco anos está no Brasil. Partindo de estimativas conservadoras, o pré-sal deve dobrar as reservas de petróleo do país para 31 bilhões de barris – o número só considera a parte já descoberta. Acredita-se que haja outros 87 bilhões de barris não descobertos. Isso

implicaria potenciais US\$ 270 bilhões de investimentos previstos até o fim desta década, com mais de 2 milhões de empregos gerados (PRATES, 2015).

A história das últimas décadas do Brasil nos mostra que em momentos de crises político-econômicas e institucionais internas, como a que o país vem passando desde a reeleição da Presidente Dilma Rousseff, em 2014, e, especialmente, com o seu impedimento, em 2016, a pauta neoliberal surge como solução mágica e como uma agenda produtiva, socioeconômica e (des)regulatória necessária (e única) à solidez macroeconômica e a “inserção competitiva” do Brasil no Sistema Internacional. A novidade, no caso do pré-sal, é a aliança neoliberal com a problemática ambiental.

E foi justamente dentro de um contexto nacional de crise política e econômica que uma matéria tão relevante para o país atravessa as instâncias máximas dos tomadores de decisão sem a inclusão da participação popular e com uma celeridade institucional impressionante que foi capaz de mudar radicalmente a política de Estado do país em relação ao petróleo do pré-sal. Além disso, é preciso considerar que a mudança no marco regulatório do pré-sal brasileiro também foi aprovada num cenário global permeado, de um lado, por uma geopolítica ambiental extremamente contraditória e, por outro lado, pela evidente ampliação de uma corrida estratégica por segurança energética realizada pelos grandes Estados-economias nacionais.

Historicamente, as grandes potências globais disputam recursos naturais necessários ao desenvolvimento e à manutenção da pujança de suas respectivas economias nacionais. Sobre alguns elementos necessários à compreensão acerca dos recentes debates relacionados à crise da Petrobras e ao marco regulatório do pré-sal brasileiro, Padula (2015a) novamente coloca que a estratégia dos EUA “é a de impedir o surgimento de potências regionais em áreas de abundância de recursos naturais”, especialmente na questão energética. O pré-sal, desta forma, já trouxe e pode trazer ainda maiores desafios e embates geopolíticos para o Brasil. O escândalo dos *WikiLeaks* (2011) revelaram o interesse/descontentamento nacional estadunidense sobre a riqueza e a forma que o Brasil, até então, vinha conduzindo a exploração do pré-sal, impulsionando atritos e desajustes diplomáticos entre Brasil e EUA.

Nesse sentido, a ruptura hierárquica do caso brasileiro no setor energético após a denominada operação “**Lava Jato**”<sup>78</sup> vem sendo emblemática. A “**Lava Lato**” foi,

---

<sup>78</sup> A Operação “**Lava Jato**”, investigação em andamento realizada pela Polícia Federal que teve início no primeiro trimestre de 2014, já teve mais de 40 fases operacionais. A investigação sobre corrupção passiva, lavagem de dinheiro, gestão fraudulenta, entre outros crimes, sobretudo realizados por uma série de

indubitavelmente, um fator decisivo para o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff e é um elemento desencadeador para as profundas mudanças que se seguem no setor de petróleo e gás do Brasil, sobretudo em relação ao futuro significado da Petrobras.

Para alguns analistas, como saudoso professor Moniz Bandeira (2016a), grande estudioso da política externa do Brasil e suas relações com os Estados Unidos, a chamada “geopolítica da cooperação judiciária internacional”, no seio dos efeitos da globalização da opinião pública mundial, vem se tornando um “um fator legitimador” dos interesses estratégicos das Grandes Potências ocidentais sobre a sociedade civil e representantes públicos do país. Para muitos, reside aí a verdadeira “crise da Petrobras” e do país. Como constatado pelo próprio Bandeira (*Op. Cit.*), “o Estado brasileiro parece desintegrar-se”.

Desde o governo do presidente Lula da Silva, o Brasil, conquanto mantivesse boas relações com os Estados Unidos, inflectiu em sua política exterior no sentido de maior entendimento com a China e a Rússia e empenhou-se na conquista dos mercados da América do Sul e África, a favorecer as empresas nacionais, como todos os governos o fazem. Ao mesmo tempo, reativou a indústria bélica, com a construção do submarino atômico e outros convencionais, em conexão com a França, a compra dos helicópteros da Rússia e dos jatos da Suécia, países que aceitaram transferir a tecnologia, como determinou a Estratégia Nacional de Defesa, aprovada pelo Decreto Nº 6.703, de 18 De dezembro de 2008. (...) O Brasil é e sempre foi um *pivot country* no hemisfério sul devido à sua dimensão geográfica, demográfica e econômica, a maior do hemisfério, abaixo dos Estados Unidos, apesar da assimetria. E constituiu com a Rússia, Índia e China o bloco denominado BRIC, contraposto, virtualmente, à hegemonia dos Estados Unidos, e abriu uma alternativa à preponderância do dólar nas finanças e no comércio internacional. Tais fatores, inter alia, como a exploração do petróleo pré-sal sob o controle da Petrobras, dentro de um contexto em que os Estados Unidos deflagraram outra guerra fria contra a Rússia e, também, contra a China, concorreram para que interesses estrangeiros, aliados a poderoso segmento do empresariado brasileiro, sobretudo do Sul do país, encorajassem e financiassem o golpe parlamentar, conjugando a mídia e o judiciário, com o apoio de vastas camadas das classes médias. (...) Sérgio Moro e o procurador-geral da República Rodrigo Janot atuaram e atuam com órgãos dos Estados Unidos, sem qualquer discriminação, contra as companhias brasileiras, atacando a indústria bélica nacional, inclusive a Eletronuclear, levando à prisão seu presidente, o almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva. E ainda mais eles e agentes da Polícia Federal vazam, seletivamente, informações para a mídia, com base em delações obtidas sob ameaças e coerção, com o objetivo de envolver, sobretudo, o ex-presidente Lula. Os danos que causaram e estão a causar à economia brasileira, interna e externamente, superam, em uma escala muito maior, imensurável, todos os prejuízos que a corrupção, que eles dizem combater. E continua a campanha para desestruturar as empresas brasileiras, estatais e privadas, como a Odebrecht, que competem no mercado internacional, América do Sul e África (BANDEIRA, *Op. Cit.*, ON LINE).

---

partidos políticos na Petrobras, colocou na mira da operação diversos políticos, funcionários do alto escalão da estatal e empresários de grandes empresas brasileiras.

Ainda nessa interpretação das complexidades da história do presente, Pepe Escobar, jornalista investigativo independente brasileiro especialista em análises geopolíticas, coloca:

O *WikiLeaks* revelou também como os EUA duvidaram da capacidade do Brasil de projetar um submarino nuclear – uma questão de segurança nacional. Como a construtora Odebrecht tornava-se global. Como a Petrobras desenvolveu, por conta própria, a tecnologia para explorar depósitos do pré-sal – a maior descoberta de petróleo deste jovem século XXI, da qual as Grandes Petrolíferas dos EUA foram excluídas por ninguém menos que Lula (ESCOBAR, 2016, ON LINE).

Por fim, Nozaki (2017, ON LINE) novamente reflete criticamente sobre os elementos estruturais e conjunturais que envolvem o pré-sal brasileiro.

Passada uma década da descoberta do pré-sal e um ano do governo Michel Temer são muitas as evidências de que a instabilidade política provocada pelo *impeachment* e as mudanças nos marcos de produção e exploração do petróleo conformam uma trama complexa de inter-relações entre distintos grupos de pressão, internacionais e nacionais, a envolver tanto interesses estratégicos e empresariais de longo prazo quanto oportunismos políticos e financeiros de curto prazo. (NOZAKI, *Op. Cit.*, ON LINE).

Mas é preciso colocar que o direcionamento do *ambientalismo hegemônico* sobre a Petrobras e o próprio pré-sal também é produzido por fortes pressões internas, sobretudo com o discurso da privatização. Durante contextos recessivos na conjuntura global, com efeitos que maximizam crises políticas em sociedades fragmentadas, o discurso de privatizar ativos estatais, delegando ao mercado e aos investimentos estrangeiros uma melhor eficiência da questão ambiental, reaparece com força, vide o caso atual que envolve a Petrobras. A privatização, em suma, também pode ser vista como uma estratégia estatal-empresarial das Grandes Potências que as permitem, de forma “pacífica”, terem acesso aos recursos naturais dos países periféricos e semiperiféricos.

Nesse sentido, vale a pena colocar algumas observações de Adriano Pires, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e diretor fundador do *Think Tank Centro Brasileiro de Infraestrutura* (CBIE), sobre a necessidade de privatização da Petrobras e do afastamento estatal das reservas do pré-sal e de outros espaços repletos de recursos naturais com valoração econômica.

Numa série de publicações, teoricamente rasas mas amplamente difundidas pelas grandes corporações midiáticas do país, Pires (2015a, 2015b; 2016) defende a “blindagem da Petrobras através do processo de privatização”, considerando que o

mercado é o ator com a maior capacidade de lidar com os recursos naturais energéticos, especialmente no setor de petróleo e gás. Numa alusão à operação **Lava jato**, o professor coloca que as corporações privadas possuem melhor eficiência produtiva, moralidade ética e responsabilidade ambiental em detrimento à corrupção estatal e à “ideologização” partidária da Petrobras.

Se não queremos mais correr o risco de descobrir — com novas Lava Jatos — os novos assaltos que virão na Petrobras daqui a alguns anos, precisamos discutir com serenidade e responsabilidade a privatização da empresa, da mesma forma que ocorreu com a Vale e a Telebrás. Se essas duas gigantes ainda fossem estatais, alguém se arrisca a chutar qual seria o tamanho da Lava Jato hoje? O velho discurso de que 'o petróleo é estratégico' provou-se ao longo do tempo um biombo vagabundo para as transações mais pornográficas envolvendo o dinheiro público: o aluguel de diretorias a partidos mercantilistas e os superfaturamentos que cobriram primeiras-damas de diamantes enquanto arrombavam o Tesouro (PIRES, 2016, ON LINE).

Durante os últimos três anos, sobretudo após 2015, o discurso privatista sobre a companhia e o pré-sal encontrou na geopolítica ambiental um poderoso álibi. Como novamente colocou Adriano Pires ao defender a volta do regime de concessão e a aceleração dos leilões do petróleo e gás às companhias privadas, “O Brasil não pode esperar pela Petrobras” já que “as preocupações ambientais com a queima de combustíveis fósseis obrigarão a Petrobras e o governo a ter novas estratégias e políticas mais pragmáticas e menos ideológicas para o setor” (PIRES, 2015a, ON LINE).

Percebe-se aí uma clara contradição discursiva: se o petróleo é um elemento prejudicial ao meio ambiente, por que acelerar o seu processo de exploração com base na entrega das reservas brasileiras do recurso hidrocarboneto às companhias privadas?

Por fim, Pires faz um elogio ao processo atual da Petrobras de venda de ativos estratégicos no Brasil e no exterior, afirmando que “privatizar é a melhor saída para todos” (PIRES, 2015b, ON LINE).

O assunto privatização está, cada vez mais, voltando à moda. Depois de longos anos, onde a palavra privatização era pior do que palavrão, agora por causa dessa crise econômica sem precedentes o governo teve de ceder, ser pragmático e entender que, sem a privatização de uma série de ativos, em particular na infraestrutura e no setor energético, o País não tem saída. Na Petrobrás, o nome que se dá ao maior programa de privatização da história brasileira, no valor de US\$ 58 bilhões de venda de ativos é Programa de Desinvestimentos (PIRES, *Op. Cit.*, ON LINE).

Entretanto, como provocou com pesar o professor Eduardo Costa Pinto (2018), a quem interessa a estratégia empresarial atual de “financeirização e desintegração vertical da Petrobras”?

A questão que está posta é: a redução da face estatal não implicou em ganhos na face empresarial da empresa. Por que isso está acontecendo? Quem está ganhando com essa estratégia da empresa? (...) Quem está ganhando com a atual estratégia são, por um lado, os segmentos financeiros nacionais e, sobretudo, os internacionais; e, por outro, as grandes empresas petrolíferas integradas (Shell, BP, ExxonMobil, Total, CNOOC, CNOOC, etc.) com a exploração do pré-sal e a abertura de novos mercados no refino/importações de derivados e da distribuição coma redução do papel da Petrobras (PINTO, *Op. Cit.*, ON LINE).

Finalmente, diferentes entendimentos acerca de um projeto de Estado-nação duradouro e apartidário vêm dificultando a continuidade e a execução de estratégias de desenvolvimento para o país. Rupturas profundas na cena política e intensas divergências na proposição e continuidade de concepções produtivas podem tornar o pré-sal obsoleto e pouco significativo para um desenvolvimento nacional autônomo e soberano.

Ainda sobre a falta de capacidade de gerar consenso para um projeto nacional autônomo e que não exponha o país a “perigosas concessões<sup>79</sup>” interestatais, Padula (2016, ON LINE) chama a atenção das disputas e pressões de atores internos pelo uso e direcionamento da “abundância dos recursos naturais brasileiros” e considera que “em tempos de crise política e fratura social”, como na contemporaneidade, a “geopolítica internacional e os interesses das potências tradicionais” se tornam mais evidentes.

O debate ambiental hegemônico, ainda que com artimanhas silenciosas, é um objeto essencial para a compreensão das transformações contemporâneas sobre o pré-sal brasileiro. Ao pregar as falácias da perda de importância do petróleo para as próximas décadas e da gestão mais eficiente e socioambientalmente responsável do privado em detrimento ao setor público, a questão ambiental foi um dos componentes que legitimou a paralisia social frente à ruptura política e de concepção geoestratégica estatal-nacional sobre o pré-sal brasileiro.

Esta seção buscou refletir sobre até que ponto a atual geopolítica ambiental vem influenciando nos interesses sobre o petróleo brasileiro a partir de diferentes estratégias dos Estados-economias nacionais líderes do Sistema Interestatal.

A próxima seção refletirá sobre capacidade de dissuasão do Estado brasileiro sobre o presente e o futuro do pré-sal e até que ponto a mudança do marco regulatório pode ameaçar a soberania nacional em relação ao Atlântico Sul e ao seu enorme entorno estratégico?

---

<sup>79</sup> Sobre a menção às “perigosas concessões”, o professor Padula faz referência à presença de Grandes Potências no pré-sal, alertando sobre os interesses estadunidenses nos recursos energéticos do país.

### **III.3 – A APROPRIAÇÃO DO PRÉ-SAL E A NECESSIDADE DE UM PROJETO NACIONAL PARA O ATLÂNTICO SUL: QUESTÕES ESTRATÉGICAS PARA O SÉCULO XXI**

Para além de percepções ideológico-partidárias e visões jurídicas sobre a legalidade do processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff, diversos intelectuais e ativistas políticos do Brasil e do mundo colocam questões que demonstram fortes vínculos e uma atuação em rede entre as estratégias geopolíticas e geoeconômicas de atores externos, transnacionais e estatais, com os interesses de atores políticos, empresariais e civis internos.

Um dos principais objetivos dessa aliança, talvez o maior, seria a tentativa de reenquadramento geopolítico do Brasil no Sistema Internacional após alguns anos de seguidos ensaios pela busca e consolidação de uma política externa autônoma que, de certo modo, foi capaz de contribuir para uma relativa reconfiguração política global com um poder mais assertivo dos países emergentes em relevantes aspectos das relações internacionais.

A mencionada tentativa de reenquadramento sobre o Brasil possui intrínseca relação com as descobertas de expressivas reservas de petróleo da camada pré-sal, de 2006, que foi associada à notável capacidade de *know how* tecnológico de exploração e produção desenvolvido pela Petrobras e ainda pelo arcabouço institucional redesenhado pelo governo brasileiro em 2010, que consagrou o sistema de partilha para as reservas do pré-sal sob a orientação da estatal brasileira. Os fortes interesses desejavam significativas transformações em relação ao setor de petróleo do Brasil, inclusive valendo-se da influência do poder suave de uma geopolítica ambiental casada com um rompante privatista-neoliberal.

Assim, tirar o pré-sal sob o monopólio do Estado brasileiro funcionaria/funcionará, por um lado, para contribuir com a redução do potencial de projeção de poder global do país, já que o hidrocarboneto possui um inegável poder de barganha, coerção e dissuasão na contemporaneidade. Por outro lado, abriria/abrirá espaço para a atuação de poderosos atores geoeconômicos nas enormes reservas e, em paralelo, com um respaldo jurídico para uma competição e presença interestatal no entorno estratégico do país.

Sobre a manutenção da importância do petróleo para o Sistema Interestatal Capitalista, destaca-se que o setor de equipamentos militares e a indústria da guerra das principais potências globais estão fortemente associadas ao uso do hidrocarboneto. Reside aí, também, uma das explicações para os fortes laços e *lobbies* das mais fortes economias-nacionais sobre os espaços globais mais ricos em combustíveis fósseis, inclusive com uma projeção de poder que ultrapassa os mecanismos clássicos mercadológicos e que possui inegável associação com uma competição interestatal.

(...) ao longo do Século XX até o presente, a dinâmica do setor de petróleo e o movimento expansivo das grandes empresas petrolíferas não têm sido caracterizados pela competição via mercado, através dos mecanismos clássicos de concorrência, executados pelas forças de oferta e demanda, mas, sobretudo, por intermédio da diplomacia e da guerra, onde a força e o arbítrio são os principais meios através dos quais se determinam as posições (privilegiadas) no mercado. Não se trata de exceções, mas da regra do jogo. Esta dinâmica pautada pela construção de “contra-mercados” ocorreu em diversas áreas do mundo desde a Primeira Guerra Mundial, com destaque para as regiões do Oriente Médio, do Cáucaso e também em algumas partes dos continentes africano e sul-americano (METRI, 2013a, ON LINE).

Tendo em vista as observações levantadas pelas figuras da **Agência Internacional de Energia** (*Op. Cit.*) e pela reflexão acima sobre a dinâmica de poder do setor petrolífero, de Metri (*Op. Cit.*), o pré-sal não deveria ser visto pelo Estado e sociedade brasileira apenas como um elemento para o desenvolvimento econômico nacional de curto prazo. Sobre esse recurso também recaem fortes questões geopolíticas em razão das crescentes disputas interestatais-empresariais por fontes de energia e recursos naturais. Os possíveis impactos das geopolíticas ambiental e energética ao caso brasileiro ultrapassarão os aspectos que envolvem a mudança do marco regulatório do pré-sal.

Como já colocado nas seções anteriores, a ruptura de visão estratégica do Estado brasileiro, velozmente verificada com a ratificação de Michel Temer como presidente da República, ultrapassa uma mudança de regulação do pré-sal com vistas a acelerar investimentos e dinamizar elementos produtivos e econômicos do setor petrolífero. A riqueza do petróleo e a importância do papel da estatal Petrobras são aspectos primordiais do atual desmonte do Estado nacional que promove, também, a chancela institucional de novos *players* internacionais em ricas parcelas do mar territorial brasileiro, a porção oceânica sul-atlântica.

Como aspecto sequer mencionado pelos tomadores de decisão que propuseram o projeto que mudou o marco regulatório das reservas do pré-sal, o Atlântico Sul deveria ser entendido como uma zona autônoma de segurança e desenvolvimento nacional para

o século XXI, principalmente pela lacuna jurídica e incapacidade histórica de arbítrio internacional em relação às “águas internacionais”. Isto é, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) não foi ratificada, por exemplo, pela duas maiores potências globais, Estados Unidos e China. Cabe ressaltar que estes dois países possuem participações no pré-sal. A China, com presença crescente desde 2013, e os Estados Unidos, com forte entrada a partir do leilão de 2017. Como colocado por Metri (*Op. Cit.*, ON LINE), “para estes, o pré-sal brasileiro encontra-se em águas internacionais”.

Muitos dos campos de petróleo do Brasil estão localizados no limite da Zona Econômica Exclusiva nacional, que é a “zona situada além do mar territorial e a este adjacente...” (CNUDM, art. 55) e que “...não se estenderá além de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial” (CNUDM, art. 57). A CNUDM garante ao Estado costeiro “...direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não vivos das águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito do mar e seu subsolo...” (CNUDM, art. 56, par. 1, alínea a).

A primeira década e meia do século XXI, no que pese todos os equívocos e contradições políticas e socioeconômicas do projeto nacional que até então vinha se desenhando, parecia ser promissora em relação à projeção externa do Brasil e à reconfiguração de sua importância regional e global. Foi nesse período que, com mais afinco, foram demonstradas oficialmente as admiráveis observações sobre o “ambiente regional e o entorno estratégico” do país. A **Política Nacional de Defesa** (PND), de 2012, que fora lançada primeiramente pelo Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005, como **Política de Defesa Nacional** (PDN), e a **Estratégia Nacional de Defesa** (END), proposta em 2008 e revista em 2012, sinalizaram a percepção do entorno estratégico e zona de segurança do país para além das tradicionais fronteiras terrestres sul-americanas. O Atlântico Sul, portanto, passava a ser uma área crucial para o controle militar, exercício de poder e desenvolvimento socioeconômico com vistas a repulsar qualquer ameaça externa ao equilíbrio de poder regional.

(...) O País visualiza um entorno estratégico que extrapola a região sul-americana e inclui o Atlântico Sul e os países limítrofes da África, assim como a Antártica. (...) processos de consolidação democrática e de integração regional tendem a aumentar a confiança mútua e a favorecer soluções negociadas de eventuais conflitos. (...) Entre os fatores que contribuem para reduzir a possibilidade de conflitos no entorno estratégico destacam-se: o fortalecimento do processo de integração, a partir do Mercosul e da União de Nações Sul-Americanas; o estreito relacionamento entre os países

amazônicos, no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica; a intensificação da cooperação e do comércio com países da África, da América Central e do Caribe, inclusive a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), facilitada pelos laços étnicos e culturais; o desenvolvimento de organismos regionais; a integração das bases industriais de defesa; a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul e o diálogo continuado nas mesas de interação inter-regionais, como a cúpula América do Sul-África (ASA) e o Fórum de Diálogo Índia Brasil-África do Sul (Ibas). (...) É importante para o Brasil que se aprofunde o processo de desenvolvimento integrado e harmônico da América do Sul, que se estende, naturalmente, à área de defesa e segurança regionais. A América do Sul, distante dos principais focos mundiais de tensão e livre de armas nucleares, é considerada uma região relativamente pacífica. Além disso, processos de consolidação democrática e de integração regional tendem a aumentar a confiança mútua e a favorecer soluções negociadas de eventuais conflitos. (PND, 2012, p. 21-22).

O Atlântico Sul, por ser parte integrante do território nacional e concentrar as reservas do pré-sal e de outros valiosos recursos econômicos e culturais materiais e também intangíveis, deveria permanecer com uma política de Estado que necessariamente abarcasse elementos geoestratégicos. Esta porção oceânica é o principal entorno territorial do país, sobretudo pela situação fronteiriça e diplomática extremamente solidificada nas fronteiras terrestres do subcontinente sul-americano.

A ênfase em relação à defesa do Atlântico Sul fora consolidada na **Estratégia Nacional de Defesa** com a proposta de construção de meios de proteção e coerção militar, inclusive com submarinos de propulsão nuclear, que deveriam ser responsáveis por assegurar a soberania nacional nessa imensa área onde estão as maiores reservas de petróleo e gás do Brasil e que possui a existência de “grande potencial pesqueiro, mineral e de outros recursos naturais” (PND, 2012, p. 24).

Para assegurar a tarefa de negação do uso do mar, o Brasil contará com força naval submarina de envergadura, composta de submarinos convencionais e de submarinos de propulsão nuclear. O Brasil manterá e desenvolverá sua capacidade de projetar e de fabricar tanto submarinos de propulsão convencional, como de propulsão nuclear. Acelerará os investimentos e as parcerias necessários para executar o projeto do submarino de propulsão nuclear. Armará os submarinos com mísseis e desenvolverá capacitações para projetá-los e fabricá-los. Cuidará de ganhar autonomia nas tecnologias cibernéticas que guiam os submarinos e seus sistemas de armas, e que lhes possibilitem atuar em rede com as outras forças navais, terrestres e aéreas (END, *Op. Cit.*, p. 70).

É preciso compreender que o Atlântico Sul é o nosso início enquanto nação e um dos caminhos concretos para o alcance de um futuro verdadeiramente soberano. É o espaço marinho brasileiro e uma zona oceânica de suma importância para a nossa

história. Da colonização e imposições imperialistas ao duradouro ciclo do tráfico negreiro, é a África e o mundo com profundas conexões com o Brasil.

Trata-se, na verdade, de uma fundamental zona histórica de múltiplas relações entre a África, a Europa e a América Latina. Se no passado o Atlântico Sul foi inserido na economia-mundo pelas imposições eurocêntricas a partir do fim do século XV, a situação contemporânea da região ainda apresenta enormes desafios geopolíticos, sobretudo por possuir duas importantes zonas petrolíferas nos litoral oriental da América do Sul e no litoral ocidental da África Subsaariana.

As descobertas de diversas bacias petrolíferas *offshore* no Atlântico Sul africano, como no Golfo da Guiné, recolocaram a África Subsaariana como alvo e centro de uma corrida imperialista dos interesses dos principais Estados-economias nacionais globais. Nos últimos anos, Nigéria e Angola emergiram como relevantes produtores de Petróleo. No litoral do Atlântico Sul Sul-americano, as reservas do pré-sal reposicionaram o Brasil em relação à complexa geopolítica do petróleo. Apesar disso, o Atlântico Sul como área central na geoestratégia brasileira e como elemento de segurança dos demais países da América do Sul e da África subsaariana serve apenas como retórica, sobretudo pelas decisões e omissões do atual governo brasileiro.

Vejamos a associação de Brozowski (2013) sobre as estratégicas disputas interestatais por fontes energéticas e recursos naturais com a revalorização contemporânea das potencialidades presentes no Atlântico Sul.

(...) O Atlântico Sul pode vir a tornar-se uma zona de projeção de poder de potências externas não só em razão da magnitude das reservas petrolíferas descobertas recentemente, mas também devido à presença de valiosas riquezas minerais dos fundos oceânicos e ao ressurgimento das rotas sul-atlânticas como importante via de comunicação e intercâmbio mundial (BROZOSKI, *Op. Cit.*, p. 6).

Sobre as ações interestatais sobre o Atlântico Sul, vemos o movimento expansivo estadunidense sobre a região.

Na última década, especificamente em 2008, a administração Bush recriou a chamada Quarta Frota, uma espécie de força naval móvel voltada exclusivamente para o Atlântico Sul. A Quarta Frota foi criada no decorrer da Segunda Guerra Mundial para combater os submarinos nazistas e salvaguardar a navegabilidade mercantil e de guerra dos países aliados no contexto da grande guerra. A mesma foi desativada em 1950 por ser considerada dispensável. Nesse sentido, a recente reativação reforça o caráter estratégico do Atlântico Sul e da geopolítica do petróleo para as Grandes Potências.

Se, por um lado, corporações transnacionais e diplomatas de carreira estadunidense atuaram com fortes *lobbies* sobre o governo brasileiro para a mudança do marco regulatório do pré-sal, por outro lado, a Quarta Frota funciona como mais um elemento de coerção em relação aos seus vizinhos do Sul e de dissuasão de qualquer outro poder rival imperial na região, sobretudo com o avanço da superpotência chinesa sobre os mercados latino-americano e africano.

O Sistema Interestatal Capitalista vive numa permanente guerra de estratégias estatais-empresariais. E o Atlântico Sul não está de fora das disputas. Além das riquezas econômicas, a região carece de um forte poder estatal regional e de exercícios de cooperação interestatal que propiciassem a materialização de uma incisiva agenda de segurança e de desenvolvimento que fossem capazes repulsar interesses e movimentos geopolíticos exógenos.

**Figuras 24 e 25: Frotas navais dos EUA pelo mundo e a Quarta Frota Naval no Atlântico Sul.**



Fonte: Poggio e Silva, 2010.

Além disso, a relativa perda de poder estadunidense na América Latina, principalmente na primeira década do século XXI, fez dessa reativação mais um esforço para manter as Américas como o espaço estratégico imediato e a zona hemisférica de incontestável influência e supremacia militar dos Estados Unidos.

Com o discurso “cosmopolita” de combate aos “novos inimigos da segurança internacional”, como o terrorismo e o narcotráfico, a Quarta Frota dos Estados Unidos funciona, na verdade, como um poder responsável pela atenção militar, pela coerção e dissuasão de outros poderes estatais na América Latina.

Vejamos a colocação de Tania Castro:

(...) A reativação desta base ocorre poucas semanas depois da invasão da Colômbia ao território equatoriano com armas e tecnologia dos EUA, o que causou um profundo repúdio entre os líderes latino-americanos, expressado na reunião do Grupo do Rio, demonstrando o enfraquecimento do poder estadunidense na região. (...) A Quarta Frota será encarregada de

patrulhar os mares latino-americanos. Ela terá sob sua responsabilidade mais de 30 países do continente, cobrindo 15,6 milhões de milhas quadradas nas águas adjacentes das Américas Central e do Sul, o mar Caribe e suas 12 ilhas, México e os territórios europeus neste lado do Atlântico (CASTRO, 2008, ON LINE).

Como colocado por Poggio e Silva (2010), desde os estudos de Mahan (1890) sobre **A influência do Poder Marítimo ao longo da História 1660-1783**, os tomadores de decisão dos Estados Unidos enxergam a projeção do poder imperial do país inexoravelmente associado à capacidade de atuação e mobilidade de seu poder naval igualmente em escala global.

A condução da política externa dos EUA nos últimos cem anos esteve vinculada ao emprego das Forças Armadas em caráter global. Para melhor conduzir esta política, os norte-americanos dividiram o mundo em regiões estratégicas. O USSOUTHCOM, que engloba o Brasil. Com a Quarta Frota, as forças navais estadunidenses terão um comando de alto nível especificamente dedicado a supervisionar as tarefas de suas unidades na América Latina e no Caribe. Estes objetivos seriam melhor alcançados com uma reorganização administrativa, reduzindo as atribuições geográficas da Segunda Frota e repassando-a, em parte, para a Quarta Frota. A recriação da Quarta Frota não é nada mais que um passo administrativo para melhor organizar o USSOUTHCOM. Se uma intervenção for necessária em um determinado ponto da América Latina, ela será feita com os meios que estiverem disponíveis (POGGIO E SILVA, 2010, ON LINE).

A reativação da Quarta Frota estadunidense é apenas mais uma das questões importantes que conectam em rede os estudos da presente pesquisa. As recentes transformações regulatórias relativas ao pré-sal brasileiro, o discurso *soft power* da geopolítica ambiental e a necessidade de segurança do Atlântico Sul formam um complexo quadro de análise. O fato da maior parte do petróleo importado pelos Estados Unidos ser proveniente da América Latina, da ampla maioria do petróleo importado também passar pelo comércio marítimo do Atlântico Sul e dessa zona oceânica, como colocado anteriormente, voltar a ser alvo de fortes interesses pelas recentes descobertas de bacias petrolíferas *offshore* sob a posse de países historicamente à margem das questões de poder do Sistema Interestatal, podem ajudar na percepção de que as recentes mudanças no marco regulatório do pré-sal e o próprio afastamento brasileiro sobre o Atlântico Sul fazem parte de um enredo estrategicamente construído e conectado com fortes interesses da geopolítica do poder e da riqueza.

Outros elementos extremamente complexos em relação aos interesses geopolíticos e geoestratégicos sobre o Atlântico Sul devem ser colocados. Além do empenho Britânico na manutenção do domínio sobre as Ilhas Falkland (ou Malvinas), este mesmo país possui na Ilha de Ascensão, localizada taticamente na parte central do

Atlântico Sul, entre os litorais do Brasil e da África Ocidental, a sede da Força Aérea Real do Reino Unido. Da Ilha de Ascensão foram coordenados e comandados os ataques na Guerra das Malvinas (1982). A Ilha é a base para as operações militares britânicas e estadunidenses na região e também funciona como uma zona militar de segurança para os demais membros da OTAN.

Ao novamente problematizar sobre a “crescente valorização do mar como nova fronteira exploratória de recursos naturais”, Brozoski (2013, p.98) ilustra os interesses das Grandes Potências sobre o Atlântico Sul.

(...) o fortalecimento do interesse pelos recursos da Área tem intensificado a já existente ação das grandes potências no sentido de expandir e manter o controle de ilhas e zonas estratégicas na região (Malvinas, Antártida, Cabo da Boa Esperança, Passagem de Drake, etc). Estes territórios, além de serem pontos de apoio para possíveis operações militares, permitem aumentar a viabilidade de exploração dos fundos oceânicos (BROZOSKI, *Op. Cit.*, p. 97-98).

Em Ascensão estão diversos aspectos da inteligência militar dos Estados Unidos e do Reino Unido, sobretudo aqueles vinculados às atividades de espionagem, de sistema de informações, do setor aeroespacial, da rede de satélites de monitoramento global e de estações de rádio civil e militar.

A figura abaixo representa bem como o Atlântico Sul ainda é crucial para a manutenção da hegemonia do eixo Estados Unidos – Reino Unido – OTAN sobre a região.

**Figura 26: Poder do Reino Unido sobre o Atlântico Sul.**



Fonte: Sítio eletrônico da Marinha do Brasil (sem dados quanto ao ano de publicação).

Como disse o ex-ministro Nelson Jobim:

(...) depois da Guerra Fria, a OTAN passou a servir de instrumento de seu membro exponencial, os EUA, e dos aliados europeus. Por meio do novo conceito da aliança, divulgado em 1999, a força pode intervir em qualquer parte do mundo a pretexto de ações antiterror ou humanitárias, e de contenção às ameaças à democracia ou nas agressões ambientais (ESTADÃO, 2010, ON LINE).

Conforme verificado em Metri (2013b) acerca dos riscos geopolíticos que o Brasil assume com o novo marco do pré-sal, há um forte desejo de influentes personagens da estrutura de poder estadunidense em incluir o conceito de “segurança energética” no Artigo 5º da OTAN, que vislumbra construir um sistema de defesa através da qual todos os signatários se comprometem a dar uma resposta mútua a qualquer ataque externo aos membros.

Ainda nesse prisma contemporâneo, o saudoso professor Moniz Bandeira, em seu último livro, **A Desordem Mundial – O Espectro da Total Dominação**, de 2016b, coloca como a “geopolítica de crimes” praticados pelas Grandes Potências alimentam “movimentos neoconservadores” e apresentam reflexos não apenas em países com conflitos civis como Iraque, Líbia, Síria, Ucrânia, mas também no Brasil. Por trás de discursos humanitários e pró-ocidente, fundamenta-se a ideia da consolidação de um contexto propício para a apropriação do petróleo e de outros recursos naturais de países vulneráveis (BANDEIRA, *Op. Cit.*). E complementa: “os golpes de Estado, ocorridos, sobretudo, a partir da Segunda Guerra Mundial, como no Brasil, Argentina, Chile etc., foram encorajados pelos Estados Unidos, cujas intervenções, diretas e/ou indiretas, só produziram, desde o fim da Guerra Fria, guerras, terror, caos e catástrofes humanitárias” (MONIZ BANDEIRA, 2016a, ON LINE).

Para compreendermos a importância estratégica do Atlântico Sul para a projeção externa e segurança interna do Brasil, vejamos os pontos cruciais levantados na análise do CGEE<sup>80</sup> (2013).

O Atlântico Sul é uma reserva e uma fonte importante de recursos econômicos, um meio de transporte e intercâmbio comercial e também um meio de projeção de poder por meio da cooperação ou da coerção. Além das novas reservas de petróleo do pré-sal brasileiro, também existem reservas na plataforma continental argentina e foram comprovadas expressivas reservas de petróleo *offshore* na área do Golfo da Guiné, sobretudo na Nigéria e em Angola, e no Congo, Gabão, São Tomé e Príncipe. Ainda na costa ocidental africana, a Namíbia possui grandes reservas de gás, e a África do Sul, de carvão. Também existem no Atlântico Sul crostas cobaltíferas, nódulos

---

<sup>80</sup>CGEE. **Dimensões estratégicas do desenvolvimento brasileiro: Brasil, América Latina e África: convergências geopolíticas e estratégias de integração**. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Vol. 3, 2013.

polimetálicos contendo níquel, cobalto, cobre e manganês, sulfetos polimetálicos contendo ferro, zinco, prata, cobre e ouro, além de depósitos de diamante, ouro e fósforo, entre outros minerais relevantes. E também, na Antártida, já foram identificadas grandes fontes energéticas e minerais. Além disso, o Atlântico Sul é uma via de transporte e comunicação fundamental para a América do Sul e para a África. Conforme observamos na introdução, mais de 90% do comércio internacional brasileiro flui pelo Atlântico, e quase toda a sua importação de petróleo também atravessa suas águas, que têm sido uma alternativa importante para o transporte de navios de grande porte ou que transportam materiais de mais alta periculosidade, pelo Canal de Beagle. Além da sua importância econômica, o Atlântico Sul também deve ser visto como um importante meio de projeção de poder e de defesa e segurança dos territórios dos países situados nos seus dois lados, exigindo uma presença ativa desses países que seja capaz de fazer respeitar seus direitos e interesses (CGEE, *Op. Cit.*, p. 127-128).

O Atlântico Sul deveria ser observado politicamente sob um constante regime de vigilância, compartilhamento de informações e estratégias de soberania pelos países sul-americanos e africanos para fazer frente aos interesses das Grandes Potências sobre a região, principalmente pelas riquezas existentes nas zonas costeiras.

Urge a necessidade de maiores esforços interestatais de cooperação regional sobre a região do Atlântico Sul. A Zopacas<sup>8182</sup> – **Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul** – criada em 1986 após iniciativa do Brasil durante a Guerra Fria, deveria ser revalorizada, ampliada e tratada como um fórum com maior proeminência geopolítica e presença assertiva para reforçar a soberania dos países da região sobre a zona oceânica.

O Atlântico Sul faz parte do Oceano Atlântico e está situado no Hemisfério Sul, ao sul do Equador. Foi o grande elo de comunicação e transporte dentro da “economia-mundo” escravista, entre os séculos XVI e XIX, quando sua importância econômica e estratégica foi suplantada pelo Atlântico Norte. Apesar disso, a Bacia Atlântica segue sendo, ainda hoje, a grande área ou via de conexão entre a América do Sul e a África e voltou a ter uma importância estratégica, sobretudo depois da Guerra das Malvinas, em 1982, e da descoberta de novas reservas de petróleo dos dois lados do oceano. A própria Guerra das Malvinas levou o Brasil e outros países do entorno do Atlântico Sul, em particular a Nigéria, a promover uma mobilização contra a sua militarização, que culminou com a aprovação pelas Nações Unidas da criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas) (CGEE, *Op. Cit.*, p. 127-128).

---

<sup>81</sup> A criação da Zopacas foi aprovada pela Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas. Em suma, a Zopacas busca a promoção da cooperação regional e a manutenção da paz e segurança na região do Atlântico Sul.

<sup>82</sup> Como um caso ilustrativo, os aspectos que envolvem a formação da Zopacas traduzem as históricas disputas geopolíticas sobre os países periféricos e semiperiféricos do Sistema Interestatal. Por ser um pioneiro exemplo de cooperação institucional, política e diplomática ao nível dos países do Sul, o fórum buscava, em sua origem, a eliminação da presença militar de países externos à organização na região e a defesa do Atlântico Sul como uma zona livre da corrida imperial bipolar da Guerra Fria. A sessão que aprovou o fórum na Assembleia Geral das Nações Unidas contou com a reprovação dos Estados Unidos e as abstenções de países aliados da Guerra Fria como Bélgica, França, Itália, Alemanha Ocidental, Portugal, Japão e Países Baixos.

Sobre os elementos que envolvem os assuntos marítimos do direito internacional, a CNUDM realizada em Montego Bay, Jamaica, em 10 de dezembro de 1982, consagrou os conceitos de *Mar Territorial*, *Zona Econômica Exclusiva* e *Plataforma Continental*. A CNUDM também trabalhou aspectos das regras internacionais e de soberanias nacionais sobre a exploração dos recursos naturais do mar, como os recursos vivos, os do solo e os do subsolo.

O portal eletrônico da ONG ambientalista brasileira **O Eco** traz, de maneira didática, importantes definições sobre os conceitos de *Mar Territorial* e *Plataforma Continental*, relacionando com o caso brasileiro, especialmente com o Atlântico Sul, que possui a *Zona Econômica Exclusiva Brasileira (ZEE)*, também conhecida como a nossa *Amazônia Azul*.

**Tabela 10: Conceitos de Mar Territorial, Plataforma Continental e Amazônia Azul.**

<b>Mar Territorial</b>	<b>Plataforma Continental</b>	<b>Amazônia Azul ou Zona Econômica Exclusiva brasileira</b>
É a faixa de mar que se estende até 12 milhas náuticas (22 km), contadas a partir do litoral, que é considerada como parte do território do país costeiro. A soberania é exercida também sobre o espaço aéreo sobrejacente, bem como seu leito e subsolo, como é feito em terra. É a partir do limite do mar territorial (ou águas territoriais) que são contadas as 200 milhas de extensão da Zona Econômica Exclusiva (O ECO, 2015).	Compreende a porção do leito e subsolo marinhos, uma margem continental que começa na linha de costa e desce com um declive suave até o talude continental (onde o declive é muito mais pronunciado) ou até atingir a distância limite de 200 milhas náuticas - para os casos em que a margem continental não atinge esta distância. Caso a margem continental se estenda além das 200 milhas náuticas, o Estado costeiro poderá pleitear junto à ONU o prolongamento da plataforma continental, até um limite de 350 milhas náuticas (O ECO, 2015).	A ZEE brasileira tem uma área oceânica aproximada de 3,6 milhões de km <sup>2</sup> . Trata-se de uma área oceânica com tamanho equivalente a cerca de 40% do território brasileiro. Devido à sua importância estratégica e riquezas naturais, a Marinha do Brasil, responsável pela sua defesa, a chama de "Amazônia Azul". O valor da "Amazônia Azul" é comparável à "Amazônia Verde". A região possui riquezas e potenciais econômicos como a pesca, a mineração, uma enorme biodiversidade de espécies marítimas, petróleo, e o aproveitamento de energia maremotriz e energia eólica em alto-mar ou <i>offshore</i> (O ECO, 2015).

Fonte: Adaptado do sítio eletrônico do portal O ECO, 2015.

Importante sublinhar o simbolismo do termo Amazônia Azul para designar a ZEE do Brasil. O termo foi difundido pela Marinha brasileira com o objetivo de criar no imaginário da sociedade um juízo do mar como recurso potencialmente estratégico para a proteção do meio ambiente, para o desenvolvimento da ciência e de atividades de

turismo para uma mudança de patamar socioeconômico, inclusive com atividades produtivas mais dinâmicas e, especialmente, para o entendimento do conceito de soberania nacional frente a permanente cobiça internacional, sobretudo após as descobertas das reservas *offshore* do pré-sal.

Para além do efeito metafórico do significado Amazônia Azul, a região é, certamente, um patrimônio nacional que necessita de fortes investimentos científicos e tecnológicos, de defesa militar e de desenvolvimento socioeconômico. A Amazônia Azul possui uma dimensão territorial relativamente um pouco menor do que a Amazônia verde. E em termos de recursos, é tão valiosa e estratégica como a vizinha mais famosa.

O Brasil, que já possui a maior zona costeira e a mais extensa plataforma marítima entre os países do Atlântico Sul, contesta junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da CNUDM a extensão dos limites de sua Plataforma Continental além das 200 milhas náuticas de sua ZEE na esperança de descobrimento de novas reservas de recursos economicamente rentáveis.

Vejamos um pouco do histórico do Itamaraty junto às Nações Unidas.

Em 2004, o Brasil submeteu à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) proposta de delimitação de sua Plataforma Continental para além das 200 milhas marítimas (Plataforma Continental Estendida - PCE), solicitando o reconhecimento de cerca de 960.000 km<sup>2</sup> adicionais à atual definição de sua plataforma continental, distribuídos nas regiões Norte (região do Cone do Amazonas e Cadeia Norte-Brasileira), Sudeste (região da Cadeia Vitória-Trindade e Platô de São Paulo) e Sul (região do Platô de Santa Catarina e Cone do Rio Grande). O pleito corresponde à área equivalente a dos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Caso aprovado, a área oceânica sob jurisdição brasileira totalizaria 4,4 milhões de km<sup>2</sup> – o que representa cerca de metade da parte terrestre do território nacional. Em 2007, a CLPC publicou parecer que não atendia integralmente o pleito brasileiro. As recomendações daquele órgão apontavam problemas para a incorporação de cerca de 20% a área reivindicada pelo Brasil, que compreendem as seguintes regiões: Foz do Amazonas e Cadeia Norte-Brasileira; Cadeia Vitória-Trindade; e Margem Continental Sul. O Governo brasileiro decidiu preparar proposta revisada dos limites exteriores de sua Plataforma Continental, de forma a responder às recomendações da CLPC e assegurar a aprovação para a totalidade da demanda brasileira. Foi iniciada, assim, em dezembro de 2008, no âmbito do LEPLAC, nova fase de coleta de dados na margem continental brasileira. Desde a finalização da tarefa, em 2010, o LEPLAC vem conduzindo os trabalhos de processamento e interpretação dos novos dados coletados, bem como de elaboração de nova proposta a ser apresentada à CLP (ITAMARATY).

O país defende a incorporação de uma área de um pouco mais de 900 mil km<sup>2</sup>, o que faria da ZEE brasileira correspondente a mais da metade da superfície territorial do Brasil com um total de 4 milhões e 500 mil km<sup>2</sup>.

O território marítimo brasileiro tem cerca de 3,6 milhões de km<sup>2</sup>. O Brasil está pleiteando, junto à Organização das Nações Unidas, um acréscimo de 950 mil km<sup>2</sup> a essa área, em regiões onde a Plataforma Continental vai além das 200 milhas náuticas (370 km). Caso aceita a proposta brasileira, as águas jurisdicionais brasileiras totalizarão quase 4,5 milhões de km<sup>2</sup>. Uma área maior do que a Amazônia verde. Uma Amazônia em pleno mar. A Amazônia Legal tem uma área de aproximadamente 5.217.423 km<sup>2</sup>, o que corresponde a 61% da área continental do Brasil (8.553.152 km<sup>2</sup>). No mar, a ZEE brasileira, cujo limite exterior é de 200 milhas náuticas, tem uma área oceânica aproximada de 3.539.919 km<sup>2</sup>, os quais, somados aos cerca de 950.000 km<sup>2</sup> de plataforma continental, reivindicados junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU, perfazem um total de 4.489.919km<sup>2</sup>, delimitando o que denominamos de Amazônia Azul, uma extensa área oceânica, adjacente ao continente brasileiro, e que corresponde a aproximadamente 52% da nossa área continental. Nessa imensa área oceânica, o Brasil possui interesses importantes e distintos. Cerca de 95% do comércio exterior brasileiro passam por essa massa líquida, movimentando nossos mais de 40 portos nas atividades de importação e exportação (PINTO E BETANÇA, 2014, p. 10).

Entretanto, difícil acreditar que o pleito brasileiro ainda terá força interna e escuta externa após a mudança do marco regulatório do pré-sal que tornou possível a entrada de fortes interesses estatais-empresariais na ZEE nacional por meio de direitos adquiridos via licitações.

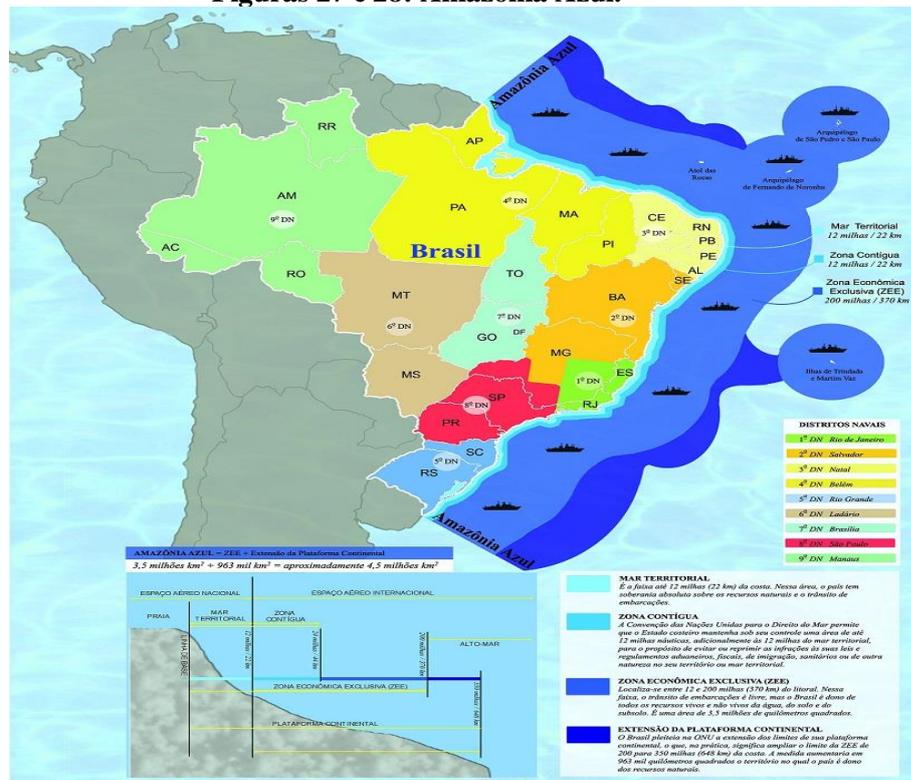
Como colocado por Metri num contexto mais suave em 2013 com o advento do primeiro leilão do Pré-Sal e que, atualmente, faz um sentido ainda maior, sobretudo com os leilões de 2017 já com a revogação da obrigatoriedade da participação da Petrobras, o Brasil legitima a entrada de consórcios estatais-empresariais com vastos históricos de conturbação política em diversas regiões globais pela posse do hidrocarboneto e com capacidade militar superior à nacional. Nas observações do professor, “negligenciaram-se potenciais situações de litígios, decorrentes de crises e tensões internacionais que podem gerar interesses estratégicos distintos entre as empresas que compõem o consórcio e entre seus respectivos Estados nacionais de origem” (METRI, *Op. Cit.*, ON LINE).

Importante fazer uma ponte com a problematização que Samuel Pinheiro Guimarães (2005) traz acerca dos riscos contemporâneos de violação de soberania a partir de novas ferramentas discursivas e regulatória de poder.

Sob o moderno argumento da era da cidadania global procura-se justificar a adoção de regras internacionais que limitariam a soberania brasileira em certas regiões de seu próprio território. Organismos internacionais, ONGs e formadores ideológicos de opinião elaboram e divulgam com persistência o conceito de bens públicos globais, não fornecidos pelo mercado, mas essenciais para a produção de bens privados (GUIMARÃES, *Op. Cit.*, p. 200).

Se o Atlântico Sul já é uma fronteira econômica, isto é, um espaço de alto interesse e valor estratégico para a exploração e investimentos de capital, o Brasil pode estar perdendo mais uma chance de ser o promotor industrializante de um padrão de desenvolvimento pautado no conhecimento da natureza. Com grande parte dos recursos naturais já explorados e com potencial já conhecido, as reservas estratégicas sul-atlânticas possuem valor inestimável, daí a metáfora do espaço marinho brasileiro como “Amazônia Azul”.

**Figuras 27 e 28: Amazônia Azul.**



Fonte: Imagens obtidas nos sites eletrônicos da ADESG (18) e Marinha do Brasil (19) (sem dados quanto ao ano de publicação).

A defesa militar do Atlântico Sul e o aproveitamento do potencial biotecnológico, energético e dos recursos minerais dos fundos dos mares dependem, necessariamente, de fortes investimentos na indústria naval do país e, sobretudo em CT&I. Como a história demonstra, não há proteção do território sem uma utilização plena e com base em ocupação e atividades que gerem cadeias de valor, emprego e renda para a sociedade.

Nesse prisma, o pré-sal sob o comando do Estado brasileiro deveria ser encarado também como um elemento de barganha e cooperação estratégica com outros Estados que poderiam oferecer apoio político e financeiro para o desenvolvimento do espaço marinho do país.

A Amazônia Azul é apenas um dos grandes espaços de riqueza energética e de elevada biodiversidade do Atlântico Sul. E o Brasil, como o país que possui o litoral e a plataforma marítima mais extensa da região, deveria ser o líder de um processo de cooperação regional para afastar os interesses exógenos que atuam de variadas maneiras, como através de um falso ambientalismo neoliberal travestido de interesses humanitários, que foi capaz de influenciar na mudança no marco regulatório do pré-sal justamente por levantar a bandeira que os recursos hidrocarbonetos já não são importantes e necessários para o desenvolvimento dos territórios e que os Estados apresentam uma gestão menos eficiente, inclusive sob o ponto de vista ecológico.

Frischtak (2012, p. 51), complementa e faz ao coro à necessária presença do Brasil como um guia dessa discussão.

O Brasil é uma potência ambiental pela abundância dos recursos naturais tanto em terra como nos ambientes aquáticos, pelas fontes de energias renováveis (água, vento, sol e biomassas), pelo elevado grau de biodiversidade encontrado nos seus ecossistemas e pela natureza essencial para o equilíbrio climático de seu principal bioma, a Floresta Amazônica (FRISCHTAK, 2012, p. 51).

A Marinha brasileira chama a Amazônia Azul de “Mar Patrimonial” e “Território Imerso”, defendendo uma presença do poder naval em todo o Atlântico Sul, sobretudo pela construção dos submarinos nucleares nacionais. Pelo menos para as nossas forças armadas, o Atlântico Sul ainda deve ser tratado como uma área geoestratégica de interesse vital para o Brasil.

O CGEE (2013) expõe a importância do Atlântico Sul em razão da riqueza de seu fundo marinho e da necessidade de atenção do Brasil para o seu espaço territorial marítimo.

Finalmente, situado entre os dois continentes, a Bacia do Atlântico Sul se transformou num espaço de interesse estratégico fundamental para o Brasil, sobretudo depois da descoberta das reservas de petróleo do pré-sal dentro da plataforma marítima do Brasil, sua Amazônia Azul. A Bacia do Atlântico Sul tem importantes recursos biológicos, minerais e energéticos tanto na costa brasileira quanto na africana ou mesmo na sua zona de jurisdição internacional. O comércio marítimo brasileiro se dá prioritariamente pelo Atlântico e representa 90% do comércio internacional do país. Além disso, cerca de 95% das reservas totais de petróleo do Brasil e 85% de suas reservas de gás natural estão no mar, assim como 90% de sua produção atual de petróleo e 75% de sua produção de gás, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP). O Brasil possui três ilhas atlânticas e tem importante projeção sobre o território da Antártida. Entretanto, o Atlântico Sul coloca um problema estratégico complicado para o Brasil, já que se encontra, desde o século XIX, sob o controle incontestado do poder naval britânico e norte-americano. Entre 1952 e 1977, a Marinha brasileira esteve sob tutela material e estratégica dos EUA e só começou a desenvolver seu próprio planejamento autônomo a partir da denúncia do Acordo Militar com os EUA e da formulação de seu Plano Estratégico da Marinha, no ano de 1977. O sucesso futuro dessa nova concepção estratégica do Estado brasileiro dependerá muito da evolução das transformações mundiais que estão em curso, e da maneira como o Brasil vai conseguir utilizá-las em seu favor. E tudo isso dependerá muitíssimo de sua própria persistência estratégica e do grau de mobilização e apoio que obtiver da sociedade brasileira. Ademais, o Brasil se enfrentará com seus próprios limites financeiros e com a precariedade de seu equipamento militar, em particular na disputa pelo Atlântico Sul (CGEE, *Op. Cit.*, p. 11-12).

Brozoski (*Op. Cit.*, p. 99) complementa e coloca que “ao buscar projetar-se de forma mais incisiva sobre o Atlântico Sul, o Brasil estende sua esfera de atuação para fora do âmbito regional e entra em uma órbita de ação onde a dinâmica competitiva do Sistema Interestatal Capitalista é muito mais intensa”.

Carlos Roberto Leite (2011, p. 128 *Apud* CGEE, p. 130) também traz importantes reflexões sobre a importância da segurança costeira e dos desafios associados ao controle e ao desenvolvimento do espaço marinho brasileiro.

Cerca de 80% da nossa população está a menos de 200 km do litoral. Aproximadamente, 80% da geração de renda, assim como 80% do consumo de energia elétrica, estão relacionados a essa faixa do território nacional. Em relação às nossas águas jurisdicionais, cabe destacar que: cerca de 90% da produção nacional do petróleo é extraída do mar; a biodiversidade da Amazônia Azul é superior à da Amazônia Verde; e o Atlântico Sul exerce uma grande influência sobre o clima. Daí a importância de nós conhecermos esse oceano e seus recursos naturais, bem como termos mecanismos para tomar conta dessa grande área marítima que nos pertence.

Mas não se pode imaginar a defesa do Atlântico Sul sem a incorporação de países-chaves como Angola e Nigéria, grandes produtores de petróleo, e Argentina e África do Sul, países que possuem dimensões e posições espaciais estratégicas e que poderiam ser cruciais para a criação de uma cooperação regional voltada a mitigação

dos interesses das Grandes Potências, incluindo aí a China, sobre as riquezas do Atlântico Sul.

E como sempre frisou o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, sobretudo enquanto foi Secretário de Assuntos Estratégicos, “se o Brasil não cooperar com os países africanos, sobretudo os da África Ocidental, outros países o farão, como a China, que já está penetrando na África com grande velocidade”.

Padula complementa a reflexão do Embaixador e traz alguns pontos essenciais dos desafios geopolíticos vinculados à projeção externa do Brasil.

O Brasil sofre de uma dualidade geográfica que tem implicações geopolíticas. É um país, ao mesmo tempo, continental e marítimo, tem uma frente terrestre e uma frente marítima. O entorno estratégico do Brasil não é somente a América do Sul, mas alcança a sua fronteira oriental, alcança a costa ocidental da África, e isso mesmo antes de o pré-sal ter sido descoberto. Nesse sentido, é importante que o Brasil promova o desenvolvimento dos países da América do Sul e traga-os para sua esfera de influência, o que é importantíssimo para afastar a influência econômica, política e ideológica de potências externas à região. É interessante para o Brasil promover o desenvolvimento do seu entorno não apenas por uma política externa de “generosidade”, mas para promover um entorno estratégico sul-americano mais seguro e mais afastado da projeção política, econômica e ideológica de potências externas. A relação do Brasil com a América do Sul é importante no sentido da segurança e também para ter uma voz mais influente no âmbito internacional. (PADULA<sup>83</sup>, 2012 *Apud* CGEE, 2013, p. 252).

O CGEE novamente aborda a importância do pré-sal e de outras riquezas geoeconômicas presentes no espaço marinho brasileiro do Atlântico Sul.

O Pré-Sal está a mais de 150 milhas da costa brasileira. Os campos Tupi, Carioca, Guará e Júpiter, na costa sudeste-sul do país, estão no limite da zona econômica exclusiva. Há formações semelhantes àquelas nas quais se encontram petróleo e gás em regiões um pouco mais afastadas da costa, mas ainda na área reivindicada pelo Brasil como parte de sua plataforma continental. É importante salientar que o potencial econômico do subsolo marítimo vai além dos hidrocarbonetos.(...) Há grande quantidade de cascalho e areia para a construção civil a uma profundidade média de 30 metros, entre o Espírito Santo e o Maranhão. Existem ainda muitos minerais valiosos, como diamante, zircônio (utilizado no revestimento de reatores nucleares), ilmenita (utilizada na indústria aeronáutica e aeroespacial) e potássio (de grande uso na indústria de fertilizantes) (CGEE, 2013, p. 130-131).

Oficialmente, o *lobby* do Itamaraty junto às Nações Unidas utiliza como argumento a defesa da desmilitarização do Atlântico Sul e de uma política de projeção de poder cooperativa com os demais países da bacia marítima do Atlântico sul Oriental e Ocidental. Uma estratégia que poderia ser revalorizada para a segurança marítima da

---

<sup>83</sup> Reflexão colocada no **Seminário sobre Relações Sul/Sul da Perspectiva Estratégica Brasileira**, promovido pelo CGEE, em 2012.

região seria a intensificação das parcerias estratégicas de cooperação regional com os países de Língua Portuguesa (CPLP).

A cooperação regional poderia ser uma tentativa de Estados com processos históricos de colonização exploratória e repressão econômica similares para tentar vencer o subdesenvolvimento e os riscos de violação de soberania. Numa região marcada pela supremacia política, econômica, ideológica e militar dos EUA, pela forte presença de um cordão militar britânico em múltiplas ilhas sul-atlânticas e pela emergência da China como potência econômica e que já assegurou a região como um mercado estratégico de fornecimento de commodities para a sustentação de seu mercado, a integração entre os Estados do Atlântico Sul representaria um processo de inter-relacionamento e interdependência multidimensional dentro de um contexto contemporâneo de globalização e de regionalização da economia-mundo.

Ianni (1999) aponta que a regionalização econômica pode ser vista como um processo por meio do qual a globalização recria a nação, de modo a inseri-la na dinâmica da economia-mundo transnacional. A regionalização econômica é estimulada porque, ao se integrarem as economias nacionais, redefine fronteiras e políticas econômicas, além de rearticular as forças produtivas. Tal processo se constitui como parte integrante de um novo parâmetro para a articulação das nações e do desenvolvimento do capitalismo.

Os impactos da globalização e da regionalização concomitantes ao avanço tecnológico da informática, do incremento da conectividade global através de múltiplas redes e dos meios de telecomunicação, informação e transportes, reduziram as distâncias e a compressão da relação espaço-tempo. A multiplicação dos tratados bilaterais e de acordos regionais no contexto do Atlântico Sul incrementaria as relações políticas e socioeconômicas interestatais e funcionaria como uma espécie de repulsa a poderes exógenos à região.

A integração dos Estados do Atlântico sul poderia, inclusive, contribuir com as pretensões geopolíticas globais do Brasil, sobretudo de seu histórico interesse de ser um protagonista no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Este milênio promete ser o do conhecimento daqueles que se apropriarem do melhor aproveitamento da tecnologia, da natureza e da biodiversidade. Os países que agirem neste modelo de desenvolvimento, em consonância com a sustentabilidade do meio e das próximas gerações, serão os líderes de um novo momento histórico e de uma nova geopolítica das nações.

Sobre o caso brasileiro, desperdiçar as possibilidades trazidas pelo petróleo com a mudança no marco regulatório do pré-sal e oferecer margem para a atuação de novos poderes no espaço marinho do Atlântico Sul são aspectos que somente contribuirão para a perpetuação de nossa condição de dependência e subordinação.

Mas pensar o Atlântico Sul apenas como fronteira de recursos minerais é desvalorizar o valor estratégico desse importante espaço marítimo. É preciso pensar uma valoração econômica como uma estratégia de defesa do capital natural (MOTA, 2006) e da integridade territorial. É preciso inserir a população nesse processo, buscando a promoção do bem-estar e de justiça socioambiental.

Buscar um modelo que utilize a natureza como estratégia de defesa e desenvolvimento aliado à manutenção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos é uma das formas de modificar as pressões mercantilistas, ideológicas e utópicas sobre a região. Os Estados nacionais que estão inseridos na bacia Sul-Atlântica devem ter o controle deste território e serem os principais agentes de transformação. O conhecimento e o inventário dos bens e serviços que a natureza pode oferecer têm que ser uma política pública de Estado. O patrimônio natural, hoje, é um valor estratégico e, por isso, deve ser parte do interesse nacional-continental, já que a cooperação e o desenvolvimento regional dependem de ações conjuntas e complementares dos Estados nacionais.

A estratégia pode ser a de tornar o Atlântico Sul um ‘laboratório vivo’ com base em CT&I, inclusive com a criação de uma empresa pública plurinacional sul-americana e africana para a exploração das potencialidades regionais.

Como uma importante inovação institucional, a criação de empresas de gestão conjunta dos países sul-atlânticos para a questão do desenvolvimento e controle territorial de seus respectivos espaços marinhos seriam alternativas viáveis às crescentes pressões geoeconômicas e militares na região.

Vejamos a importante colocação da Marinha do Brasil acerca da importância de uma constante vigilância e de uma verdadeira incorporação da Amazônia Azul ao território útil do país.

A proteção da Amazônia Azul é uma tarefa complexa. São 4,5 milhões de quilômetros quadrados de área a ser vigiada. Se a ação for tímida, ilícitos como pirataria, contrabando, despejos ilegais de material poluente, exploração da fauna, entre outros, encontram terreno fértil de propagação. Um navio estrangeiro já foi surpreendido sugando furtivamente água doce na foz do rio Amazonas. Petroleiros usam a costa brasileira para desovar lastro poluído. Ações de patrulha marítima, realizadas pela Marinha do Brasil, visam a evitar os ilícitos e combater infratores nas águas jurisdicionais

brasileiras. Por outro lado, é do subsolo marinho, no limite da ZEE, mas, futuramente, no limite da plataforma continental estendida, que o Brasil retira a maior parte do seu petróleo e gás, elementos de fundamental importância para o desenvolvimento do País. Embora com futuro incerto, ainda que promissor, o Brasil, nos limites da sua Amazônia Azul, poderá explorar e aproveitar os recursos minerais do solo e subsolo marinhos, entre eles os nódulos e sulfetos polimetálicos, as crostas manganésíferas, os hidratos de gás e as crostas de cobalto (MARINHA DO BRASIL).

O Itamaraty, numa longa trajetória de defesa do reconhecimento do alargamento da Plataforma Continental Brasileira por meio de análises técnicas e científicas junto às Nações Unidas, especialmente desde 1989, quando surgiu o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC), afirma que “por meio da extensão da área reconhecida como sua plataforma continental, o Brasil aumenta o espaço no qual não se poderá aproveitar recursos naturais sem o consentimento brasileiro” (ITAMARATY).

As ponderações oficiais do Itamaraty, da Marinha Brasileira e da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) trazem importantes reflexões acerca do Atlântico Sul. Ambos acreditam que o país deva ter uma visão estratégica de segurança nacional sobre a nossa Amazônia Azul.

Os recursos minerais marinhos constituem-se num grande filão econômico. Países como o Japão, França, Inglaterra, Estados Unidos, Holanda e Dinamarca destacam-se na exploração de granulados (cascalhos, areias e argilas), usados principalmente na construção civil e na fabricação de cerâmicas. Depósitos de minerais pesados, derivados da erosão de rochas continentais, como ouro, platina, magnetita, óxidos de titânio e mesmo diamantes, são explorados em diversas partes do mundo. Tailândia, Malásia e Indonésia, por exemplo, exploram os depósitos de cassiterita em suas plataformas continentais há mais de um século. Japão e Nova Zelândia extraem magnetita do mar. No Alasca e no Oregon (EUA) a exploração do ouro é feita nas praias. Existem, ainda, potencialidades menos tangíveis, como os nódulos polimetálicos no leito do mar. Eles são, basicamente, concentrações de óxidos de ferro e manganês, com significativas concentrações de outros elementos metálicos, economicamente importantes, como níquel, cobre e cobalto. Conhecidos desde o século XIX, sua exploração é ainda economicamente inviável. No entanto, considerando-se o exemplo do mineral mais explorado nos oceanos, o petróleo, que aplica a mais sofisticada tecnologia e apresenta os mais altos custos da indústria extrativista de bens minerais do mundo, a exploração dos nódulos polimetálicos tem amplas perspectivas de se viabilizar no futuro (MARINHA DO BRASIL).

Em suma, o Itamaraty e seus diplomatas de carreira possuem uma incessante atuação em defesa da soberania nacional com base na ampliação dos direitos do Brasil sobre seu entorno estratégico. Assim como a Marinha e a ADESG, que vêm clamando por políticas assertivas de segurança nacional sobre o entorno marítimo do nosso território.

A própria **Política Nacional de Defesa** afirma claramente os riscos que os “países detentores de grande biodiversidade, enormes reservas de recursos naturais e imensas áreas para serem incorporadas ao sistema produtivo”, como o pré-sal e o Atlântico Sul, “podem tornar-se objeto de interesse internacional” (PND, 2012, p. 19).

Por fim, durante alguns anos, sobretudo durante os primeiros quinze anos do século XXI, havia um elevado otimismo quanto à possibilidade do pré-sal alterar a política externa do país e os recursos obtidos com a exploração do seu petróleo possibilitar uma verdadeira revolução socioeconômica nacional. Contudo, vem sendo implementada uma agressiva ruptura político-institucional que pode ser vista pela interdependência da geopolítica ambiental com a geopolítica da energia e pela atuação de múltiplos atores com discursos voltados para a mitigação do papel do petróleo das reservas do pré-sal como elemento estratégico de desenvolvimento do Brasil e de segurança e cooperação interestatal na bacia do Atlântico Sul.

O que se espera, para os próximos anos, é que possamos recriar as bases para a formulação de um pacto político-social interessado na construção de alicerces que poderão criar as condições necessárias para um real desenvolvimento socioeconômico do país.

Um projeto nacional só poderá ser consolidado com a participação da sociedade pressionando os tomadores de decisão. É preciso cobrar e exigir daqueles que se encontram nas instâncias máximas do país, sobretudo no poder executivo e no parlamento, um verdadeiro comprometimento com os interesses nacionais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS – O BRASIL E A BUSCA DE SEU DESTINO: DESENVOLVIMENTO, SOBERANIA E A APROPRIAÇÃO GEOESTRATÉGICA DE SEUS RECURSOS**

Uma interpretação crítica sobre a nova geopolítica das nações nos mostrou que a questão ambiental é política e ambígua:

- Política, pois se trata de um tema decisivo nas relações internacionais que permeiam o mundo contemporâneo por tratar do uso do território, do controle de espaços, do acesso a recursos estratégicos para segurança industrial, energética e alimentar, da projeção de poder militar e das discussões sobre o direito à soberania através da difusão de um vago e contraditório cosmopolitismo global.
- E ambígua, já que a problemática é marcada por uma série de contradições relativas ao discurso e às práticas dos atores envolvidos no debate, bem como de uma série de ingerências geopolíticas com motivações político-econômicas e ideológicas distintas.

A atual fase do Sistema Interestatal Capitalista, a da globalização financeira, vem buscando afirmar modelos de desenvolvimento na periferia mundial que, necessariamente, exigem o domínio de CT&I. A mercantilização dos elementos da natureza, o controle de recursos estratégicos, a apropriação da biodiversidade e, ainda, a manutenção tanto das disparidades da divisão internacional do trabalho como das assimetrias no campo militar funcionam como algumas das facetas da geopolítica dos recursos naturais e da biodiversidade.

Os dois primeiros capítulos da pesquisa, em síntese, defenderam que as novas geopolíticas fazem parte do Sistema Interestatal Capitalista, como às relativas à questão ambiental. A geopolítica ambiental apresenta elementos extremamente contraditórios e com profundas conexões com os elementos hierárquicos e estruturantes da anarquia competitiva e expansionista do Sistema. O Sistema Interestatal Capitalista ainda é comandado pelos principais Estados-economias nacionais, mas possui novos atores não estadocêntricos com fortes projeções de poder, espacialidade territorial e relevância estratégica. Por meio de elementos que invocam um contraditório liberalismo transnacional e, ainda, pela atuação de múltiplos atores, multiescalares e multissetoriais, a questão ambiental pode ser uma discussão que traveste uma série de estratégias contemporâneas de poder interestatais.

Os novos atores e suas respectivas agendas podem funcionar como redes estratégicas dos maiores *players* globais, gerando profundos impactos na capacidade decisória de países periféricos e semiperiféricos carentes de um projeto nacional minimamente centrado num desenvolvimento socioeconômico soberano e autônomo.

Como colocado durante a pesquisa, a geopolítica ambiental se caracteriza como uma questão política e estratégica para o Brasil devido às variadas pressões – externas e internas, estatais e de novos atores sociais e agentes políticos – relacionadas à autonomia e à soberania do país sobre a capacidade de exercício de poder, de controle e de uso de seu vasto patrimônio territorial. Sendo assim, buscou-se demonstrar que a construção epistemológica formulada nos dois capítulos iniciais forma a base teórica para a compreensão dos alicerces sistêmicos que ocasionaram na mudança do marco regulatório do pré-sal brasileiro.

Em momentos de crises político-econômicas e institucionais internas, a pauta neoliberal (re)aparece como agenda necessária à solidez e a inserção sistêmica de países historicamente localizados na periferia do Sistema Interestatal. Nesse sentido, foi necessário fazer uma contextualização geopolítica acerca dos complexos elementos que envolveram e ainda envolvem o pré-sal brasileiro.

Com as transformações jurídicas e políticas acirradas após o pleito eleitoral de 2014 e que foram ampliadas em 2015 e 2016 no decorrer do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, a percepção do Estado brasileiro sobre a Petrobras e sobre o petróleo, especialmente, sobre as reservas do pré-sal, mudam radicalmente. A estratégia de uso e apropriação dessa fonte de energia passa de um prisma estratégico-estatal para uma perspectiva desregulamentada, privada e imediatista.

Ainda que os elementos competitivos interestatais da contemporaneidade levam a presente pesquisa ao entendimento de que o petróleo ainda é o presente e será o futuro da moderna economia mundial, era preciso fazer uma análise isenta entre um discurso nacionalista fechado e a necessidade de mudanças pontuais para o desenvolvimento da cadeia petrolífera e de uma nova percepção sobre o próprio pré-sal brasileiro no atual contexto de crise econômica mundial e nacional. As recentes questões políticas e eleitorais da conjuntura nacional que relegaram a importância estratégica da estatal Petrobras não devem ser elementos negligenciados quando relacionarmos o pré-sal brasileiro com a geopolítica global do petróleo. Os diferentes interesses e estratégias de apropriação dos recursos naturais dos Estados historicamente à margem da acumulação de poder do Sistema Interestatal formam o enredo das disputas interestatais.

O contexto global associado ao rebaixamento artificial do preço do petróleo em razão de uma competição estratégica dos principais países exportadores para minimizar o desenvolvimento de novas fontes energéticas, a latente desaceleração econômica mundial pós-crise de 2008 e os interesses de grandes Estados-economias nacionais frente às questões energéticas foram elementos cruciais para a transformação da visão governamental sobre o pré-sal. Atores intraestatais nacionais não tiveram força e o governo atual pareceu desconsiderar que a riqueza trazida pelos campos do pré-sal a partir do protagonismo da Petrobras poderia fomentar políticas socioeconômicas avançadas para o conjunto da sociedade brasileira.

Nesse sentido, a tentativa de criação de fundo soberano com os investimentos feitos a partir das receitas da exploração de petróleo não foi um argumento convincente para o surgimento de um verdadeiro pacto social de defesa do pré-sal sob o comando estratégico da Petrobras e do Estado brasileiro.

Para abarcar os elementos políticos que envolveram as recentes transformações do pré-sal brasileiro foi preciso ir além das conjunturas sistêmicas e interestatais tradicionais. Refletir sobre os discursos da atual geopolítica ambiental, que é extremamente complexa e permeada por uma multiplicidade de atores representando interesses variados, foi um caminho que ajudou na compreensão desta importante questão nacional.

Especialmente no que se refere aos efeitos sobre os países periféricos e semiperiféricos e no papel desempenhado por novos atores não estatais na temática ambiental, a mudança no marco regulatório do pré-sal pode ser enquadrada como um elemento inerente à histórica dinâmica de poder do Sistema Interestatal.

O hegemônico discurso ambiental vem elucidando o casamento de interesses sob a liderança de poderosos Estados no qual uma série de atores não estatais multissetoriais e multiescalares podem agir para defender os seus próprios interesses nacionais. As próprias Conferências das Nações Unidas sobre a temática Homem, Desenvolvimento e Meio Ambiente formam um complexo debate entre os interesses dos Estados-economias nacionais e suas diferentes percepções nesse jogo de poder.

Através do que denominamos de *ambientalismo hegemônico* ao longo do texto, discurso de caráter conservador vendido como uma política global a ser transposta aos países periféricos e semiperiféricos e que, na prática, atua de maneira velada na defesa dos interesses dos principais Estados-economias nacionais do Sistema Interestatal

Capitalista, os impactos e as relações entre as múltiplas escalas geográficas acerca da geopolítica do pré-sal e do Atlântico-Sul fizeram mais sentido.

É preciso conectar o discurso dominante da questão ambiental, que vem desconsiderando a geopolítica energética, especialmente por reduzir a importância estratégica do petróleo para a ruptura da condição de dependência dos países mais pobres, com o papel de múltiplos atores internos que foram levados por uma onda conservadora privatista em relação às reservas do pré-sal brasileiro.

A crescente demanda energética pelas Grandes Potências e também pelas potências emergentes – a partir da atuação de empresas nacionais e transnacionais na busca de mercado e segurança econômica – deve ser relacionada com os *resource wars*.

O *soft power* e o *poder sobre a opinião* se constituem como reverenciáveis ferramentas de poder para a construção e a manutenção de hegemonias, sobretudo em tempos de globalização e informação em tempo real. Não é mais preciso, necessariamente, “ferro e fogo”. O caos e a guerra são, muitas vezes, dispensáveis na contemporaneidade. A geopolítica ambiental dominante, que é aquela que apontamos inúmeras críticas no presente estudo, também pode funcionar como uma ferramenta de coerção a serviço dos grandes poderes mundiais.

A aceitação acrítica pelos países periféricos e semiperiféricos do debate ambiental hegemônico como um projeto cosmopolita pode encobrir tentativas doutrinadoras de redução e limitação de suas soberanias nacionais.

A lógica cosmopolita difunde um poderoso discurso sobre a necessidade de “governança global” sobre os danos ambientais como uma política necessária a todos, evitando, contudo, que os países centrais assumam os danos de uma predação histórica secular dos recursos naturais em seus territórios e também nas ex-colônias. O avanço dos processos de *Regimes Internacionais* e de *Governança Global* liderados pelos países centrais, corporações e atores que os representam são tentativas contemporâneas de dominação e manutenção do *status quo*. A pesquisa procurou demonstrar que as OMI's refletem as relações de poder no âmbito interestatal, funcionando como um instrumento para legitimar os interesses dos mais poderosos.

Parte considerável desse discurso do tipo cosmopolita-universal vem sendo constantemente impulsionado por atores não estatais, como setores científicos, ONGs, OMI's, grupo de celebridades, inclusive através do cinema e de outras poderosas ferramentas audiovisuais. Vale ressaltar que tal discurso encontra ampla sustentação em razão dos imensuráveis impactos antropogênicos ao Planeta Terra. Nunca antes na

história da humanidade a taxa de extinção de espécies foi tão acelerada como na contemporaneidade. Sem falar do elevado uso de recursos naturais e da ampliação dos padrões de vida ocidental baseado no consumo de massa como modelo civilizatório a ser seguido em escala global. A extinção de espécies vegetais e animais e o acelerado processo de degradação dos recursos hídricos são apenas alguns dos incontáveis exemplos negativos de transformação da ordem biogeofísica do ecossistema terrestre.

Todas essas questões legitimam as nuances do discurso ambientalista conservador como crucial para a sociedade mundial nesse terceiro milênio. O que se pretendeu no presente estudo foi questionar as contradições e os interesses relacionados à nova geopolítica ambiental das nações.

De maneira mais enfática, o chamado discurso cosmopolita-universal possui fundamentos multifocais importantes, sobretudo com o avanço do processo de globalização. Entretanto, ainda que a maior parte dos atores que difundem um discurso voltado para uma suposta coletividade mundial com argumentos legítimos vêm buscando contribuir com processos mais sustentáveis em prol das relações sociedade/meio ambiente, fortes inconsistências político-ideológicas envolvem esse debate. Em suma, até mesmo o discurso ambientalista possui traços dogmáticos de uma ideologia extremamente contraditória que não questiona as origens de um verdadeiro problema universal: as desigualdades interestatais associadas às competições expansivas sistêmicas.

O imperialismo cultural sempre será uma das marcas das hegemonias, sobretudo na contemporaneidade globalizante. O discurso hegemônico da geopolítica ambiental, que minimiza a importância estratégica do petróleo tem forte entrada em setores influenciadores da sociedade civil organizada brasileira, foi um dos fatores para a fraca resistência social em relação à rápida transformação institucional do pré-sal realizada no segundo semestre de 2016.

Percebe-se fortes laços entre as pressões dos múltiplos novos atores com os interesses das economias nacionais das Grandes Potências em controlar vastas áreas estratégicas em recursos naturais e como forma de dominação político-ideológica e econômico-financeira em uma ordem mundial caracterizada pela emergência de novos polos de poder estatais regionais.

Mesmo que a guerra e o *hard power* sejam componentes essenciais para as máquinas de acumulação de poder e riqueza, como nas recentes intervenções militares dos Estados Unidos no Iraque e no Afeganistão e da OTAN na Líbia, as hegemonias

contemporâneas contam com diversos meios institucionais silenciosos e “pacíficos” para a conquista de seus objetivos. Quando conveniente, é a fábula neoliberal que atua a serviço do “poder global”. E justamente reside aí a necessidade de um projeto nacional para o Brasil.

Os elementos que envolvem os recursos energéticos com origem em combustíveis fósseis, especialmente o petróleo, são repletos de aspectos controversos. Os países centrais ainda são os grandes consumidores de petróleo em escala mundial. Nem sempre pelo uso direto, tendo em vista o uso de outras fontes energéticas, inclusive as chamadas renováveis que estão relacionadas à detenção de modernas tecnologias. Mas, sobretudo pelo uso indireto e pela profunda penetração de suas transnacionais no elevado uso de fontes energéticas tradicionais e consumidoras de recursos naturais, como o petróleo.

Por mais que muitos países centrais ainda possuam uma intensa exploração de petróleo em seus próprios territórios, como a Escócia, a Noruega, o Canadá e os Estados Unidos da América, e outras grandes potências explorem o hidrocarboneto através de grandes corporações em outras regiões, como no Oriente Médio e na África Subsaariana, um discurso ambientalista é semeado e orientado para o sentido Norte-Sul com vistas a reforçar a necessidade de transformar a matriz energética global, objetivando a redução nas emissões de carbono com a diminuição do uso de combustíveis fósseis e a inibição da exploração/desenvolvimento pelos países semiperiféricos e periféricos. Tal discurso contribui para dificultar o uso do territórios desses países ao apelar por fins supostamente de interesse humanitário e, ainda, direcionando modernas tecnologias numa lógica comercial extremamente colonialista, perpetuando lucros exorbitantes nas mãos dos grandes tecnopolos fortemente conectados com as estruturas de sustentação das Grandes Potências.

Alguns aspectos finais devem ser colocados para um melhor entendimento acerca das perspectivas atuais e futuras do Estado brasileiro em relação ao pré-sal e, de maneira direta, ao Atlântico Sul.

Por se tratar de um tema complexo e que envolve diversos atores, interesses e múltiplas escalas, da local à global, a matéria deveria considerar aspectos variados e incluir, necessariamente, diferentes vozes. É importante pontuar a celeridade institucional que o projeto atravessou no sistema bicameral brasileiro. Como observado durante os “debates” no Parlamento, a maior parte da sociedade civil organizada, especialmente os sindicatos, os movimentos civis, de trabalhadores e as universidades,

ficaram inertes à rapidez do processo e com o irrefutável apoio da maioria parlamentar à questão.

O contraditório é que nas eleições nacionais de 2014 tal proposta não fora colocada como plano de campanha dos mesmos atores que, através de uma agilidade político-institucional pouco vista no período da República pós-1985, modificaram o modelo de exploração do petróleo brasileiro na camada do pré-sal.

Por mais que a conjuntura internacional tivesse um peso decisivo na proposta de mudança do marco regulatório do pré-sal realizado no governo Temer, que mereceu duras críticas em razão do promíscuo empenho dos setores que ocupam o governo com atores pouco comprometidos com questões nacionais e por ampliar de maneira rápida e brutal o desmonte de pontos estratégicos do Estado brasileiro, nenhum governo ao longo da história conseguiu criar um plano político e tampouco fomentar no imaginário social os alicerces de um projeto democrático, autônomo e soberano para o país. Nem mesmo os governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, o regime civil-militar, a era FHC e a era Partido dos Trabalhadores (PT) conseguiram construir uma mínima agenda consensual do que deveria ser estratégico e intocável para o futuro da Nação.

Desse modo, foi justamente num contexto espacial e temporal de vácuo de poder estratégico e de atuação nacional que os discursos voltados para a desregulamentação estatal, para a flexibilização produtiva e para a redução do uso do petróleo se tornaram narrativas capazes de atender os anseios do grande capital político e econômico internacional. Até mesmo a Petrobras, antes vista como intocável e orgulho nacional, passa a ser abertamente atacada com fortes *lobbies* de privatização.

Nesse prisma, o fato de o Brasil ter descoberto uma das maiores reservas de petróleo do século XXI e ter desenvolvido uma *expertise* vanguardista na extração de hidrocarbonetos em águas ultraprofundas fez com que a complexa geopolítica do petróleo voltasse para si mesmo. Se antes o setor de petróleo e gás do país era relativamente menos afetado pelos *lobbies* globais em favor da privatização e da “livre-concorrência” produtiva, após a descoberta do pré-sal as atenções de fortes *players* internacionais penetram intensamente no país. Os ônus e os bônus dos recursos naturais são elementos clássicos na luta pelo desenvolvimento e soberania dos Estados periféricos e semiperiféricos.

Tal penetração, como demonstrado ao longo da pesquisa, se deu/dá por diferentes meios. Talvez as chaves para entender a mudança do marco regulatório do pré-sal e a inócua percepção nacional da importância estratégica do Atlântico Sul seriam

a diversidade e a multiespacialização dos processos e táticas realizadas em prol dos fortes interesses dos principais Estados-economias nacionais no Brasil. Vejamos alguns exemplos:

- Projetos científicos que constantemente divulgam estudos abertamente associados às demandas de poder;
- Movimentos ecológicos fortemente pautados pela dissociação do homem da natureza, dando margem à retirada de populações tradicionais de seus respectivos espaços de vida em prol de políticas globais de sumidouros e captação de carbono, como analisado por Campello (2013a) em relação à Amazônia brasileira, e que promovem uma gestão da terra por burocratas alheios às questões socioeconômicas e culturais locais;
- *Lobby* de ONGs, OMI e do terceiro setor na retirada do Estado (dos países periféricos e semiperiféricos) de importantes esferas e áreas do território, além da não incorporação em seus discursos e práticas de questões que envolvem as desigualdades interestaduais e intraestaduais;
- Influência do capital dos conglomerados empresariais nas eleições e na “representação” da sociedade nas instâncias republicanas decisórias;
- Propaganda realizada pelo monopólio midiático e pela alocução de fundações com personalidades relevantes do show *business* capazes de angariar setores influenciadores da sociedade civil em prol de determinados interesses;
- Publicidade do mercado em favor de uma economia livre da regulamentação estatal e de um Estado mínimo e restrito, inclusive com o fim de empresas estatais em nome da “boa gestão”, do fim da corrupção governamental e dos critérios “técnicos”;
- Os discursos difundidos em tempos de globalização por diferentes meios, diversos atores e distintas escalas sob a égide de uma suposta rede cosmopolita de solidariedade que defende o fim do uso do petróleo e a utilização imediata de novas *tecno(eco)logias* pelos países periféricos e semiperiféricos sem a incorporação dos fundamentos hierárquicos da Divisão Internacional do Trabalho;
- Arena de minimização da questão militar num evidente cenário de fortes disputas interestaduais territoriais por energia e alimentos.

As crescentes chances de ampliação da retirada das reservas do pré-sal sob o monopólio do Estado brasileiro, a minimização do papel estratégico da Petrobras e a

possível entrada de novos atores estatais no Atlântico Sul nada mais são do que conquistas associadas aos movimentos expansivos da geopolítica do poder e da riqueza.

Importante refletir sobre o entrelaçamento dos contextos global e nacional para reforçar a hipótese da presente pesquisa. Embora seja preciso colocar que uma profunda investigação jurídica-política-policia sobre setores importantes do governo brasileiro desvendou profundas relações de natureza privada, corrupta e antiética com a estatal Petrobras por décadas, configurando a corrupção sobre a maior companhia pública do país como uma política multipartidária de manutenção do poder e do *establishment* político, é inegável colocar que tal investigação provocou uma profunda inclinação de credibilidade da companhia, com quedas gigantescas de ações e um elevado aumento do endividamento financeiro.

O pré-sal, como um importante recurso de inserção estratégica do país no Sistema Interestatal, poderia significar um “combustível” para o desenvolvimento industrial, energético, tecnológico e socioeconômico do Brasil nas próximas décadas. Sob o comando do Estado brasileiro, o pré-sal poderia ser desenhado como um alicerce para a construção de um projeto nacional que passasse a relacionar a inserção internacional do país no rol das grandes potências e que, de maneira indissociável, poderia garantir substanciais recursos empregados pelos diferentes níveis de governo no tripé: desenvolvimento social, investimentos em pesquisa energética, planejamento e recuperação ambiental.

Com a mudança no marco regulatório do pré-sal, pelo menos a princípio, o Brasil desperdiçou uma oportunidade de liderança geopolítica capaz de fornecer um discurso que ultrapasse a dicotomia desenvolvimento predatório e conservacionismo utópico no bojo de ideologias globalistas impostas sobre países periféricos do Sistema Interestatal Capitalista.

Pela crescente corrida energética contemporânea e o aparecimento de novos poderes estatais regionais, o espaço marinho do Atlântico Sul, sobretudo o *Mar Territorial* dos países ribeirinhos, foi revalorizado pelas políticas econômica e estratégico-militar das Grandes Potências. Os fundos marinhos, para além do petróleo, constituem-se como volumosas reservas de recursos estratégicos para a economia mundializada contemporânea. O futuro soberano e a possibilidade de um Brasil com projeção autônoma e de liderança no cenário internacional deve passar pela apropriação, pelo uso racional e por uma estratégia de defesa sobre a *Amazônia Azul*.

Como elementos negligenciados que envolveram o processo de neoliberalização das reservas do pré-sal estão a iminente volta do desequilíbrio de poder nas zonas subcontinental e oceânica nas quais o Brasil está localizado e a possibilidade de perda da sua capacidade dissuasória e ideológica nos seus limites territoriais e zona histórica de projeção de poder. Ao abrir mão da prerrogativa da Petrobras de controlar tais espaços geoestratégicos como única operadora, o Brasil, inclusive, legitima juridicamente a atuação de fortes *players* internacionais na ZEE nacional do Atlântico Sul.

Como colocado, o aumento da militarização da porção sul-atlântica já é uma realidade, sobretudo pelos exercícios militares do Reino Unido (e da OTAN) e pela reativação estadunidense de uma força naval móvel voltada exclusivamente para a região (Quarta Frota). Somado a isso, inegável colocar os interesses por recursos econômicos e presença política em áreas que, de maneira direta, envolvem o Atlântico Sul, como as atuações chinesa e indiana nos países da África Subsaariana, nas relações comerciais da China com a América Latina e nos interesses chineses, russos e de outros países em áreas da Antártica.

Além disso, os revelados escândalos de espionagem sobre a presidência da República e sobre informações estratégicas de atividades de pesquisa e mapeamento de recursos da Petrobras, além do forte *lobby* estadunidense de restrições de investimentos no pré-sal, não foram elementos considerados pelos apoiadores da mudança de perspectiva política em relação à questão energética.

Tal mudança, inclusive, será um fator negativo preponderante na luta histórica pelo Brasil junto às Nações Unidas para estender os limites de sua Plataforma Continental além das 200 milhas náuticas de sua Zona Exclusiva Econômica (ZEE).

Nesse prisma, o pré-sal sob o comando do Estado brasileiro poderia ser um elemento de barganha e cooperação estratégica com outros Estados que poderiam oferecer apoio político e financeiro para o desenvolvimento do espaço marinho do país.

O Brasil deveria ter continuado com o engajamento diplomático na criação de fóruns globais independentes da estrutura hierarquizada dos já existentes e ter solidificado sua posição por uma gestão autônoma dos recursos energéticos do pré-sal.

Verificou-se, no caso do pensamento estratégico do Estado brasileiro, que a aceitação de uma imposição exógena aos interesses e às especificidades da sociedade e do território nacional poderão nos levar a perpetuar a condição periférica do país na divisão internacional do trabalho através da ilusão do parâmetro tecnocientífico como

solução para uma economia de baixo carbono e dos problemas ecológicos e socioambientais. Verifica-se que o poderoso *ambientalismo hegemônico* vem contribuindo para atar o país a interesses de poderosos Estados, até mesmo com possíveis ameaças de intervenção militar em regiões estratégicas do território nacional que se tornaram, nesse cenário, símbolos ecológicos globais.

Por ser um país que possui um território com grandes reservas de recursos naturais de incalculável valor estratégico e a maior biodiversidade do planeta, o Brasil vem mostrando que não está preparado para enfrentar as crescentes e variadas formas de pressões políticas e as ingerências de múltiplos atores, internos e externos, que emergem numa nova ordem mundial conflituosa permeada por discursos pseudoglobalizantes que também funcionam como disputas que visam reafirmar a manutenção de poderosos interesses nacionais.

O *ambientalismo hegemônico*, como “cortina de fumaça” de interesses geopolíticos e geoeconômicos das principais potências sobre variados aspectos que envolvem o pré-sal, cumpriu um papel primordial para a desmobilização pública de relevantes atores sociais na defesa das reservas petrolíferas brasileiras do pré-sal e para a inserção de movimentos de poder na área *pivot* de defesa e segurança nacional, o entorno marítimo brasileiro do Atlântico Sul.

Sobre os variados interesses que envolvem as mudanças já realizadas e também em curso sobre o pré-sal, vale a pena novamente citá-los:

- Acesso ao *know how* e às tecnologias nacionais desenvolvidas pela Petrobras na extração de petróleo e gás em águas ultraprofundas;
- Acesso de grandes corporações transnacionais às maiores reservas de petróleo descobertas nos últimos 40 anos (estimativas de 50 a 100 bilhões de barris recuperáveis);
- Acesso de poderosos Estados ao entorno estratégico brasileiro, o Atlântico Sul, reconhecidamente uma zona marítima repleta de recursos minerais e naturais com inestimável valor econômico;
- Possibilidade de frear o expansionismo geopolítico do Brasil no Sistema Internacional com base no poder diplomático e geoestratégico propiciado pelas divisas do petróleo;
- Tentativas de *lobbies* de privatização sobre a principal empresa nacional e grande promotora de investimentos multiescalares (de pequenos municípios a diversos

países), multidimensionais (das cadeias produtivas nacionais do setor petrolífero aos setores naval e de energias renováveis), multidirecionais (de projetos ambientais em pontos ameaçados da biodiversidade nacional a investimentos bilionários para a dinamização industrial do país);

- Desarticular o potencial de mobilização geopolítica dos BRICS em razão dos impactos da real possibilidade de redução da internacionalização do Brasil;
- Criação de uma possível choque diplomático-militar futuro com as duas principais potências globais, China e EUA, em razão de ambas terem ingressado no pré-sal via licitação mesmo, que, em última instância, a maior parte das reservas sejam consideradas pelos mesmos como “águas internacionais” (METRI, 2013a);
- Por fim, como mencionado por Padula ainda em 2015, o país se inclinou aos “interesses dos EUA e de outras potências tradicionais” no seio de uma “conjuntura geopolítica de pressão competitiva no Sistema Internacional”, perdendo a “oportunidade de fazer de sua principal empresa energética um motor de desenvolvimento do país” (PADULA, 2015b, ON LINE).

Contudo, propor novos caminhos é preciso, já que a dinâmica de poder se reinventa com novas configurações geoestratégicas. Se a política foi capaz de transformar o marco regulatório do pré-sal sem abrir um verdadeiro debate para a sociedade, a política pode ser importante para a reconstrução democrática da soberania do território brasileiro.

Desta forma, a pesquisa defende que somente uma sociedade consciente da necessidade de um pacto social holístico e integrado com os anseios de transformação social, evolução produtiva, desenvolvimento tecnológico, proteção da natureza e de recuperação ambiental, se torna menos volúvel aos discursos civis, empresariais e estatais que clamam por um cosmopolitismo de ocasião e que, na prática, funcionam como peças de um jogo de xadrez no qual o verdadeiro xeque-mate é a apropriação geoestratégica das fontes de riqueza e a contínua manutenção de dependência e subordinação da maior parte dos países mundiais pelos grandes Estados-economias nacionais.

Por fim, um projeto nacional deve envolver, necessariamente, os atores internos capazes de articular um acordo político-social voltado para as próximas gerações do país e que tenha como premissa básica a erradicação da fome e da pobreza. Portanto, um pacto político-social deve conter um plano estratégico voltado para a ruptura da condição brasileira de subdesenvolvimento estrutural. Um projeto que considere a

ciência e a tecnologia, imperativos da contemporaneidade, aliados aos saberes tradicionais e regionais como uma política pública de desenvolvimento do país.

O que se espera, enquanto existir esperança e autonomia na promoção da ciência e da reflexão intelectual crítica, é que a massa social clame e ocupe o Estado brasileiro. E que a mesma possa reconhecer a importância do petróleo e das reservas do pré-sal para o desenvolvimento socioeconômico do país, bem como da propriedade nacional do entorno estratégico do Atlântico Sul para a defesa, a autonomia e a soberania do nosso território. Tais aspectos deveriam ser elementos basilares de um projeto nacional duradouro, apartidário e que necessariamente fosse o promotor da segurança e do bem-estar coletivo da nação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. O antropoceno e os limites da Terra. Artigo publicado no portal **Valor Econômico**. ON LINE. 05 de março de 2013.< <http://www.valor.com.br/cultura/3031108/o-antropoceno-e-os-limites-da-terra#ixzz2MfyQAZZn>>, acesso realizado em 12 de março de 2014.
- ACERO, L. **Pesquisas e Terapias com Células-Tronco: Governança, visões sociais e o debate no Brasil**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.
- ACOSTA, A. O desenvolvimento entre tensões globais e locais: uma leitura preliminar da Amazônia. In: COY, M; KOHLHEPP, G. (Coords.). **Amazônia Sustentável: Desenvolvimento Sustentável entre Políticas Públicas, Estratégias Inovadoras e Experiências Locais**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005, p. 127-154.
- ACSELRAD, H; CAMPELLO, C; BEZERRA, G. **O que é Justiça Ambiental**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ACSELRAD, H. O meio ambiente entre o mercado e a justiça. In: **Suplemento Especial. Sustentabilidade e Desenvolvimento: O que esperar da Rio+20?** Le Monde Diplomatique Brasil, 2011.
- AGÊNCIA BRASIL. Entidades da indústria lançam campanha para defender conteúdo local. Reportagem publicada no portal da **Agência Brasil**. ON LINE. 08 de dezembro de 2016. <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-12/entidades-da-industria-lancam-campanha-para-defender-conteudo-local>>, acesso realizado em 14 de fevereiro de 2018.
- AGNEW, J. The new geopolitics of Power. In: MASSEY, D. et al. (Orgs.). **Human Geography Today**. Malden: Polity Press, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Making Political Geography**. Londres: Arnold, 2002.
- ALBAGLI, S. **Geopolítica da biodiversidade**. Brasília: IBAMA, 1998.
- ALMEIDA, A; CARVALHO, G. (Orgs). **O Plano IIRSA na sociedade civil pan-amazônica**. Belém: Fase, 2009.
- ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMATAS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, ADESG. **A Amazônia Azul**. Artigo ON LINE. <<http://www.adesg.net.br/noticias/a-amazonia-azul>>, acesso realizado em 26 de dezembro de 2017.

- ARON, R. **Paz guerra entre as nações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. Edição original em francês de 1962.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1996.
- BACKHEUSER, E. **Problemas do Brasil. Estrutura geopolítica. O espaço**. Rio de Janeiro: Omnia, 1933.
- BANDEIRA, M. **“O Estado brasileiro parece desintegrar-se”, diz historiador**. Entrevista concedida ao jornalista Chico Castro Junior do Jornal A Tarde. ONLINE. 29 de outubro de 2016. 2016a. <<http://atarde.uol.com.br/cultura/literatura/noticias/1812096-o-estado-brasileiro-parece-desintegrarse-diz-historiador>>, acesso realizado em 14 de dezembro de 2017.
- \_\_\_\_\_. **A desordem mundial: o espectro da total dominação**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016b.
- BARROCAL, A. Eike Batista: "ninguém sabe que o pré-sal é tão rico". Artigo publicado na **Revista Carta Capital**. ONLINE. 27 de setembro de 2016. <<https://www.cartacapital.com.br/politica/eike-batista-ninguem-sabe-que-o-pre-sal-e-tao-rico>>, acesso realizado em 14 de abril de 2017.
- BECKER, B. Amazônia brasileira: Uma área crítica no contexto geopolítico mundial. In: Maciel, Tânia (Org.). O meio ambiente inteiro: **A contribuição crítica da Universidade à questão ambiental**. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 1991, p. 91-122.
- \_\_\_\_\_. Repensando a Questão Ambiental no Brasil a partir da Geografia Política. In: LEAL, M; SABROZA, P; RODRIGUEZ, R; BUSS, P. (ORGS.). **Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. Uma Análise Interdisciplinar**. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 1992, v. 1, p. 127-152.
- \_\_\_\_\_. Novos rumos da política regional: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica. In: BECKER, B; MIRANDA, M. **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 421-444.
- \_\_\_\_\_. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n.53, 2005, p. 71-86.

- \_\_\_\_\_ . A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. CASTRO, I; GOMES, P; CORRÊA, R. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 271-308.
- \_\_\_\_\_ . **Manual do candidato: Geografia**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- \_\_\_\_\_ . **Ciência, Tecnologia e Inovação Condição do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia**. Série Tecnologia e Sociedade (MCT), v. 15, 2010, p. 15-34.
- \_\_\_\_\_ . **Ed. Especial Amazônia**. National Geographic Brasil, nº 134, 2011a.
- \_\_\_\_\_ . **Defendemos uma atuação social e ambiental responsável**. Entrevista: CSN, 2011b.
- \_\_\_\_\_ . **Perspectivas de Desenvolvimento Sustentável da Região Norte**. Seminário de Construção da Dimensão Estratégica do PPA. Apresentação em lâminas. 2011c.
- BECKER, B; STENNER, C. **Um Futuro para a Amazônia**. Rio de Janeiro: Oficina de Textos, 2008.
- BILLON, P. Le. **The Political Ecology of War: Natural Resources and Armed Conflicts**. School of Geography. Oxford. 2001.
- \_\_\_\_\_ . **The Geopolitical Economy of “Resource Wars”**. Geopolitics, Vol 9. ON LINE. 2004. <<https://is.cuni.cz/studium/predmety/index.php?do=download&did=35298&kod=JMMZ108>>, acesso realizado em 13 de agosto de 2016.
- \_\_\_\_\_ . **Fuelling War: Natural Resources and Armed Conflicts**. Londres: Routledge, 2006.
- BOFF, L. **Cuidar da Terra, salvar a vida: como evitar o fim do mundo**. São Paulo: Editora Record, 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987, p. 85.
- \_\_\_\_\_ . **Os jogos das trocas**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.
- BROZOSKI, F. **A revalorização geopolítica e geoeconômica do Atlântico Sul no Sistema Internacional**. Dissertação de Mestrado: PEPI/UFRJ, 2013.
- BRUNTLAND, G et al. **Nosso Futuro Comum**. ONU: 1987.

- BRZEZINSKI, Z. **Soviet Bloc: Unity and Conflict**. New York: Praeger, 1961.
- \_\_\_\_\_ . **Game Plan: A Geostrategic Framework for the Conduct of the U.S.-Soviet Contest**. Boston: Atlantic Monthly Press, 1986.
- BUARQUE, S. C. Cenários alternativos e oportunidades econômicas da Amazônia. In: VELLOSO, J. P. R. **A ecologia e o novo padrão de desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1992, 129-152.
- BUKHARIN, N. **A economia mundial e o imperialismo**. São Paulo: Abril cultural, 1984.
- BUZAN, B; e HANSEN, L. **A evolução dos estudos de segurança internacional**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- CALDAS, A; QUINTELA, S. Esverdeando o capitalismo: a farsa das corporações para a Rio+20. In: **Suplemento Especial. Sustentabilidade e Desenvolvimento: O que esperar da Rio+20?** Le Monde Diplomatique Brasil. 2011.
- CAMARGO, A. New deal verde e desenvolvimento sustentável: um novo ciclo virtuoso para o desenvolvimento? In: VELLOSO, J. P. R. & ALBUQUERQUE, R, C. (Org.). **A questão ambiental e a Rio + 20: a economia verde como oportunidade global para o Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, 13-46.
- CAMPELLO, M. **A questão ambiental e a nova geopolítica das nações: impactos e pressões sobre a Amazônia brasileira**. Dissertação de Mestrado: PEPI/UFRJ, 2007a.
- \_\_\_\_\_ . **A questão ecológica e a nova geopolítica das nações: o discurso tecno(eco)lógico e a perpetuação da divisão internacional do trabalho**. Artigo publicado na Conferência Internacional LALICS 2013 - Sistemas Nacionais de Inovação e Políticas de CTI para um Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável. 2013b.
- CASTRO, Iná. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CASTRO, Josué. **De Bandung a Nova Déli: A grande crise do terceiro mundo**. Publicado na **Revue Générale Belge**, nº 4, Bruxelas, 1968.
- CASTRO, Therezinha. **Rumo à Amazônia: problemática geopolítica**. Rio de Janeiro: Unigraf, 1998.

- CASTRO, Tania. Artigo: O retorno da IV Frota de Intervenção dos EUA: um alerta para toda a AL. **Jornal Inverta**. ON LINE. 2017. <<https://inverta.org/jornal/edicao-impressa/424/internacional/frotaeua>>, acesso realizado em 13 de dezembro de 2017.
- CARARINE, C. Leilão do pré-sal: a vez das petroleiras americanas. Artigo publicado na **Revista Carta Capital**. ON LINE. 27 de outubro de 2017. <<https://www.cartacapital.com.br/economia/leilao-do-pre-sal-a-vez-das-petroleiras-americanas>>, acesso realizado em 12 de janeiro de 2018.
- CARR, E. H. **Vinte anos de crise: 1919-1939. Uma introdução ao estudo das relações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- CARRASCO, L; LINO, G; COSTA, N; PALACIOS, S. **Mafia Verde: Ambientalismo, Nuevo Colonialismo**. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2007.
- CELESTINO, P. **A hora de defender a Petrobras**. Portal eletrônico do Clube de Engenharia. ON LINE. 13 de março de 2016. <<http://www.portalclubedeengenharia.org.br/info/a-hora-de-defender-a-petrobras-por-pedro-celestino>>, acesso realizado em 15 de agosto de 2017.
- CENTRO DE ALTOS ESTUDOS BRASIL SÉCULO XXI. **A crise da Petrobras à luz da geopolítica**. Artigo obtido na “Coluna Desenvolve 21” do Portal Eletrônico “Brasil Debate”. ON LINE. 2015. <<http://brasildebate.com.br/a-crise-da-petrobras-a-luz-da-geopolitica/>>, acesso realizado em 13 de fevereiro de 2016.
- CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS, CGEE. **Economia Verde e Interesse Nacional: Propostas para uma Agenda Brasileira**. Brasília: CGEE, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Dimensões estratégicas do desenvolvimento brasileiro: Brasil, América Latina e África: convergências geopolíticas e estratégias de integração**. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Vol. 3, 2013.
- CHIARETTI, D. **Entrevista com Fernando Lyrio: Brasil quer que a cúpula Rio+20 fixe metas ambientais**. Valor Econômico: 24 de agosto de 2011.
- CLAVAL, P. **Espaço e Poder**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Géopolitique et géostratégie**. Paris: Nathan, 1994.
- \_\_\_\_\_. **O território na transição da pós-modernidade**. GEOgraphia. Vol. 1, No, 1999, p. 7-26.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, CNI. **Mudança nas regras do pré-sal destravar investimentos na cadeia de petróleo e gás, diz CNI**. ON

<<http://www.portaldaindustria.com.br/agenciacni/noticias/2016/08/mudanca-nas-regras-do-pre-sal-destravara-investimentos-na-cadeia-de-petroleo-e-gas-diz-cni/>>, acesso realizado em 19 de agosto de 2016.

- COELHO, M. A CVRD e Processo de (Re)Estruturação do Espaço Geográfico Na Área de Carajás. In: CASTRO, I; GOMES, P; CORRÊA, R. (Orgs.). **Brasil: Questões de reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- COHEN, B. **A questão do imperialismo. Economia política da dominação e dependência**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- COMPAGNON, D. Administrar democraticamente a biodiversidade graças às ONGS? In: DIEGUES, A. C. (Org.). **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2008, 83-104.
- CONTINI, A. **Da Geopolítica Clássica à Geopolítica Crítica**. *Âmbito Jurídico*, v. 69, p. 1-17, 2009.
- COUTO E SILVA, G. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1967.
- DALBY, S. Introduction. In: Ó TUATHAL, G; DALBY, S; ROUYLEDGE, P. (Orgs.). **The geopolitics reader**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1998, p. 179-187.
- \_\_\_\_\_. Reading Robert Kaplan's 'Coming Anarchy'. In: Ó TUATHAL; DALBY, S; ROUYLEDGE, P. (Orgs.). **The geopolitics reader**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1998, p. 197-213.
- \_\_\_\_\_. Environmental Change. In: WILLIAMS, P. (Ed.). **Security Studies: An Introduction**. London & New York: Routledge, Capítulo 18, 2008, p. 260-271.
- DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO. **Conferência de Estocolmo**. PNUMA, 1972.
- DEWAR, E. **Uma demão de verde: os laços entre grupos ambientais, governos e grandes negócios**. Rio de Janeiro, Capax Dei, 2007 (1995).
- DIEGUES, A. C. **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2008.
- DOWIE, M. Refugiados da conservação. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2008, 113-124.

- DRUMMOND, C. O ataque à Petrobras e a liquidação do futuro. Artigo publicado na **Revista Carta Capital**. ON LINE. 25 de agosto de 2016. <<https://www.cartacapital.com.br/revista/914/a-liquidacao-do-futuro>>, acesso realizado 13 de janeiro de 2018.
- DUARTE, A. P. A Visão da “Guerra Total” no Pensamento Militar. In: **Revista Nação e Defesa**. Outono-Inverno. N.º 112 - 3.ª Série, 2005, p. 33-50.
- ECODEBATE. **11 fatos que você precisa saber sobre a crise hídrica no Brasil**. ON LINE. 2015. < <https://www.ecodebate.com.br/2015/03/25/11-fatos-que-voce-precisa-saber-sobre-a-crise-hidrica-no-brasil/>>, acesso realizado em 19 de abril de 2016.
- ELIAS, N. **O processo civilizador**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, Capítulo 2.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, EMBRAPA. **Aumento na produção de carne pode diminuir emissão de gases de efeito estufa**. ON LINE. 2016. <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/9068334/aumento-na-producao-de-carne-pode-diminuir-emissao-de-gases-de-efeito-estufa>>, acesso realizado em 24 de abril de 2016.
- EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, EPE. **Balanco Energético Nacional 2016: Ano base 2015**. Brasília: Ministério de Minas e Energia; Rio de Janeiro: EPE, 2017. <[https://ben.epe.gov.br/downloads/Relatorio\\_Final\\_BEN\\_2017.pdf](https://ben.epe.gov.br/downloads/Relatorio_Final_BEN_2017.pdf)>, acesso realizado em 14 de fevereiro de 2018.
- \_\_\_\_\_. **Balanco Energético Nacional 2017: Ano base 2016**. Brasília: Ministério de Minas e Energia; Rio de Janeiro: EPE, 2017. <http://www.cbdb.org.br/informe/img/63socios7.pdf>, acesso realizado em 13 de fevereiro de 2018.
- ESCOBRAR, P. O Brasil no epicentro da Guerra Híbrida. Artigo publicado no portal **Outras Palavras**. ON LINE. 30 de março de 2016. <<http://outraspalavras.net/brasil/o-brasil-no-epicentro-da-guerra-hibrida/>>, acesso realizado em 14 de abril de 2016.
- ESTADÃO. Jobim não quer Otan agindo no Atlântico Sul. Entrevista de GODOY, R. Portal Eletrônico do **O Estado de São Paulo**. ON LINE. 21 de outubro de 2010. <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral/jobim-nao-quer-ot-an-agindo-no-atlantico-sul-imp-,609483>>, acesso realizado em 15 de dezembro de 2017.

- \_\_\_\_\_ . “**Houve endeusamento do pré-sal**”, diz Parente. Reportagem de COLLET, L; AGUIAR, V. Portal eletrônico do jornal O Estado de São Paulo. ON LINE. 30 de setembro de 2016. <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,houve-endeusamento-do-pre-sal-diz-parente,10000079205>>, acesso realizado em 02 de outubro de 2017.
- \_\_\_\_\_ . “**Pré-sal é onde todo mundo quer estar**”. Reportagem de NUNES, F. Portal eletrônico do jornal O Estado de São Paulo. ON LINE. 21 de setembro de 2017. <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,pre-sal-e-onde-todo-mundo-quer-estar,70002009782>>, acesso realizado em 12 de janeiro de 2018.
- EXECUTIVE INTELLIGENCE REVIEW, EIR. **Máfia Verde: o Ambientalismo a Serviço do Governo Mundial**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2004.
- FARIAS, Lindbergh. Artigo: Tirar a Petrobras do pré-sal é rifar o futuro do País. Artigo publicado na **Revista Carta Capital**. ON LINE. 2016. <<http://www.cartacapital.com.br/politica/tirar-a-petrobras-do-pre-sal-e-rifar-o-futuro-do-pais>>, acesso em 17 de janeiro de 2017.
- FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- FIORI, J. Formação, Expansão e Limites do Poder Global. In: FIORI, J. (Org.). **O PODER AMERICANO**. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 11-66.
- \_\_\_\_\_ . **Sobre o Poder Global**. Novos Estudos: CEBRAP nº 73, novembro de 2005, p. 61-72.
- \_\_\_\_\_ . **O poder global e a nova geopolítica das nações**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007a.
- \_\_\_\_\_ . **A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, África do sul e Brasil**. Oikos (Rio de Janeiro), v. 8, p. 1-20, 2007b.
- \_\_\_\_\_ . O Poder Global. Artigo publicado no portal eletrônico da revista **Carta Maior**. ON LINE. 2007c. <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/O-poder-global-6/13913>>, acesso em 29 de maio de 2015.
- FONSECA, P. S. M. Financiar o desenvolvimento sustentável: o caso da América Latina. In: VELLOSO, J. P. R. **A ecologia e o novo padrão de desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1992, 67-78.

- FREITAS, M. **Política de Estado de CT&I para o desenvolvimento sustentável da Amazônia: Fundamentos, diretrizes, propostas e compromissos.** Documento básico preparado para a IV Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia 2010.
- FREITAS, E. P. **A Nova Geopolítica da Energia: Reflexão sobre os Biocombustíveis.** Revista de Geopolítica, v. 5, p. 2014, p. 113-129.
- FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DA SOBERANIA NACIONAL. **Manifesto contra a entrega do petróleo.** Declaração emitida ao país no dia 25 de outubro de 2017.
- FRISCHTAK, C. R. Vantagens comparativas, inovação e economia verde. In: VELLOSO, J. P. R. & ALBUQUERQUE, R. C. (Org.). **A questão ambiental e a Rio + 20: a economia verde como oportunidade global para o Brasil.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, 47-86.
- FUKUYAMA, F. **O fim da história e o último homem.** Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GARCIA, A. S. **Hegemonia e Imperialismo: caracterizações da ordem mundial capitalista após a Segunda Guerra Mundial.** Contexto Internacional (PUCRJ. Impresso), v. 32, p. 155-177, 2010.
- GARCIA, C. M. Rio-92: desenvolvimento e meio ambiente. In: VELLOSO, J. P. R. (Org.). **A ecologia e o novo padrão de desenvolvimento no Brasil.** São Paulo: Nobel, 1992, 17-18.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade.** São Paulo: EDUNESP, 1991.
- GILPIN, R. **The political economy of the international relations.** Princeton: Princeton University Press, 1987.
- GOMES, H. A questão ambiental: idealismo e realismo ecológico. In: **Geografia e questão ambiental.** Terra Livre: Marco Zero, São Paulo, 1988, p. 33-54.
- GRZYBOWSKI, C. Não deixemos passar a hora! In: **Suplemento Especial. Sustentabilidade e Desenvolvimento: O que esperar da Rio+20?** Le Monde Diplomatique Brasil. 2011.
- GUIMARÃES, R. P. O novo padrão de desenvolvimento para o Brasil: inter-relação do desenvolvimento industrial e agrícola com o meio ambiente. In: VELLOSO, J. P. R. **A ecologia e o novo padrão de desenvolvimento no Brasil.** São Paulo: Nobel, 1992, 19-52.

- GUIMARÃES, S. P. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- GUNDER-FRANK, A et al. **Economía política del subdesarrollo em Latinoamérica**. Buenos Aires: Signos, 1970.
- G1. Crise na Petrobras 'obriga' mudança em exploração do pré-sal, diz Renan. Reportagem publicada no **Portal G1/globo.com**. ON LINE. 16 de fevereiro de 2016. <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/02/crise-na-petrobras-obriga-mudanca-em-exploracao-do-pre-sal-diz-renan.html>>, acesso realizado em 24 de março de 2016.
- \_\_\_\_\_. Ministro de Minas e Energia prevê que Petrobras será privatizada: 'É um caminho'. Reportagem publicada no **Portal G1/globo.com**. ON LINE. 02 de outubro de 2017. <<https://g1.globo.com/economia/noticia/ministro-preve-que-petrobras-sera-privatizada-e-um-caminho-diz-coelho-filho.ghtml>>, acesso realizado em 24 de novembro de 2018.
- HABERMAS, J. **Crisis de la legetimación em el capitalismo tardío**. Buenos Aires: Amorrortu, 1975.
- HILFERDING, R. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova cultural, 1985.
- HOBSBAWN, E. **Era dos Extremos. O breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUNTINGTON, S. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- INTERNATIONAL AGENCY ENERGY, IEA. **Key world energy statistics**. Paris: International Agency Energy, 2017.
- INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA, IPAM. **REDD no Brasil: um enfoque amazônico: fundamentos, critérios e estruturas institucionais para um regime nacional de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal – REDD**. – 3ª Edição – Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2011.
- \_\_\_\_\_. **O que é e como funciona o Mercado de Carbono?** Obtido em: <http://ipam.org.br/cartilhas-ipam/o-que-e-e-como-funciona-o-mercado-de-carbono/>> Acesso realizado em 17 de setembro de 2017.
- KAPLAN, R. A Anarquia Vinda: como a escassez, o crime, a superpopulação, o tribalismo e as doenças estão destruindo rapidamente o tecido social do nosso planeta. In: Ó TUATHAL, G; DALBY, S; ROUYLEDGE, P. (Orgs.). **The**

- geopolitics reader.** Londres e Nova Iorque: Routledge, 1998, p. 188-196. Original de Atlantic Monthly, 1994.
- KENNEDY, P. **Ascensão e Queda das Grandes Potências.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.
  - \_\_\_\_\_. **Preparando para o século XXI.** Rio de Janeiro: Campus, 1993.
  - KEOHANE, R; NYE, J. **Power and Independence.** Boston: Little, Brown. 1977.
  - KEOHANE, R. **The demand for international regimes. International Organization.** International Regimes. Vol. 36, Nº. 2, 1982, p. 325-355.
  - \_\_\_\_\_. **After Hegemony.** Princenton University Press: Princenton, 1985.
  - KINDLEBERGER, C. **The world in depression, 1929-39.** Berkeley: University of California Press, 1973.
  - KISS, G. Geografia Política na Geopolítica. In: **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro, Ano 4, nº 2 de 64, IBGE, 1942.
  - KISSINGER, H. **Diplomacia.** Nova York: Simon & Schuster, 1994.
  - KJELLÉN, R. **Der staat als lebensform.** Leipzig: S. Hirzel Verlag. 1917.
  - KLARE, M. **Resource wars: the new landscape of the global conflict.** New York: Henry Holt Co., 2001.
  - \_\_\_\_\_. **Sangue e óleo: Os perigos e as conseqüências da dependência crescente do petróleo de América.** New York: Henry Holt, 2004.
  - \_\_\_\_\_. **Rising powers, shrinking planet: the new geopolitics of energy.** New York: Metropolitan Books/ Henry Holt and Company, LLC, 2008.
  - KONRAD, G. Antipolitics: A moral force. In: **The Geopolitics reader.** London: Routledge, 1998, p. 283-285.
  - KRASNER, S. (org). **International Regimes.** Ithaca: Cornell University Press, 1982.
  - \_\_\_\_\_. Causas estruturais e conseqüências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes. In: **Revista de Sociologia e Política.** Curitiba, V. 20, N. 42, p. 93-110, Jun. 2012.
  - KRUGER, E. Uma Abordagem Sistêmica da Atual Crise Ambiental. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente.** Curitiba: Editora da UFPR, Nº 4, p. 37-43, Jul./Dez, 2001.
  - KRUGMAN, P. **Globalização e globobagens.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

- LACOSTE, Y. **A Geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** Campinas: Editora Papirus, 1985. 1ª edição em francês de 1976.
- LAGO, A. C. A proposta brasileira para a Rio + 20. In: VELLOSO, J. P. R. & ALBUQUERQUE, R. C. (Org.). **A questão ambiental e a Rio + 20: a economia verde como oportunidade global para o Brasil.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, 7-12.
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos. Ensaio de antropologia simétrica.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- LEAL, M; SABROZA, P; RODRIGUEZ, R; BUSS, O. (ORGS.). **Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. Uma Análise Interdisciplinar.** São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1992, **Vol. 1.**
- LEAL, M; SABROZA, P; RODRIGUEZ, R; BUSS, O. (ORGS.). **Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. Processos e Consequências Sobre as Condições de Vida.** São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1992, **Vol. 2.**
- LEÃO, R. O pré-sal e a regulação: interesses nacionais ou estrangeiros? Artigo publicado na **Revista Carta Capital.** ON LINE. 25 de outubro de 2017. <<https://www.cartacapital.com.br/economia/o-pre-sal-e-a-regulacao-interesses-nacionais-ou-estrangeiros>>, acesso realizado em 19 de janeiro de 2018.
- LEÃO, R; VILAIN, C. A substituição da Política de Conteúdo Local pelo conteúdo internacional. Artigo publicado no **Jornal GGN.** ON LINE. 22 de agosto de 2017.
- LEFF, E; PORTO-GONÇALVES, C; ARGUETA, A; BOEGE, E. Más allá del desarrollo sostenible: La construcción de una racionalidad ambiental para la sustentabilidad: una visión desde América Latina. In: LEFF, E; EZCURRA, E; PISANTY, I; LANKAO, P. (Orgs.). **La transición hacia el desarrollo sustentable - perspectivas de América Latina y el Caribe e México.** INE/UAM/ONU/PNUMA, 2002, p. 479-578.
- LEITE, C. O Atlântico Sul como um espaço econômico: recursos naturais e aproveitamento da Zona econômica Exclusiva. In: ACIOLY, L.; MORAES, R.F. de. **Prospectiva, estratégias e cenários globais: visões de Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia.** Brasília: Ipea, 2011.
- MACCHAPIN. Um desafio aos conservacionistas. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais.** São Paulo: NUPAUB/USP, 2008, 23-60.

- MACHADO, Letícia, W. **As Grandes Potências em Direção aos Recursos Naturais Subsaarianos: Participação nos Conflitos Locais.** Dissertação de Mestrado: PEPI/UFRJ, 2012.
- MACHADO, Lia, O. **Sociedade Urbana, inovação tecnológica e a nova geopolítica.** Revista Brasileira de Geografia, v. 55, p. 5-31, 1997.
- MACHADO, L; RIBEIRO, L; REGO-MONTEIRO, L. **Geopolítica fragmentada: interações transfronteiriças entre o Acre (BR), o Peru e a Bolívia.** Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía 23 (2), 2014, p. 15-30.
- MACKINDER, H. J. "The Geographical Pivot of History" in **Geographical Journal**, Vol. 23, 1904, p. 421-437.
- MAGALHÃES, V. As interações entre a Convenção Sobre a Diversidade Biológica (CDB) e o Trips. In: **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.** São Paulo, v. 102 p. 471 - 489 jan./dez. 2007.
- MAIA FILHO, R. **Conflito entre as determinações da Convenção sobre Diversidade Biológica e as regras do Acordo TRIPS.** Brasília: FUNAG, 2010.
- MAIMON, D. **Ensaio sobre economia do meio ambiente.** Rio de Janeiro: Aped, 1992.
- MAQUIAVEL, N. **O Príncipe.** São Paulo: Martin Claret, 2001.
- MARINHA DO BRASIL. **Amazônia Azul.** ON LINE.< <https://www.marinha.mil.br/content/amazonia-azul-1>>, acesso realizado em 15 de dezembro de 2017.
- MARX, K. **El Capital.** México: Fondo de Cultura Económica, 1980, p. 685 e 638.
- \_\_\_\_\_. **O Capital.** São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MATTOS, M. **Brasil, Geopolítica e Destino.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975.
- MCNEILL, W. **The Pursuit of Power: Technology, Armed Force, and Society since A.D. 1000.** Chicago: University of Chicago Press, 1982.
- MEADOWS, D et al. **The Limits of Growth.** New York: Universe Books, 1972.
- MEARSHEIMER, J. **The Tragedy of Great Powers Politics.** Chigago: University of Chigago, 2001.
- METRI, M. **Acumulação de Poder, Sistemas e Territórios Monetários: uma análise teórica sobre a natureza da moeda e sua relação com a autoridade central.** Ensaio FEE (Impresso), v. 33, p. 397-422, 2012.

- \_\_\_\_\_ . **O Leilão do Pré-sal e o Sistema Internacional.** Publicado no Correio da Cidadania. ON LINE. 25 de outubro de 2013a.
- \_\_\_\_\_ . **Petróleo, Diplomacia e Divisas Internacionais.** Publicado no Correio da Cidadania. ON LINE. 29 de novembro de 2013b.
- \_\_\_\_\_ . **Sob a Névoa da Conjuntura.** Publicado no Correio da Cidadania. ON LINE. 22 de março de 2016.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, ITAMARATY. **Política Externa: Plataforma Continental brasileira.** ON LINE. 2017. <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/169-plataforma-continental-brasileira>>, acesso em 01 de setembro de 2017.
- MINISTÉRIO DA DEFESA DO BRASIL, MD. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília: Ministério da Defesa, 2012.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE DO BRASIL, MMA. **Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).** ON LINE. 2016. <<http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas>>, acesso realizado em 31 de março de 2016.
- MONTEIRO, C. **A questão ambiental no Brasil.** IGEO/USP: São Paulo, 1981.
- MORAES, A. **Geografia: pequena história crítica.** 21<sup>a</sup> Ed. São Paulo, Annablume, 2007.
- MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico.** São Paulo: Contexto, 2007.
- MORGENTHAU, H. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. Edição original de 1948.
- NAVARRO, M. Ambiente e complexidade como tema integrador. In: MIRANDA, A; BARCELLOS, C; MOREIRA, J; MONKEN, M. (Orgs.). **Território, Ambiente e Saúde.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, p. 89-100.
- NOGUEIRA-NETO, P. Rio-92: ponto de convergência de meio ambiente e desenvolvimento. In: VELLOSO, J. P. R. **A ecologia e o novo padrão de desenvolvimento no Brasil.** São Paulo: Nobel, 1992, 53-60.

- NOZAKI, W. Grupo de pressão e o pré-sal: os antecedentes da crise. Artigo publicado na **Revista Carta Capital**. ON LINE. 20 de outubro de 2017. <<https://www.cartacapital.com.br/economia/grupos-de-pressao-e-o-pre-sal-antecedentes-da-crise>>, acesso realizado em 08 de janeiro de 2018.
- NUNES, D. Artigo: PL do pré-sal: entreguismo ou fôlego financeiro para a Petrobras? Artigo publicado na **Revista Carta Capital**. ON LINE. 2016. <<https://www.cartacapital.com.br/economia/pl-do-pre-sal-entreguismo-ou-folego-financeiro-para-a-petrobras>>, acesso realizado em 02 de agosto de 2016.
- NYE, J. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. New York: Public Affairs, 2004.
- OBSERVATÓRIO DO CLIMA. Pré-sal é um dos '12 condenados' fósseis, diz ONG. Artigo publicado no portal do **Observatório do Clima**. ON LINE. 12 de dezembro de 2017. <<http://www.observatoriodoclima.eco.br/pre-sal-e-um-dos-12-condenados-fosseis-diz-ong/>>, acesso realizado em 12 de janeiro de 2018.
- O GLOBO. Greenpeace: pré-sal colocará o Brasil entre os grandes poluidores. Reportagem publicada no portal do jornal **O Globo**. ON LINE. 03 de dezembro de 2011. <<https://oglobo.globo.com/economia/greenpeace-pre-sal-colocara-brasil-entre-os-grandes-poluidores-3378210>>, acesso realizado em 16 de janeiro de 2017.
- \_\_\_\_\_. Em 2001, explosão da plataforma P-36 deixou 11 mortos na Bacia de Campos. Reportagem publicada no portal do jornal **O Globo**. ON LINE. 12 de agosto de 2013. <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/em-2001-explosao-da-plataforma-36-deixou-11-mortos-na-bacia-de-campos-9483525>>, acesso realizado em 14 de janeiro de 2017.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, ONU. **Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente**. ON LINE. 2016. <<https://nacoesunidas.org/agencia/onumeioambiente/>> acesso realizado em 17 de setembro de 2016.
- \_\_\_\_\_. **Conheça os novos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU**. ON LINE. 2015. <<https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>> acesso realizado em 13 de outubro de 2015.
- Ó TUATHAL, G; DALBY, S; ROUYLEDGE, P. **The geopolitics reader**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1998.

- PADULA, R. Geopolítica dos EUA é ameaça ao pré-sal: Raphael Padula, professor da UFRJ, afirma que entre os 10 maiores importadores de petróleo, apenas China e Índia estão fora do controle americano. Artigo publicado na Revista Carta Capital. ON LINE. 2015a. <<https://www.cartacapital.com.br/economia/geopolitica-dos-eua-e-ameaca-ao-pre-sal-8080.html>>, acesso realizado em 16 de agosto de 2016.
- \_\_\_\_\_. A geopolítica do petróleo e a conjuntura internacional. Apresentação de palestra no Seminário “**Uma estratégia para o Brasil, um plano para a Petrobras**”, promovido pela Associação dos Engenheiros da Petrobras – AEPET, o Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional da UFRJ (PEPI-UFRJ) e o Clube de Engenharia do Brasil, Rio de Janeiro, 23 de setembro de 2015b. <<https://www.youtube.com/watch?v=CbuKaQx3BIE>>, acesso realizado em 14 de janeiro de 2016.
- \_\_\_\_\_. Perspectiva de preço futuro do barril de petróleo. 2016. Apresentação de palestra no Seminário “**O petróleo, o Pré Sal e a Petrobras**”, promovido pelo Clube de Engenharia, Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2016. <[https://www.youtube.com/watch?v=OR\\_ffv2bfu4&t=2016s](https://www.youtube.com/watch?v=OR_ffv2bfu4&t=2016s)>, acesso realizado em 13 de janeiro de 2017.
- PARENTE, P. Ranço ideológico e vida real. Artigo publicado na **Folha de São Paulo**. ON LINE. 01 de fevereiro de 2017. <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2017/02/1854701-ranço-ideologico-e-vida-real.shtml>>, acesso realizado em 30 de novembro de 2017.
- PETROBRAS. **Pré-sal**. ON LINE. 2016. <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/>>, acesso realizado em 17 de agosto de 2017.
- PINTO, Eduardo. A trajetória do pré-sal: a aposta vira realidade. Artigo publicado na **Revista Carta Capital**. ON LINE. 17 de outubro de 2017. <<https://www.cartacapital.com.br/economia/a-trajetoria-do-pre-sal-a-aposta-vira-realidade>>, acesso realizado em 24 de novembro de 2017.
- \_\_\_\_\_. Financeirização e desintegração vertical da Petrobras: quem ganha com isso? Artigo publicado no jornal eletrônico **GGN**. ON LINE. 09 de fevereiro de 2018. <<https://jornalgggn.com.br/noticia/financeirizacao-e-desintegracao-vertical-da-petrobras-quem-ganha-com-isso-por-eduardo-costa-pinto>>, acesso realizado em 10 de fevereiro de 2018.

- PINTO, G; BETANÇA, P. **Influência da Marinha do Brasil na economia do município de Rio Grande**. Porto Alegre: Anais do XXI Encontro estadual de Geógrafos, 2014.
- PINTO, Helder. A Descoberta do Pré-Sal e as Mudanças do Marco Regulatório na Indústria Brasileira do Petróleo. **Revista Encyclopédie de l'Energie**. ON LINE. 2016. <<http://encyclopedie-energie.org/articles/descoberta-do-pr%C3%A9-sal-e-mudan%C3%A7as-do-marco-regulat%C3%B3rio-na-ind%C3%A9stria-brasileira-do-petr%C3%B3leo>>, acesso realizado em 15 de agosto de 2016.
- PIRES, A. O Brasil não pode esperar pela Petrobras. Artigo publicado no portal da **Revista Época**. ON LINE. 05 de setembro de 2015a. <<https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/07/adriano-pires-o-brasil-nao-pode-esperar-pela-petrobras.html>>, acesso realizado em 14 de fevereiro de 2018.
- \_\_\_\_\_. Privatizar é melhor saída para todos. Artigo publicado no portal do **O Estado de São Paulo**. ON LINE. 06 de setembro de 2015b. <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,privatizar-e-melhor-saida-para-todos,1757207>>, acesso realizado em 12 de fevereiro de 2018.
- \_\_\_\_\_. Para blindar a Petrobras, temos que privatizar. Artigo publicado no portal **Brasil Journal**. ON LINE. 18 de dezembro de 2016. <<http://braziljournal.com/para-blindar-a-petrobras-temos-que-privatizar>>, acesso realizado em 12 de fevereiro de 2018.
- POGGIO, G; SILVA, J. Artigo: A Quarta Frota e a estrutura militar unificada dos EUA. **Revista Poder Naval**. ON LINE. 16 de agosto de 2010. <http://www.naval.com.br/blog/2010/08/16/a-quarta-frota-e-a-estrutura-militar-unificada-dos-eua/>, acesso realizado em 18 de dezembro de 2017.
- PORTAL UOL. **Eletricidade é o setor campeão na emissão dos gases do efeito estufa**. 2015. <<https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2015/12/07/eletricidade-e-o-setor-campeao-na-emissao-dos-gases-do-efeito-estufa.htm>>, acesso realizado em 12 de fevereiro de 2016.
- PORTER, G. “Environmental Security as a National Security Issue”. In: Ó TUATHAL, G; DALBY, S; ROUYLEDGE, P. (Orgs.). **The geopolitics reader**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1998, p. 215-222. Original de from Current History, 1995.

- PORTO-GONÇALVES, C. **Paixão da terra: ensaios críticos de ecologia e geografia**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- \_\_\_\_\_. **O Desafio Ambiental**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2004.
- \_\_\_\_\_. **A Globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- PRATES, J. **A soberania em questão: Petrobras, pré-sal e futuro**. Le Monde Diplomatique. 2015. < <https://diplomatique.org.br/petrobras-pre-sal-e-futuro/>> acesso realizado em 18 de agosto de 2016.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, PNUD Brasil. **Objetivos de desenvolvimento do milênio**. ONU, 2004.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE, PNUMA. **Green economy report**. ONU, 2008.
- PROTOCOLO DE MONTREAL. **Protocolo de Montreal**. ON LINE. 1987. <[http://www.protocolodemontreal.org.br/site/images/publicacoes/programa\\_brasileiro\\_eliminacao\\_hcfc/Recolhimento\\_Reciclagem\\_e\\_Regenerao\\_de\\_Fluidos\\_Refriger antes.pdf](http://www.protocolodemontreal.org.br/site/images/publicacoes/programa_brasileiro_eliminacao_hcfc/Recolhimento_Reciclagem_e_Regenerao_de_Fluidos_Refriger antes.pdf)>, acesso realizado em 16 de abril de 2016.
- RAMPAZO, A; ICHIKAWA, E; CARRIERI, A. **A Influência do Mundo dos Negócios na Governança Ambiental Global**. Revista de Ciências da Administração, v. 16, p. 75-89, 2014.
- RATZEL, F. **Géographie politique**. Paris: Economica, 1988.
- REGO-MONTEIRO, L. **Apontamentos para uma geopolítica da água nas fronteiras internacionais**. Boletim Tempo Presente (UFRJ), v. Ano 4, 2009.
- REVISTA FÓRUM. **WikiLeaks: PSDB prometeu a americanos rever lei do pré-sal**. ON LINE. 2010. <<https://www.revistaforum.com.br/rodrigovianna/plenos-poderes/wikileaks-psdb-promoteu-americanos-rever-lei-pre-sal/>>, acesso realizado em 18 de março de 2016.
- RIBEIRO, S. As novas fronteiras da mercantilização da natureza. In: **Suplemento Especial. Sustentabilidade e Desenvolvimento: O que esperar da Rio+20?** Le Monde Diplomatique Brasil, 2011.
- RODRÍGUEZ, O. **Teoria do subdesenvolvimento da Cepal**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.
- \_\_\_\_\_. **O Estruturalismo Latino-Americano**. Civilização Brasileira, 2009.

- ROSENAU, J; CZEMPIEL, E. (Orgs.). **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Tradução: Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- ROSENAU, J. Governance, order, and change in world politics. ROSENAU, J; CZEMPIEL, E (eds.). **Governance without Government: Order and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 1-29.
- ROUSSEFF, D. **Nova etapa do golpe: Brasil entrega petróleo a estrangeiros a preço de banana**. Manifesto publicado nas redes sociais em 26 de outubro de 2017.
- SABROZA, P; LEAL, M. Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. Alguns Conceitos Fundamentais. In: LEAL, M; SABROZA, P; RODRIGUEZ, R; BUSS, P. (Orgs.). **Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. Uma Análise Interdisciplinar**. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 1992, v. 1, p. 45-94.
- SACHS, I. Os desafios da Segunda Cúpula da Terra do Rio de Janeiro. In: **Suplemento Especial. Sustentabilidade e Desenvolvimento: O que esperar da Rio+20?** Le Monde Diplomatique Brasil. 2011.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Editora Record, 2000.
- SENE, T. **Um processo chamado progresso: desafios e limites do intercâmbio global de ciência e tecnologia na economia-mundo**. Tese de Doutorado: PEPI/UFRJ, 2015.
- SERRA, J. O petróleo volta a ser nosso. Artigo publicado no portal do **O Estado de São Paulo**. ON LINE. 08 de fevereiro de 2018. <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,o-petroleo-volta-a-ser-nosso,70002182360>>, acesso realizado em 09 de fevereiro de 2018.
- SHIVA, V. “The Greening of Global Reach”. In: Ó TUATHAL, G; DALBY, S; ROUYLEDGE, P. (Orgs.). **The geopolitics reader**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1998, p. 188-196. Original de from *Global Ecology: A New Arena of Political Conflict*, 1993.
- SKAF, P. **O ranço ideológico e a indústria brasileira**. Artigo publicado na Folha de São Paulo. ON LINE. 06 de fevereiro de 2017. <<http://www1.folha.uol.com.br/opinioao/2017/02/1855854-o-ranco-ideologico-e-a-industria-brasileira.shtml>>, acesso realizado em 30 de novembro de 2017.

- SOUZA, M. **ABC do desenvolvimento urbano**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2009.
- SUERTEGARAY, D; SCHAFFER, N. Análise Ambiental: a atuação do geógrafo para e na sociedade. Porto Alegre: a metrópole e seu delta. In: **Geografia e questão ambiental**. Terra Livre: Marco Zero, São Paulo, 1988, p. 89-104.
- STOTZ, E; VALLA, V; PIRES, A; OLIVEIRA, G; FISZON, J; MASCARENHAS, M; et al. Processo de conhecimento sobre saúde, meio ambiente e desenvolvimento na relação entre sociedade civil e Estado. In: LEAL, M; SABROZA, P; RODRIGUEZ, R; BUSS, P. (Orgs.). **Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. Processos e consequências sobre as condições de vida**. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 1992, v. 2, p. 29-56.
- TAMBELLINI, A. Prefácio. In: MIRANDA, A; BARCELLOS, C; MOREIRA, J; MONKEN, M. (Orgs.). **Território, Ambiente e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, p. 9-15.
- THOMSOM, J; KRASNER, S. Global transactions and the consolidation of sovereignty. In: CZEMPIEL, C; ROSENAU, J. (Orgs.). **Global changes and theoretical challenges: Approaches to world politics for the 1990's**. Lanham: Lexington Books, 1990.
- TILLY, C. **Coerção, capital e Estados europeus**. São Paulo: Unesp, 1993.
- TOSTA, O. **Teorias Geopolíticas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.
- TRAVASSOS, M. **Projeção Continental do Brasil**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1938.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, UNESCO. **O Programa MAB e as Reservas da Biosfera**. ON LINE. 2016. <[http://www.rbma.org.br/mab/unesco\\_01\\_oprograma.asp](http://www.rbma.org.br/mab/unesco_01_oprograma.asp)>, acesso realizado em 22 de março de 2016.
- URIBE ORTEGA, G. **Geografia e política: verdades e falacias em fin de milenio**. Cidade do México: Editora Nuestro Tiempo, 1996.
- VESENTINI, J. W. **Novas geopolíticas**. 5ª Ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- \_\_\_\_\_. **O que é Geopolítica? E o que é Geografia Política?** ON LINE. Sem dados quanto ao ano de publicação. <<http://www.geocritica.com.br/geopolitica.htm>>, acesso realizado em 14 de junho de 2015.

- WALLERSTEIN, I. **The Modern World-System, vol. I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century.** New York/London: Academic Press, 1974.
- \_\_\_\_\_. **O universalismo poder: a Retórica do Poder.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- WALTZ, K. **Theory of international politics.** New York: McGraham Hill, 1979.
- WIKILEAKS. Brazil - Nos bastidores, o lobby pelo pré-sal. Artigo publicado no portal **WikiLeaks**. 2011. <<https://wikileaks.org/Nos-bastidores-o-lobby-pelo-pre.html>>, acesso realizado em 14 de março de 2016.
- WORLD WIDE FUND FOR NATURE, WWF. **Estudo da Pegada Ecológica de São Paulo revela que paulistas “consomem” quase dois planetas e paulistanos quase 2,5.** ON LINE. 2012. <<https://www.wwf.org.br/?uNewsID=31606>>, acesso realizado em 16 de setembro de 2016.